

Para Elisa (1991)
in memoriam

"Quetelet uma vez declarou com todas as letras - "l'urne que nous interrogeons, c'est la nature'. Mas novamente na história da ciência os métodos da astrologia podem demonstrar-se úteis para o astrônomo, e pode afinal mostrar-se verdadeiro - invertendo a expressão de Quetelet - que 'La nature que nous interrogeons, c'est une urne'".

(Keynes, J.M., *Treatise on Probability*, 1926, último parágrafo - CWVIII:468).

"Meu ponto é simplesmente que o enorme peso da contemplação na hierarquia tradicional borrou as distinções e articulações no interior da própria vita activa e que, apesar das aparências, essa situação não se altera essencialmente por causa da ruptura moderna e mesmo inversão hierárquica com a tradição, em Marx e Nietzsche. É pela própria natureza do famoso "colocar de cabeça para baixo" sistemas filosóficos ou valores comumente aceitos, isto é, na natureza da própria operação que a trama conceitual fica mais ou menos intacta.

A inversão moderna comunga com a tradicional hierarquia o pressuposto de que a mesma preocupação humana central deve prevalecer em todas as atividades dos homens, pois sem um princípio compreensivo nenhuma ordem pode ser estabelecida. Esse pressuposto não é uma questão de fato, e meu uso do termo vita activa pressupõe que o interesse subjacente a todas as suas atividades não equivale, não é superior nem inferior ao interesse central da vita contemplativa."

(Hannah Arendt, *The Human Condition*, 1958)

"The greatest common-sense achievement, after the discovery of one Time and one Space, is probably the concept of permanently existing things. When a rattle first drops out of the hand of a baby, he does not look to see where it has gone. Non-perception he accepts as annihilation until he finds a better belief."

(William James, 1904)

Agradecimentos, iii

Introdução, 2

Parte 1. Política Econômica como Problema

1.1 Política Econômica como Problema Histórico, 5

A crítica de Keynes ao padrão-ouro, 5

O padrão-ouro como política econômica, 16

Política econômica como debate público, 32

A percepção política da temporalidade, 38

1.2 Política Econômica como Problema Teórico, 48

Parte 2. Tempo como Problema

2.1 Keynes e Marx, 53

2.2 Lógica e ética em Cambridge, 63

A refutação do idealismo, 67

A galinha de Russell, 75

Moore e a ética racional, 79

2.3 O Tratado sobre a Probabilidade de Keynes, 83

Relendo o original, 83

Críticas a Keynes, 115

O conceito de probabilidade, 120

Keynesianos pós-econômicos, 142

Parte 3. O Campo da Política Econômica

3.1 Rumo à Política Econômica, 151

O campo keynesiano, 164

3.2 Wittgenstein: lógica, linguagem e ética, 176

A probabilidade e a certeza, 187

3.3 Keynes e os impasses da Ética em Wittgenstein, 192

As crenças de Keynes, 194

Economia e Jogos de Linguagem, 204

Seguir regras, 207

3.4 Habermas e a lógica do discurso prático, 212

3.5 Política em Keynes, 215

Conclusões: Keynes e Wittgenstein, 219

Bibliografia, 234

Agradecimentos

A dubiedade do resultado não diminui a dívida acumulada, embora absolva os credores da destinação dada à confiança penhorada.

Ainda assim, desejo agradecer nominalmente a alguns apoios que tornaram possível investir tempo e expectativas nessa empreitada: ao orientador, prof. Luis G. de M. Belluzzo, a Otavio Frias Filho e a Pedro Paulo Martone Branco. Cada qual a seu modo ofereceu oportunidades e exemplos sem os quais esse trabalho seria impensável. Na reta final, tive a oportunidade de reduzir o número de erros, oferecida pelo professor José Arthur Giannotti.

A jornada foi longa e guiou-se por muitos amparos. Minha gratidão ao estímulo de Sílvia Schor, José Jeremias de Oliveira Filho, Newton da Costa, Pérsio Arida, Frederico Mazzuchelli, Marcos Muller, Luís A. de Oliveira Lima e, mais recentemente, Ferdinando de O. Figueiredo. Lamento não ter certeza do sucesso em corresponder às expectativas generosas de meus professores. A Hélcio Tokeshi, sou grato pelas dicas de wordprocessing e por uma valiosa caixa de textos. Ao professor Yuichi Tsukamoto devo a descoberta do "modelo" japonês.

A Ilana devo a dívida da devoção. A tese é dedicada à nossa aposta na possibilidade de algum dia saldar essa dívida comum. Ao Pedro Felipe agradeço estar entre nós.

A aplicação da lógica decide a respeito de quais proposições elementares existem.

O que vem com a aplicação, a lógica não pode antecipar.

Isto é claro: a lógica não pode colidir com sua aplicação.

Mas a lógica deve manter contato com sua aplicação.

Portanto, a lógica e sua aplicação não se podem sobrepor.

Ludwig Wittgenstein (Tractatus Logico-Philosophicus, 5.557)

Introdução

A crítica da economia como falta de política pode ter apenas um resultado consequente: a elaboração de uma Teoria da Política Econômica em substituição tanto à Economia Política quanto à Economia Pura.

Ocorre que nessas duas matrizes antagônicas do pensamento econômico moderno a política e, em particular, a política econômica foram escandalosamente amputadas em nome da objetividade científica - a argumentação puramente lógica.

A "lógica do capital" e as "leis da acumulação" disputam com a "lógica do mercado" e as "leis de oferta e procura" a primazia enquanto formas adequadas à percepção do real (formas lógicas).

Mas qual é, afinal, o estatuto de uma "forma lógica"? O tema parece ausente da racionalização econômica, porque a própria atividade econômica tem o dom de construir o mundo calculável cuja compreensão exige a formulação de lógicas que se bastam, "cuidam de si mesmas".

Mas o que, nessa comunidade de formas lógicas, permite ou induz à mudança, ou seja, à história? Como reconciliar o tempo e a lógica?

Essa é uma pergunta familiar aos economistas que, na conjuntura ou na análise de trajetórias de longo prazo, tentam adivinhar o futuro (ou demonstrar a possibilidade de algum futuro) a partir da manipulação de expressões simbólicas que são asserções sobre a estrutura do mundo.

Entretanto, apesar da temporalidade ser o campo mais relevante da análise econômica, tanto clássicos e neoclássicos quanto marxistas e schumpeterianos tentam salvaguardar exatamente essa responsabilidade da lógica econômica como âncora da racionalidade instrumental que decifra o tempo. Mesmo quando se admite a crise ou o desequilíbrio, há uma restauração "ex post" que se trilhará segundo os mesmos princípios do sistema cuja instabilidade era o desafio explicativo. Há mudança, mas a lógica aparece preservada.

O efeito imediato mas duradouro desse logicismo (no caso, economicismo) é a mutilação da política e da cultura, que se tornam derivações formais da própria economia.

Keynes foi o autor de economia que pela primeira vez superou a economia, depois de uma investigação particularmente relevante para os impasses entre tempo e lógica, a investigação sobre a lógica da probabilidade.

Pretendemos mostrar como a Política Econômica enquanto campo fundamental da economia é a resposta keynesiana à impossibilidade de uma teoria econômica aprisionada ao tempo lógico.

Tal objetivo parece redundante. Afinal, qualquer aluno de primeiro ano sabe ser Keynes o "pai da política econômica". Nem tanto. Fala-se de Keynes também como o "pai da macroeconomia moderna". E, sobretudo, a tradução da herança keynesiana como política econômica acaba, por baixo do pano, criando a imagem de Keynes como defensor de um tipo determinado e casuístico de política econômica (o fiscalismo, as políticas de gastos públicos anti-cíclicos) ou de mecanismo econômico (o subconsumismo ou a demanda efetiva).

Esses vários exemplos empobrecem a herança keynesiana no que ela talvez tenha de mais atual, ou seja, menos casuístico e transitório e, portanto, mais relevante do ponto de vista teórico: a reconstrução da economia como lógica da política econômica.

Resta saber quais devem ser os instrumentos dessa reconstrução. Os anos 80 foram o período de releitura filosófica de Keynes, uma espécie de volta às origens enquanto o mundo ocidental era literalmente desintegrado por uma nova flor de obsessão liberal. Esse resgate filosófico centra-se no *Treatise on Probability* (TP), assim como no rastreamento de heranças filosóficas da juventude (Moore, Russell, Marshall, os Apóstolos, etc.).

O trabalho que segue é uma releitura, nesse sentido, "filosófica" da obra de Keynes. A retomada do TP é central, assim como um rastreamento das presenças filosoficamente relevantes em Cambridge nos anos em torno da Primeira Guerra Mundial.

Entre essas presenças, destaca-se a do filósofo Ludwig Wittgenstein. Vindo da Austria, Wittgenstein detectou erros técnicos cruciais na obra de Russell e foi o seu substituto como condutor das discussões filosóficas contemporâneas, especialmente no terreno da lógica.

Aplicar resultados da reflexão wittgensteiniana à obra de Keynes, entretanto, é uma opção que não se justifica nos quadros estritos de uma pesquisa historiográfica. Afinal, boa parte da obra do filósofo foi publicada postumamente, muito depois da finalização da obra teórica de Keynes.

O trabalho que segue não é, portanto, de história do pensamento econômico. É verdade que Keynes e Wittgenstein foram contemporâneos e íntimos, é verdade que o principal opositor de Keynes no campo da probabilidade (Ramsey) foi também um tradutor para o inglês das obras em alemão de Wittgenstein, é verdade que o impacto intelectual de Wittgenstein em Cambridge foi suficientemente forte para permitir a suposição de que seus avanços lógico-filosóficos fossem discutidos e compreendidos em detalhe técnico por outros célebres alunos de filosofia matemática como Keynes.

Mas a opção pela aplicação de resultados wittgensteinianos ao corpus keynesiano não tem uma inspiração diretamente histórica: percebe-se a adequação acompanhando por analogia os impasses do pensamento de Keynes e os do pensamento de Wittgenstein que, em boa medida, eram os de Russell e de Cambridge. Ou seja, se há um certo ar de família nos problemas enfrentados pelos vários autores, parece razoável procurar um ar de família nas soluções oferecidas a tais problemas.

Inicialmente procederemos a um esclarecimento histórico dessa opção de leitura "filosófica". Não se trata de justapor períodos históricos na busca de uma "evolução do pensamento". A "história" relevante para a explicitação desse jogo é a que se inicia com a hegemonia inglesa do século 19, mais particularmente com a emergência e consolidação do Banco da Inglaterra como banco central mundial.

Há, tanto no momento histórico quanto no momento lógico, uma iluminação crucial, misto de dúvida e aposta: amadureceu com a civilização ocidental moderna uma prática pública de instituição de regras.

Tanto o marxismo como o liberalismo vêm na sociedade capitalista um momento limite da operação de uma norma. A tradição marxista procura uma etapa posterior e, de preferência, "superior" à norma. A tradição liberal festeja a norma como realização sempre pressuposta de um ideal de equilíbrio. Ainda que de modo diferente, as duas tradições vêm na Ordem Capitalista um ponto final.

Keynes coloca as duas tradições antagônicas de cabeça para baixo: o capitalismo liberal (politicamente, ou seja, democrático), não necessariamente ordenado, é a cada momento um novo início, é a reiteração de inícios e a abertura de possibilidades cujo teor só faz sentido através de formas econômicas e institucionais de negociação estratégica. A linguagem (ou momento discursivo, comunicativo) que resume e reabre recorrentemente esse jogo negocial é a política econômica. A lógica é portanto o momento em que a possibilidade da política se afigura.

Dessa perspectiva a política econômica é sempre um problema aberto pela própria lógica da organização econômica e não a mera "aplicação" de um modelo teórico (que "interfere" nos mecanismos econômicos, ainda que se apresente retoricamente como extensão lógica dos mecanismos de mercado).

A história do pensamento econômico pode ser relida como a sucessão de teorias econômicas que se prestou sempre a ser a demonstração racional da "aplicabilidade" de receitas para problemas estratégicos historicamente cruciais. Ou seja, a teoria busca a prática na medida em que se indaga pela "legalidade" de seus pressupostos, pelo reconhecimento da validade das regras comportamentais que supõe e sugere.

Dáí iniciarmos o movimento de exposição com uma retrospectiva do regime do padrão-ouro na Inglaterra a partir dos fins do século 19, situando a política econômica como problema histórico e percebendo como o debate público da "norma" torna explícita a falta de "teoria" acabada que dê conta da legalidade pressuposta. A teoria de Keynes é uma formulação que torna explícita essa vocação e compromisso da teoria a ser "aplicação", projeção de regras cuja validade é talvez menos importante que a possibilidade de projeção.

Parte 1. Política Econômica como Problema

1.1 Política Econômica como Problema Histórico

A crítica de Keynes ao padrão-ouro

É impossível ignorar que o pensamento de Keynes está frente a uma crise civilizatória. Tratava-se também de uma crise econômica cujos contornos básicos esclarecem muito dos rumos assumidos pela questão da política econômica na obra de Keynes.

Há dois obstáculos básicos, apresentados pelas interpretações tradicionais (neoclássicas e marxistas), contra a associação do pensamento de Keynes a um diagnóstico de crise. Primeiro, tornou-se comum dizer que Keynes estava preocupado com o curto prazo, definido como perturbação do equilíbrio de mercado. Segundo, seria imprudente associar o conceito de equilíbrio de sub-emprego (ou equilíbrio abaixo do pleno emprego) com o de crise, especialmente se a referência usada é a caracterização marxista mais ampla de crise de reprodução, ou seja, de crise como ruptura que conduz ao fim de um modo de produção.¹ Numa visão "radical", o equilíbrio de sub-emprego é uma forma, aliás quase permanente, de operação "normal" do capitalismo e, portanto, nada teria a ver com ruptura econômica final da Ordem Capitalista. É comum dessa forma o marxista acusar Keynes de reformista ao converter um potencial de insatisfação revolucionária numa pouco inspiradora ociosidade da força trabalhadora. O marxista aqui acusa Keynes de não incluir em sua teoria econômica o potencial revolucionário, como se o marxismo contivesse e garantisse automaticamente o engajamento historicamente oportuno da classe trabalhadora. Ora, hoje é óbvio que esse engajamento não é automático e a armadilha retórica fica desnudada: o marxista

¹ Não por acaso uma das maiores dificuldades entre os marxistas foi o de explicar as crises conjunturais, que não traziam necessariamente o fim do capitalismo. Haveria assim Crise Final e crises conjunturais, diferença cujo critério de ordenação temporal foi sempre de natureza político-ideológica e não "científica", como se queria fazer crer.

cobrava de Keynes uma força teórica que a própria obra de Marx não assegurava.

Um dos caminhos a seguir para desarmar essas visões restritivas do pensamento de Keynes é salientar o fato de que sua obra responde não apenas aos imperativos da crise de entre-guerras (ou à Grande Depressão), mas antes de mais nada à enorme crise de hegemonia da Inglaterra cujo epicentro fora desde o final do século 19 a assincronia das industrializações tardias e a crise do Padrão-ouro.

Tratava-se portanto de uma grande Transição entre momentos históricos claramente percebidos como distintos².

Muito antes da Teoria Geral, como veremos, Keynes depara-se com a experiência assustadora da Transição entre Épocas. Seus estudos iniciais foram de teoria monetária não apenas por opção teórica ou especialização científica, mas porque como servidor público inglês tinha como pauta do dia os problemas de administração do Padrão-ouro. Através da observação do mecanismo financeiro implícito na operação do Padrão-ouro Keynes terá um primeiro vislumbre global das possíveis rupturas entre a "circulação industrial" e a "circulação financeira"³.

Falar do Padrão-ouro é apenas uma forma alternativa e quiçá resumida de discutir o ciclo da hegemonia inglesa no sistema mundial do capitalismo moderno.⁴

As economias nacionais relacionam-se através de processos de ajuste em que as disponibilidades de reservas, as receitas cambiais e a tomada de recursos externos combinam-se mutuamente. A história do ciclo de hegemonia britânica, como o norte-americano depois, funda-se nessas relações de crédito em que uma nação é capaz de envolver as outras.

² Não há consenso quanto à forma e datas que se deva associar a essa Transição no mundo ocidental na passagem do século 19 para o 20. O que pretendemos mostrar, recuperando o pensamento de Keynes, é que através de várias "leituras" historiográficas e temas epistemológicos evidencia-se uma indiscutível mudança de códigos culturais fundamentais cujo produto eminente é uma nova percepção do Tempo, especialmente do tempo econômico. Keynes construiu uma gramática elementar para os interessados em utilizar esse código.

³ Ou seja, de uma assincronia essencial que nunca é totalmente resolvida automática ou racionalmente.

⁴ Seguindo a definição dada por Block (1989:12), o "sistema monetário internacional é simplesmente a soma de todos os instrumentos através dos quais os países organizam suas relações econômicas internacionais".

Como a acumulação de reservas internacionais ocorre sempre ao longo de períodos mais longos, a dinâmica de financeirização das relações internacionais passa a depender crucialmente da maior ou menor independência das taxas de câmbio frente às taxas de juros. Num sistema de taxas de câmbio fixas, o acúmulo de reservas e o engate de uma economia nacional no sistema internacional depende ou de aumentos possantes da competitividade ou da capacidade de alavancar recursos financeiros.

Se se trata de um mundo com desenvolvimento desigual e industrializações assíncronas, quanto mais avançado e rápido o processo de industrialização, menor a dependência financeira externa enquanto essa industrialização tiver capacidade de abrir espaços de mercado no comércio internacional. Quando há crises de mercado ou perda de competitividade, irrompem crises cambiais e a tentação de sustentar a competitividade através do abandono do sistema de câmbio fixo. A flutuação do câmbio, entretanto, enfraqueceria o poder de regulação financeira do sistema mundial, já que aos países desajustados seria aberta a possibilidade de buscar o equilíbrio através da depreciação de suas moedas e não do endividamento.

A potência hegemônica tem interesse, portanto, em manter o câmbio fixo para maximizar o controle de tipo muito mais "sintonia fina" que pode exercer através das políticas de crédito internacional e da operação da taxa de juros na praça financeira internacional que, como potência, sedia.

O Padrão-ouro foi um sistema de taxas de câmbio fixas (em termos de uma medida em ouro, daí o nome) que permitia à Inglaterra justamente financeirizar as relações econômicas internacionais, armando sua hegemonia sobre um sistema de crédito universal. Os únicos países que escaparam dessa camisa de força foram aqueles capazes de acelerar a industrialização e romper o cerco marítimo da dominação britânica, como a Alemanha e o Japão.

Essa visualização do Padrão-ouro é importante porque revela que, entre os mecanismos de controle internacional, há um sistema de regulação fina ou estrita que passa por instrumentos financeiros. Em outras palavras, como eixo da dominação internacional está não apenas a força militar, a tecnologia avançada, a posse de matérias primas ou o acesso a mercados de dimensões significativas, mas também uma arma quase invisível que é a operação combinada das políticas monetária e cambial.

Keynes observou de perto esse mecanismo, daí o caráter limitado das interpretações que fazem de seu pensamento uma defesa do "fiscalismo". Mais que a defesa do fiscalismo enquanto instrumento anti-cíclico de política econômica, Keynes percebia o caráter internacionalizado e regulado das políticas monetária e cambial (ele mesmo defenderia a flexibilização das taxas cambiais e o abandono do Padrão-ouro). Atento às mudanças internacionais, especialmente no que se refere à distribuição dos investimentos e ao padrão de estruturação da ordem monetária, Keynes buscava alternativas de política econômica porque já observava a realidade do século 19 como

operação decadente de uma política econômica hegemônica, internacionalizada e financeirizada.

Ou seja, Keynes nunca acreditou na existência efetiva de um padrão monetário baseado no metal ouro, sendo que definia a época de adesão às regras do Padrão (manutenção do ouro como padrão de poder aquisitivo) com uma duração bem resrita no século 19.⁵

"A moderna hegemonia do ouro é contemporânea ao desenvolvimento da moeda simbólica. A alegada estabilidade do nível de preços (...) que o padrão-ouro pode ter garantido durante os cinquenta anos anteriores à Guerra (...) deve ser realmente creditada, em grande parte, à administração desenvolvida pelos usuários do ouro."⁶

A oferta física de ouro na economia mundial é algo totalmente subordinado à ação dos bancos centrais e ganha sentido através dessa ação. O movimento de longo prazo da oferta física de ouro é irrelevante frente à flutuação muito mais intensa dos preços como decorrência das variações das taxas de juros e seus efeitos sobre as decisões de gasto capitalista.⁷

Em 1930, quando é publicado o *Treatise on Money* (TM), Keynes já acumulara um ceticismo significativo frente ao caráter pretensamente natural e estável do padrão-ouro.⁸ Esse ceticismo alinhava-se entre a "heterodoxia" mal vista, mas que nem por isso deveria ser ignorada.⁹

5 "Em 1914, o ouro havia mantido essa posição (...) por menos de cem anos (...) e na maioria dos outros países não mais do que sessenta. Isto porque, a não ser por períodos bastante curtos, o ouro foi excessivamente escasso para preencher as necessidades de principal meio circulante do mundo. (...) Numa única viagem, um transatlântico moderno poderia transportar todo o ouro extraído ou minerado em sete mil anos." Keynes (1978:139).

6 Os bancos centrais são a "única divindade dourada em cada país, a qual vive embaixo da terra e nunca é vista", na descrição irônica de Keynes (1978:140).

7 São as "inflações e deflações de lucros", no linguajar do *Treatise*.

8 "Contanto que o sistema monetário mundial seja administrado com sabedoria integral por uma entidade supranacional, e desde que, como parte desse esquema, o ouro seja em toda parte excluído da circulação ativa, então - pois poderemos fazer com que o padrão-ouro valha o que quisermos - o padrão de valor ideal, qualquer que ele seja, tornar-se-á compatível com as formas de uma padrão-ouro de valor" Keynes (1978:148). Keynes colocava também em questão a própria necessidade de um padrão de valor supranacional.

9 "Pois quando, como nesse caso, os heréticos tenham florescido com vigor incansável por duas centenas de anos - de fato tanto quanto tem existido a moeda representativa - podemos estar certos de que os argumentos ortodoxos não podem ser inteiramente satisfatórios." CWJMK (VI:193) A atenção ao que diziam os heréticos durante dois séculos é apenas mais uma evidência do interesse de Keynes pela história de pensamento econômico que antecede em muito os "clássicos" contra quem se batia. Diga-se de passagem que são os mesmos dois séculos que mediam entre o deslocamento teórico da Filosofia Política e a emergência da política econômica como problema histórico.

Essa heterodoxia no trato das questões monetárias resumia-se, na maioria dos autores, a uma visão do sistema bancário como conjunto de agentes com significativo poder discricionário, ou seja, poder de oferecer crédito e criar poder de compra de acordo com algum critério relativo ao propósito com que os tomadores se apresentam aos credores. Em suma, Keynes ressalta na construção de uma teoria monetária crítica do pensamento convencional a capacidade do sistema bancário como um todo criar crédito.

A réplica dos banqueiros conservadores (expressão que seria quase um pleonasma na visão de Keynes) é a de que essa "criação" de crédito depende da existência de um lastro em ouro junto ao banco central. A criação de crédito seria excessiva, portanto, quando se faz acompanhar de uma perda de reservas em ouro (processo que tornaria o banqueiro mais cauteloso na extensão de crédito). Em última análise o crédito "excessivo" redundaria em evasão de metal do país ou, em caso de câmbio flutuante, em depreciação da moeda nacional. O herético denuncia esse compromisso com o lastro em ouro, alertando para a viabilidade de expansão do crédito até que se obtenha o pleno emprego da capacidade produtiva, sugerindo indiretamente que o apego ao ouro não passa de camuflagem retórica para preocupações inpublicáveis.

A resposta conciliadora de Keynes, no TM, é apontar para o equilíbrio entre a taxa de poupança corrente e o valor dos novos investimentos como critério de regulação da oferta de crédito. O segredo estaria em fazer criar mais crédito apenas na proporção em que se criasse mais riqueza verdadeira, não "quantidade de metal" (ainda que o mesmo Keynes descobrisse, depois, que essa poupança reguladora "ex ante" pode existir apenas como resultado "ex post" do próprio investimento - ou seja, não pode existir na temporalidade do equilíbrio sincrônico).

A maioria dos economistas posteriores, especialmente o "mainstream" keynesiano, praticamente reduziu esse debate sobre o critério de decisão associado ao mecanismo de crédito a uma polêmica formal sobre qual o verdadeiro canal de equilíbrio entre poupança e investimento - com o agravante de diluir o próprio conceito de investimento, esvaziando-o de conotações estratégicas (decisões cruciais no tempo).

Mas se a nova riqueza significar investimentos que não se associam a um aumento da disponibilidade de bens de consumo, os fatores de produção remunerados pelo investimento crescente realizariam uma demanda inflacionária no mercado de bens. É ao equilíbrio entre poupança e investimento que se deve atribuir a lógica da relação crédito-inflação, no Treatise, e não a uma relação ilógica (pois arbitrária) entre oferta de crédito e volume de reservas em ouro.¹⁰

Ou seja, ao mesmo tempo em que denuncia a armadilha retórica do padrão-ouro, Keynes coloca a poupança na berlinda. Qual o poder explicativo da poupança se o não-consumo é ao mesmo tempo condição do investimento equilibrado e condição determinante da inflação? Ou seja, o investimento

não se fazer acompanhar de consumo é ao mesmo tempo condição de seu sucesso e de seu fracasso. Em suma, Keynes usa a linguagem do "equilíbrio poupança-investimento" para demolir a ilusão do padrão-ouro, mas ilude-se igualmente quem se apega ao equilíbrio poupança-investimento como medida ou padrão ordenador (é no máximo uma identidade contábil).

Mais portanto que a discussão do critério de equilíbrio poupança-investimento interessa na caracterização do padrão-ouro feita por Keynes a identificação de um comportamento dos bancos que é puramente expectacional:

"(...) seu objetivo [dos banqueiros], sob o padrão-ouro, é manter-se a par com o comportamento médio dos sistemas bancários do mundo como um todo." CWJMK (VI:199)

Ou seja, independentemente do sentido da teoria de Keynes sobre o verdadeiro "critério de regulação" ou, nos seus termos, "critério de estabilidade", ele faz uma crítica que ao mesmo tempo explicita o caráter convencional da ação cotidiana dos bancos sob o padrão-ouro.¹⁰

O uso continuado de critérios não estritamente racionais (na medida em que atitudes puramente expectacionais não o são - tema do TP) pode aprofundar a instabilidade e levar a uma ruptura da ordem, ainda que em última análise não se duvide da eficácia do remédio contracionista.

Não se trata de dizer que "no longo prazo" o equilíbrio ou qualquer outra forma de regulação não opere, mas de sublinhar o caráter convencional das crenças no longo prazo. Keynes, que nesse ponto recorre a metáforas médicas, compara a situação (contenção anti-inflacionária do crédito) ao caso da criança que se faz beber óleo de castor a cada dez minutos até que os efeitos da primeira dose se façam sentir. Ou ainda, é como se diferentes membros da família viessem dar doses sucessivas do remédio sem saber das doses administradas pelos outros. Aos poucos muda-se o remédio para bismuto, na tentativa de compensar o exagero das doses do outro, e assim em ciclos sucessivos em que o paciente (a economia) oscila entre extremos enquanto as autoridades fingem ater-se a um eixo de equilibração.

Esse longo prazo que desaconselha a mobilização estratégica, na tentativa de simular futuros consistentes, é uma ficção que nos momentos de crise nada mais faz senão acentuar a instabilidade e o descontrole, ampliando e multiplicando as rupturas.

10

É importante ressaltar que logo depois de defender o equilíbrio entre poupança e investimento como critério adequado, Keynes faz a ressalva das enormes dificuldades práticas para se avaliar a composição e o volume do investimento - um ponto menor, é certo, diante da construção de uma lógica capaz de explicitar a unilateralidade de um critério de regulação tido por natural e auto-corretivo. Subentende-se aqui uma distinção entre expectacional e convencional que será elaborada ao longo dos próximos capítulos.

Se faltava na época do padrão-ouro um mecanismo de tipo "open market", nem por isso seria o caso de acreditar que a lógica de sustentação do padrão fosse independente das ações do banco central inglês. O suporte daquela conjuntura, as condições de percepção daquela imagem histórica exigiam a operação de um jogo de linguagem cujas regras todos os atores fingem desconhecer. O padrão-ouro, pelo seu caráter global e internacional, exaltou esse fingimento ao ponto do ridículo, abrindo assim o espaço público capitalista à consideração do tema da política econômica.

Ou seja, não se trata de que no pré-guerras o padrão-ouro operava independentemente do Banco da Inglaterra, apenas a regra seguida pelo Banco era supostamente conhecida e estável. Keynes insiste na importância da convenção, não no fato do ouro em si mesmo ser um metal "confiável", ao mesmo tempo denunciando as fragilidades da convenção - uma das quais o domínio de economistas defuntos sobre o discurso dos homens práticos.

O problema quando o Banco da Inglaterra passa a operar com uma política de "open market" é que

"ninguém sabe exatamente a quais objetivos a "administração" se volta ou com base em que princípios atua". (CWJMKVI:207)¹¹

Iluminar esse caráter convencional da política monetária desfazendo qualquer ilusão de automatismo do padrão-ouro é uma tarefa que se relaciona diretamente com o caráter internacionalizado do sistema, que tanto preocupa Keynes. As ressonâncias políticas dessas convenções cujos princípios não são racionalmente debatidos são claras:

"Sabemos que de modo geral o Banco da Inglaterra, na sua origem apenas um banco constituído acionariamente como qualquer outro [joint stock bank], não limita suas conexões empresariais aos bancos membros, mas serve clientes privados como qualquer outro banco, conduz importantes negócios com bancos estrangeiros, e de quando em quando arma transações, geralmente secretas, com governos estrangeiros; também que, como desde a guerra os negócios puramente privados estão provavelmente declinando, os negócios com bancos estrangeiros está sendo fortalecido e estendido. Mas não temos nenhuma informação quantitativa sobre essas questões, antes de 1928 sequer sabíamos que parte dos depósitos publica-

11

"[O Banco da Inglaterra] sequer pode asseverar ter tentado até agora aplicar princípios científicos à busca de um ótimo econômico, à luz do dia e com a assistência de debates especializados e sob crítica, mas persegue destinações ocultas através de métodos descritos na City como 'a mão invisível'. CWJMK (VI:207) Não soa absurda, portanto, a hipótese de que a impermeabilidade do banco da Inglaterra e da City aos "debates especializados" e à "crítica" seja também uma das fontes da extensão da crítica de Keynes ao que depois se convencionou chamar de "política fiscal".

dos do Banco da Inglaterra representavam balanços de bancos membros e qual pertencia a outras classes de clientes." CWJMK (VI:208)

Mais ainda, apesar do uso limitado de um "open market" doméstico, a concorrência entre bancos centrais faz uso muito mais direto de uma política de variações da taxa de juros. E nesse caso, a política a seguir ao longo do tempo não pode ser outra que não a de seguir o comportamento médio dos bancos centrais. Ou seja, na economia fechada o grau de discricão do banco central é muito maior e no relacionamento entre os bancos, quando a taxa de juros passa a ser o instrumento crucial de gestão das reservas, do fluxo de mercadorias e do de capital, há uma tendência à adoção de um comportamento convencional. Que as reservas em ouro apareçam como fiel dessa convenção frágil é o pivô da irracionalidade apontada por Keynes.

"Um sistema internacional opera particularmente mal se os bancos centrais, fortes o suficiente para dominar temporariamente o tempo e o compasso dos outros, usam esse poder para promover políticas nacionais que destoam das exigências da posição internacional como um todo. O comportamento do Federal Reserve System dos Estados Unidos em 1929 e o do Banco da França em 1930 foram vistos por alguns como sujeitos a críticas desse ponto de vista. Tal qual, estou certo, o comportamento do Banco da Inglaterra em certos momentos críticos do século 19." CW (VI:256-7)

Ocorre que nada é mais difícil que essa compatibilização entre interesses nacionais e internacionais, entre interesses particulares e solidariedade. Poderia o Banco da Inglaterra, em 1929, evitar uma tragédia maior nos Estados Unidos? Ou a busca do retorno ao padrão-ouro, deveria ter sido menos obcecada na Inglaterra em nome dos riscos de agravamento dos desequilíbrios europeus?

"Devemos reconhecer, creio, que pode existir uma divergência real de interesses, e não devemos esperar dos bancos centrais um grau de desprendimento internacional muito à frente do sentimento nacional e do comportamento de outros órgão de governo nacionais." CW (VI:257)

Pode ocorrer que os governos nacionais recorram a mudanças nas suas taxas de juros para atuar sobre a dinâmica de investimentos doméstica, tornando o ideal de um sistema de taxas de juros fixas internacionalmente uma quimera. Em momentos de crise, certos países podem na prática elevar os juros para atrair fundos internacionais sem por isso reduzi-los em seguida, como determinariam as "regras" do padrão-ouro.

Ou seja, é a capacidade da Inglaterra influenciar os fluxos internacionais de crédito que conferia ao *laissez-faire* do pré-guerra a aparência de um sistema sólido e válido por si mesmo. Na medida em que os Estados Unidos e a França passam à condição de principais credores (inclusive por terem emprestado à Inglaterra para que ela pudesse sustentar as aparências do padrão-ouro), o significado do padrão-monetário muda. O seu suporte repousa sobre novas fronteiras.

A inovação de Keynes está portanto nessa tentativa de compreender o padrão monetário a partir das relações financeiras que lhe dão sustentação, e não a partir da relação supostamente direta entre a quantidade de ouro e o nível de preços. Para esse objetivo Keynes apela seja a pesquisas histórico-gráficas sobre o real significado da inflação de ouro no século 16 até estatísticas sobre as reservas efetivas de ouro e o volume de transações internacionais.

Mas do ponto de vista lógico, o passo fundamental é mostrar o padrão monetário como uma convenção sustentada por artifícios financeiros necessariamente temporais e temporários (ou historicamente limitados).

A Inglaterra (ou a elite da City) acostumara-se a um mundo em que conceder empréstimos externos era praticamente sinônimo de receber pela via das exportações de bens aquele recurso "de volta" (ou seja, garantir um equilíbrio do balanço de pagamentos). Com a progressiva superação da assincronia industrial por outros países, entretanto, pode passar a ocorrer que os caminhos habituais de financiamento do padrão-ouro sejam desviados, não mais correspondendo à saída de capitais (por exemplo quando nos EUA os juros sobem) uma entrada de pagamentos compensatórios.

É como se um organismo sofresse uma mudança gradual das vias circulatórias, provocando o necrosamento lento e dolorido de órgãos e funções cuja saúde parecia inesgotável. Na patologia keynesiana, as vias circulatórias financeiras irrigam cada vez mais a cabeça do sistema, concentrando-se ainda mais nos momentos de sobressalto, quando outros órgãos precisam de sangue para oxigenar suas funções produtivas e reativas. Um cérebro exageradamente oxigenado, entretanto, pode ceder facilmente a delírios, paranoias ou pânico enquanto o corpo permanece estático e extático. O coração torna-se frio como uma lâmina.

Keynes relativizava desde o *Tract on Monetary Reform* a necessidade de um sistema de câmbio fixo para o comércio internacional, sugerindo a implementação de mercados futuros de câmbio como forma de administrar a incerteza quanto à evolução das paridades. A questão é mais séria, admite, no caso das relações de débito/crédito, onde especialmente nos contratos de curto prazo uma variação nos termos contratuais pode alterar decisivamente as condições de pagamento. Nesse caso, a adoção de um padrão monetário internacional é muito mais desejável. Por que, então, hesitar diante da adoção desse padrão?

Primeiro, Keynes questiona a sabedoria de se ter um sistema monetário de âmbito mais amplo que o sistema bancário, de tarifas e de salários. Confe-re-se alta mobilidade a um elemento (capitais) de uma máquina (a economia) que tem as outras partes fixas, o que é um convite à ruptura de vias circulatórias estratégicas.

"A crença numa extrema mobilidade dos empréstimos internacionais e numa política indomável de *laissez-faire* com relação aos empréstimos externos, sob a qual cresceram a maioria dos ingleses, baseia-se (...) numa

visão simplista demais das relações causais entre empréstimos externos e investimentos externos." CW (VI:300)¹²

É a separação e o distanciamento entre os circuitos produtivo-comerciais, de um lado, e os financeiros num ambiente político internacional instável, de outro, que ampliam a incerteza ao ponto de se suspeitar da ruptura da ordem estabelecida:

"Se investidores ingleses, descontentes com as perspectivas domésticas, temendo conflitos trabalhistas ou nervosos quanto a uma mudança de governo, começam a comprar mais títulos americanos que antes, por que supor-se-ia que ser isso naturalmente compensado por um aumento das exportações inglesas? Pois, por certo, não o será. Deflagrará, em primeira instância, uma instabilidade do sistema de crédito doméstico - cuja resultante final é difícil ou impossível prever. (...) É, portanto, uma questão séria a de se é correto adotar um padrão internacional que permita uma extrema mobilidade e sensibilidade dos empréstimos externos, enquanto os outros elementos do complexo econômico permanecem excessivamente rígidos. Se fosse tão fácil jogar para cima e para baixo os salários, como se faz com as taxas de juros, muito que bem. Mas esta não é a situação efetiva. Uma mudança nas condições financeiras internacionais ou nos ares e climas do sentimento especulativo podem alterar o volume dos empréstimos externos, se nada é feito em contrapeso, pela casa dos milhões em poucas semanas. Mas não há qualquer possibilidade de alterar rapidamente o balanço de exportações e importações correspondentemente." CW (VI:300)

É importante portanto perceber já em Keynes uma análise do padrão-ouro como fenômeno financeiro. Ou seja, o sistema "de taxas de câmbio" no século 19 já era "financeirizado".¹³ Além disso, explicitava com rara falta de decoro as difíceis idiossincrasias geo-políticas abrigadas no que pareciam práticas financeiras austeras e responsáveis, ou seja, atentas a regras justificáveis cientificamente.¹⁴

¹² É difícil não deixar escapar aqui um elogio a mais esse aspecto de atualidade do pensamento de Keynes, haja vista a onda da desregulamentação financeira que domina o mainstream do pensamento econômico contemporâneo, especialmente na América Latina onde se aprendeu a falar de abertura do mercado de capitais muito cedo- desde a infância, afinal.

¹³ É forçoso reconhecer assim que o fenômeno da financeirização não é uma novidade dos anos 80 do século 20, como querem alguns autores.

¹⁴ Keynes onclua na sua discussão do padrão-ouro um capítulo sobre "O Problema da Autonomia Nacional" (CW ,VI, cap.36), onde alertava para a posição dos Estados Unidos como excessivamente poderoso para abrir mão de poderes em nome de um organismo internacional. CW (VI:301) Já para o Keynes do Treatise a evolução deveria ser em direção a um sistema de taxas de câmbio flutuantes, ou seja, sistemas nacionais independentes coordenados por um sistema internacional "administrado" por uma entidade supranacional que, mesmo usando o ouro como referência, permitiria flutuações em torno de um valor básico. CW (VI:302-3)

Keynes admitia portanto, por razões políticas, que o ouro fosse no máximo um "monarca constitucional" (CW, VI:348), sujeito à vontade de um gabinete de bancos centrais detentores do poder soberano. A uma entidade supranacional caberiam dois propósitos: a gestão do valor do ouro no longo prazo e a atuação contra distúrbios de curto prazo ("short-period fluctuations").¹⁵

A análise crítica do padrão-ouro revela não apenas os preconceitos mantidos pelos banqueiros, mas também a dificuldade com que (àquela época) colocava-se informação econômica relevante à disposição. Keynes encerra o TM fazendo uma denúncia do "impressionismo" vigente nas discussões econômicas, viés que se somava à inabilidade teórica dos burocratas e à armadilha estática do pensamento econômico convencional (Marshall).¹⁶

O padrão-ouro tornara-se praticamente universal no quarto final do século 19. Entre 1875 e 1914 configurou-se o que se considera a idade de ouro mítica dos acertos internacionais.¹⁷

Enquanto os banqueiros franceses e alemães frequentemente insistiam junto a seus clientes-devedores para que comprassem bens franceses e alemães, os banqueiros ingleses não impunham tais condições, confiantes de que no longo prazo seriam beneficiados independentemente do lugar onde o dinheiro fosse gasto.¹⁸ Quando a Inglaterra enfrentava um déficit de balanço de pagamentos, o Banco da Inglaterra simplesmente elevava os juros, atraindo capital de curto prazo do resto do mundo e freando a saída de capitais, reduzindo ao mesmo tempo o nível de atividade econômica na própria Inglaterra. Os banqueiros da City estavam portanto a tal ponto comprometidos com o circuito internacional que se dispunham a sacrificar metas nacionais.

Mas a gradual mas irreversível superação de assincronias no desenvolvimento industrial (atraso) de países como a Alemanha, França e Estados Unidos retirava da economia inglesa a capacidade de coordenar hegemonia financeira com hegemonia produtivo-comercial. Já em 1880 a constituição de barreiras tarifárias e outros mecanismos de proteção às "indústrias nascentes" havia se generalizado, mas não houve uma crise explícita do padrão-

15 No início de 1929 foi definida a criação do "Bank for International Settlements", no contexto da gestão das dívidas de guerra da Alemanha, que para Keynes seria uma instituição pronta a se converter num guardião da gestão monetária supranacional, não fosse o desequilíbrio de representação dos países envolvidos. O tema do banco central supranacional é portanto muito anterior às batalhas pela criação do FMI.

16 CW (VI:364-7).

17 Para o que segue, seguimos de perto Block (1989).

18 Block (1989:28).

ouro, que continuou operando como na idealizada "idade do ouro" até a Primeira Guerra Mundial. É contra esse caráter ocultante e idealizado do padrão-ouro que Keynes dirigia suas baterias.

O padrão-ouro como política econômica

"Crédito nos negócios é como lealdade para com um Governo. Deve-se contar com o que se pode encontrar dele, e trabalhar com isso se possível. (...) Argumentos de efeito para convencer são dispensáveis justamente para pessoas que precisem se convencer. Da mesma forma, um sistema imenso de crédito, fundado sobre o Banco da Inglaterra como pivô e base, existe atualmente. O povo inglês, e os estrangeiros também, confiam nele implicitamente. Todo banqueiro sabe que se tiver de provar ser digno de crédito, por melhores que sejam seus argumentos, terá de fato perdido seu crédito: mas o que temos não exige quaisquer provas. O todo repousa sobre uma confiança instintiva gerada pelo uso e pelo tempo."

Bagehot, 1873 (1931:67-8)

A crítica de Keynes explicita o fundamento financeiro do padrão-ouro e, nesse sentido, ao examinar as práticas bancárias que lhe estavam associadas, abre caminho para a compreensão do padrão monetário internacional como sistema de coordenação de bancos centrais (ou de modo mais amplo, como um sistema de coordenação de políticas econômicas a partir de uma hegemonia financeira afirmada internacionalmente).¹⁹

Ao mesmo tempo, se Keynes busca a compreensão dos fundamentos financeiros da coordenação de políticas econômicas, vai além ao explicitar a ambiguidade semântica dos procedimentos convencionais e comportamentais inerentes ao funcionamento de um padrão monetário-financeiro. Com isso, Keynes converte o principal mito do automatismo econômico (a autorregulação do padrão-ouro) no ponto de partida para uma renovação da idéia de economia como política econômica e inclusive para a denúncia da preca-

19

Nosso objetivo é mais o de evidenciar uma leitura de Keynes do que explorar exhaustivamente o momento histórico em questão. São conhecidas, por exemplo, as restrições de ordem conceitual ao conceito de hegemonia, mas vamos evitar essa discussão. Eichengreen (1987) pretende oferecer uma alternativa tanto à visão do ajuste automático quanto ao esquema "administrado" salientado por Keynes descartando a noção de hegemonia em nome do conceito de liderança usado em teoria dos jogos.

riedade dos dados econômicos quantitativos disponíveis para o debate da opinião pública, espaço por excelência de construção das convenções comportamentais, do "imaginário econômico-social"²⁰. Nas palavras de Sir Alec Cairncross

"(...) não há dúvida quanto à posição de Keynes. Ele confiava na inteligência humana. Ele detestava a escravização a regras. Ele queria discreção por parte dos governos e esperava dos economistas que assessorassem os governos no exercício da discreção. Mas ele certamente não tinha nenhuma visão exaltada quanto à sabedoria dos governos ou às virtudes da ciência econômica."²¹

Vários outros aspectos históricos ajudam a perceber como o padrão-ouro era mais um padrão de política econômica-financeira que um sistema ordenado de funcionamento espontâneo dos mercados de bens e moeda. Há importantes reparos, inclusive empíricos, à imagem mítica do padrão ouro²²:

- as estatísticas do comércio internacional revelam que havia um paralelismo e não movimentos divergentes entre as flutuações de exportações e importações de qualquer país, assim como na tendência geral dos movimentos de comércio exterior dos vários países,

- houve também uma "solidariedade dos preços nacionais"²³ quando medidos numa unidade de conta comum ou que as variações dos preços nacionais foram na maior parte contrabalançadas mais ou menos rapidamente pelas flutuações das taxas de câmbio, especialmente entre os países da periferia (principalmente da América Latina),

- a concorrência do custo internacional era restabelecida por meio da desvalorização, e não por meio dos ajustes descendentes dos preços e salários,

- constatou-se que as políticas de "neutralização" eram usadas no pré-guerras e que as "regras do jogo" eram usadas tão erradamente antes de 1914 quanto depois²⁴,

20 Bagehot observava entretanto que "o crédito é um poder que pode crescer, mas não pode ser construído" (1931:68). Keynes viveria numa época em que o problema da destruição/construção desse poder seria mais premente.

21 Citado em Chandavarkar (1987).

22 Para o que segue, apoiamo-nos em Triffin (1972).

23 Triffin (1972:26).

24 Triffin (1972:28) cita Bloomfield (1959).

- os países importadores de capitais tinham bem menos possibilidades de influir do mesmo modo no ritmo de suas importações de capitais, sendo estas determinadas pelas facilidades ou dificuldades predominantes nos principais centros financeiros,

- os superávits e déficits entre a Inglaterra e seu Império e até certo ponto com outros países eram compensados através de alterações nos depósitos bancários ingleses, e não à expansão ou contração global em seu volume e a entradas ou saídas correlativas de ouro,

- o mercado de desconto de Londres desempenhava um papel crucial no financiamento das exportações de alimentos e matérias primas dos países menos desenvolvidos, o que significava uma influência direta da política de juros britânica sobre o comércio e o balanço de pagamentos ingleses (aumentos nas taxas de redesconto reduziam os preços e custos ingleses, melhorando a competitividade de suas exportações e dos produtos substitutivos de importações no mercado doméstico,

- as restrições do mercado de desconto de Londres afetavam também a facilidade com que os estoques de alimentos básicos e matérias-primas podiam ser financiados, forçando assim a uma liquidação mais rápida e portanto declínios de preços nos principais produtos de importação da Inglaterra,

- os movimentos internacionais de capitais às vezes amorteciam e estimulavam déficits e superávits enormes e duradouros na conta corrente sem exigir qualquer correção a não ser em prazo muito longo (ou seja, exportações de capital da Inglaterra, França e Alemanha financiavam déficits persistentes nos "países em desenvolvimento" como por exemplo os Estados Unidos, Canadá, Argentina e Austrália,

- a Inglaterra sustentou superávits crescentes na conta corrente por mais de um século, sem qualquer tendência ao equilíbrio, originados principalmente numa recheada carteira de títulos de investimento no exterior, e que coincidia com grandes e crescentes déficits na conta de mercadorias (especialmente a partir do início do século 20),

- os investimentos ingleses no exterior subiram de uma média de menos de US\$30 milhões por ano em 1816-1855 para mais de US\$850 milhões em 1906-1913 e para mais de US\$1 bilhão nos últimos três anos anteriores à Guerra (um terço das exportações inglesas na época e 10% da renda nacional líquida)²⁵,

- como o próprio Keynes já advertia, os devedores sofrem mais que os credores com as flutuações nos fluxos de capitais, que foram intensas no último quartel do século 19,

- segundo a visão tradicional do padrão-ouro, as taxas de redesconto deveriam subir nos países deficitários sincronizadamente à perda de reservas, mas as médias anuais das taxas de redesconto de 12 bancos centrais (Inglaterra, Alemanha, França, Suécia, Finlândia, Noruega, Dinamarca, Bélgica, Suíça, Holanda, Rússia e Austria-Hungria) revelam que as taxas de todos os bancos tendiam a subir e cair juntas (como dizia Keynes), num movimento de alterações competitivas ou "defensivas" das taxas de desconto que de modo geral eram sincrônicas aos ciclos mundiais,

- o processo de ajustamento não dependia de qualquer equilíbrio do balanço de pagamentos nacionais em conta corrente, mas de uma harmonização residual "ex post" das políticas monetárias e creditícias nacionais nos países deficitários,

- mais que estabilidade, o que houve ao longo do século 19 foi uma "reversibilidade" dos preços, no sentido de que no final do século os preços "voltaram" aos níveis do início do século, quando se examinam números-índice, mas esse retorno deu-se através de flutuações significativas²⁶,

- pode-se também atribuir a estabilidade das moedas em termos de ouro, assim como das taxas de câmbio, ao crescimento do dinheiro bancário ou moeda fiduciária (depósitos bancários e papel-moeda, cujas quantidades ao longo do século 19 nunca foram estimadas com precisão e que em 1913 chegavam a 85% da circulação monetária total do mundo, enquanto o ouro representava apenas 10%),

- ainda segundo Triffin, "a conciliação entre os altos índices de crescimento econômico e a estabilidade do preço do ouro e das taxas de câmbio tornou-se possível, na verdade, em virtude do rápido crescimento e do manejo adequado da moeda escritural", ou seja, o século 19 deve ser visto como "o século de um novo e ascendente padrão de dinheiro de crédito e da eutanásia do ouro e da prata como moeda, e não como o século do padrão-ouro"²⁷.

A realidade histórica remete portanto para algo bem distinto do padrão-ouro, remete à disseminação progressiva (ao menos na Inglaterra) de uma

²⁶ Triffin comenta o absurdo dessa comparação dizendo que entre 1913 e o começo da década de 1930 também houve uma reversão dos preços aos níveis iniciais nos EUA e Inglaterra (como resultado da depressão), o que nada prova em termos de estabilidade. Cf. Triffin (1972:39).

²⁷ Triffin (1972:43).

importante inovação financeira, a saber, a substituição da moeda lastreada em metal por moeda fiduciária cuja oferta depende em boa medida da emissão de cheques pelo sistema bancário.²⁸ É a essa "revolução" que Bagehot alerta em seu clássico "Lombard Street"²⁹.

O Peel's Act de 1844 impusera uma limitação à emissão de notas pelo Banco da Inglaterra, a expansão concomitante das reservas em ouro. Bagehot, que reclama da polarização do debate econômico em torno dos defensores e críticos do Peel's Act, ressalta entretanto que:

"(...) um quarto de século passou desde 1844 - um período singularmente notável por seu progresso material e quase maravilhoso no seu desenvolvimento bancário. Mesmo, portanto, que os fatos tão citados em 1844 tivessem a importância que lhes é atribuída - e eu acredito que em alguns aspectos mesmo então eles eram superestimados - nada haveria de surpreendente em descobrir que num mundo novo novos fenômenos surgiram que são agora mais amplos e intensos. Na minha opinião esta é a verdade: desde 1844, Lombard Street mudou tanto que não podemos julgá-la sem descrever e discutir um mundo sobretudo vigoroso e adulto que era então pequeno e fraco." Bagehot (1931:3)

Bagehot ressalta o caráter dinamizador do crédito na vida econômica, não apenas através dos créditos internacionais, mas também pelo efeito de "democratização do comércio" que desbanca o velho capitalista mercantil. As grandes famílias italianas, os velhos capitalistas, tornam-se conservadores e temem a mudança, mas

"(...) a estrutura vulgar e grosseira do comércio inglês é o segredo de sua vida, pois contém a "propensão à variação" que, no reino social como no animal, é o princípio do progresso". Bagehot (1931:10)

28

Isso não significa afirmar que nunca antes houvessem sistemas bancários com autonomia de crédito ou mesmo sistemas desenvolvidos de moeda fiduciária. Quando se usa o termo inovação financeira isso não remete necessariamente ao surgimento de algo completamente original, inédito. Inovação, como sempre sugeriu Schumpeter, é por excelência a combinação criativa de recursos existentes, mesmo quando esses recursos já estão presentes há séculos. Trata-se portanto de uma visão estratégica de inovação, como relação entre agente e ambiente. Esse entendimento do conceito de inovação deve ser a vacina contra o etapismo de inspiração marxista, em que a financeirização "define" uma nova etapa histórica (em analogia com as análises hilferding-leninistas do imperialismo e do capital financeiro como elementos de uma "etapa superior". A financeirização existe desde que os banqueiros judeus financiavam os reis de Europa, e é "ler mal Marx" justapor a exposição dialética dos momentos do capital a uma "progressão dialética da História".

29

Walter Bagehot (1826-1877) foi jornalista e economista, diretor do semanário *The Economist* entre 1860 e 1877 (de propriedade de seu sogro). Sua obra *Lombard Street, a Description of the Money Market* teve a primeira edição em 1873.

Mas é na "propensão à variação" de Bagehot que se encontrará também a fonte do mal, já que a dinâmica financeira convida à instabilidade:

"Todos os negócios repentinos vêm à Inglaterra, e assim frequentemente desapontam tanto a probabilidade racional quanto as previsões dos filósofos. O Canal de Suez é um desses casos curiosos. (...) Afinal, essas previsões plausíveis podem ou não estar corretas (...)". Bagehot (1931:14)30

É o acesso ao crédito que explica, ainda segundo Bagehot, a capacidade da Inglaterra baratear seus produtos e manter o domínio comercial internacional:

"A principal conclusão é muito simples - o comércio inglês tornou-se essencialmente um comércio sobre capitais de empréstimo, e que é apenas por esse refinamento do nosso sistema bancário que somos capazes de fazer o tipo de comércio que fazemos, ou nas quantidades em que é feito." Bagehot (1931:16)

Mas as bases desse sistema de crédito fragilizam-se com a própria expansão britânica. Os depósitos de clientes estrangeiros constituem parte importante das contas bancárias, frequentemente ancoradas em contratos de curto prazo. Momentos de pânico podem ser catastróficos numa economia que foi tão longe na expansão do crédito sobre reservas tão diminutas. Confiar na "discreção" dos que administram o sistema é perigoso:

"A maioria dos homens de negócio pensa - 'De um jeito ou de outro esse sistema vai durar enquanto eu viver e até muito mais'. Mas o fato exato é que ele não existe há muito tempo. A captação dessas somas enormes num lugar e em poucas mãos é coisa inteiramente nova.(...) Não podemos portanto apelar para a experiência para provar a segurança de nosso sistema na forma atual, pois a sua atual magnitude é completamente nova. (...) Não sou de modo algum um alarmista. Acredito que nosso sistema, embora curioso e peculiar, possa ser operado com segurança, mas se queremos que assim seja, precisamos estudá-lo. Não devemos pensar que temos uma tarefa fácil quando diante de uma tarefa difícil, ou que estamos vivendo num estado natural quando na realidade vivemos num estado artificial. O dinheiro não vai se administrar por si mesmo, e Lombard Street tem um bocado de dinheiro para administrar." Bagehot (1931:20)

Palavras de um observador em 1873, que em grande medida prenunciam não apenas a temática e o ceticismo quanto a regras de saber empírico de Keynes,

mas a própria abordagem que vincula a dinâmica monetária a um processo de desenvolvimento cujo desfecho é tão mais incerto quanto mais poderosas as forças envolvidas.

Parte importante da instabilidade era atribuída já por Bagehot à qualidade e densidade das relações financeiras e comerciais da Inglaterra com o resto do mundo. É ao caráter inesperado e volumoso de certas demandas por liquidação de contratos que Bagehot atribui parte importante da responsabilidade por essa instabilidade (daí seu apego a uma visão dos ciclos econômicos como determinados em boa medida pelos resultados do setor agrícola e seus exemplos de crises de crédito devidas a más colheitas).

Como lidar com esses momentos de drenagem monetária provocada por acidentes naturais, crises internacionais ou ciclos de negócios? Segundo a teoria convencional, a escassez de lastro levaria a um aumento dos juros, forma de atrair capitais e cobrir a drenagem com uma injeção de novos recursos (no caso, um afluxo de metal para lastrear a moeda doméstica).

Mas para Bagehot, em oposição ao que se suporia à primeira vista, a melhor forma do banco dos bancos que detém a custódia das reservas bancárias lidar com uma drenagem resultante de uma crise de crédito doméstica é emprestar livremente, embora o primeiro **instinto** de qualquer um seja o oposto. O descrédito significa a opinião de que "você não tem dinheiro suficiente" e, para dissipar essa opinião, você deve se possível mostrar que tem dinheiro, "deve empregá-lo para o bem público de modo a que o público saiba que você tem dinheiro". **A política econômica surge então essencialmente como produção de informação relevante.**

Ou seja, contra esse hobbesiano **instinto privado** de defesa e sobrevivência (estocar o máximo de algo que se torna repentinamente escasso, no caso dinheiro e, na mente das autoridades monetárias da época, ouro), Bagehot recomenda um ato de **sinalização** que afaste o pânico e restaure **publicamente** as condições de solidariedade temporariamente rompidas. O problema da administração de um pânico não deve ser pensado como um problema bancário, mas sim como um problema "mercantil" dadas as profundas conexões financeiras da economia "real".

Bagehot remete-nos ainda à história das instituições bancárias (e à visão que dela já apresentava Adam Smith), onde desde o início do século 17 é crucial uma aliança entre o aumento do comércio internacional e o estabelecimento de intermediários financeiros que ofereçam instrumentos compensatórios à incerteza associada às moedas metálicas correntes, inclusive garantindo a continuidade dos negócios através de letras de crédito.³¹ Sua discussão

31

Bagehot remete ainda às origens políticas do Banco da Inglaterra, que nasceu como uma companhia financeira Whig.

remete sempre aos elementos convencionais e institucionais operando no mercado e, mais ainda, ressalta a profunda variabilidade desses elementos e as dificuldades que essa instabilidade acarreta para a definição de regras simples para o jogo regulado pelo Banco da Inglaterra:

"(...) não há proporção fixa ou certa do seu passivo a ser colocada atualmente como reservas do Banco. A velha noção de que um terço, ou qualquer outra fração, é em todos os casos suficiente, deve ser abandonada. As prováveis demandas sobre o Banco são tão variadas em volume, e tão pouco transparentes a partir dos dados de seus balanços, que nenhum cálculo simples e fácil é uma orientação suficiente." Bagehot (1932:300)

Infelizmente, agrega Bagehot, a regra mais simples nem sempre é a mais confiável.

"Um mesmo remédio para muitas enfermidades acaba matando o paciente" Idem (1931:301).

Mesmo o acompanhamento da taxa de mercado como guia deve ser abandonado como regra simples de determinação da taxa de juros adequada. Acompanhá-la é a própria receita para gerar pânicos ainda mais numerosos, adverte.

"O crédito é uma opinião gerada pelas circunstâncias e variável segundo as circunstâncias. O estado de crédito a qualquer momento é uma questão prática a ser avaliada como outras questões práticas, pode ser conhecida apenas através de tentativa e erro. Da mesma forma, nada além da experiência pode dizer-nos a quantidade de "reserva" capaz de criar uma confiança generalizada; sobre tal matéria não há como chegar a uma conclusão justa senão por incessante observação da mentalidade pública, apreendendo a cada momento como ela é afetada." Bagehot (1931:304)

Em suma, Bagehot analisa a emergência do Banco da Inglaterra como um banco central e apresenta uma das mais precoces defesas de sua atuação como prestador de última instância, já que a tradição colocou sobre essa instituição o ônus de ser vista como símbolo da solvência ou insolvência da própria Inglaterra. O dilema prático era compatibilizar o uso da taxa de juros como instrumento para evitar um dreno de reservas (dreno externo) com a opção por uma política de ampliar os empréstimos e ampliar a liquidez para evitar um pânico interno.³³

Os comentários de Bagehot sobre o funcionamento da City às vésperas do que se convencionou chamar de auge do padrão-ouro (a partir de 1870) adensam a abordagem que seria posteriormente apresentada por Keynes do padrão monetário como operação discrecional de política econômica. Para completar o quadro histórico no qual o padrão-ouro aparece como **problema**

de política econômica devemos ainda ressaltar que mesmo ao longo do século 19 o debate econômico esteve longe de um consenso sobre o caráter dos "ajustes automáticos" comumente associados ao "padrão".³²

Na realidade, a classificação do material conceitual e doutrinário já é em si problemática, mas pode-se com algum grau de fidelidade aos fatos afirmar que o debate em torno dos mecanismos de ajuste internacionais foi o solo sobre o qual afirmou-se aos poucos uma tendência de pensamento mais atenta aos determinantes do que hoje se denomina política econômica, em oposição a uma tendência mais formalista e, se se quiser, atenta ao "longo prazo".³³

Flanders identifica didaticamente um "protomodelo", cuja origem remete ao trabalho de Gervaise em 1720 e mesmo aos escritos de autores mercantilistas como Mun, atentos aos efeitos econômicos internos do trânsito de metais.³⁴

O elemento básico é a generalização de que sob um regime de câmbio fixo a oferta monetária de qualquer país é endógena. As características do protomodelo são as seguintes:

- é um modelo de equilíbrio estável de longo prazo,
- distúrbios reais têm efeitos de longo prazo, os monetários não,

32 No que segue, acompanhamos Flanders (1989).

33 "Longo prazo" no sentido metodologicamente discutível de que os modelos formais de equilíbrio geral representam um estado futuro efetivo da economia. A distinção entre uma tendência formalista e outra policy-oriented é consagrada por Flanders, que reproduz uma versão contemporânea dessa distinção nos termos de Dornbusch, Frenkel (1984:243): "O modelo tradicional do mecanismo de fluxo preço-espécie, originado em David Hume, enfatiza o impacto dos preços relativos na balança comercial e portanto no balanço de pagamentos e no fluxo internacional de moeda metálica. Uma deterioração do equilíbrio externo devida a um aumento da despesa agregada ou a um desenvolvimento adverso das exportações líquidas levará a uma exportação de moeda metálica, à deflação monetária, gastos decrescentes e deflação de preços. Tanto a queda nas despesas quanto a deflação operam no sentido de restorar o equilíbrio externo. O modelo que esboçamos aqui, ao contrário, coloca ênfase nos fluxos de capital e na política bancária como os principais fatores do processo de ajustamento. As duas visões do processo de ajustamento são evidentemente complementares, embora possam muito bem corresponder a diferentes períodos de ajuste." Flanders (1989:5, nota 1). Cumpre entretanto salientar que do nosso ponto de vista, em oposição a Dornbusch, Frenkel, constatar a diferença de ênfase e de método (formal X policy-oriented) não acarreta necessariamente colocar a questão da "complementariedade" das abordagens em termos de diferentes "períodos" e, menos ainda, vê-los como peças de um processo efetivo de "ajustamento".

34 Isaac Gervaise publicou em 1720 *The System or Theory of the Trade of the World*.

- supõe-se que a dinâmica do processo de ajustamento tenha lugar suavemente (ou ao estilo de uma estática comparativa),
- os fatores de produção, inclusive capital, são perfeitamente móveis internamente e imóveis internacionalmente, sem que ocorra também trocas inter-temporais entre os países,
- é um modelo de mercados livres e sem interferência governamental,
- o estoque de moeda mundial é uma variável exógena, mas não a sua distribuição entre os países, sendo o papel do banco central ou de qualquer sistema bancário inessencial ou inexistente,
- geralmente apresenta-se como um modelo de taxas de câmbio fixas.

Trata-se portanto de um modelo sem financiamento de desequilíbrios de balanço de pagamentos, ou seja, sem movimentos acomodatórios de capitais de curto prazo³⁵.

A vertente **policy-oriented** tem início evidente com Bagehot e poderia ser chamada também de "escola da taxa de juros" ou "Bank rate school" (expressão usada por Keynes no Treatise). Os bancos comerciais e o banco central operam no mercado, induzindo movimentos de capital financeiro de curto prazo **depois** que tem início uma evasão de moeda metálica (reservas internacionais). É essa intervenção da taxa de juros que afeta o roteiro de endogeneidade da moeda apresentado pelos clássicos.

A novidade que nos interessa nessa vertente é a emergência de "elementos normativos" no âmago da discussão sobre "mecanismos econômicos": ou seja, trata-se de um debate sobre temas monetários que acaba por revelar com vigor a importância das relações entre economia e finanças, numa dimensão internacional e com importantes implicações sobre o âmbito das decisões de natureza pública, o que entre outras consequências revigora o debate público e as exigências de maior transparência dos dados econômicos.³⁶

35 Há debate também sobre até que ponto no modelo clássico de ajustamento as alterações de preços relativos são cruciais. O modelo de "ajuste monetário do balanço de pagamentos" mais recente (adotado pelo FMI) é considerado uma derivação do protomodelo, já que ressalta os ajustamentos através de quantidades. Mais ainda, nos clássicos os choques originantes de desequilíbrios eram via de regra "reais" (por exemplo, quebra de safra).

36 "Pode-se especular sobre as razões para a relativamente súbita emergência dessa visão do mundo no final do século 19 e início do 20. Um problema, como veremos, é o cruzamento íntimo de enunciados normativos e positivos nesse corpo de pensamento." Flanders (1989:20)

Nessa vertente o debate sobre o padrão-ouro aparece portanto já na segunda metade do século 19 (na figura de Bagehot) como um debate sobre política econômica.³⁷

Um primeiro conflito de opiniões surge em torno da questão da moeda metálica (**bullionist controversy**), em que a desvalorização da libra no início do século era associada por uns (os monetaristas de então) ao excesso de emissão para financiar o envolvimento nas guerras napoleônicas, por outros à necessidade de pagamentos significativos no exterior (entre 1797 e 1819 a Inglaterra suspendeu os pagamentos em espécie). Ricardo assumira a posição metalista (**bullionist**). A segunda controvérsia foi a célebre oposição entre a escola bancária e a escola monetária, que surgiu a partir do retorno da conversibilidade em 1819 (o primeiro Ato do Parlamento conhecido por Peel's Act antes do que seria promulgado em 1844). Os adeptos da escola monetária (**currency school**, sucessora da **bullionist**) criticavam a conexão entre as reservas em ouro do banco da Inglaterra e as notas + depósitos. Com a Comissão sobre Bancos de Emissão (**Committee on Banks of Issue**, 1840), surge a escola bancária (**banking school**). Como sempre, tudo gira em torno da busca de definições adequadas de dinheiro e, a partir disso, das decisões e regras de ação coconsideradas adequadas a um banco central.

A "regra de Palmer", estabelecida em 1831, fixava na margem uma relação de 1:1 entre as mudanças no volume de reservas em espécie e a soma de notas e depósitos. A regra falhou e os adeptos da escola monetária passaram a recomendar uma restrição da regra à relação entre espécie e notas.³⁸ Já os adeptos da escola bancária, depois da crise de 1839 e da Comissão de 1840, argumentavam que os depósitos bancários e as letras de câmbio eram dinheiro assim como as notas do Banco da Inglaterra. Ou se regulava esse conjunto ou não se regulava nada. Para os adeptos da escola bancária um sistema em que se cria crédito sobre empréstimos comerciais não expandiria

37

Evidentemente sempre se debateu sobre os rumos dos governos, desde a Antiguidade. A publicidade, ou seja, o caráter democrático do debate é que ressalta como inovação, numa escala e através de meios que o afastam em aspectos decisivos da ágora ateniense. A cidade antiga avançava em direção ao futuro, mesmo nas épocas democráticas, sem violar alguma forma de veneração ancestral, preservação de origens e, ainda, celebração mítica da transmissão de algum fogo original. Havia ainda (como haveria depois, com o nazismo por exemplo) um apego a raízes puras, como no mito hesiódico das raças em que se cultua "um tempo antigo em que os homens viviam ao abrigo dos sofrimentos, das doenças e da morte (...) males que se tornaram, em seguida, inseparáveis da condição humana". Vernant (1973:11). A modernidade se instaura com a impossibilidade da Filosofia Política resolver a contento essa saída do Paraíso, movimento coincidente com o fortalecimento da percepção existencial ocidental de um tempo direcionado para a morte e não condutor da vida essencial ou primitiva, como entre os gregos (essa vocação à reiteração das origens é sublinhada por Coulianges em seu "A Cidade Antiga", que retoma com precisão os rituais de fundação das cidades). Entre inúmeros aspectos relevantes dessa nova percepção temporal ocidental orientada pela morte é oportuno lembrar justamente o de sua publicidade. Ariés (1989:21). A democracia grega tinha portanto compromissos com o passado, enquanto na modernidade a democracia deve conviver com a percepção pública de um futuro negativo (a morte).

38

Notas bancárias, não depósitos bancários, deveriam portanto ser considerados como dinheiro.

a oferta monetária excessivamente, não podendo ser responsabilizado pela inflação, depreciação cambial ou perda de reservas. Qualquer excesso de emissão bancária retornaria aos próprios bancos para resgate. As flutuações econômicas associavam-se portanto aos ciclos de crédito, não à quantidade de moeda em circulação.³⁹

Sem negar a conversibilidade em si mesma, os autores da escola bancária eram (em termos atuais) menos monetaristas ou desregulamentacionistas, tomando as necessidades de crédito dos negócios como que determinadas exogenamente e, dados os preços, fazendo a oferta monetária depender do nível de atividade econômica.

O Ato de 1844 separou no Banco da Inglaterra os departamentos de Emissão e Bancário. O primeiro tinha capacidade de emissão fiduciária (contra títulos) até certo ponto, sendo o restante lastreado em metal, de tal sorte que os fluxos de moeda metálica fossem refletidos na circulação de notas fora do departamento de Emissão. O departamento Bancário funcionaria como qualquer outro banco, colocando em carteira notas do departamento de Emissão em troca de metal e moedas como reservas. A regra limitava portanto a capacidade do Banco da Inglaterra operar como emprestador de última instância. Em 1847 houve novo pânico bancário, agravado pela aderência do Banco da Inglaterra às regras que limitavam sua atuação como emprestador de última instância.

Flanders coloca uma provocativa questão: se os adeptos da escola bancária afirmavam ser impossível um excesso de emissão de notas pelos bancos, como conciliavam essa posição com a defesa do Banco da Inglaterra como emprestador de última instância? (1989:37) Na realidade, portanto, o debate sobre a quantidade adequada de notas a emitir era "indecidível" (como Bagehot afirmara), e toda a questão acabava por resumir-se a uma questão de uso discrecionário da autoridade monetária (sem regras precisas).⁴⁰

O interesse concentra-se portanto nos efeitos da ação sobre a taxa de juros, principalmente um entendimento mais detalhado dos aspectos domésticos, já que os efeitos internacionais (deslocamentos de capitais de curto prazo) eram mais frequentemente reconhecidos em autores do século 19. Mesmo Marshall, segundo a interpretação que Keynes faz de seus depoimentos nas Comissões sobre Ouro e Prata e sobre Moeda na Índia, associa a uma variação na oferta monetária efeitos de estímulo sobre a especulação e o investimento.

39 A escola monetária, vencedora, teria sua visão cristalizada no Ato de 1844.

40 O debate recente sobre o conflito entre regras e discreção é resenhado criticamente em Barro (1986) e Argy (1988). Entretanto, Flanders (1989:69) alerta tratar-se no debate sobre o padrão-ouro de algo mais primitivo, se comparado a temas recentes como "metas nacionais". Trata-se de uma qualificação talvez restritiva demais, já que nos textos originais o exame da "variável instrumental" (termo de Flanders) reservas das autoridades monetárias certamente se prende a considerações mais gerais sobre estabilidade econômica, de preços e mesmo de geo-política.

Bagehot já apontava para as dificuldades do Banco da Inglaterra conciliar o bloqueio de drenos externos (via elevação dos juros) com a manutenção da saúde doméstica (evitando pânicos e operando como prestador de última instância). O problema complica-se não por falta de teoria, mas pela insuficiência desta (em função da delicadeza psico-social das corridas financeiras) e pelo caráter **temporário** das ações efetivas de um banco central sobre as taxas de juros num sistema de câmbio fixo.⁴¹

Marshall, em 1887, seria o segundo autor a enunciar uma visão do mecanismo monetário internacional conferindo importância à operação das taxas de juros.⁴² Embora endossasse a escola monetária, Marshall admitia no curto prazo um impacto dos juros sobre a especulação (ou "investimento" entendido como acumulação de estoques).

O deslocamento da análise sobre o padrão-ouro para o quadro das determinações da taxa de juros remete ao tema das "regras do jogo", do poder discricionário de um banco central, como já salientamos acima. Para os nossos fins, ou seja, para a caracterização do tipo de mudança na forma de pensar a economia por Keynes, esse deslocamento é da maior importância: coloca-se a economia sobre um tabuleiro de decisões humanas, sem a pretensa segurança de leis naturais regulando o curso dos acontecimentos.

Nesse sentido, é crucial lembrar que deve-se ao próprio Keynes o uso inaugural da expressão "regras do jogo", num artigo escrito em 1925 para o *The Nation and Athenaeum*, onde afirma que

"se precisamos ter um padrão-ouro, seria melhor jogar o jogo do padrão-ouro de acordo com as regras reconhecidas",

e, também em 1925, no *The Economic Consequences of Mr. Churchill*, alerta para o fato de que

"O Banco da Inglaterra é compelido a restringir o crédito por todas as regras do jogo do padrão-ouro".⁴³

⁴¹ Se o câmbio é fixo, a política de resgatar instituições em crise pode eventualmente levar o sistema para uma trajetória típica do modelo da escola monetária, em que surgem pressões sobre os preços e o balanço de pagamentos que, por sua vez, exigem uma opção pela elevação dos juros. O que sempre fica indeterminado é o timing dessas intervenções, ao contrário do modelo clássico em que tudo parece obedecer a algum automatismo.

⁴² Trata-se principalmente de depoimentos parlamentares, como diante da Comissão sobre Ouro e Prata, e não de uma produção estritamente acadêmica, o que constitui no exame da evolução do debate sobre temas monetários uma espécie de "tradição oral". Isso leva Flanders (1989:57) a observar que "no contexto de questionamento oral, é frequentemente difícil precisar suas visões".

Um motivo adicional para colocar em discussão o caráter discrecional das ações do banco central é a constatação empírica de que em certas ocasiões o Banco efetivamente agia segundo critérios alheios às regras do Ato de 1844. Tal era o caso, por exemplo, em situações como a do período 1890-95, quando o Banco reagiu a um influxo de ouro praticando um aperto monetário. Em 1894 houve um influxo de ouro devido à descoberta de novas minas na África do Sul e a compras de prata pelos Estados Unidos (**Sherman Act**).

Nesse mesmo período o comércio exterior refluíu e os investimentos externos declinaram, caracterizando uma situação de "excesso de liquidez". Segundo os preceitos do jogo do padrão-ouro, a situação deveria ser encarada passivamente pelo Banco, já que o impacto da expansão monetária sobre os preços, sobre o comércio e o crédito naturalmente levaria o mercado para uma situação de aquecimento da demanda e, portanto, de elevação dos custos do redesconto. Entretanto, o Banco resolveu **antecipar-se**, dando mais peso à ação temporária dos Estados Unidos, promovendo por **precaução** um aperto diante do influxo presente em nome da expectativa de um dreno futuro.

A questão do "lag" temporal e da possibilidade de medidas precaucionárias subverte bastante o quadro de automatismo pintado pelos defensores do padrão-ouro. A autoridade monetária podia, na verdade, esperar que o dreno ocorresse e, constatando a escassez de reservas, elevar as taxas para reverter o processo ou, antecipando essa eventualidade, elevar as taxas antes mesmo do dreno assumir contornos definidos. A "regra" transforma-se portanto, na prática, num exercício arbitrário de avaliação da temporalidade que se deve supor adequada ao funcionamento ajustado da economia. Uma avaliação cujos critérios, até hoje, estão longe de serem conclusivos.

Na prática ocorria portanto não apenas intervenção discricionária, mas recurso a outros expedientes desconsiderados nos modelos de ajuste automático, tais como cotações diferenciadas das barras e moedas de ouro para diferentes países, de acordo com a escolha de quem se queria fazer vender ouro, além de empréstimos sem juros para importadores de ouro (cujo efeito na prática era alterar a própria taxa cambial).

Os debates sobre o padrão ouro foram evidenciando que o próprio ouro, seus movimentos, eram um **sinal** para a ação, não parte do mecanismo

43

É interessante que Keynes não se refira nessas ocasiões às regras do padrão-ouro, mas às regras do jogo do padrão-ouro Flanders (1989:19). Outro aspecto a notar é que, apesar de se falar em regras, o que está em jogo é a possibilidade (frequentemente realizada) de intervenção discrecional do Banco da Inglaterra para "fazer valer" os automatismos do padrão-ouro Flanders (1989:69).

mesmo.⁴⁴ O Comitê MacMillan, do qual fazia parte Keynes, concluía em 1931 que:

" (...) O sentido em que se pode considerar o padrão ouro automático é portanto muito limitado; é automático apenas como um indicador da necessidade de ação e do objetivo a ser alcançado." (MacMillan, 1931, apud Flanders, 1989:89).

A participação de Keynes no Comitê MacMillan ficou marcada por duas visões básicas: a de que há assimetrias no sistema, assim como fatores de rigidez. O keynesianismo colocaria toda a ênfase da visão de Keynes na questão dos fatores de rigidez, especialmente dos salários nominais. Uma rigidez só pode ser percebida como ausência de um ideal. Assimetrias, ao contrário, definem-se "estruturalmente", em ato, sem que se necessite medir a assimetria tomando por referência um padrão ideal.⁴⁵

Ao fazer a crítica do padrão ouro Keynes identifica fatores de rigidez, mas a sua inovação depois menosprezada é a ênfase na percepção de assimetrias, em que as principais autoridades e agentes trabalham em termos de indicadores e sinalizações conjunturalmente estratégicas. É o jogo racional possível quando se sabe que o padrão de medida vigente é eminentemente convencional.

A participação de Keynes no Comitê MacMillan foi intensa, como Relator e como Testemunha. Seu depoimento durou várias horas e veio a ser publicado para o grande público apenas postumamente, em 1981 (Collected Writings XX). É portanto um Keynes da tradição oral de Cambridge, digamos assim, dessa recorrente participação dos grandes economistas acadêmicos em debates parlamentares da época (prática na qual Marshall já se notabilizara).

44 Idem (p.88).

45 O keynesianismo reduzido à identificação de fatores de rigidez corresponde aos que Joan Robinson denominava "keynesianos bastardos". Vale indagar porque tanta virulência contra herdeiros que, impossível negar, bebem também em textos do próprio Keynes. Uma explicação plausível para a ira de Joan Robinson vem do fato de que a idéia de rigidez desqualifica a possibilidade de política econômica. Como arbitrar um processo de ajuste, ou seja, conduzir uma negociação se uma das partes "impede" o diálogo? O keynesiano bastardo apega-se a um esquema operacional convencional sempre que se abre o momento de negociação - pois negociar significa legitimar ou não o conjunto de regras que estruturam uma convenção. Incapaz de rever criticamente seus pressupostos, o bastardo projeta na prática do Outro a rigidez de seu próprio discurso, assim como sua incapacidade de ser ação prática consciente de si. Afinal, o keynesiano bastardo sonha com uma política econômica que não seja efetivamente política econômica, mas apenas o encantamento mimético das forças de mercado. Ao não encarar no espelho o vazio de seu discurso, o bastardo transfere ao espaço extra-discursivo a responsabilidade pela impossibilidade de diálogo.

Devemos supor que esses temas e enfoques, verbalizados numa comissão parlamentar, tivessem existência num éter institucional? A negativa é evidente. Keynes circulava em vários meios, mas nunca abandonou a peripatética Cambridge, sendo mais natural imaginar que essa tradição de mobilização política "oral" impactasse significativamente a academia, como aliás ocorre até hoje em qualquer democracia do mundo.⁴⁶

Os documentos do Comitê MacMillan, entretanto, justamente por serem menos "acadêmicos" podem usar uma linguagem relevante para a compreensão do trabalho mais "técnico". Com relação por exemplo à questão da rigidez salarial, Keynes descarta o olhar acadêmico que mede a rigidez com base num ideal pressuposto, insistindo num elemento de conhecimento histórico:

"(...) a não ser nas flutuações cíclicas, nunca houve na história moderna ou antiga uma comunidade preparada para aceitar sem imensa luta uma redução no nível geral de renda monetária. (...) Muitos de nossos monarcas descansam sob a acusação injusta de terem depreciado a moeda para vantagem pessoal, mas estou convicto de que só o fizeram para evitar o que consideravam ajustes salariais intoleráveis." (CWXX:55-65)

A partir desse ponto, toda a discussão de Keynes no Comitê MacMillan desloca-se para a sugestão de políticas alternativas que sejam viáveis prática e politicamente. Ou seja, trata-se de abrir um leque de estratégias alternativas cuja ordem de prioridade depende de fatores pragmáticos e não de um equilíbrio teórico que, na realidade da Inglaterra dos anos 20, era também um "equilíbrio espúrio" (CWXX:68). Constatadas as falácias do "mecanismo" do padrão ouro, (superutilização equivocada da política monetária, impossibilidade de compatibilizar objetivos de pleno emprego com regulação dos fluxos internacionais de capitais - ou seja, conflito entre objetivos externo e interno de uma única política), resta construir outro consenso que ultrapasse a aparência de consenso cristalizada no uso do ouro como padrão monetário ou na obediência a critérios teóricos indiferentes à questão do tempo:⁴⁷

"Os economistas passam a maior parte do tempo descrevendo e discutindo o que acontece numa posição de equilíbrio, e usualmente afirmam que uma posição de desequilíbrio é meramente transitória. Eu quero estudar o que acontece durante o processo de desequilíbrio, um que leve tempo o suficiente para ser observado." (CWXX:72)

46 Em seus depoimentos Keynes seguidas vezes chama a atenção de seus interlocutores para a publicação iminente de uma versão "técnica" de suas idéias, o *Treatise on Money*.

47 As sugestões de Keynes, cujo detalhe não cabe examinar aqui, iam do protecionismo à desvalorização cambial, passando pela concessão de subsídios e aumento da produtividade. Mas o ponto máximo de sua argumentação, já nos anos 30, era a defesa de esquemas de cooperação entre bancos centrais.

A gravidade dessa inclinação dos economistas levou Keynes a concentrar esforços na redefinição de conceitos elementares, praticamente abandonando nos quinze anos seguintes a preocupação com o padrão ouro que marca o *Treatise on Money* e os trabalhos no Comitê MacMillan. Mas o fato de ter abandonado o tema não significa que os termos postos pelo jogo do padrão monetário perdessem relevância. Ao contrário, servem como referência crucial para a releitura da obra de Keynes como uma teoria da política econômica como problema.⁴⁸

Além do suporte a uma percepção **policy-oriented**, o exame crítico do padrão ouro e das análises feitas por Keynes devem servir de antídoto contra uma distinção formal entre regras e discreção, consagrada na literatura econômica sobre gestão de bancos centrais. A gestão econômica ativa só pode ocorrer sob um conjunto de regras, ainda que a gestão coloque recorrentemente em causa exatamente a universalidade das regras.

Regras são sempre por definição invariantes no tempo, ao passo que a ação discrecional só tem sentido acompanhada de um recorte temporal preciso, estratégico - como se fosse necessária uma rápida quebra de regras para tudo voltar "ao normal".

Por isso a ação de política econômica é sempre "de curto prazo", não porque seja ineficaz no longo prazo - mas porque essa simulação é parte essencial de sua racionalidade⁴⁹. A teoria econômica tem dificuldade, entretanto, no trato dessas assincronias reais e teóricas. Na realidade as regras e a ação estão em tempos lógicos distintos que, de modo inevitável e irreversível, comunicam-se recorrentemente pois fazem parte do mesmo jogo.⁵⁰

Política econômica como debate público

A morte de Deus e o nascimento da democracia de massas são os dois fatos culturais marcantes da atmosfera em que respirava Keynes.

⁴⁸ A participação de Keynes em Bretton Woods significou a retomada de velhos debates e não se pode descartar a hipótese de que o enfrentamento com autoridades e economistas que continuavam incapazes de consensar regras mais justas para o jogo internacional tenha sido um dos desgostos profundos que levaram à morte por enfarte do pensador.

⁴⁹ Entra aqui o tema extra-econômico da maior ou menor flexibilidade dos diversos códigos de regras existentes.

⁵⁰ O exemplo mais acabado e recente dessa visão keynesiana (vaiha a expressão desgastada): "O sistema monetário internacional era ativamente gerido, mas sob a égide de regras de conversibilidade definidoras do que então chamamos de ordem monetária. As regras e o juízo não estão no mesmo nível lógico: umas designam um imperativo categórico, a ordem monetária que é o fundamento de uma economia liberal; o outro concerne à gestão de tensões monetárias de curto prazo." Aglietta (1990:25).

"A vida intelectual na Cambridge vitoriana foi conformada pela crise e quiçá declínio na crença religiosa. Os 1860 foram a década em que os homens de Cambridge perderam sua fé religiosa: Edward Carpenter, Leslie Stephen, Henry Sidgwick, Alfred Marshall, Arthur Balfour eram todos da "classe questionadora" dos 1860. A década abriu-se com as consequências da "Origem das Espécies" de Darwin, publicada em 1859 e encerrou-se com os resultados do Segundo Ato de Reforma de 1867. Ocorrendo de modo mais ou menos simultâneo, a morte de Deus e o nascimento da democracia de massas concentraram maravilhosamente as mentes dos homens nos problemas da ordem social e da conduta pessoal." (Skidelsky, 1983:26).

É curioso a grande maioria dos intérpretes da obra de Keynes apontarem-no como o criador das políticas anti-cíclicas dos anos 30 ou de avaliação mais ampla da dinâmica financeira capitalista. Esses são elementos de atuação prática muito tardia do autor - e se não há fora do senso comum qualquer demonstração convincente de que uma obra se explique apenas pelos fatos que lhe são contemporâneos, tão sujeita a dúvida está a afirmação de que práticas posteriores à sua obra essencial tenham tal influência. Seria pedir explicitamente que o futuro explicasse o passado!

Já vimos para o caso do padrão ouro como Keynes se conecta com uma tradição de debates retomada com fervor no século 19 e que, para o próprio Keynes, na realidade ligava-se ao debate dos heréticos por cerca de 200 anos. Impasses filosóficos velhos também de dois séculos foram retomados por Keynes.

A morte de Deus e a emergência da democracia de massas são evidências menos óbvias que a Grande Depressão como "influências" na obra de um economista. No caso de Keynes, entretanto, trata-se de "fatores" de relevância significativa. Teríamos o direito de projetar sobre a obra do economista o teor de angústias tão ao mesmo tempo intimamente pessoais e coletivas?

Keynes era um indivíduo com raízes longínquas, que fez questão de pesquisar e desenhar sua árvore genealógica até descobrir William de Cahagnes, antepassado que capturara o rei Stephen na batalha de Lincoln em 1141. A família, escreveu o adolescente Keynes,

"parece ter sido muito pouco guerreira, indo a batalha apenas quando sua ausência podia significar uma multa monetária".

Imagine-se o impacto de algo como a democracia de massas, cuja imagem financeira é o pregão de uma bolsa de valores, sobre o espírito de um jovem consciente da própria tradição cavalheiresca. Como se sabe, a vida cavalheiresca é eminentemente regida por regras. No feudalismo ocidental, um traço marcante é a relação estável entre senhor e vassalo, topografia estruturada e refinada ao ponto de traduzir-se em regras de etiqueta. Essa estrutura das relações feudais contrasta com a discreção e decorrente instabilidade das posições de poder sob o patrimonialismo puro.⁵³

A emergência da democracia de massas burguesa impacta diretamente sobre a estabilidade das relações politicamente feudais, não sendo assim surpresa que na Inglaterra se tenha adiado e controlado tanto o advento da democracia de massas. É verdade que Keynes não era um nobre feudal mas um indivíduo de classe média emancipada, inclusive intelectualmente, mas o efeito espiritual do contato do adolescente com suas origens arcaicas num ambiente de desmoralização da crença religiosa não pode ser subestimado.

O conceito de patrimonialismo, ao qual Weber opõe a estrutura das relações feudais, torna-se nesse sentido crucial. O poder patrimonial é sobretudo arbitrário, discrecionário. Keynes voltará suas baterias justamente sobre a possibilidade de um capitalismo patrimonialista, isto é, irracional. A irracionalidade deriva do privilégio e da impossibilidade de quebra de relações clientelistas. A estrutura burocrática do Império Romano é um dos exemplos sublinhados por Weber.

Do ponto de vista de um espírito feudal, a convivência com a democracia depende da existência de um mínimo de regras. Se a democracia combinar-se ao patrimonialismo o capitalismo torna-se instável na medida em que inevitavelmente surgirá um processo de dominação patrimonial impermeável à discussão democrática. Um aristocrata que vive num mundo sem regras tende a definir regras mínimas que lhe assegurem ao menos a sobrevivência.

Mas há também um efeito econômico do patrimonialismo que é preciso ressaltar. Ainda segundo Weber, sob a dominância do patrimonialismo apenas certos tipos de capitalismo podem desenvolver-se:

- capitalismo comercial,
- capitalismo fisco-agrário (capitalist tax farming) e burocrático,
- capitalismo de suprimentos estatais e financiamento bélico,
- plantations e outras empresas coloniais.

O caso inglês, embora correspondesse até meados do século 19 como realidade industrial, já na segunda metade do mesmo século assumia uma institucionalidade mais apropriada à função de centro comercial e financeiro mundial que a de pólo dinâmico da indústria mundial. Outras potências industriais surgiam, mudavam assim as condições de "calculabilidade", como indica Weber.

Weber afirma que o patrimonialismo bloqueia as condições de calculabilidade sem as quais o capitalismo industrial voltado ao atendimento de mercados não pode operar. Creio que uma avaliação sensata é reconhecer que o patrimonialismo afeta a calculabilidade, mas que ainda assim ela não deixa de ocorrer. No capitalismo financerizado, a regulação da taxa de juros assume a função essencial de determinar a calculabilidade. Nesse ambiente, a dominação patrimonial significa submeter essa referência de cálculo a interesses rentistas em detrimento de seu papel regulador com base em

princípios mais democráticos, como a manutenção do emprego ou o desenvolvimento da indústria.

A origem do poder feudal é sempre militar. Há uma memória implícita do parentesco entre poder e força. No patrimonialismo a autoridade política não é organizada como associação compulsória mas sim como associação concreta e compromissos de detentores individuais de poder, de tal sorte que tudo aquilo que legalmente reconhecemos como pertinente à esfera da "lei pública" constitui assunto a ser decidido pelos detentores de direitos privados. Ou seja, no patrimonialismo desaparece a força, mas há uma indiferença entre os domínios público e privado.⁵⁴

A política econômica é um problema porque se trata de tomar decisões sem o uso da violência respeitando de forma indiscutível o interesse público num mundo cuja calculabilidade é presa de formas patrimoniais de dominação. Ocorre que quando o capitalismo "amadurece" e se converte em rentista, a condução do domínio público cai geralmente nas mãos de interesses patrimonialistas. O aristocrata enxerga o futuro igual ao passado porque se cerca de regras cuja ruptura mínima é imediatamente visível. O agente patrimonialista projeta seu poder exatamente na ausência de regras públicas visíveis, dada sua compulsão pela arbitrariedade. Como construir na democracia de massas um espaço dotado de regras mínimas capaz de evidenciar o sentido das decisões e seu compromisso mais ou menos público?

Cumpra a política econômica cumprir essa função histórica. A linguagem em que se discute a política econômica é sempre um momento posto para a negociação. Os interlocutores colocam-se sobre um tabuleiro sem o qual torna-se impossível sequer perceber a subordinação do público ao privado, do universal ao particular.

A emergência da política econômica como problema central da teoria econômica anima-se nesse movimento de democratização sem religião, ou seja, sem reverência às origens arcaicas ou a dogmas intelectuais.

A importância da imprensa na conformação desse espaço público foi obviamente enorme. A contraposição de argumentos, a visibilidade maior (ainda que nunca total) dos interesses, a educação das massas para o debate como elemento central da vida cultural são alguns dos efeitos reforçadores da imprensa sobre a vida democrática moderna.

Assim, nos anos 1920 e 30 as teorias e idéias econômicas novamente interagiram mais integralmente com a opinião pública.⁵⁵ Assim como a Economia Política surgiu através dos "pamphleteers", a emergência da imprensa financeira e o crescimento da imprensa de modo geral acompanham o processo de redefinição do pensamento econômico. Keynes usaria a imprensa em grande medida para tornar públicas suas idéias e influenciar a agenda do dia. Bagehot era um homem de imprensa. O impacto de Keynes em alguns jornalistas (como Walter Lippman) seria mais frutífero em termos de disseminação de suas idéias que o trabalho da própria comunidade acadêmica. A propósito:

"Em muitos assuntos é comum dizer-se que "só descobre quem comprova", mas na política prática podemos quase dizer que só descobre quem convence. É inútil ter verdades práticas transmitidas por homens extraordinários se elas não são aceitas também pelo homem comum." Bagehot, W., *Literary Studies*, London, 1916⁵⁶

Para Bagehot, a nova era econômica seria a era do homem comum, das novas classes médias e o *The Economist* seria um grande "belief producer" para essa classe.

O próprio Keynes falaria, a propósito de Bagehot, de uma "psicologia do escrever econômico", atividade crucial numa sociedade marcada pela consolidação do parlamentarismo.

*

A difusão do ideal de atuação humana sobre o Espaço marcou a expansão colonial do capitalismo. Embora o domínio sobre o Tempo também tenha marcado o alvorecer do capitalismo ou até mesmo seus antecedentes⁵⁷, o final do século 19 colocaria em cena uma transformação brutal na percepção do Tempo, não na apenas nas implicações de sua medida física, mas principalmente na sua realidade social.

55 Parsons (1990:5).

56 Apud Parsons (1990:26).

57 Há vários critérios para estabelecer as origens dos relógios mecânicos modernos, cuja utilização pode ser rastreada até mosteiros medievais. Macey (1980:17) fala numa "horological revolution" entre 1660 e 1760, abrindo portanto caminho para a revolução industrial: "The English supremacy in the horological revolution of 1660-1760 contributed greatly to the English industrial revolution, usually considered to have begun about 1760". Mesmo esses relógios, entretanto, eram uma bem concreta espacialização do tempo.

Curiosamente, a *belle époque* teve seus centros em Viena e Paris e não na Inglaterra, centro hegemônico, entre o final do século 19 e 1914. Em Viena despontavam alguns dos mais célebres teóricos em campos que iam da economia (Schumpeter) à filosofia (Wittgenstein), passando pela estética, pela psicologia (Freud) e arte. Em Paris, a pintura e a música entravam numa fase de agitação e busca de novidades. De modo geral a caracterização desse período é ambígua, pois há uma combinação de democracia e esnobismo elitista, amor à natureza e louvor da tecnologia.

A democracia é progressivamente ampliada. O acesso a bens de consumo amplia-se a ponto de surgir uma sociedade de consumo de massa. O espaço urbano se adensa. O automóvel, a eletricidade, o motor a explosão, tudo coloca em primeiro plano a instantaneidade, o dinamismo, o aumento da velocidade, num processo cultural que tornava o Futuro algo cada vez mais próximo do presente, ao ponto de não se poder distinguir entre ambos.

Além dessa aceleração e mudança na percepção social do Tempo, outro efeito cultural importante foi a mudança na qualidade da informação visual, especialmente com a expansão da imprensa, da publicidade, da fotografia e do cinematógrafo, precursor do cinema. Isso coloca em jogo uma realidade nova em que mais que os fatos, é a imagem ou a representação dos fatos que assume novas qualidades.⁵⁸

Reforçando essa relevância crescente da imagem do real essa fase caracterizou-se por uma expansão sem precedentes das comunicações, especialmente do jornalismo, que colocava o imperativo da representação da realidade de modo tão intenso quanto a fotografia ou o cinema. Um número crescente de informações, o acesso a notícias sobre decisões políticas, a mobilização de massas urbanas, tudo isso aliava à aceleração do tempo, à aproximação do futuro e à sensação de poder inoculada em cada indivíduo da massa uma necessidade fundamental de criar para si uma imagem permanentemente

58

Edgar Morin comenta sobre a popularidade de cenas banais mostradas em sessões de cinematógrafo que "(...) o que atraiu as primeiras multidões não foi uma saída de usina, um trem entrando na estação (bastaria ir à usina ou à estação), mas uma imagem do trem, uma imagem da saída da usina. Não era pelo real, mas pela imagem do real que os espectadores se comprimiam nas portas do Salão Indiano". *Le Cinéma ou l'homme imaginaire*, citado por Kujawski (1988:9).

atualizada da realidade. Se vários desses traços estavam presentes em momentos anteriores, como na Revolução Francesa ou mesmo no movimento dos "pamphleteers" ingleses, apenas a partir do século 19 com a sociedade de massa esses elementos se combinam com velocidade e vulgaridade sem precedentes.⁵⁹

O ambiente desse final de século era de confiança extremada na estabilidade da Ordem e, ao mesmo tempo, sustentação sem precedentes dessa confiança em mecanismos de comunicação.

É nesse paroxismo inconsciente da tensão entre confiança e simulação que o tema da política econômica surgirá como salvação contra a crise. A emergência e a consolidação da política econômica como prioridade pública marcam o início de uma fase em que a perenidade ou automatismo da Ordem passam a depender da opinião.⁶⁰

Em outras palavras, à transição da Ordem Mundial correspondeu um novo esforço teórico-ideológico de justificação da dominação comparável ao que se desenvolveu no alvorecer do capitalismo industrial, com o surgimento da Economia Política. Keynes seria um dos principais autores a participar criticamente dessa nova disposição a conjugar epistemologicamente confiança e simulação.

A percepção política da temporalidade

O interesse de Keynes pelo "tempo" se desdobrou em três dimensões distintas e relacionadas. Em primeiro lugar estava a necessidade de "agir em tempo" sobre o curso da história. Sob o signo dessa pressa política são apresentados os "Essays in Persuasion":

59

Desde o século XV, primeiramente na Itália e depois em outros países, políticos da mais variada extração começam a registrar por escrito suas idéias sobre governo e economia, chegando esse hábito a intensidade tal que Schumpeter denomina esses desenvolvimentos como "quase sistemas" em que pela primeira vez a "economia gera;" ganha forma independente. A essa produção dos políticos veio somar-se a dos "panfletários", defensores de interesses particulares em muitos casos. Em todos esses casos o desenvolvimento da tecnologia gráfica abriu espaço para a progressiva definição de um espaço público a partir do século XVII. Uma diferença importante entre essa expansão dos debates e a que ocorre a partir do século XIX é sugerida por Schumpeter. Na opinião do historiador os panfletários eram homens com escasso ou nulo preparo científico. Entretanto, a partir do século XIX as intervenções de economistas na imprensa serão cada vez mais qualificadas, apesar dos casos de corrupção de jornalistas especializados em análises financeiras. Cf. Schumpeter (1982:201). Na história da revolução francesa a aliança entre homens de teatro e advogados também teve grande importância.

60

"A modernidade se prefigurou no século XVI, com as grandes navegações e as descobertas de novas terras; alicerçou-se culturalmente no racionalismo e na ciência da natureza no século XVII; aperfeiçoou-se na prática com a revolução industrial, ganhando impulso com a doutrina iluminista do progresso e na ascensão da burguesia com as revoluções americana e francesa; consolidou-se social, econômica e politicamente no curso do século XIX, e se consagrou nesse período efêmero, luminoso e ambíguo que foi a belle époque.

"Nesses ensaios o autor estava com pressa, desesperadamente ansioso de convencer em tempo sua audiência." (Keynes, 1931(1963), p. vi)

Entretanto, essa ansiedade prática nunca esteve desvinculada de um esforço por interpretar o seu tempo, a sua época. No mesmo Prefácio, Keynes aponta a necessidade de um tipo de interpretação cujo significado último filia-se à própria possibilidade de encontrar um sentido na passagem do tempo.

"Mas nos últimos dois livros (dos cinco que são compostos os Ensaios)" as carruagens do tempo fazem um ruído menos incômodo. O autor está olhando para o futuro mais distante, e rumina temas que exigem um longo curso da evolução para determiná-los." (Keynes, 1931(1963), p. vi-viii)

O aspecto central do diagnóstico histórico de Keynes é a profunda convicção de que os problemas da carência, da pobreza, da luta econômica entre classes sociais e entre nações são problemas transitórios (Keynes, 1931(1963), p. vii):

"Pois o Mundo Ocidental já tem os recursos e a técnica, se for capaz de criar a organização capaz de usá-los, capazes de reduzir os Problemas Econômicos que agora absorvem nossas energias morais e materiais, a uma posição de importância secundária." (idem)

A transitoriedade do purgatório econômico, entretanto, assim como a possibilidade do crente ir para o Céu, depende da própria ação humana, dos seus feitos e desfeitos e, em última análise, da sua capacidade de seguir regras, obedecer a uma gramática social onde se defina os lugares do sujeito e do verbo. O diagnóstico de que uma situação é provisória ou transitória é um truismo tão vazio quanto a frase "no longo prazo estaremos todos mortos", pois acreditar que tudo muda ou que nada muda, "no final dos tempos" ou no "longo prazo", é enunciado de prova impossível. Como justificar a iniciativa privada numa estrutura existencial em que não há fundamento racional mais ou menos favorável às teses religiosas do "tudo muda" e do "nada muda"?

Num mundo sem religião, a justificativa para a atividade, que o indivíduo nunca encontra dentro de si, só pode estar na atividade pública, único espaço onde a linguagem dá sentido ao tempo fora da oração religiosa.

"Agir em tempo": o trabalho do autor é uma luta contra o tempo, cujo movimento faz ruído incômodo - a inquietação do sujeito diante do mundo é o foco da discussão. Por outro lado, a possibilidade de encontrar um significado objetivo, um sentido na evolução, diante do qual é útil ou desnecessária a inquietação do indivíduo. Situamo-nos entre o determinismo a liberdade, duas formas pelas quais a passagem do tempo é identificada.

Entre a ação individual consciente e a etapa histórica, existiria entretanto espaço suficiente para a ocorrência de inúmeros processos alternativos. Nem a ação individual se dá num vácuo aleatório nem a configuração de uma etapa histórica determina univocamente os cursos de ação. A terceira dimensão na qual o interesse de Keynes pelo tempo há de se desdobrar situa-se precisamente nesse campo de possibilidades que se instaura entre uma intenção política (no seu caso, um conservadorismo crítico e autocrítico) e a consciência resignada de que a história humana encontra-se numa etapa definida. Nesse interstício floresceu a teoria econômica de Keynes, atenta às possibilidades (abertas pela temporalidade capitalista) de integração entre a intenção reformista e a constatação do caráter transitório do próprio Problema Econômico.

É à própria teoria econômica que caberia ajudar a construir a mediação entre o tempo subjetivo (intenções privadas) e o objetivo (história), principalmente se a teoria econômica definir critérios pelos quais seja possível identificar como os indivíduos percebem as diversas possibilidades de encadeamento de acontecimentos no tempo e como essas possibilidades eventualmente se realizam:

"Pois acontece que há uma razão sutil derivada da análise econômica para que, nesse caso (o de situarmos-nos em uma Etapa de Transição) a fé possa valer. Por que se nós consistentemente agirmos a partir de uma hipótese otimista, essa hipótese tenderá a realizar-se; enquanto que agindo pela hipótese pessimista podemos vir a nos manter eternamente no caroço da necessidade." (Keynes, 1931(1963), p.vii-viii)

A análise econômica é uma âncora com a realidade, não o que move a realidade. Pela análise econômica podemos perceber que é o momento de agir, dispensando o Faraó de ter de contratar um intérprete de sonhos estrangeiro. A necessidade, transitória ou não, pode ser transposta apenas pela ação estratégica, ou seja, aquela que ocorre "em tempo hábil".

Hipóteses, ação e realização: esse é o triângulo que define a existência das expectativas. Quanto ao significado de "transição", em 1931, é eloqüente a justificativa dada à publicação dos "Ensaio" pelo próprio Keynes:

"Pensei ser conveniente escolher essa data de publicação porque estamos situados em um ponto de transição. Chamam-no de Crise Nacional. Porém isso não é correto - para a Grã-Bretanha a crise principal já passou, há uma calma em nossos negócios. Estamos, no outono de 1931, repousando sobre uma quieta piscina entre duas cataratas." (idem, p.viii-ix)

Com alguma liberdade de escolha, talvez houvesse um caminho de possibilidades históricas a partir do qual a gestação da nova era fosse menos violenta ou dolorosa. Mobilizando o arsenal da análise econômica, Keynes procurava convencer os seus leitores da possibilidade desse caminho ser trilhado de forma **coletivamente consciente de si**, uma espécie de versão não revolucionária do projeto hegeliano-marxista, como tantos autores já sustentaram com base em razões distintas⁶¹.

61

O marxista ortodoxo mais de uma vez acusou o keynesiano de ser uma espécie de "estraga prazeres" da Revolução, um "reformista", um "pensador burguês salvador do capitalismo". O que essa crítica viculenta não percebe, como toda crítica virulenta, é o terrível mecanismo de projeção aí implícito. Se o burguês adversário consegue suplantar meu projeto cientificamente correto (revolução proletária como movimento autoconsciente de direcionamento histórico), é porque realiza algo que é, identicamente, "cientificamente correto". Ou seja, Keynes e Marx aqui se igualam no plano metodológico, pois ambos trabalham na elaboração de um discurso sobre a mobilização coletiva autoconsciente. Não há texto algum de Keynes, ainda que ele se declarasse anti-marxista ou fizesse reservas ao "socialismo realmente existente" de sua época, em que o pensador proponha a exclusão da classe trabalhadora desse processo de organização social legitimante. Ambos procuram raízes econômicas para essa mobilização. Keynes, entretanto, rechaça a Revolução, pois acredita na democracia de massa como grande inovação civilizatória, enquanto para Marx a mobilização seria a decorrência política de uma crise econômica que, uma vez superada "no socialismo", dispensaria nova mobilização e diálogo. No final, portanto, Keynes não acreditava no Reino dos Céus na Terra.

A dificuldade mesma de persuadir tornou-lhe porventura explícita a pluralidade de formas pelas quais os agentes sociais percebem o próprio passar do tempo. Cada classe contempla um futuro distinto e formas distintas de alcançá-lo. Mas haveria uma fonte comum a todos esses tempos que, habilmente controlada, garantisse (ou, de tão poderoso, destruísse com fúria superior à de uma Revolução) o futuro de uma ou mais classes? Ainda que a formação, o significado e a função das expectativas formadas pelas classes sociais sejam conflituosas, existiria algo comum subjacente às diferenças e que permitisse um caminho verdadeiramente coletivo "rumo ao futuro?" Seria essa fonte comum de diferentes tempos um objeto ou processo econômico fundamental? Como é percebida, se o é, essa referência pública através da qual se coloca em discussão o futuro comum? A resposta a essas questões conduziu Keynes à reflexão sobre a teoria econômica como problema de política econômica.⁶²

Um aspecto crucial da formação de expectativas é que se trata de um processo pelo qual os indivíduos elaboram uma representação, uma imagem, da relação entre suas intenções e ações e um conjunto de circunstâncias, um contexto. Quanto mais difundido é um tipo de expectativa, maior o seu poder em termos de vir a ser realizada. Assim, a investigação dos processos de formação e transformação de expectativas deve estar sempre especialmente atenta para os mecanismos através dos quais esse poder se instaura e mantém. Não se trata simplesmente de "muitos acreditarem na mesma coisa", mas de existirem instrumentos que garantam a possibilidade de realização dessas crenças (ou, até, objetos que instauem essa crença).

Keynes recomenda a ação coletiva a partir de hipóteses otimistas como condição para a realização de uma transição pacífica, mas a razão prática se torna consciente de si (como vita activa) na moderna sociedade de massas como discurso e prática de política econômica. Os seus escritos polêmicos em vários momentos fazem referência a esse poder e à necessidade de instituições organizadas de modo a sustentá-lo, assim como também alertam para os riscos de vermos esse poder desintegrar-se de modo violento e inconsequente:

"O poder de tornar-se habituado ao seu meio ambiente é uma característica marcante da humanidade. Muito poucos de nós percebem com convicção a natureza intensamente excepcional, instável, complicada, insegura e temporária da organização econômica pela qual a Europa Ocidental tem vivido no último meio século. Supomos serem, algumas das nossas mais peculiares e temporárias vantagens, naturais e permanentes, como se pudéssemos nos apoiar nelas e formar nossos planos adequadamente." (Keynes, 1931(1963),p.3)

Ou seja, a vita activa pode oscilar entre acomodação passiva e adaptação ativa. Nos dois casos interessa o mesmo poder humano de agir, adormecido na atitude tradicionalista, desperto numa disposição mais pragmática.⁶³

⁶² Uma avaliação completa da insuficiência metodológica e teórica das teorias neoclássicas da política econômica é apresentada com rigor por Lessa (1972).

⁶³ Mais adiante retomamos a questão do pragmatismo filosófico e do conceito de vita activa ressaltado por Hannah Arendt como luzes propícias à iluminação de Keynes.

O caráter conservador dos antigos modos (vitorianos) de adequação homem-meio não é facilmente percebido pelas classes sociais, especialmente numa sociedade dominada pela classe média.

"Na Inglaterra o aspecto exterior da vida ainda não nos ensinam a sentir ou ao menos perceber que uma época chegou ao fim (...). Todas as classes assim fazem seus planos, os ricos de gastar mais e poupar menos, os pobres de gastar mais e trabalhar menos (...). Não é uma mera questão de extravagância ou de "problemas trabalhistas", mas de vida e morte, inanição e existência, e das temíveis convulsões de uma civilização agonizante." (idem, p.4)⁶⁴

Diante da imobilidade dos governantes, o único recurso alternativo numa sociedade democrática era dedicar-se à persuasão da opinião pública, num ato de extremada confiança nos canais democráticos de pressão política diante do avassalador desdobramento da História:

"Os eventos do próximo ano não serão conformados pelos atos deliberados de homens de estado, mas pelas correntes ocultas que fluem continuamente sob a superfície da história política, cujo sentido ninguém pode prever. Só de um modo podemos influenciar essas correntes - mobilizando formas da intuição e imaginação que transformem a opinião." (idem, p. 45)

A avaliação quanto à oportunidade da intervenção política com o objetivo de formar a opinião pública tem um lastro no diagnóstico dos mecanismos que relacionam - ora aproximando, ora afastando - causa e efeito no tempo. Assim, comentando ainda os efeitos do Tratado de Paz em 1921, Keynes compara as diferentes temporalidades com que operam vantagens e desvantagens obtidas com a submissão da Alemanha:

"A organização da qual a riqueza do mundo moderno tão grandemente depende, está sendo injuriada. Com o decorrer do tempo uma nova organização e um novo equilíbrio pode ser estabelecido. Mas se a origem do desarranjo é de duração temporária, as perdas devidas à injúria feita à organização podem superar os ganhos associados à obtenção de bens sem ter de pagar por eles." (idem, p. 59)

Ou seja, mesmo a transição, ainda que implicando uma instabilidade de duração temporária, pode ter efeitos a tal ponto perversos que o fim não tão remoto da transição, previsto pelo diagnóstico histórico, nem se realize ou venha a se realizar com custos sociais insuportáveis e num futuro muito mais longínquo. Em outras palavras, a crise capitalista ocorre em um determinado e limitado intervalo de tempo, mas pode desencadear reações a tal

64

Gastar e poupar mais ou menos são problemas típicos de classe média, embora Keynes apresente a questão nos termos vagos "ricos" e "pobres". Kalecki, mais interessado em ressaltar a responsabilidade dos capitalistas enquanto classe dominadora, tirava os trabalhadores do esquema afirmando que eles nada poupam - o que aliás é geralmente correto no plano empírico. Ao focalizar seu discurso sobre ricos e pobres que podem todos avaliar racionalmente "quanta" diferentes de consumo e poupança, a obra de Keynes associa-se à tradição sociológica que renovou o marxismo ao sublinhar a análise das classes superando o esquelético modelo capital-trabalho. Além do interesse sociológico, entretanto, importa ressaltar a percepção oportuna em Keynes de que essa classe média é de fato a formadora de opinião e pode decidir rumos de uma política econômica com mais retumbância que uma greve operária e menos preconceito que um empresário capitalista. Keynes, evidentemente, era ele próprio um ilustre membro dessa classe média inteligente.

ponto violentas que a própria ordem ("organização") seja completamente destruída sem nada consensual para se botar no lugar.⁶⁵

No capitalismo, a guerra, a submissão imperialista, a crise podem ser formas a tal ponto violentas de recompor a hierarquia entre classes e nações que a própria sobrevivência da civilização sofra riscos incalculáveis. De qualquer forma, na base desse diagnóstico está a distinção crucial entre a Transição (processo de constituição de uma nova organização "com o decorrer do tempo") e os processos temporários de desarranjo que caracterizam a própria transição, mas simultaneamente ameaçam-na se os homens limitarem-se à **vita contemplativa**.

Estranha ambiguidade permeia a passagem do Tempo: por um lado a Duração pré-determinada, a Transição, a passagem para um mundo em que o "problema econômico" deixará de ser predominante, mas por outro lado esse caminho sendo pontuado por "desarranjos temporários" que ameaçam a integridade da própria Duração! Isto é, a História (como percurso inevitável) é constituída a partir de processos cuja característica principal é a "duração temporária" associada a um alto poder destrutivo que no limite revelam a fragilidade do conceito especulativo de História.

Em 1919, Keynes cita Lênin:

"Diz-se que Lênin declarou ser a desvalorização da moeda o melhor caminho para destruir o Sistema Capitalista. Aqueles a quem o sistema traz lucros inesperados (...) além de suas expectativas e até mesmo além de seus desejos, tornam-se "exploradores". São objeto do ódio da burguesia, a quem a inflação empobreceu não menos que ao proletariado. Na medida em que a inflação avança e o valor real da moeda flutua violentamente de mês em mês, todas as relações permanentes entre devedores e credores, que formam o fundamento último do capitalismo, tornam-se tão extremamente desordenadas ao ponto de quase perderem o significado, e o processo de enriquecimento degenera em jogo e loteria." (idem, p. 77-8)

Lênin fala em jogo, loteria: processos acerca dos quais é impossível dizer com certeza qual o resultado, temas centrais de décadas de estudo sobre a Teoria da Probabilidade de que então ainda se ocupava Keynes.

Keynes não se limita a dizer que o futuro em si é incerto, que a criação de nova riqueza é de qualquer forma uma aventura (idem, p.147), mas dá um

65

Marx afirmava que não há crise permanente. Mas o fato da passagem do tempo não significa de modo automático que passada a crise há o retorno ao mesmo sistema antes vigente, restaurado após o cataclisma a um percurso natural de "longo prazo". Os que assim interpretam a idéia de crise (p.ex. Milgate, 1982), como ocorrência funcional e saneadora sem "mudança estrutural" acabam privilegiando o modelo teórico em detrimento da fenomenologia histórica.

passo adicional fazendo a defesa da razão prática: Um Estado passivo ou inativo torna ainda mais inevitáveis e dolorosos os tropeções. A filosofia conservadora de terror diante da incerteza só pode levar à inação:

"Vocês não devem pressionar por estradas ou habitação, pois isso usará oportunidades de emprego que poderão ser necessárias em anos futuros."

"Vocês não devem tentar empregar todo mundo, pois isso causará inflação."

"Vocês não devem investir, pois como sabem que vai valer?"

"Vocês não devem fazer nada, pois fazer algo significa que vocês não podem fazer outras coisas."

"Não prometemos mais do que podemos cumprir. Nós, portanto, nada prometemos," (idem, p.132-3)

É o que Keynes chamava de "precaução hipocondríaca":

"Não há razão para que não nos sintamos livres para ser audazes, abertos, experimentadores, ativos, para tentar as possibilidades das coisas. E contra nós, pondo-se em nosso caminho, não há nada mais que alguns velhos cavalheiros apertadinhos em seus casacos monásticos, que precisam apenas ser tratados com um pouco de amigável desrespeito e derrubados como boliches. Vão até mesmo gostar disso, uma vez que se recuperem do choque." (idem, p. 133-4)

Keynes, ao analisar os mecanismos através dos quais se dá a passagem da Era Econômica para a Era Pós-Econômica, percebeu que a economia e os processos econômicos, nessa fase de transição do capitalismo, são muito mais processos de obtenção, manutenção e ampliação do poder social pelas classes do que estritamente processos de produção e consumo de riqueza material. E é nesse contexto que o Dinheiro deixa de ser mercadoria (dinheiro-metal) para ser uma informação, coisa abstrata que só ganha sentido num jogo de comunicação.

Mas ao mesmo tempo as características do dinheiro moderno são tais que aquelas perturbações podem ficar ocultas até que seja "tarde demais", isto é, até que as flutuações se cristalizem em crise. Faz parte do esforço teórico por esclarecer a natureza da economia capitalista desvendar o papel do dinheiro e a origem dessa sua ambígua capacidade de ocultar o tempo da crise e ser ao mesmo tempo a única linguagem onde os homens se colocam como interlocutores interessados em negociar.⁶⁶

"O capitalismo moderno está face a uma opção, creio, entre encontrar alguma forma de levar os valores monetários em direção às magnitudes pretéritas ou ver a generalização de insolvências e quebras e o colapso de grande parte da estrutura financeira - depois do que teremos que recomençar, não tão mais pobres quanto seria de esperar e muito mais alegres talvez, mas tendo sofrido um período de graves perdas, perturbação e injustiça social, além de um rearranjo geral das fortunas privadas e da propriedade de riqueza. Individualmente muitos de nós estariam "arrui-

nados", ainda que coletivamente fossemos tantos quanto antes. Mas sob a pressão das dificuldades e da excitação, poderíamos ter encontrado melhores formas de administrar nossos negócios". (idem, p. 177 - 8)

Esse período, de desequilíbrio e rearranjo, é às vezes interpretado por Keynes como envolvendo um risco de descontinuidade civilizatória (principalmente ao dar margem a revoluções sociais) mas também, como nessa citação, pode ser apenas um momento em que se busca "melhores formas de administrar nossos negócios".⁶⁶

Keynes se afasta da ênfase conservadora no longo prazo não por ignorar a história ou desdenhar da discussão de processos de longa duração. O que se rejeita é a visão conservadora do tempo reversível, i. e., da possibilidade de retorno às condições de estabilidade pretéritas (como no caso da discussão dos anos 20 sobre o retorno ao padrão-ouro, contra o qual Keynes se manifestava praticamente de modo isolado). Sem ignorar o processo histórico global, Keynes passou a discutir os obstáculos à efetivação de projetos de criação de riqueza nova ou, em outras palavras, os obstáculos à passagem do tempo econômico (já que "produzir leva tempo"). Esses obstáculos seriam mecanismos que instauram no presente uma ruptura entre o passado e o futuro. A raiz dessa ruptura está na existência do dinheiro enquanto instituição de reconhecimento público:

"Uma parte considerável do risco deriva-se das flutuações no valor relativo de uma mercadoria comparado com o das mercadorias em geral durante o intervalo que deve transcorrer entre o começo da produção e o tempo do consumo. (...) mas há também um risco considerável surgindo diretamente da instabilidade do valor do dinheiro. Durante o demorado processo de produção o mundo empresarial incorre em despesas em termos de dinheiro - pagando em dinheiro salários e outros gastos de produção - com a expectativa de recuperar esse desembolso pela realização do produto por dinheiro em uma data posterior. Isto é, o mundo empresarial como um todo deve sempre estar numa posição tal que ganhe com o aumento de preços e perca com uma queda de preços. Seja ou não agradável, a técnica de produção sob um regime de contratos monetários força o mundo empresarial a sempre formar-se uma grande posição especulativa, e se relutar em adorar essa posição o processo produtivo vem a ser freado". (Keynes, CW IV, "Tract on Monetary Reform" (1923, p.33)

A instituição do contrato monetário força portanto o indivíduo a imaginar algum "cenário" futuro (a posição especulativa). Como construir um cenário envolvendo toda a sociedade e até a cena internacional que seja crível e interessante, ou seja, legítimo? Esse o desafio da política econômica: sinalizar e servir como tabuleiro para esse jogo de persuasão.

Discutindo os acontecimentos em 1930, afirma Keynes:

"O mundo tem sido lento em perceber que estamos vivendo esse ano à sombra de uma das maiores catástrofe econômicas da história moderna. Mas agora que o homem na rua tornou-se ciente do que está acontecendo com ele, sem saber o porque tse o pelo que, está hoje tão plenamente dotado do que pode vir a mostrar-se como temor excessivo quando, antes, ele carecia do que teria sido uma ansiedade razoável. Ele começa a duvidar do futuro. Está ele agora acordando de um sonho prazeroso para enfrentar a escuridão dos fatos? Ou caindo em um pesadelo que logo passará?"

Ele não deve ficar duvidoso. Aquilo não era um sonho. Isso é um pesadelo, que passará com a manhã. Pois os recursos da Natureza e as habilidades humanas são tão férteis e produtivas quanto antes. A taxa do nosso progresso na direção de resolver os problemas materiais da vida não é menos rápida. Somos tão capazes quanto antes de propiciar, a cada um, elevado padrão de vida - elevado, digo, se comparado ao de vinte anos atrás - e logo aprenderemos a propiciar um padrão ainda mais elevado. Não fomos frustrados no passado. Mas hoje estamos envolvidos em uma colossal desordem, tendo bobeado no controle de uma máquina delicada, cujo funcionamento não compreendemos. O resultado é que nossas possibilidades de riqueza podem ir para o lixo por algum tempo - talvez por um longo tempo". (idem, p. 136 - 7)

Assim surge um momento que, mesmo sendo temporário, tem como uma de suas características marcantes a formação social de uma imagem legítima de futuro. Essa situação instaura-se em momentos particulares, é verdade, mas nem por isso necessariamente Revolucionários. Ou seja, se em alguns momentos o futuro torna-se tão duvidoso quanto a existência das bruxas, isso ocorre porque normal e recorrentemente os compromissos e contratos são firmados e revisados a partir da confiança em instituições cuja estabilidade é ingenuamente superestimada.

Os negócios, por mais que oscilem ciclicamente, são instáveis porque dependem da existência de instituições que, principalmente através do dinheiro, não estabelecem vínculos definidos e unívocos entre passado e futuro.

"Muitos dos maiores males econômicos do nosso tempo são frutos do risco, incerteza e ignorância. Pois indivíduos particulares, afortunados por situação ou em habilidades, são capazes de tirar vantagem da incerteza e da ignorância, e também pela razão as grandes empresas são frequentemente uma loteria: daí que surgem grandes desigualdades de riqueza. Esses mesmos fatores são também a causa do Desemprego do Trabalho, da frustração de expectativas empresariais razoáveis e da piora na eficiência e na produção. Mas a cura reside fora da operação dos indivíduos, pode até ser do interesse dos indivíduos agravar o mal. Acredito que a cura dessas coisas deve ser particulamente buscada no controle deliberado do dinheiro e do crédito por uma instituição central e parcialmente na coleta e difusão em grande escala de dados relativos à situação empresarial, incluindo a

plena publicidade, por lei se necessário, de todos os fatos econômicos que seja útil saber". (idem, p. 318)

Nada demais em negociar atos de controle administrativo, que talvez condicionem a propriedade privada, nunca a iniciativa privada e que diminuam, portanto, a incerteza econômica quanto ao futuro.

"O Sr. Wells produz uma sensação curiosa, bastante semelhante a aquela de seus romances iniciais, contemplando vastas extensões de tempo em direção ao passado e ao futuro, o que dá uma impressão de lentidão (não há pressa na eternidade), mas acelerando a Máquina do Tempo à medida em que alcança o momento atual, de tal sorte que agora viajamos a passo rápido sem milhões de anos pela frente. As influências conservadoras em nossa vida são vistas como dinossauros cuja literal extinção está logo aí. O contraste emerge do fracasso de nossas idéias, nossas convenções e preconceitos em acompanhar o ritmo da mudança material. osso ambiente move-se muito mais rapidamente que nós.(...) O Tempo voa." (idem, p. 351)

O processo econômico é visto como um jogo cujo fim é imprevisto mas iminente e abrupto. Os mais poderosos blefam simulando uma estabilidade institucional (muitas vezes recorrendo à força pata "facilitar o disciplinamento"), simulação tanto mais ansiada quanto maior a incerteza que se agudiza. Ou seja, nada garante que as regras do jogo se alterem antes do bolo ter crescido suficientemente.

"A remodelação do mundo exige o toque do criativo Brahma. Mas hoje o Brahma serve à Ciência e aos negócios, não à política ou ao Governo. O extremo perigo do mundo está, nas palavras de Clissold, em que "antes do criativo Brahma colocar-se a trabalhar, Siva, em outras palavras a destrutividade apaixonada do Trabalho acordando para suas agora desnecessárias limitações e privações, pode tornar a tarefa de Brahma impossível". Todos sentimos isso, eu penso. Sabemos que precisamos urgentemente criar um milieu no qual Brahma possa trabalhar antes que seja tarde demais". (idem, p. 355)⁶⁷

Mas por que uma "Conspiração Aberta" não se efetiva?

67

Brahma, Vishnu e Siva são os membros da trindade hindu. Brahma era o primeiro membro Criador, depois superado pelos cultos a Vishnu, o Tempo Eterno, e Siva a dançarina que ciclicamente destrói o mundo. Wells analisa em "The World of Clissold" o papel das mulheres.

"Por que homens práticos acham mais divertido fazer dinheiro do que agregar-se à Conspiração Aberta? Sugiro que é pela mesma razão que os leva a considerar mais divertido jogar bridge nos domingos do que ir à igreja. Eles carecem do tipo de motivação cuja a posse, se a tivessem, poderia ser expressa dizendo que eles tem credo. Eles não tem qualquer credo, esses potenciais conspiradores abertos. Por isso, a não ser que tenham a sorte de ser cientistas ou artistas, apóiam-se no grande motivo substituto, o perfeito Ersatz, o anódimo para aqueles que, de fato, não querem absolutamente nada - Dinheiro".⁶⁸ (idem, p. 356)

Entre a ação individual e o diagnóstico histórico, Keynes identifica um nível intermediário em que ganha relevância a interpretação de processos decisórios de natureza supra-individual. As classes sociais (mas também as etárias) percebem o fluir do tempo de forma a tal ponto diferenciada que surgem riscos de naufrágio coletivo dos planos.

Esse campo de possibilidades aberto pela luta de classes define a problemática da temporalidade capitalista: como o poder humano de adaptação às circunstâncias pode evitar que o processo de enriquecimento degenera em jogo ou loteria.⁶⁹

Acontece que esse poder de adaptação ativa distribui-se de modo perverso e é através do exame dos circuitos de uma economia monetária que os mecanismos de perversidade podem ser expostos: a existência do dinheiro no capitalismo acarreta ilusões particulares de adaptabilidade que não se referenciam socialmente de modo automático.

Quando a desordem se propaga através de uma corrida desenfreada pela liquidez, o processo de transição entre equilíbrios - ou entre épocas de desenvolvimento histórico relativamente estáveis - pode-se converter numa reação em cadeia cujo resultado mais imediato é o turvamento das perspectivas sócio-históricas civilizadas (ou seja, baseadas num consenso mínimo em torno da viabilidade de projetos que vinculem o presente ao futuro).

1.2 Política Econômica como Problema Teórico

⁶⁸ "Ersatz" em alemão é algo substituto, em geral de qualidade inferior. Keynes referia-se ao amor pela posse de dinheiro, à riqueza genérica como fim da atividade econômica, em termos de "paixão mórbida, um tanto repugnante".

⁶⁹ É a re colocação em novos termos do velho problema do Contrato na Filosofia Política, como veremos a seguir em mais detalhe. A imagem do jogo ou loteria é hoje quase um senso comum, mas poucos vão além da superfície perguntar o que significa uma loteria. Como no jogo das cadeiras citado na Teoria Geral, cada um considera que a regra venha a valer para benefício de si mesmo.

O contrato mercantil puro é uma transação instantânea que se esgota em si mesma. Consumada a troca, cada participante do jogo recolhe-se a um mundo não-econômico, assim como no momento instantâneo da troca não há nem memória nem ansiedade. A definição lógica de contrato é alheia ao tempo, seja como duração, seja como contaminação do presente pelo passado e pelo futuro. A instantaneidade da troca é o alicerce da relação puramente contratual, não se sai insatisfeito de uma troca equilibrada.

Mais recentemente, na onda da revalorização do próprio mercado, esse momento contratual da lógica econômica teve de ser examinado com menos afoiteza ideológica. Realidades como o capitalismo japonês foram cruciais nessa nova disposição teórica. O sistema japonês repousa também, como qualquer sistema de mercados, sobre relações contratuais, mas pautando-se por cláusulas temporais explícitas, geralmente referidas ao longo prazo (emprego vitalício nas grandes empresas, sistema industrial de subcontratação, etc.).⁷⁰

Examinada a emergência da política econômica como problema histórico, interessa ao menos iniciar um estudo complementar sobre a emergência da política econômica como problema teórico ou, melhor posto, sobre a importância da política econômica como momento problematizador da temporalidade oculta no discurso da economia mercantil.

É o próprio Keynes quem fornece pistas interessantes para a revalorização teórica da política do discurso econômico ao incluir na Teoria Geral um capítulo que discute e refuta os preconceitos da academia contra o mercantilismo.

Esse capítulo é importante porque, antes de mais nada, nele Keynes faz a própria autocrítica na forma mais pública possível. Ele cita um texto seu publicado em 1923, ou seja, fazia 16 anos, não como trabalho acadêmico ou "paper" circulado entre especialistas, mas como artigo de jornal. Nesse artigo, escrito com o espírito de "um pupilo da escola clássica que naquele então sequer duvidava do que tinha aprendido", Keynes rejeita com virulência a possibilidade do mercantilismo servir como política de expansão do emprego. Já em 1936, Keynes busca o

"(...) elemento de verdade científica na doutrina mercantilista. (...)"
(CWVII:335)

Mas que elemento de verdade é esse? Keynes usa um expediente metodológico e retórico curioso: ele não explica qual a verdade do mercantilismo, mas sim as condições históricas que fazem da doutrina mercantilista um enuncia-

70

O Japão também chamou a atenção do "mundo civilizado" para a importância de políticas econômicas de longo prazo. Para uma avaliação preliminar do tema da temporalidade no capitalismo japonês, cf. Schwartz (1991, 1993).

do científico. Numa época em que as taxas de juros não tinham impacto sobre fluxos comerciais e em que não existia um banco central para expandir a liquidez e assim promover o crescimento, o acúmulo de metais era a única forma de atrair "investimentos externos" e o saldo comercial a única forma de reduzir a taxa doméstica de juros. É importante notar que se trata aqui de uma modalidade muito especial de superar a polêmica conhecida na filosofia da ciência como externalismo X internalismo.⁷¹ As doutrinas econômicas não são verdadeiras nem falsas, são modelos cuja legitimidade varia com a história.

A importância desse critério, e o momento em que ele vai além de um certo externalismo historicista, está em dois momentos lógicos que se complementam:

- no uso explícito da linguagem keynesiana para **reunenciar** a doutrina mercantilista,
- na importância da taxa de juros como conceito mediador da explicação mais como instrumento que não existe no momento explicado (não atrai capitais externos, não regula a liquidez doméstica de modo centralizado), ou seja, numa interpretação que usa uma instituição atual para explicar um mecanismo que operava antes sem a sua existência, uma versão keynesiana do princípio segundo o qual "o homem explica o macaco".

Saliente-se então esse esforço duplo de evitar um historicismo e de mostrar que a teoria não pode ser verdadeira ou falsa em si mesma. Evita-se o historicismo ao contrapor a instituição antiga com uma moderna, procurando elementos estruturais ou científicos. Mas a teoria transforma-se em construção de cenários de política econômica, incluindo a negação em outros termos da própria defesa do mercantilismo.

Ou seja, Keynes transforma um problema de guerra doutrinária num exercício de simulação de possibilidades, não apenas na investigação minuciosa de um momento histórico longínquo. Ou seja, o elemento de verdade científica não é uma Verdade metafísica, mas a abertura de um debate, dadas algumas regras de linguagem propícias à operação de um jogo (redefinição pragmática de sentidos).

Nesse sofisticado exercício metodológico-retórico aparentemente voltado apenas a esclarecer um período histórico qualquer Keynes dá uma demonstração de "aplicação" da Teoria Geral. Nessa aplicação, o eixo central é a política econômica (embora não o "fiscalismo", como se veio depois a circunscrever o enfoque de Keynes) e o resultado da teorização não fica fechado doutrinariamente - em suma, Keynes recoloca a questão doutrinária como momento de debate e deixa o assunto com as entranhas expostas,

71

Uma avaliação dessa polêmica na economia, através da crítica à abordagem de Schumpeter, está em Schwartz (1983).

cabendo aos leitores e interlocutores costurarem a decisão concreta amparada numa introspecção cirúrgica.

"Por essa e outras razões o leitor não deve chegar a uma conclusão prematura quanto à política prática sugerida por nossos argumentos. (...) Assim, o peso da minha crítica recai sobre a inadequação dos fundamentos teóricos da doutrina do laissez-faire sobre a qual me eduquei e que por muitos anos ensinei (...). Pois nós, a faculdade dos economistas, mostramo-nos culpados do erro pretensioso de tratar como obsessão infantil o que por séculos tem sido objeto da governabilidade prática ("practical statecraft")." (CWVII:339)

Ou seja, Keynes não está apenas criticando uma teoria mas também o fato de ser teoria no sentido pejorativo do termo, isto é, de racionalização ardilosa de "obsessões infantis", guia perigoso no terreno das questões relativas à "governabilidade prática".

A crítica à teoria econômica deixa de ser portanto doutrinal, como fora por séculos, para tornar-se autocrítica de um discurso pretensamente racional.

A teoria passa a ser momento no jogo da governabilidade e, nesse sentido, é antes de tudo uma teoria da própria governabilidade. Mas é então uma ciência sem ilusões de Verdade, uma teoria da política econômica como problema.⁷²

Os pensadores da Era Moderna foram aos poucos deslocando o tema da Origem do Pacto de Poder para o terreno de teorias sobre o funcionamento lógico de coletividades solidárias, em oposição à dominação pela força. A idéia de divisão do trabalho, associada à de mercado, sugeria um mecanismo de funcionamento lógico, cuja operação dependia de relações tão inevitáveis e necessárias quanto as de um relógio mecânico. Do *oikos* à Economia Política desenvolveu-se, portanto, uma progressiva associação entre o instinto de proteção e a identificação de mecanismos impessoais de reprodução da sociedade.

Os mecanismos econômicos assim identificados são independentes da religião, da magia, de contratos sociais ou da ação estatal. O instinto econômico de autoconservação assume formas pacíficas, como a relação salarial, o comércio, a organização fabril. A satisfação das carências repousa sobre uma estrutura ordenada, racional. Razão (do latim *ratio*) significa etimologicamente "contas", "cálculo" e, ao mesmo tempo, "procedimento", "sistema".

72 Keynes opõe mercantilistas a clássicos em termos de identificadores de um problema uns, enquanto os outros ignoraram esse problema. (CWVII:350) Para uma revisão simplificada da passagem da Filosofia Política à Economia Política e à Economia Pura, cf. Schwartz (1980), (1991)

Keynes relê essa história como a história da formação de uma doutrina que pode ser tão religiosa e dogmática quanto a teologia que se abandonava.

A consolidação dessa "análise econômica" (que iria ganhando validade apesar das "visões" subjacentes, na visão evolucionista de Schumpeter) dependeu de um procedimento epistemológico crucial: a eliminação da política na transição da Filosofia Política para a Economia Política, eliminação que tem na apologia do Mercado seu resultado mais frequente. Curiosamente, desaparece exatamente aquilo que se tornava cada vez mais presente e necessário, a Política.

As escolas de pensamento econômico promovem o apagamento progressivo da Política e do debate sobre as condições de legitimidade sem as quais nem o mais elementar dos atos econômicos tem sentido, consolidando-se na prática uma Filosofia Econômica (senão economicista), dogmática que décadas depois finalmente se converteria apenas em Economia (Economics).⁷³

Consciente da tradição de polêmica em temas econômicos (como revela, entre outros, o comentário sobre o mercantilismo) mas também dos impasses históricos seculares com respeito ao padrão ouro, Keynes habilitava-se a redefinir a Economia como campo da Política Econômica, trazendo para a ribalta um tema que até em Marx ficava nos "bastidores".

Parte 2. Tempo como Problema

"Eu lhe rogo, meu jovem amigo, não fale como se costuma falar aqui, mas como convém à cultura européia da qual você é originário. Aqui em cima há muito da Ásia, principalmente. (...) Não se deixe contaminar pelos conceitos deles; pelo contrário, oponha-lhes a sua natureza, a sua natureza superior contra eles, agarre-se a tudo que pela sua natureza e tradição é sagrado, como filho do Ocidente, do divino Ocidente, filho da Civilização: o tempo, por exemplo. Esse procedimento generoso, essa lassidão bárbara no emprego do tempo é de estilo asiático. (...) onde há muito espaço há muito tempo. Diz-se que eles são o povo que tem tempo e pode esperar. Nós os europeus, não o podemos. O tempo que temos é tão exíguo quanto o espaço do nosso continente nobre e delicado nos seus contornos. É preciso que administremos economicamente o nosso tempo e o nosso

73

"Para que o valor perdure como entidade abstrata, é mister assegurar as condições duma produção autônoma e duma troca, onde cada produto se refira representativamente a todos os outros. E o processo se repetiria até uma possível intervenção do outro a tomar o objeto sem oferecer contrapartida. Daí o pressuposto do contrato que, ainda quando não expresso a nível do discurso, estipula uma condição que somente se efetiva a partir do momento em que um agente deixa de comportar-se de acordo com os cânones previstos; no fundo, é uma representação de precaução; ela não forma parte da entidade abstrata valor, mas desenha um bastidor de legitimidade, que tem vigência para todo e qualquer valor constituído ou a ser constituído." Giannotti (1983:289).

espaço, que tiremos proveito dele, engenheiro, muito proveitô! (...) O tempo é um dom divino, outorgado ao homem para que o explore, sim, meu caro engenheiro, para que o explore a serviço do progresso da humanidade."

Thomas Mann, *A Montanha Mágica*, Enciclopédia.

2.1 Keynes e Marx

Nas crises capitalistas contemporâneas o parentesco entre os momentos de exaustão cultural e a reflexão sobre o Tempo ganhou ainda mais importância, tanto no final do Século XIX, quando o padrão Ouro e a Hegemonia Inglesa começam a ruir, quanto nesse final de Século XX, em que a instabilidade financeira do Padrão Dólar acompanha os impasses da Hegemonia do Norte Ocidental.

Os economistas e suas obras participam dessa angústia civilizatória, entre outras razões porque um aspecto crucial do capitalismo é a importância do tempo como referência cultural e cotidiana. Vários historiadores já indicaram a importância da invenção do relógio mecânico no final da Era Medieval, com o surgimento das cidades e a espacialização do tempo. Weber, na sua célebre interpretação dos nexos entre protestantismo e capitalismo, insistiu na fecundação mútua entre a "vocação" e o culto ao uso adequado do tempo laico. Os momentos de Crise Geral Capitalista são também momentos em que o sentido do tempo econômico volta a ser discutido, como se a espacialização moderna do tempo do engenheiro ficasse intimamente abalada.

Mais ainda, a crise atual tem dimensões econômicas radicais. De um lado as economias capitalistas vivem uma fase de perturbações cambiais, fiscais, monetárias e financeiras em escala global, num contexto de transição nos padrões tecnológicos e de ordenação militar. De outro, as economias centralizadas passam por uma crise de valores e de eficiências distributiva, marcada por atraso tecnológico e impasse financeiro. Mais uma vez, são modelos globais que se vêm em questão, e não apenas aspectos operacionais com dificuldades conjunturais. Enquanto crise global, trata-se de momentos de revisão cultural mais ampla, em que o próprio conceito de civilização é posto em questão, e talvez mais ainda o conceito de civilização organizada em torno de Utopia Econômicas, como o Liberalismo e o Socialismo, ambas com forte vocação para a idealização do Futuro.⁷⁴

74

"Todos dizem que a modernidade está em crise. É um lugar-comum, mas como outros lugares comuns este pode ser até verdadeiro, desde que se entenda bem o alcance do diagnóstico. O que existe atrás da crise da modernidade é uma crise de civilização. O que está em crise é o projeto moderno de civilização, elaborado pela Ilustração européia a partir de motivos da cultura judeo-clássica-cristã e aprofundado nos dois séculos subsequentes por movimentos como o liberal-capitalismo e o socialismo". Rouanet (1993,9).

A crise é sempre uma ruptura que explicita dificuldades na passagem entre o passado conhecido e o futuro incerto. Nesses momentos, uma tentação imediata é voltarem-se as mentes mais cautelosas para dois tipos de reação defensiva, o relativismo e o determinismo. Nesses dois casos não há mais história nem universalismo, pois o que caracteriza o movimento histórico é justamente a unidade dos dois pólos que essas opções representam: a liberdade e a necessidade. O liberalismo que resolver o medo do futuro na liberdade absoluta, o determinismo concentra suas defesas em esquemas mecânicos que ordenam de antemão o movimento histórico.

O desafio da Crise atual é mais uma vez tentar superar essa antinomia entre necessidade e liberdade, que se desdobra em outras antinomias aparentadas como passado e futuro, indivíduo e massa, micro e macro, subjetivo e objetivo, mercado e Estado, economia e não-econômico, conhecimento e arte, utopia e história.

O desafio não é novo, e a síntese necessária já foi tentada por muitos pensadores, inclusive no campo da Teoria Econômica. Marx, no Século XIX, e Keynes, no Século XX, são os clássicos que de modo mais direto apresentaram a consciência do desafio e as dificuldades de resolvê-lo teoricamente. Nos dois a problematização do Tempo é central na análise da realidade econômico-social. Os dois buscaram síntese capazes de ultrapassar as oposições formais entre necessidade e liberdade, passado e futuro. Finalmente, os dois foram retraduzidos em modelos ultradeterministas ou ultraliberais, conhecidos entre os economistas sob a denominação geral de "keynesianismo bastardo" (expressão cunhada pela economista inglesa Joan Robinson), num caso, e "marxismo vulgar ou dogmático", no outro.

No pensamento liberal ocorre, de modo geral, um apagamento das relações entre o pensamento, a realidade e o Tempo. Nos modelos econômicos esse apagamento significa geralmente a análise de mecanismos econômicos que são independentes do Tempo, no sentido bem preciso de se trata de mecanismo cuja operação pode efetivar-se a **qualquer momento do tempo e sem consideração da sua duração**. Em outras palavras, o Tempo na visão liberal é reversível, mesmo quando não se trata de modelos estritamente mecanistas. Reversível significa que ao descreverem os processos econômicos os liberais não vislumbram nenhuma filosofia da História, ou melhor, operam na suposição prática de que o capitalismo é ou eterno ou, como na versão mais sofisticada apresentada recentemente por Fukuyama, ponto final da História política.

Assim, o mercado ou as ações tidas por racionais e mutuamente compatíveis dos indivíduos econômicos operam sempre da mesma forma, independentemente do que já ocorreu no passado ou do que se espera ou aposte venha a ser o futuro. Os mecanismos de equilíbrio dos mercados, as decisões soberanas dos indivíduos e a irrelevância dos projetos de dominação vigente numa sociedade dão o tom das visões liberais.

No campo oposto estão as perspectivas deterministas. Mas é uma oposição que se resolve paradoxal e equivalente anulação da História. Quem já detém a fórmula do devir histórico, seja por fatores tecnológicos, militares, geopolíticos ou até por confiança em medidas estatísticas, como na teoria dos ciclos longos, deixa um campo restrito para a ação individual e coordenada, para a ação individual e coordenada, para a instituição de vetores totalizantes de legitimação. Nas vertentes de inspiração marxista, essa solução anti-histórica da História significa a pressuposição da Totalidade espacial e temporal como chave da ação política. Contra essa abordagem, há correntes talvez até ainda "marxistas" anti-dogmáticas que rejeitam a pressuposição do Todo, para enfatizar os processos de totalização sempre incompleta e potencialmente crítica das sociedades contemporâneas.⁷⁵

O desafio, repita-se, é escapar à estupidez liberal que festeja o fim da História e a soberania dos indivíduos apenas para mascarar a violência recorrente e o esgotamento de uma energia utópica específica, de um lado, e ao absolutismo determinista dos modelos que consagram a ciclicidade ou a evolução rumo a algo superior ao já conhecido, de outro. Nas duas reações defensivas chega-se ao mesmo resultado: o apagamento do histórico e a equalização entre passado e futuro na atividade prática.

Antes de percorrermos as pistas críticas e autocríticas de Marx e Keynes rumo a uma síntese inacabada do Tempo Histórico vale ressaltar que a busca dessa "terceira via" não é exclusividade de economistas ou cientistas sociais. Nas ciências da Natureza desvenda-se também uma relação inacabada e criativa entre os acontecimentos e o futuro, em que o processo natural tem sentido e significado sem referência ao conceito de equilíbrio, como se até no Universo Natural o Tempo tivesse seu momento de revelação histórica.⁷⁶

Ao mesmo tempo, embora haja uma sintonia na descoberta de novos Tempos entre os que estudam o Social e os que se debruçam sobre o Natural, é discutível supor uma convergência metodológica entre esses Tempos, valendo a referência às ciências naturais principalmente como ilustração retórica da desmitificação do Equilíbrio. Em termos heurísticos é oportuno e estimulante saber que também nas Ciências Naturais os modelos deterministas e mecanicistas encontram seus limites.

75

Para Habermas, por exemplo: "La idea de un sujeto de la historia que se crea a si mismo, era y es una ficción; pero en modo alguno es absurda la intención que esa idea a la vez expresa y yerra de ligar la evolución de los sistemas socioculturales al tipo de control que es la autorreflexión eficaz de discursos (de comunidad intesubjetivas de orden superior autogeneradas por vía discursiva)." Habermas (1988, cap.8)

76

*Que exigências devia satisfazer a física perante um universo evolutivo? Veremos que, atualmente, se podem enumerar três: a irreversibilidade, o aparecimento da probabilidade e a coerência, que constituem as condições de existência das novas estruturas que a física dos processos afastados do equilíbrio encontrou". Prigogine, I., O Nascimento do Tempo, Edições 70, 1990, pg. 36.

Do ponto de vista da Economia, trata-se de descobrir em Marx as pista não-dogmáticas e em Keynes as não-liberais. Nos dois casos a atenção sobre o tratamento dado ao Tempo nos escritos originais, assim como sobre o contexto em que se produziu essas obras, abre possibilidades normalmente subestimadas.

Marx, a escrever sobre a economia capitalista, intitula sua obra uma "crítica da Economia Política". Para ele os economistas evitavam levar às últimas consequências o potencial de crise imanente ao capitalismo. Ao criticar a Economia Política, Marx sugeria também a necessidade de superar o campo da Economia para mergulhar na Política. Sua obra é ao mesmo tempo uma crítica do capitalismo e das teorias convencionais que se propõem a explicá-lo. A própria expressão "Economia Política" seria uma contradição, pois os autores clássicos buscavam mecanismos econômicos automáticos, anulando o papel da política.

Filosoficamente, Marx propunha uma "inversão" do discurso de Hegel, salvando-lhe o "núcleo racional". Esse núcleo racional era o método de exposição dialético, adequado a um objeto dinâmico porque expressão de sujeitos potenciais em conflitos recorrentes. Marx recusava a metafísica hegeliana, substanciada numa Filosofia da História que se resolvia na universalização terminal do sujeito racional como Estado burguês moderno.

Na inversão da dialética hegeliana Marx coloca o trabalho assalariado como elemento fundamental da dinâmica capitalista. E identifica nos trabalhadores um potencial sujeito político da transformação do capitalismo em novos sistemas de produção e gestão da sociedade.

Como os teóricos da Economia Política que critica, Marx inicia a análise da economia pela questão do valor. Mas o valor das coisas não está, como em Ricardo, na quantidade de trabalho incorporada a cada mercadoria. Os processos produtivos modernos envolvem a contratação de uma mercadoria cuja principal característica é a capacidade de gerar outras mercadorias: a força de trabalho. Procurar um padrão absoluto de valor é portanto ignorar que no núcleo da produção capitalista a relação salarial gera sempre um valor excedente frente às condições iniciais de cada período de produção.

A contradição lógica desse sistema arma-se entre o potencial de acumulação detonado pela concentração e centralização dos meios de produção e a realização no mercado à qual esses meios de produção estão voltados. Ou seja, interessa ao capitalismo sempre ampliar o excedente potencial, mas essa acumulação recorrentemente cria a possibilidade de mostrar-se subconsumo, dada a iniquidade distributiva derivada da relação salarial.

A contratação de força de trabalho ocorre sempre a partir de uma dada remuneração, um salário fixo por um certo tempo de trabalho (e que por inúmeras razões deve tender ao mínimo possível). Abre-se uma brecha para que cada trabalhador produza um volume de mercadorias cujo valor realizado no mercado no final das contas seja maior que o valor do próprio salário pago.

A relação salarial é uma base a partir da qual os empresários podem acumular riqueza. O capitalista apropria-se dos frutos do trabalho que, em virtude do trabalhador ter assumido o compromisso de receber apenas o salário, são propriedade do capitalista.

O mesmo "preço", portanto, guarda em seu interior duas relações opostas com o tempo. Para o trabalhador, o salário remunera uma quantidade de horas de trabalho já definidas. Para o trabalhador, o salário é uma riqueza referida, um dado. Para o capitalista, o salário é uma possibilidade aberta de valorização e acumulação.

O salário, para o capitalista, é uma entre várias possibilidades de ascender a um futuro incerto, mas que por definição pode ser de reprodução ampliada do seu capital.

É a natureza monetária da relação salarial na economia capitalista que permite aos preços essa ambiguidade temporal. Por isso os historiadores marxistas demarcam as transições de modos de produção pre-capitalistas para o capitalismo investigando as origens do trabalho assalariado em cada caso.

Os preços para Marx não são o resultado automático de um processo de ajustamento e satisfação das inúmeras necessidades dos indivíduos. Os preços são um artifício pelo qual as pessoas têm a ilusão de associarem às operações de compra e venda uma quantia de dinheiro equivalente ao que considera ser o valor do produto transacionado. Essa ilusão é a ilusão de um sistema de valores dados, quando na verdade o sistema de valores está sendo sempre reconstituído e é incerto por definição, tendo orientações temporais diversas conforme a posição estratégica do indivíduo na sociedade.

Marx insiste no Dinheiro como indício da possibilidade formal de crise no capitalismo. Os trabalhadores têm a ilusão de venderem o seu trabalho por um salário. Na realidade, eles estão vendendo ao capitalista a possibilidade de produzirem produtos com valor superior ao salário pago num tempo já transcorrido no momento em que o salário vier a ser desembolsado pelo capitalista. Mas não há uma equivalência entre as horas de trabalho e o salário. Nessas horas o trabalhador acaba produzindo bens, que não lhe pertencem, com valor superior ao que aceitaram receber depois como salário. Entre o preço do trabalho e o preço dos bens produzidos com esse trabalho surge uma **diferença**, um valor excedente que é propriedade do capitalista.

O dinheiro, os preços, os salários camuflam as relações de propriedade diferenciadas e, portanto, vias de acesso diferenciadas em direção ao futuro social. A economia monetária cria uma ilusão de igualdade sob a qual, na realidade, processa-se uma acumulação progressiva de estoque sob a propriedade dos capitalistas. Ilusão de igualdade mas que mantém a equalização apenas como uma possibilidade formal.

Fica nos bastidores a questão da legitimidade desses contratos amparados numa homogeneidade ilusória do campo econômico.

Ao mesmo tempo, os capitalistas não desejam manter seus estoques de mercadorias, já que se defrontam mutuamente numa concorrência de vida e morte. O capitalista também enfrenta uma luta pela sobrevivência, para que não morra, não tenha menos lucro, menos mercado, acumule menos que os outros e seja devorado pelos mais dinâmicos. Cada capitalista precisa acumular mais que os outros - caso contrário, seus concorrentes não apenas abocanham fatias crescentes do mercado como investem na introdução de inovações tecnológicas, de produtos, publicitárias, etc.

Assim, a produção é administrada não para satisfazer as necessidades dos consumidores, mas para assegurar o máximo de acumulação - mas a acumulação disputa com o investimento a primazia na agenda do capitalista que precisa decidir seu futuro.

É importante ressaltar, na contracorrente de certos dogmatismos comuns no marxismo, que a História no capitalismo, ou seja, a relação entre passado e futuro, fica logicamente em aberto na obra de Marx. Tanto pela contradição entre capitalistas e trabalhadores quanto pela que se renova entre os capitais em concorrência, **nos dois casos mediada pelo Dinheiro. A lógica contraditória do capitalismo conduz em Marx da análise das necessidades ao terreno das possibilidades**⁷⁷.

A dimensão Tempo é nessa exposição dialética da lógica social crucial. São diferenças de tempo subsumidas sob a forma aparentemente a-temporal do Dinheiro e do Salário as tensões sociais criativas da história na perspectiva marxista.

O debate sobre a Crise Final do Capitalismo revela mais das opções políticas de cada teórico e partido de esquerda que uma limitação insuperável da própria teoria de Marx. Nessa teoria da contradição, o Tempo é irreversível e os sentidos da história são apenas prováveis. Cada "leitor" de Marx faz então, como também cada leitor de Keynes, uma leitura que só pode se definir politicamente.

O pensamento econômico não marxista encontrou no Tempo um desafio insuperável enquanto se apegou à noção de equilíbrio. Nas últimas décadas do século XIX, contemporâneo portanto à obra de Marx, o economista inglês Alfred Marshall criticava qualquer pretensão à definição de um equilíbrio geral de todos os mercados. Sua obra surge num momento em que a vigência do Padrão-Ouro e a hegemonia inglesa já estão sendo postas à prova.

77

O tema da possibilidade da crise no contexto dos debates marxistas é explorado por Grespan, J. L.S. (1993), Método de Exposição e Categorias Modais, doutoramento, mimeo.

Para Marshall, o equilíbrio seria apenas uma expectativa, por parte de cada empresário, no sentido de operar sua firma em condições normais. O problema reside na definição do que seja esse "normal", já que as expectativas empresariais podem referir-se a inúmeros horizontes de tempo. Marshall procurava, então, definir situações de curto e longo prazo, assim como a própria história através da evolução da organização industrial e creditícia.

Mas a referência à idéia de equilíbrio, mesmo que definido como uma ficção empresarial, ainda impedia Marshall de ver a economia ameaçada por rupturas ou crises. Marshall propunha o abandono da analogia entre a economia e um mundo mecanista, e considerava a Biologia uma Ciência à qual a Economia deveria aparentar-se. No lugar do modelo de um conjunto de mercados com leis e mecanismos, Marshall propunha o desafio de ligar a análise econômica às expectativas dos agentes econômicos em concorrência uns com os outros.

A trilha aberta por Marshall foi seguida por vários discípulos na Inglaterra: D.H. Robertson, J.M. Keynes, Piero Sraffa e Joan Robinson. Mas a dinâmica econômica na heterodoxia pós-marshalliana não repousa sobre uma teoria da exploração dos trabalhadores e continua marcada por inúmeras referências à idéia de equilíbrio.

A inovação marshalliana que abre novas perspectivas é sublinhar o caráter imaginário e, mais que isso, especulativo do equilíbrio empresarial. Em Keynes falar em equilíbrio é também, nesse sentido, um artifício de retórica, usado para persuadir um público que sabidamente age orientado por ficções.

A crítica à essência monetária das economias capitalistas coloca muitas das conclusões de Keynes convergirem com a mensagem marxista: a economia capitalista não é capaz de se autoajustar espontaneamente, há uma tendência à instabilidade derivada da natureza especulativa do investimento decidido pelos empresários, a relação salarial é uma condição necessária para o funcionamento da economia, se não queremos ignorar o processo de acumulação, mas o consumo é passivo - em Keynes, os trabalhadores também estão subordinados a agentes hegemônicos.

Mas esses agentes relevantes, os capitalistas, defrontam-se com uma incerteza financeirizada: diante da incerteza, cada capitalista tenta adivinhar as condições de demanda futura - mas quanto maior a incerteza, maior a fuga do próprio sistema produtivo em direção ao dinheiro, às aplicações financeiras ou à proteção do Estado.

A teoria econômica de Keynes sistematizou de modo inovador essa relação entre o sistema financeiro sem sintonia com a órbita produtiva, uma relação aberta, propensa a crises de confiança e, por isso, necessitando sempre de uma regulamentação governamental estratégica.

A existência do dinheiro não pode ser compreendida apenas em relação às trocas, dizendo que o dinheiro existe apenas para facilitar as trocas. O dinheiro está sempre em relação a um conjunto de instituições (bancos). Para se entender o Dinheiro é necessário colocar em foco o sistema bancário, as instituições financeiras. O Dinheiro é uma entidade que alimenta a intermediação financeira, a criação de crédito. Os bancos recebem depósitos e fazem empréstimos, operam portanto como intermediários. Mas o poder crucial dos bancos no sistema econômico capitalista é a criação do crédito. Dar crédito é como dar dinheiro. Os bancos têm portanto uma capacidade própria, até certo ponto independente do Banco Central, de criar dinheiro e atuar com base no estado de confiança das pessoas. Essa realidade do sistema de crédito capitalista contraria a Teoria Monetarista, que vê a economia simplesmente como um conjunto de agentes que trocam produtos entre si, enquanto o Estado introduz dinheiro no sistema para facilitar as trocas.

Criar crédito significa que o dinheiro (o símbolo da riqueza) pode surgir antes que a riqueza representada surja. Ou seja, existe dentro do sistema econômico capitalista um poder de fazer as pessoas acreditarem que já existe uma riqueza antes que ela seja criada pelo trabalho e pela produção. A palavra "crédito" está ligada a riqueza à palavra acreditar, confiar. Quando se diz que o sistema financeiro ou, em geral, a existência de um sistema capitalista está presa à idéia de crédito, de um sistema financeiro ou, em geral, a existência de um sistema capitalista que está ligado à idéia de crédito, subverte-se de uma maneira total a idéia de que a economia não passa de relações de troca entre proprietário de recursos dados. Porque não se trata de entender o funcionamento da economia a partir do que ela já herdou do passado, mas de procurar as forças e os poderes que governam essa crença na existência de riqueza futura e, portanto, poderes que reforçam o ideal de acumulação de riqueza.

O valor do dinheiro depende não apenas do conjunto de recursos que já existem nas economias, mas também das expectativas, da confiança na existência de uma riqueza futura. O funcionamento de uma economia capitalista o tempo todo depende não só do que já existe, das máquinas que já estão sendo usadas, da área que já está plantada, da indústria que está montada, mas depende o tempo todo de uma crença difusa, de uma crença que depende às vezes de forças cegas e irracionais na existência de riqueza futuras.

Cada nota de papel moeda tem seu valor subordinado a essas expectativas, a essa confiança maior ou menor no futuro, na capacidade das instituições existentes administrarem equilibradamente o processo de acumulação de riqueza. É uma crença cuja racionalidade fica em aberto, porque é impossível conciliar na prática o ideal de um equilíbrio na "oferta de dinheiro" por um banco central (uma regra) com as formas de acumulação sempre inovadoras nas esferas produtivas e financeiras (uma prática).

O Tempo em Keynes é portanto aberto e irreversível, ao mesmo tempo em que a incerteza com relação ao futuro, natural da espécie humana, torna-se crítica justamente porque ela é financeirizada. Assim como em Marx o

dinheiro cria a possibilidade da crise, em Keynes o dinheiro camufla uma incerteza radical e a amplifica sob forma financeira.

A instabilidade financeira de Keynes, entretanto, não conduz inevitavelmente à crise geral porque o conservador autocrítico inglês tira dos bastidores as expectativas e a capacidade de persuasão intersubjetivas, ou seja, define a dinâmica social como momento da negociação, de armação de uma agenda estatal anti-cíclica, de legitimação. A irreversibilidade dos processos econômicos exige-nos uma capacidade não-econômica de apostar num futuro que seja coletivamente possível.

Marx e Keynes operam o discurso econômico a partir de lógicas que colocam em primeiro plano a necessidade de diagnósticos sobre a temporalidade. É precisamente a reflexão desses autores sobre a temporalidade que lhes permite acreditar em possibilidades de superação de antinomias. Ao radicarem suas análises na possibilidade de crise ou na instabilidade financeira, Marx e Keynes negam a tradição do pensamento econômico em pelo menos três aspectos cruciais:

1. A evolução das economias deixa de ser pautada por um tempo linear e objetivo;
2. Os futuros possíveis estão sobredeterminados pela formação de sujeitos em conflito cuja autoconsciência é sempre incompleta do ponto de vista da lógica econômica, ou seja, a análise instrumental perde sentido sem uma reflexão concomitante sobre a universalidade das normas pressupostas⁷⁸;
3. A sincronia do sistema não é associada em nenhum momento a estados de equilíbrio repetitivos, sendo o equilíbrio ou qualquer outra visão de estado geral da economia sempre uma projeção simbólica ou expectacional que cumpre uma função implícita ou explicitamente legitimante.

Somente uma aguda consciência dessas tensões que animam a temporalidade nesses dois clássicos do pensamento pode evitar a pasteurização de suas idéias em modelos neo-liberais ou neo-deterministas, abrindo caminho para a percepção de que suas obras não são "teorias" no sentido convencional, mas convites à atuação política e, no limite, fundamentações lógico-históricas da ação política.

78

Novamente com Rouanet, para quem o valor central é a ética da maioria e a idéia iluminista "é as duas coisas: instrumento de análise e padrão normativo. As duas funções são interdependentes. Ela quer intervir na realidade e nesse sentido não é positivista, mas parte da realidade e portanto não é uma pregação edificante. A dimensão cognitiva é orientada por um interesse prático; por outro lado, a dimensão normativa deriva de fatos históricos e mantém seu vínculo com a realidade." (1993:43) Procuramos alinhar Keynes a essa reflexão ética, forte em Wittgenstein e, mais recentemente, em Habermas e Arendt, que exige uma nova "interdependência" entre conhecimento e prática.

Nos dois casos (Marx e Keynes) a "coerência" da economia depende de procedimentos simbólicos e da "tomada de consciência" explícita e negociada de que o futuro da sociedade faz parte do jogo.

Há sempre um "projeto de sociedade" no jogo retórico e, assim, a teoria é ininteligível se não se traduz numa teoria da ação política. Torna-se necessário perceber que nenhuma relação entre essas tramas conceituais e o "tempo econômico" é logicamente suficiente para dar conta da prática histórica - antes impõem-se a definição de campos onde seja possível a "tomada de consciência" pelos atores/agentes em confronto, campo cuja existência depende crucialmente de uma **exposição discursiva** que se move continuamente entre a lógica e a história, uma teoria política da economia ou, abreviadamente, uma teoria da política econômica.

Essa revisão necessariamente rápida e didática dos procedimentos analíticos de Marx e Keynes conduz portanto a um terreno bastante escorregadio e que dificilmente se poderia associar aos modelos tradicionais de Ciência, em que sujeito e objeto, estruturas micro e macro, conhecimento e crença, saber positivo e normativo **pretendem** se sustentar como domínios autônomos e mutuamente reversíveis.

Mesmo a identificação de qual é, afinal, o Tempo do sistema abre-se a um descontínuo de possibilidades. No pensamento lógico-histórico, o social é atravessado por "saltos" e "sobressaltos". A totalidade é sempre um desafio incompleto e necessário, tanto do ponto de vista individual quanto da lógica possível do sistema.

A busca de uma lógica que não seja alheia à temporalidade em Keynes sugere a descoberta no autor de uma teoria econômica mais política que a economia política criticada por Marx.

Essa descoberta ajuda a entender a própria tradição keynesiana, esse confronto infundável de modelos, casos e receitas. A teoria econômica que vem depois de Keynes é keynesiana na medida em que só ganha inteligibilidade lida politicamente - não porque tenha uma forma mais ou menos parecida com os textos da Economia Política clássica, menos ainda sua pretensão de universalidade.

A Política Econômica pode surgir assim como um novo objeto, não como esta ou aquela "aplicação" de uma teoria ou paradigma consagrado, como um mero cardápio de modelos e cenários.

O campo keynesiano está sob esse foco, através das mais diversas e no mais das vezes antagônicas modelagens e propostas práticas de "administração dos negócios".

Se Keynes abre um campo que não cai sob a crítica de Marx à Economia Política, cabe então demonstrar "internamente" à obra, no "método em ato", que objeto novo é esse, a Política Econômica.

O percurso nessa direção exige a atualização das preocupações do *Treatise on Probability*, o resgate da "dimensão filosófica" de Keynes, insistindo no modo pelo qual sua obra inscreve-se numa dimensão mais típica do que Hannah Arendt denominava *vita activa*, base sobre a qual o conceito de política econômica poderia ganhar uma relevância inédita.

2.2 Lógica e ética em Cambridge

Os intelectuais "pós-teológicos" de Cambridge tinham diante de si duas tradições de filosofia moral: o utilitarismo e o intuicionismo, ambas de raiz teológica mas partindo de uma base humana e racional.⁷⁹ Na definição de Skidelsky, o intuicionismo reclamava de certas condutas serem certas ou erradas independentemente dos seus resultados, enquanto o utilitarismo dizia que a conduta deve ser julgada pelos resultados, sendo bons aqueles capazes de aumentar a felicidade humana, na tradição benthamita ou hedonista. O intuicionismo partia de uma faculdade moral, já o utilitarismo apelava para o conhecimento das consequências. Era uma oposição entre a filosofia dos "bons motivos" e a dos "bons resultados".

John Stuart Mill, o campeão do utilitarismo, denunciava o intuicionismo como justificação do **establishment**, já que descartava a avaliação de instituições e opiniões com base em critérios externos (às próprias instituições) de utilidade⁸⁰. Com a ajuda do intuicionismo, bradava Mill, "toda crença inveterada e todo sentimento intenso cuja origem não é lembrada é dispensada da obrigação de se justificar pela razão".⁸¹

Para Skidelsky, a emergência de problemas sociais mais graves conduziu os partidários das duas doutrinas a uma espécie de consenso prático, em que os intuicionistas aceitavam a utilidade como teste final de doutrina e conduta,

79 Skidelsky (1983:28).

80 Nesse sentido a temática já antecipa a de Keynes, embora ao contrário do utilitarismo econômico Keynes não utilize como "critério externo" a medida hedonista de utilidade ou algum critério puramente racional de eficiência e sim o que continuamos a entender como adequadamente resumido na expressão "condições de legitimidade".

81 Citado em Skidelsky (1983:28).

enquanto os utilitaristas aceitavam que mesmo as instituições vigentes tinham uma funcionalidade ou justificação utilitária, mesmo porque os não-conformistas que pregavam o utilitarismo anti-**establishment** vinham sendo gradualmente admitidos no interior do próprio. Ou seja, em temas sociais forjou-se um consenso conservador, semente das propostas de **Welfare State** e políticas de pleno emprego, mas continuava o impasse no que se refere à consideração moral das relações entre indivíduo e sociedade, tema crucial quando os negócios de Estado se democratizam.⁸²

Havia portanto um impasse no interior da própria tradição utilitarista, incapaz de conciliar completamente sua disposição da conduta individual com uma teoria social de harmonia. Isso porque a harmonia exige algum tipo de dever por parte dos indivíduos, e nenhum dever individual pode reconciliar-se com a busca benthamita pura de prazer máximo. G.E. Moore se lançaria justamente à tarefa de construir uma filosofia moral anti-benthamita.⁸³

Na definição dada ao utilitarismo ético por J.S. Mill já se encontram alguns dos elementos que seriam dissecados pelos autores da Cambridge do final do século 19, início do 20. Para Mill, a ética deve ocupar-se de indicar quais são nossos deveres ou a que teste pode-se recorrer para conhecê-los, sendo esse teste um **meio** de asseverar o certo e o errado e não uma **consequência** de já se ter afirmado o que é certo e errado. Mill defendia portanto uma concepção **indutiva** da ética, em que a definição do que é certo moralmente deve ser a decorrência de um argumento (o teste) e não a consequência de uma definição arbitrária.⁸⁴

O teste, entretanto, depende de um princípio primeiro, o da utilidade como referência para a avaliação da conduta, sendo a utilidade uma expressão do juízo de que a felicidade é o bem supremo. Felicidade é sinônimo de prazer e ausência de dor.

82 Skidelsky (1983:29).

83 A avaliação de Skidelsky (1983:31) é que a filosofia social e a filosofia moral de Cambridge ficaram divorciadas e nunca seriam novamente unificadas, tendo Keynes zigzagueado entre as duas pelo resto da vida. Minha interpretação é de que mais do que, ou através desse zigzague Keynes na realidade definiu um novo campo onde a compatibilização entre moral e social, individual e coletivo ganharia outra dimensão, a saber, o campo da política econômica.

84 Essa visão indutiva da ética contrapunha-se à intuitiva, e nada mais é que outra forma de expressão do impasse entre "o que é bom" e "o que tem bons resultados". Day (1985:362) Como veremos, um dos impasses do TP reside justamente na impossibilidade de conciliar a indução com essa absolutização do instrumento, já que o resultado do teste depende sempre de princípios arbitrários e intuitivos, enredando-se o pensamento numa circularidade cuja denúncia remonta ao ceticismo de Hume. As dificuldades com a indução têm portanto consequências imediatas sobre a ética utilitarista.

O impasse fundamental da ética utilitarista prende-se à questão do tempo. Como avaliar ou aplicar o teste à conduta se não há possibilidade de aferir por uma duração suficientemente longa as reais consequências de um ato? Nem sempre o prazer é imediato, pode até mesmo haver dor no caminho do mais refinado dos prazeres.

Toda a resposta de Mill a essa objeção repousa sobre a aplicação de um método "científico", ou seja, indutivo, em que **classes** de condutas são definidas e cada conduta é julgada de acordo com princípios secundários derivados da construção dessas classes de ações (homicídio, por exemplo, **geralmente** conduz a um mal, não a um bem). As **generalizações proporcionais** que fornecem essa informação sobre as classes são os princípios secundários, usados sem que em geral se precise recorrer ao princípio primeiro (o da utilidade máxima).⁸⁵

Em suma, a questão do tempo numa ótica indutiva é eludida pelo recurso a regras de aplicação de uma classificação de condutas, ou seja, convenções. Percebe-se portanto como nas mãos de Mill o utilitarismo, retoricamente anti-establishment ao rejeitar o recurso ao sentimentalismo e exigir testes consequencialistas, acaba por se transformar numa prática conservadora de aplicação de convenções cuja arbitrariedade é tão suspeita quanto as intuições que critica. É contra esse impasse que as novas gerações de Cambridge se voltam, numa época em que as regras já não parecem tão firmes nem as suas consequências tão prazerosas.

Mais ainda, é importante notar que o utilitarismo de Mill, revisitado nesses termos, sustenta o teste da utilidade (ou das consequências úteis de uma conduta) apenas retoricamente, pois o salto indutivo necessário para estimar as consequências é substituído pela verificação da adequação de condutas a regras já dadas. O que ocorre é a substituição da intuição por regras **supondo-se** que se chegou a essas regras cientificamente, ou seja, através de generalizações proporcionais e experiência. Constatada essa circularidade, a mesma pergunta "**utilitarista**" (quais as consequências de uma conduta) pode produzir efeitos anti-utilitaristas quando se tem a consciência da fragilidade e arbitrariedade das regras.

Esse foi precisamente o passo de Keynes, cuja compreensão é difícil exatamente porque em muitos aspectos a aprência é de se tratar da mesma colocação utilitarista, quando na verdade há essa consciência da regra frágil e arbitrária e dos pressupostos "intuitivos" da conduta (**espíritos animais**, se se quiser usar a expressão de Keynes na Teoria Geral) envolvidos. É a consciência de que o utilitarismo preserva os impasses eludidos pela posição indutiva clássica que permitirá a Keynes reabrir o terreno da experiência original (o sagrado princípio da propriedade privada) sem associá-la seja a "bons motivos", seja a "bons resultados".

Uma primeira tentativa fracassada de reconciliar moral e sociedade foi feita por Henry Sidgwick (1838-1900). Contemporâneo de Alfred Marshall (este último, cumpre lembrar, considerando a economia como um ramo aplicado da ética), Sidgwick ficou conhecido como um pensador incapaz de dizer "sim" ou "não" a qualquer questão, dada a sua obsessão com a busca de sínteses entre posições antagônicas no terreno da filosofia moral.⁸⁶

A derrapagem de Sidgwick era fruto da fixação pelo benthamismo, segundo o qual toda conduta obedece a um cálculo hedonista. Sidgwick era incapaz de encontrar um cálculo que estabelecesse a ponte entre felicidade individual e coletiva porque já não podia ignorar que o prazer individual talvez não tivesse nenhuma justificativa hedonista ou coletiva, acabando por apelar para a eternidade, Deus ou o esoterismo (ou seja, manutenção de uma moral secreta em complementação a uma moral pública). Somente a crença na vida eterna poderia justificar a renúncia a certos prazeres inconsequentes na vida terrena, ou seja, o resultado do princípio utilitarista apareceria na eternidade (no "longo prazo"). Isso equivalia a retornar à fé religiosa ou, no caso de Sidgwick, até mesmo a buscar a comprovação empírica da existência de almas do outro mundo. Sidgwick resumia a angústia do intelectual vitoriano entre a perda da fé e o terror do ceticismo.⁸⁷

Aos impasse de ordem moral e social acrescentava-se a clara percepção de que tinha início uma enorme transição histórica, como confessa Sidgwick em janeiro de 1885:

"Diante do crescimento da grandeza comercial da Inglaterra irrompe uma mistura de curiosidade e ansiedade patriótica, parece claro que ultrapassamos o apogeu, falando em termos relativos, e seria contrário a todos os precedentes históricos que não nos precipitássemos montanha abaixo; mas será um declínio através de choques destrutivos, desastrosos ou gradual e indolor? Essa, temo, é a única questão de importância prática, mas quem pode respondê-la?"⁸⁸

86 Keynes jogava golfe ocasionalmente com Sidgwick, e escreveu sobre ele em 1906: "Ele nunca fazia mais que refletir sobre a verdade do cristianismo, provar que não o era e ter a esperança de que o fosse." Skidelsky (1983:34)

87 Um impasse que parece expressar com nitidez os problemas de cultivar uma imagem consequente com a reprodução social quando se cultiva secreta e simultaneamente o homossexualismo (versão sublinhada por Skidelsky), mas que expressa também um certo drama de consciência de classe inútil, típico de uma elite ociosa, colonial e rentista e, se se quiser, até mesmo da intelectualidade que não consegue ser autenticamente orgânica no sentido gramsciano do termo. As três situações (homossexualismo, elite ociosa, imperialista e rentista e intelectualidade desenraizada) eram marcantes na crise da Inglaterra vitoriana em geral. A própria reforma universitária, como esclarece Skidelsky, visava a uma cooptação da intelectualidade não-conformista para os quadros e valores de uma aristocracia avessa ao mundo da indústria e das finanças cujo resultado sobre a consistência da sociedade inglesa é debatido até hoje. Skidelsky (1983:30).

Não é difícil imaginar a presença dessa dúvida em mentes formadas na leitura de clássicos gregos e latinos, assim como pela magistral história do Império Romano escrita no final do século 18 pelo inglês Edward Gibbon. Noutra significativa confissão de angústia histórica Sidgwick comenta:

"Meu medo e depressão recentes relaciona-se mais à estrutura do Governo que ao grau de sua interferência nas propriedades e contratos. Até aqui sustentei inquestionavelmente a doutrina liberal de que numa comunidade industrial moderna o governo por representantes eleitos e responsáveis permaneceria do tipo normal. Mas ninguém ainda conseguiu descobrir como fazer esse tipo de governo funcionar a não ser através do sistema de alternância dos partidos, e é a força de resistência que essa máquina de governo partidário apresenta à opinião esclarecida e racional, em crises como essa, que alarma."⁸⁹

O desastre do pensamento de Sidgwick abriu espaço para o intuicionismo combinado ao hegelianismo, numa forma peculiar de idealismo inglês.

A refutação do idealismo

Se a filosofia de Cambridge movia-se no início do século contra o idealismo e o hegelianismo, pode parecer secundário o exame detido dessas metafísicas que se abandonava. Essa é a posição da maioria dos comentadores, que dedicam sempre palavras muito superficiais aos autores contra os quais Russell, Moore e Wittgenstein se atiravam.

Creio porém que o sentido de uma crítica fica sempre incompleto se não se acrescenta ao retrato do crítico de preferência o próprio auto-retrato do criticado, assim como outros retratos, de outras perspectivas críticas, de sorte que o retrato de uma situação se faz com vários retratos se suportando mutuamente para formar uma imagem do mundo - mesmo porque nem sempre se é completamente feliz em liberar-se por completo das influências que pretendemos superar.⁹⁰

Assim, seja para qualificar e enriquecer a imagem da crítica ao idealismo, seja para entender melhor os caminhos dos filósofos críticos e dentre eles os de Keynes, considero oportuno resgatar pelo menos alguns traços pertinen-

88 Citado em Skidelsky (1983:39), que nota ainda ter a palavra "desemprego" (unemployment) aparecido em 1888 pela primeira vez no The Oxford English Dictionary.

89 Skidelsky (1983:39). A referência é à crise da Irish Home Rule.

90 A visão da história filosófica inglesa que nos orientará é O'Connor (1985).

tes das obras dos hegelianos ingleses que ocuparam o vazio deixado pelo fim da religião e pelos impasses de Sidgwick, especialmente de Bradley (embora no seu caso a partir de Oxford) e McTaggart (este último aliás um dos Apóstolos em Cambridge).

O movimento filosófico na Inglaterra do final do século 19 não havia sido apenas de profusão de teses idealistas. Na realidade se o idealismo transpirava uma reação ao tradicional empirismo inglês, a outra face da moeda é que se tratava também de uma vigorosa crítica ao utilitarismo. Muito do que se examina como crítica ao idealismo pelos filósofos analíticos merece portanto passar por um segundo filtro, o de saber até que ponto nessa crítica voltava-se às formas clássicas de utilitarismo.

Em outras palavras, a crítica ao idealismo que aponta para a experiência e a linguagem é também uma crítica à crítica do utilitarismo levada a cabo pelos idealistas ingleses? Creio que a resposta é negativa, ou seja, pode-se preservar e comungar com o idealismo na sua crítica ao utilitarismo. Se Keynes movia-se num ambiente de refutação do idealismo mas também de fracasso moral da ética utilitarista, seu "blend" filosófico aponta para um "tertius" menos óbvio.

A refutação do idealismo não era completamente alheia aos azares da ética utilitarista posta sob fogo cruzado daquele mesmo idealismo. Resta saber se só há teoria econômica possível onde o utilitarismo domina. A realidade histórica é que quase tudo o que conhecemos como teoria econômica e economia política deve bastante à emergência do utilitarismo inglês. **Situar Keynes no momento histórico de refutação analítica do idealismo significa portanto, inevitavelmente, indagar sobre o tipo de "reflexão econômica" viável sem o amparo de uma ética utilitarista.**⁹¹

Será necessário portanto combinar na avaliação do pensamento da época as linhas de refutação ao idealismo e de revisão do utilitarismo.

O idealismo inglês era uma "metafísica" contra a qual abririam fogo os filósofos de Cambridge. F.H. Bradley (1846-1924) foi um dos idealistas, alvo principal de seus alunos Moore e Russell. Seu idealismo consistia em atacar noções herdadas de Mill como a de uma soma maximizadora de prazeres ou a de indivíduos reais à parte de relações sociais.

Um dos pilares da crítica era o exame da teoria kantiana do "dever pelo dever", tão contraditória quanto o hedonismo. Bradley descartava tanto a

⁹¹ Em particular, entendendo a perspectiva de Tempo que então se colocava como impasse insuperável no quadro do utilitarismo. No mesmo ambiente de combate ético, entretanto, procurava-se fundamentar a matemática na lógica, projeto que nas mãos de Wittgenstein remeteria novamente, talvez de forma definitiva, para o domínio da ética.

unilateralidade do sensacionalismo quanto a do racionalismo, numa forma reelaborada de suspeita frente às más abstrações.⁹²

Essa repulsa pelas abstrações vazias tinha consequências diretas sobre a teoria moral. Bradley buscava o "universal concreto" como guia do entendimento das realidades do mundo moral, vendo no agente moral um operador inserido numa comunidade, moldado pelas suas tradições e práticas e exercendo sobre elas sua influência. O que se observa é que Bradley frequentemente incorpora o linguajar hegeliano como instrumento de revisão da tradição empirista mas sem o conteúdo "espiritual-especulativo" típico do hegelianismo continental.⁹³

Bradley combatia seja a redução empirista dos juízos e inferências a operações psicológicas com idéias, seja a concepção tradicional de lógica que a reduzia a poucas formas pré-estabelecidas. Na primeira, dizia que os lógicos lidam com idéias como conteúdos ideais que têm a realidade por referência e não a história mental dos indivíduos. Contra a lógica tradicional, argumentava que nem sempre nas proposições os sujeitos lógicos coincidem com os sujeitos gramaticais, que nem sempre as proposições seguem a forma sujeito-predicado (nisso antecipando o próprio Russell), que proposições universais devem ser analisados como hipóteses, além de criticar a visão segundo a qual toda inferência dedutiva é silogística.⁹⁴

Uma das conclusões do exame "hegeliano" que Bradley realiza da relação entre fatos e proposições parece feita sob medida para as preocupações que assaltariam Keynes menos de duas décadas depois: seja examinando o mais simples juízo sensorial, seja nas mais elaboradas proposições científicas, encontramos em cada caso que a verdade é condicionada por algo que está além dessas proposições.

A realidade que se tenta expressar é um quadro recortado de um contexto mais amplo, a parte de um todo cuja existência não pode ser simplesmente ignorada quando se trata de enunciar a verdade. Mais ainda, o meio de expressão disponível a quem pretenda alcançar e expressar o fato é limitado

⁹² Walsh (1985:427).

⁹³ Walsh (1985:428). Bradley admitia por exemplo a possibilidade de uma lógica independente da metafísica, como "ciência especial", e defendia o exame desses temas com o recurso possível ao "senso comum". Deve-se salientar de passagem que "hegelianismos" de vários matizes talvez voltem à filosofia anglo-saxã segundo um padrão cíclico, e sofrendo as modificações pertinentes, já que mais recentemente observou-se também uma espécie de "revival" analítico-hegeliano e até analítico-nietzschiano. Cf. Munguerza (1974). De modo geral, como nosso encaminhamento da questão já torna claro, interpretamos o pensamento filosófico de Keynes com base em algum tipo de combinação entre tradição continental e insular que corresponde ao "blend" de tradições em que se cultivou o próprio Keynes.

⁹⁴ Não terá sido à toa que Russell estudou a Lógica de Bradley, publicada em 1883, ano do nascimento de J. M. Keynes.

e imperfeito. Exatamente ao contrário do Hegel original portanto, Bradley conclui por uma espécie de totalização imperfeita ainda que necessária, em que real e racional não coincidem, subsiste uma diferença, ato de descoberta lógica dos limites da lógica que torna essencial a elaboração de alguma metafísica.⁹⁵

Há entretanto uma memória da intuição original de uma realidade unitária e harmônica. Essa intuição original ou sentimento tem existência precária e volátil, numa vida em que o intelecto separa e diferencia entre partes da realidade. Apenas um processo de suicídio do intelecto em nome de uma intuição superior pode reconduzir, segundo Bradley, a essa unidade inocente que existia antes da Queda.

Trata-se então de uma auto-crítica da racionalidade analítica, mas que pode ser interpretada seguindo Walsh (1985:430) como apenas uma convocação a procurar a realidade, como um processo de considerar tudo o que é como constituindo um sistema de auto-diferenciação, ao invés da mirada atomística indiferenciada, uma experiência que acaba sem se resolver no Espírito.

Nesse sentido é importante notar que para Bradley há graus de verdade e realidade (Walsh, 1985:431). Ou seja, Bradley não cai no idealismo que atribui a totalidade a um sujeito, mas elabora uma tensão no interior da totalidade entre realismo e idealismo subjetivo, antecipando Wittgenstein ao afirmar que o ego ou sujeito não faz sentido senão por contraste ao não-ego ou não-sujeito.⁹⁶

Moore atacava Bradley, por exemplo, na sua asserção de que o tempo é irreal, como se o próprio Bradley estivesse enunciando essa proposição como uma proposição do senso comum - uma pretensão que só pode levar ao absurdo, como são absurdas todas as caracterizações das questões metafísicas quando traduzidas na retórica e na perspectiva do senso comum (e mesmo da lógica proposicional).

Entretanto, e novamente nos valem da reavaliação cautelosa promovida por Walsh (1985), Bradley ao dizer que o tempo não é real não descarta a ocorrência de situações temporais, apenas critica a pretensão de oferecer um retrato do mundo que seja completamente coerente se se o caracterizar

95 Walsh (1985:428). Segundo Bradley, nossos princípios podem ser verdadeiros, mas eles não são a realidade e não "fazem o Todo que comanda nossa devoção assim como uma dissecação fragmentária de farrapos humanos não é aquela animadora e calorosa beleza carnal que nossos corações consideraram maravilhosa".

96 A ponte com Kant e Wittgenstein é sugerida pelo próprio Walsh (1985:431), que alerta oportunamente para o fato de que as reações contra a metafísica em Russell e Moore terem sido na verdade reações contra uma metafísica, a de Bradley, em nome de outras metafísicas (atomismo e senso comum).

em termos temporais, o que é coisa bem distinta de afirmar como uma obsessão infantil, olhando para o relógio, que o tempo não existe.

Nesse sentido Walsh (1985:434-5) alerta para o fato de que Bradley não nega a realidade, apenas nega que a realidade seja inteligível quando apreendida de modo parcial e, como a totalização com o Tempo é impossível, a inteligibilidade tem limites dos quais é preciso de alguma forma ter consciência.

São necessárias totalizações ou hipóteses sobre a inserção (inclusive temporal) das partes no Todo, entendendo-se essa diferenciação sistemática como algo semelhante à explicitação da "gramática" de um sistema social. Os *Ethical Studies* de Bradley (publicados em Oxford em 1876) defendem do mesmo modo o ponto de vista de que os indivíduos não são algo real separados da comunidade, o que significa que apenas através da investigação das relações sociais o indivíduo torna-se inteligível assim como as teorias a seu respeito.

É interessante ressaltar mais uma vez que para Bradley verdade e realidade existem em graus variados, enquanto para Moore "real" e "verdadeiro" são palavras do tipo "tudo ou nada", usadas num modo bastante próximo ao que convém na referência a entes "existentes". Para Bradley tudo o que existe pode situar-se em graus variados de falsidade sem que se possa garantir uma verdade ou falsidade últimas, finais, para cada parte da realidade existente. Cada coisa situa-se no tempo, mas a realidade temporal, se é infinita, não pode ser completamente real no sentido de apresentar-se a agentes que só alcançam frações do tempo.⁹⁷

Em suma, o que estava em jogo na tradição "idealista" inglesa era menos a oposição entre mente e matéria, entre idealismo e realismo, e mais uma investigação sobre os limites do racionalismo e do empirismo que por fim conduz a uma relativização e mesmo modalização dos enunciados sobre partes da realidade.

A demonstração da inexistência do Tempo é tema de outro hegeliano, McTaggart (1843-1925), professor de Cambridge (Bradley era de Oxford) que privava cotidianamente com os principais críticos do idealismo inglês (era também um apóstolo).

A rejeição idealista do Tempo, em Bradley como em McTaggart, consiste em exibir a inconsistência do conceito de Tempo com a mudança percebida espacialmente e é nesse sentido bem preciso que rejeitam o "Tempo". Não se trata portanto de uma negação do tempo e sim da explicitação da contra-

⁹⁷

Walsh (1985:435) argumenta que as idéias de Bradley não são incompatíveis com o senso comum, mas sim com a filosofia do senso comum. Adiante retomamos a questão da irrealidade do tempo colocada por outro hegeliano inglês, McTaggart.

dição envolvida em qualquer operação de totalização da temporalidade que se suporte numa intuição vulgarmente espacial. Esse "todo" que se busca como referência capaz de incluir o Tempo é inalcançável quando se o associa à infinitude dos instantes ordenados no lugar geométrico passado-presente-futuro.

Não pretendemos aprofundar aqui o debate sobre a negação do tempo em Bradley e McTaggart, mas ressaltar que a percepção da filosofia do senso comum sobre esse debate não é trivial. Em última análise, temas posteriores de Keynes e Wittgenstein revelam que o assunto não ficou resolvido, especialmente no debate sobre a lógica da probabilidade e sobre as implicações éticas da lógica. 98

O debate sobre a **negação do tempo** é retomado, mais recentemente, por Georgescu-Roegen (1976:cap.3), no contexto de suas teses sobre os limites dos conceitos aritmomórficos na teoria econômica. O debate sobre o Tempo é o debate sobre a Mudança. Se vale o alerta de Heráclito, nunca pisamos duas vezes no mesmo rio, como pode ser o conhecimento possível? Ou seja, como é possível o conhecimento se o objeto não é necessariamente uniforme e homogêneo?

Uma forma de evitar o problema é afirmar que toda mudança é apenas mudança de posição espacial. Leucipo afirmava no atomismo original que a Mudança nada mais é que a locomoção de partículas atômicas de uma matéria uniforme e interminável. Aristóteles criticou essa posição separando a mudança em quantitativa e qualitativa. A ciência moderna, em grande medida como resultado dos sucessos operacionais da física, concentrou-se apenas na mudança quantitativa.

Ocorre entretanto que o problema da mudança qualitativa exige que se coloque em tela de juízo a própria idéia de número como referência para o movimento e a temporalidade. É a essa associação entre realidade no tempo e representação numérica que Georgescu-Roegen denomina e critica como "aritmomorfismo".99

98 A questão parece resolvida em Dummet (1978, reedição de artigo de 1960), que esclarece ser possível "descrever um arranjo de objetos no espaço ainda que eu mesmo não ocupe qualquer posição em tal espaço", enquanto McTaggart teria insistido na impossibilidade de enunciados análogos sobre o tempo, ou seja, uma descrição de eventos que ocorrem no tempo é impossível se não se tratar de uma descrição dada por alguém situado também naquele tempo. O problema lógico é de um sabor claramente wittgensteiniano, pois há um elemento de convenção na representação espaço-temporal tri-dimensional, convenções que não podem ser mostradas no modelo. Em suma, se o tempo fosse real num modelo, seria impossível algo como a descrição completa da realidade. Uma descrição completa é uma descrição independente do observador e, assim, a posição aparentemente absurda de um McTaggart ou Bradley remete à petição bastante plausível de que devemos abandonar nossa crença na descrição completa da realidade, uma crença que reside muito profundamente em muitas pessoas. Dummet insiste portanto na tese de que o argumento de McTaggart não é um sofisma trivial.

99 Nesse sentido, retoma a observação de McTaggart, em outros termos, pois afirma que se o conhecimento da realidade se resume à abordagem aritmomórfica o tempo torna-se algo

Em contraposição à visão aritmomórfica exige-se alguma espécie de holismo em que uma totalidade orgânica de que participa o observador é a única forma intuitivamente aceitável de se apreender a realidade. Era justamente contra esse organicismo holista e idealista que os filósofos de Cambridge se voltavam - mas a obra de Keynes seria assim mesmo um resgate em outros termos de uma certa inclinação holista-organicista (ao recusar tanto o equilíbrio geral quanto o parcial, propondo a política econômica como campo onde a realidade do tempo vem para primeiro plano).

O que o holismo rejeita é considerar que a realidade é constituída de partes conectadas de alguma forma, sendo a forma das conexões o objeto da análise lógica. Na concepção holista o contínuo não pode ser intuído como continhas de vidro perpassadas por uma linha.

Ocorre que é justamente da vivência ordinária da série temporal que parece emergir essa intuição do contínuo. Toda visão atomista é necessariamente espacializante. Se a visão holista traduzisse o Tempo numa série em que passado, presente e futuro se definem como antes, agora e depois numa linha constituída de instantes, estaria incorrendo na mesma armadilha espacializante e aritmomorfizante.

O interessante, do ponto de vista da releitura do **Tratado sobre Probabilidade** de Keynes, é que o próprio cálculo de probabilidades é uma instância relevante do problema, já que se busca um conhecimento parcial que só faz sentido quando se estima quão parcial ele é, mas essa parcialidade é possivelmente incomensurável ou incomparável, entre outros motivos pelo fato de que o tempo de referência para uma avaliação completa da probabilidade seria infinito e, do ponto de vista da ação, irreal ou irrelevante (e essa será uma das colocações de Moore sobre a probabilidade discutidas por Keynes).

Apenas os instantes são indiferentes entre si, mas qualquer apreensão de Mudança exige a delimitação de períodos e, nesse passo, é difícil escapar à arbitrariedade ou irracionalidade (definida como estabelecimento de uma regra impraticável ou que se justifica apenas por obsessão paranóica).

irreal ou espacializado. "A cumplicidade entre Ciência e Lógica depende da suposição de que os conceitos são distintos e articuláveis, no sentido de que a Teoria é um preenchimento de todas as proposições descritivas no interior de um domínio organizado pela Lógica. "Uma tal separação de todas as proposições em "postulados" e "teoremas" obviamente requer que sejam passíveis de filtragem lógica. E o porém é que a Lógica pode lidar apenas com uma classe muito restrita de conceitos, aos quais referir-me-ei como aritmomórficos pela boa razão de que cada um deles é tão discretamente distinto quanto um número singular em relação à infinidade dos outros. A maioria dos nossos pensamentos, entretanto, diz respeito a formas e qualidades. E praticamente toda forma (digamos, uma folha) e toda qualidade (digamos, ser razoável) é um conceito dialético, i.e., tal que cada conceito e seu oposto sobrepõem-se numa penumbra disforme de alcance variável (overlap over a contourless penumbra of varying breadth)". Georgescu-Roegen (1976:14)

Fica sempre a dúvida, como ficará no exame das probabilidades, sobre o caráter suficiente da evidência disponível sobre a Mudança ou sua conclusão, o que termina por fazer da hipótese de uniformidade da natureza a principal garantia de racionalidade, uma garantia cuja neutralidade é discutível.

Dessa perspectiva, não chega a espantar que o idealista/holista considere a negação do tempo um passo necessário à realização pela consciência, ainda que incompleta, de um Todo racional. Incorporar o tempo significa tornar suspeita toda totalização, por mais que esta seja considerada necessária.

Resta indagar qual o sentido de se refutar a negação idealista/holista do tempo sem cair no atomismo. Este será, ao menos em parte, o percurso de Keynes - um percurso condenado a dificuldades óbvias no campo da política e da economia e que dizem respeito exatamente ao desafio de se identificar a Mudança e aquilatar menos o seu destino "ex ante" ou seus efeitos "ex post", nem sua relação com intenções originais e menos ainda seus resultados calculáveis, senão a viabilidade permanente de se apostar num cenário de conclusão efetiva dessa Mudança participando dela.

A circularidade em que se envolve o pensamento ao incorporar a temporalidade é exemplificada pela solução logicista, que seria combatida por McTaggart. Essa solução, apresentada por Russell em 1912, consiste em asseverar que qualquer mudança qualitativa pode ser representada como uma relação entre uma variável temporal e o valor de verdade de um conjunto de proposições relativas à **mesma entidade**.

O que interessa reter aqui é que tenha ocorrido esse debate entre Russell e McTaggart sobre o Tempo, de um lado, mas também que Georgescu-Roegen (1976:72) demonstre que a partir do mesmo debate é possível atingir uma outra posição através de argumentos distintos dos apresentados por McTaggart (que implicam na negação do tempo).

Para Russell, a mudança pode ser representada dizendo-se de uma entidade E que é verdadeira em t que qualquer enunciado sobre E para t_i diferente de t é falsa. O contínuo é o conjunto de proposições sobre E em instantes t . Georgescu-Roegen (1976:73) nota que se o atributo de E em t é um número, a representação resume-se à representação matemática da locomoção. Caso em t_1 e t_2 se trate de qualidades completamente distintas (tais como "feudalismo" e "capitalismo"), a solução é puramente formal e vazia. Dizer de E que tem um atributo A no instante t torna-se sem sentido se o atributo tem uma dimensão qualitativa que pode ser definida independente de ocorrer a E em t .
L.100

Seria ainda necessário aferir em momentos distintos se se trata da mesma qualidade, na prática tendo que definir um campo qualitativo (**qualitative range**) antes da elaboração da representação de mudança proposta por Russell. Ou seja, a representação aritmomórfica da mudança exige exatamente a identificação prévia daquilo que ela própria pretenderia representar.

Dificuldades desse gênero serão frequentes no exame da relação entre probabilidade e evidência por Keynes. Como resume Georgescu-Roegen (1976:74), a lógica não consegue livrar-se da intuição nem funcionar sem aquilo que ela se propõe a destruir.

O ponto interessante da refutação de Russell por Georgescu-Roegen é que se trata de uma ilustração de como o problema da Mudança numa concepção holista e anti-utilitarista pode ser examinado sem uma negação do tempo sujeita à chacota do senso comum. Desdobra-se na articulação de um campo intuitivo através do qual as ações tornam-se significativas e o tempo, apesar das assincronias, resolve-se numa sincronicidade.¹⁰⁰

A galinha de Russell

No final do século 19 o idealismo era a filosofia dominante na Inglaterra. A reviravolta contra o idealismo se consolida em 1903 com a publicação das obras *The Principle of Mathematics*, de Bertrand Russell (1872-1970) e de dois livros de George Edward Moore (1873-1958), *Principia Ethica* e *Refutação do Idealismo*.

Russell e Moore, apesar das diferenças, sustentavam em comum que "o mundo consiste em uma vasta pluralidade de coisas, de espécies radicalmente diferentes, independentes e logicamente distintas", retomando o tradicional empirismo inglês para associá-lo ao desenvolvimento das ciências e da lógica matemática. O principal, entretanto, talvez fosse a opção desses filósofos pela missão *analítica* da filosofia, em oposição aos grandes sistemas ou *sínteses* das metafísicas tradicionais que pretendiam explicar a totalidade das coisas.¹⁰¹

Moore e Russell converteram portanto Cambridge no principal centro do neo-realismo e da filosofia analítica inglesa. Moore aceita os significados da linguagem comum como verdadeiros e claros, fazendo a crítica da linguagem metafísica. Ocorre porém que o método de Moore é principalmente uma "prática metodológica" mais que um conjunto de regras rigorosamente elaboradas. Moore se dispõe a descrever todo o universo mas, ao fazer a análise das significações, ele pressupõe a existência de um universo de significações manifestado nas expressões da linguagem.

¹⁰⁰ O conceito de "sincronia do assincrônico" vem de Bloch através de Marramao (1990). O "campo" implica também uma "apreensão sincrônica" para Bourdieu (1984:113).

¹⁰¹ Moore (1989, Vida e Obra:225).

Colocava-se o projeto de dissolver os problemas metafísicos através de uma análise ou tradução dos problemas tradicionais da filosofia numa linguagem rigorosa. Ou seja, chegava-se em Cambridge a uma nova abordagem da filosofia (e não apenas da teoria da linguagem ou da filosofia da matemática).

A idéia de que a lógica é tautológica e nada diz acerca do mundo, associada ao empirismo, reforçava a distinção entre o que é analítico/formal, de um lado, e o que é sintético/empírico, de outro, dando origem em Viena ao neo-positivismo ou positivismo lógico (através do grupo conhecido como Círculo de Viena). Em Cambridge, o programa neo-positivista foi incorporado apenas parcialmente, já que a ênfase recaía principalmente sobre problemas linguísticos. 102

Para compreendermos ao menos alguns elementos dos problemas filosóficos que então se recolocavam e, principalmente, como esses problemas acabam conduzindo a uma discussão ética, alguma revisão de technicalidades é necessária. 103

Em particular, a reavaliação dos temas filosóficos clássicos sob o impulso da lógica matemática tomava como problema central o paradoxo da predicação (relação Sujeito-Objeto).

Segundo a doutrina tradicional, toda proposição consiste na atribuição de um predicado a um sujeito. 104 Essa doutrina manifesta talvez uma evolução do espírito humano que na prática demorou a distinguir claramente entre as palavras e as coisas, já que é comum entre as cosmovisões primitivas considerarem o nome como parte dos objetos. O que se retomava em Cambridge, com Russell, era essa idéia de que uma confiança ingênua na linguagem conduz a erros e paradoxos, mesmo e principalmente entre os filósofos.

Ocorre que ao formular uma proposição, dizemos que algo (o sujeito) é ou não é de certa maneira, possui ou não certa propriedade. Uma proposição contém portanto um sujeito, um predicado e alguma variante do verbo ser. Pensar é estabelecer relações e, segundo a doutrina tradicional, a variedade e riqueza do pensamento esgotam-se na atribuição de um predicado a um

102 Em 1931 o lógico austríaco K. Gödel demonstrou um teorema provando que a matemática não é completamente formalizável, do que se segue que haverá sempre verdades matemáticas não demonstráveis mediante o uso exclusivo de regras dadas.

103 Pretendemos tão somente situar os problemas filosóficos enfrentados pelos contemporâneos de Keynes sem transformar o texto numa análise filosófica profissional, o que nos coloca diante de enormes dificuldades de exposição. Optamos por selecionar alguns dos temas relevantes, especialmente os que assim nos parecem do ponto de vista da problemática filosófica mais imediatamente sugerida pela obra do próprio Keynes que, ainda assim, depende desse recorte filosófico prévio para ser bem interpretada.

104 Apóio-me na exposição de Simpson (1976:cap.1).

sujeito. A forma geral de uma proposição fica indicada pelo esquema "S é P".

Desde a Grécia Antiga, entretanto, os filósofos colocam o paradoxo da predicação. Resumidamente, ele se apóia na idéia de que a cópula "é" expressa sempre uma relação de identidade entre sujeito e predicado. Portanto, dizer que "A é B" é falso, posto que "A é diferente de B". Para não ocorrer engano, podemos apenas dizer que "A é A" e, como essa afirmação é trivial, o paradoxo da predicação assume a forma: se um juízo não é trivial, é falso, e se é verdadeiro, é trivial.

Esse paradoxo recebe uma formulação mais elaborada em Hegel, para quem em todo juízo a cópula expressa que o sujeito é o predicado, mas como o predicado não tem que ser o que é o sujeito, então há uma contradição.¹⁰⁵ Para superar o paradoxo Hegel rejeita o princípio da não-contradição, que implica a falsidade de todo enunciado que afirme que S e P são simultaneamente idênticos e distintos, passando a sustentar que um juízo genuíno afirma uma identidade na diferença. Hegel concorda que todo juízo tem a forma sujeito-predicado e aceita que a cópula equivale à identidade. Russell atacou diretamente essa abordagem, partindo para uma revisão da teoria da predicação.

Na realidade, Russell substitui a teoria da predicação por uma teoria das relações, entendendo-se por relação algo atribuível a dois ou mais sujeitos. Ou seja, um fato já não seria mais um indivíduo possuir uma certa propriedade, mas também em que dois ou mais indivíduos estejam vinculados por certa relação. O predicado nada mais é que um caso particular de relação ou, invertendo-se os termos da definição, o conceito de relação permite uma generalização do conceito de predicado (se há apenas um sujeito, trata-se de predicado monádico, dois, diádico, e assim por diante). De modo geral, um predicado será qualquer expressão que combinada com um ou mais nomes de objetos (de acordo com um mínimo de regras sintáticas) permite obter uma proposição. A cópula fica absorvida pelo predicado.

A partir dessa teoria das relações Russell pretendia colocar uma nova ontologia em cena. Haveria tantos tipos de fatos quantas formas proposicionais elementares distintas. O atomismo lógico de Russell conduz portanto a um mundo em que os indivíduos, propriedades e relações são os elementos últimos, os "átomos" do mundo.

Russell debruçou-se também sobre as questões da probabilidade em 1912 no livro *The Problems of Philosophy*:

105

Ainda seguindo a apresentação didática de Simpson (1976:36), que cita a *Ciência da Lógica* de Hegel.

"Todos sabemos dessas expectativas bastante grosseiras de uniformidade que são passíveis de descaminhar-nos. O homem que alimentou a galinha diariamente por toda a sua vida no final estrangula o animal, mostrando que visões mais refinadas quanto à uniformidade da natureza por parte da galinha lhe teriam sido úteis." Russell (1912:63)

Russell adverte portanto na espécie humana uma tendência animal a pressupor que toda a experiência futura será como a passada, sendo as expectativas ditadas pela memória. A questão para o filósofo, entretanto, não é o que causa essas expectativas e sim o que as justifica.106

Essa justificação exigiria o recurso a princípios, elaborados por Russell de forma complicada segundo se tratasse de eventos singulares ou de leis científicas e, nos dois casos, divididos em duas partes. O mais surpreendente é que, apesar dessa complexidade, Russell(1912:68) afirmava que

"(...) devemos ou aceitar o princípio indutivo com base na sua evidência intrínseca ou renunciar a toda justificação de nossas expectativas sobre o futuro".

Em 1943 Russell ainda afirmava o caráter irresolvido do problema da indução e apenas em 1948 apresentaria uma discussão mais alentada, em *Human Knowledge*, em que a justificativa da indução combina elementos da experiência passada e confirmações intersubjetivas. Para amparar sua análise Russell invoca o TP do próprio Keynes e enuncia um conjunto de cinco postulados ou princípios extralógicos, já que não se trata de princípios de lógica mas sim de "hipóteses gerais sobre o funcionamento da natureza":

1. **postulado da quase-permanência**, dado um evento A acontece frequentemente que num momento próximo num lugar próximo ocorre um evento muito similar a A,
2. **postulado das linhas causais separáveis**, é frequentemente possível formar uma série tal que, a partir de um ou dois membros da série algo pode ser inferido sobre todos os outros membros,
3. **postulado da continuidade espacial-temporal**, quando há uma conexão causal entre dois eventos que não são contíguos devem existir conexões intermediárias na cadeia causal tais que um é contíguo ao outro,
4. **postulado estrutural**, quando um número de eventos estruturalmente complexos são ordenados em torno de um centro em regipes não muito

106

Essa distinção será oportuna numa avaliação global do TP de Keynes. Diga-se desde já, entretanto, que a maioria das leituras do problema das expectativas em economia concentra o foco da análise na elaboração de algum mecanismo de causação associado às expectativas, quando o problema filosófico que o próprio Keynes projetará sobre a economia diz respeito às bases de justificação das expectativas, o que torna irrelevante se é a memória ou outro "hábito" que causa ou produz um dado padrão de expectativas (por exemplo, uma regra de indexação).

separadas, usualmente é o caso de pertencerem todos a linhas causais com origem num evento da mesma estrutura no centro,

5. **postulado da analogia**, dadas duas classes de eventos A e B e dado que, sempre que A e B podem ser observados há razões para acreditar que A é causa de B, então se, num dado caso, A é observado mas não há condições de observar se B ocorre ou não, é provável que B ocorra e, similarmente, se B é observado mas a presença ou ausência de A não pode ser observada.¹⁰⁷

Ocorre portanto um deslocamento, na procura da justificativa da indução, em direção a uma outra questão, que é a de quais devem ser as regras às quais o universo deve se adaptar para que uma indução seja bem sucedida. A justificativa da indução é uma expectativa de operação de regras desejáveis. A racionalidade está nessa comunicação entre uma relação lógica a uma imagem do mundo, uma conformidade mais que uniformidade entre ambas, tão arriscada quanto a tranquilidade suicida da galinha.

Moore e a ética racional

O filósofo G.E. Moore deu uma contribuição peculiar ao clima de debates sobre a linguagem em Cambridge no início do século, não apenas pela ênfase na linguagem ordinária e no senso comum justamente num momento em que a fundamentação linguística da ciência e da matemática pareciam prioritárias, mas também pela enorme influência de caráter e personalidade que exerceu sobre seus contemporâneos, especialmente sobre o próprio Keynes e o grupo de Bloomsbury.

Devoção à verdade, ingenuidade quase infantil na sua relação com o mundo e com a sociedade, personalidade obsessiva e meticulosa, determinação retórica marcante, disciplina intelectual, despojamento, são alguns dos traços de personalidade de Moore que talvez tenham marcado mentes e corações de modo até mais intenso e duradouro que suas teorias.¹⁰⁸

Moore foi levado à filosofia por Russell, que também patrocinou seu ingresso para a Sociedade (*Cambridge Conversazione Society*), onde tornou-se um dos Apóstolos. O chá a três decisivo para a entrada de Moore nessa sociedade acadêmica secreta foi promovido por Russell para que o novato fosse conhecido por McTaggart, o filósofo hegeliano de inclinações místicas permanentemente preocupado com a questão do Tempo.

107 O'Connor (1985:487).

108 Levy (1981) apresenta o retrato humano de Moore e insiste na preponderância dessa orientação de caráter sobre eventuais influências mais propriamente conceituais ou filosóficas sobre seus "seguidores".

Sendo um apóstolo mais velho da Sociedade, a opinião de McTaggart era decisiva na escolha de um novo membro. No início de 1893 ocorreu esse chá, no decorrer do qual McTaggart defendeu sua tese de que o Tempo é irreal. A proposição pareceu a Moore "monstruosa" e ele fez o possível para contestá-la. Um ano depois Moore era eleito como Apóstolo.¹⁰⁹

Além dessa preocupação metafísica com o Tempo, McTaggart tornou-se conhecido, e nisso influenciou profundamente Moore, pela sua insistência em preceitos de clareza conceitual, tipicamente perguntando "qual o significado disso?", atitude que viria a ser a marca registrada do grupo de Bloomsbury.

Atitudes desse tipo, claramente associadas à vivência de grupos para-acadêmicos de discussão (como a Sociedade dos Apóstolos), esclarecem em parte o próprio interesse dos filósofos de Cambridge pelas questões de linguagem e verdade. Afinal, num certo plano o conhecimento teatralizado afirmava-se burocraticamente, mas o verdadeiro conhecimento era cultivado nessas passagens secretas, nessas reuniões de homens saboreando idéias, nesses intercursos que envolviam também a própria nomeação de "irmãos" para cargos e títulos. Ou seja, o cultivo do conhecimento tinha em Cambridge uma importante dimensão de tradição oral, de testes de sedução intelectual entre Apóstolos de diferentes gerações. Os que ignoram essa prática comunicativa em nome dos manuscritos inéditos ou da literatura puramente acadêmica alcançam, apesar do peso e da empostação de seu conhecimento, apenas a superfície das vidas sem as quais o pensamento é cego.

Whitehead, Russell, McTaggart e Moore foram todos Apóstolos e compartilharam, cada um a seu modo, de uma mesma inquietação diante dos limites da linguagem humana e dos impasses da Ética numa época de transição histórica.

A discordância entre Moore e Russell não tardou a se manifestar. Já na sua primeira reunião como integrante da Sociedade, Moore foi instado a discorrer sobre o tema "O que tem Cambridge a dar?" e, na votação de opiniões após a exposição, Russell defendeu "conhecimento especializado" enquanto Moore votou por "prazer".

109

Levy (1981:124). Em fevereiro de 1903 seria a vez de Moore tomar chá para avaliar a entrada de um novo membro na Sociedade: J.M. Keynes. Mais tarde, em 1911, através de manobras de Keynes, Moore seria aceito como "lecturer" no King's College de Cambridge, no lugar do próprio pai de Keynes, o lógico J.N. Keynes, que assumira um posto burocrático na universidade.

Russell lembra Moore na primeira conferência da Sociedade como uma mistura de "Newton e Satan fundidos num só, cada um no momento supremo de sua vida", e acrescenta que depois de criticar o excesso de ceticismo decorrente da educação em Cambridge, ouviu de Moore que se "deveria espriar ceticismo até que todo mundo soubesse que não podemos conhecer absolutamente nada".¹¹⁰

Outro episódio interessante relativo à Sociedade e às relações entre Moore, Russell e Wittgenstein diz respeito à admissão deste como Apóstolo. Keynes foi o principal defensor e finalmente conseguiu integrar Wittgenstein, contra as opiniões de Russell, tidas por suspeitas. Considerava-se que a oposição de Russell era por ciúme (ele tinha "descoberto" Wittgenstein).¹¹¹ Até 1914 as relações entre Russell, Moore e Wittgenstein seriam pontuadas por discordâncias, ciúmeiras, admiração e ódio.

O debate ético que se instala na filosofia moral inglesa do início do século 20 opõe naturalistas a não-naturalistas. O naturalismo ético é a associação de termos morais como "bom" ou "correto" a propriedades naturais, tais como "produzir felicidade", "propiciar evolução" ou "realizar a vontade de Deus", podendo ser considerado uma forma de utilitarismo. G.E. Moore tinha como projeto básico atacar esse naturalismo ético utilitarista.¹¹²

Em seu *Principia Ethica* (1903), publicado aos 30 anos, Moore aplica o método analítico para elaborar uma doutrina objetivista da natureza moral, analisando as coisas boas e o significado de "bom" (Good). Ou seja, seu interesse era o objeto ou idéia que serve de referência à palavra "bom". Subjacente a essa discussão moral está portanto uma teoria referencial do significado, sendo que os naturalistas supõem a possibilidade de referir "bom" a propriedades naturais ou estados de coisas observáveis através dos sentidos. Contra a posição naturalista, os não-naturalistas acreditam que os termos morais referem-se a propriedades não-naturais cuja apreensão depende de uma intuição moral.

110 Levy (1981:125).

111 Comentando a respeito numa carta a um amigo, Lytton Strachey dizia que Russell queria manter Wittgenstein para si, "até Keynes finalmente ter insistido em conhecê-lo, vendo de pronto que se tratava de um gênio e que era essencial elegê-lo". O episódio revela talvez uma disputa entre Russell e Moore (ao menos aos olhos do próprio Russell) pela influência sobre Wittgenstein. Levy (1981:266-69). Mas revela que, apesar da inexistência de epistolário relevante ou mesmo de citações bibliográficas, Keynes estava completamente inteirado do "fenômeno Wittgenstein", a ponto de atuar politicamente em seu favor numa área em que a avaliação intelectual estava acima de quase qualquer valor. Mesmo a atuação financeira de Keynes em favor do amigo não pode ser subestimada, pois Keynes não era exatamente um corretor aceitando qualquer cliente em apuros dessa natureza.

112 Hudson (1981:65).

A principal descoberta reivindicada por Moore era o caráter **indefinível** de "bom". Como a definição de entidades complexas (à parte definições privadas ou de dicionário) exige sempre análise, e como "bom" não admite decomposição em partes, então trata-se de algo indefinível. A análise levamos a partes elementares, além das quais é impossível seguir. O "bom" é uma dessas qualidades que não admitem definição.

Moore refuta visões alternativas por redução ao absurdo. Por exemplo, se se considerar que Bom é algo complexo, composto de vários atributos, pode-se então perguntar sempre se o complexo assim definido é ele próprio bom. O exemplo crucial toma por alvo o hedonismo. Se definirmos o que é bom como aquilo que dá prazer, assumindo a posição hedonista, tratar-se-á de uma afirmação sobre o significado de bom. Mas se esse é realmente o seu significado, então afirmar que "bom é o que dá prazer" equivale a afirmar "o que dá prazer dá prazer", o que é um tautologia insignificante. Ocorre entretanto que os moralistas vitorianos contra os quais Moore se dirigia jamais aceitariam encarar suas máximas (tais como "maximizar a felicidade é bom", "a conduta melhora com a evolução" ou "é bom o que satisfaz a um desejo") como meras tautologias insignificantes. Essa armadilha, a queda na tautologia, resultaria portanto da tentativa de definir o que é Bom, confundindo-se isso (que é impossível) com a atividade sintética (empírica) de designar cada uma das várias atividades que se tem por boas.¹¹³

De outro lado, a alternativa de simplesmente considerar toda a discussão inútil, dando por inexistente o Bom, contraria a experiência interior dos indivíduos (uma intuição moral).

Volta-se portanto à posição inicial, ou seja, o Bom não pode ser definido, ainda que se possa pela experiência saber que há coisas boas. De um lado, uma teoria do significado que remete a elementos que não são passíveis de definição, de outro a experiência sensível que confirma, apesar da impossibilidade conceitual, a existência de coisas boas o suficiente para desafiar definições comumente aceitas.

O método de Moore combina portanto uma certa ingenuidade e a análise de um significado. A ingenuidade (que já se comparou à ingenuidade da filosofia escocesa do século 18) é uma porta à intuição e ao senso comum. A análise desloca a filosofia do idealismo que identifica pensamento e realidade para o terreno da reflexão crítica (e portanto, necessariamente, autocrítica) dos significados da linguagem usada para expressar a realidade.

Um resultado aparentemente trivial da perspectiva mooreana é que a filosofia deixa de se ocupar com a oposição entre verdadeiro e falso, mas passa a reconhecer através da análise dos significados que se chega a **indefiníveis**

113 Ou seja, definir o Bom é diferente de dizer o que é bom.

cujo uso pelo senso comum torna-os auto-evidentes, ainda que possam ser falsos. Ou seja, Moore identifica no senso comum um fato óbvio e natural da vida, e nada pode ser mais racional que agir de acordo com essa evidência ao mesmo tempo intuitiva e analítica.

Investigar o que é racional independentemente do drama idealista entre verdadeiro e falso foi uma das contribuições fundamentais da defesa aparentemente ingênua do senso comum por Moore. Entretanto, a análise e a intuição são em Moore instrumentos, uma perspectiva diferente da adotada por Russell, por exemplo, que em nome da mesma repulsa ao idealismo abandonava a antítese entre verdadeiro e falso em nome da construção de sistemas formalizados consistentes em que a auto-evidência do senso comum é substituída pela demonstração de uma consistência lógica compatível com diferentes valores de verdade nas funções proposicionais.

O que há de comum a Moore, Russell e Wittgenstein é a consideração do **significado** como conceito passível de análise. Mas se essa guinada linguística tem o efeito de suspeitar dos significados herdados pela filosofia ocidental, especialmente do idealismo, ela ao mesmo tempo abre o debate sobre o que constitui a análise de significados de expressões¹¹⁴. Ou seja, ao trazer para o centro da reflexão filosófica a análise, a análise da análise torna-se um tema igualmente obrigatório. Ao discutir uma modalidade de análise discute-se, também, significado. E discriminar entre modalidades de análise equivale a identificar regras de uso de termos e expressões. Saber analisar é saber explicitar as regras de uso de um significado, usando-as.

2.3 O Tratado sobre a Probabilidade de Keynes

Relendo o original

"Não pretendo envolver-me em questões de epistemologia para as quais não sei a resposta." (CWVIII:10)

"O sr. Keynes é como um investigador que, temeroso de estarem erradas suas estimativas das alturas das montanhas, decidiu que caso viesse a falar das alturas efetivas ele estaria de qualquer modo perdido no desconhecido, portanto disse que as alturas eram relativas aos instrumentos do investigador, sendo que ao deparar-se com uma montanha envolta na neblina

114 Moore atacava Bradley por querer discutir sistemas ao invés de se deixar levar aos indefiníveis inarredáveis com que o senso comum subsiste.

atribuiu-lhe uma altura não numérica já que não podia ver se era mais alta ou mais baixa que as outras." Ramsey (1922)115

A descoberta das bases filosóficas da obra de Keynes, especialmente nos anos 80, propiciou não apenas um esclarecimento maior sobre a sua mensagem mas, como em toda releitura de um "clássico", uma série de divergências interpretativas e dificuldades adicionais à já conturbada "família keynesiana". Com o objetivo de abrir caminho e sugerir respostas alternativas nesse debate ainda em curso, considero adequado separar na exposição que vem a seguir:

- a apresentação de trechos relevantes do TP da discussão posterior,
- avaliação do significado das posições assumidas por Keynes nessa obra,
- aposta no significado dessa obra para o conjunto de seu pensamento econômico,
- resenha crítica dos debates que o TP provocou entre filósofos e economistas.116

Isso significa recorrer a comentários da literatura recente sobre o TP, num primeiro momento, apenas para clarear mais a exposição do próprio conteúdo do TP, sempre que essa vinculação mais técnica ao menos pareça incontroversa.

115 A ironia aparece na resenha que Ramsey fez do TP em *The Cambridge Magazine* e é refutada por Watt (1989).

116 A relação de Keynes com a matemática não será tematizada aqui em maior detalhe. É interessante de qualquer forma registrar uma das muitas manifestações de Keynes sobre o assunto: "A esperança, que animou muitos investigadores ao longo do século 19, de gradualmente converter as ciências morais ao raciocínio matemático, retrocede firmemente - se entendemos por matemática, como eles o faziam, a introdução de métodos numéricos precisos. As velhas suposições, de que toda quantidade é numérica e de que todas as características quantitativas são aditivas, não pode mais ser sustentada. O raciocínio matemático agora aparece como auxiliar mais pelo seu caráter simbólico que pelo seu caráter numérico. Eu, pelo menos, não tenho a mesma esperança vivaz que Condorcet, ou mesmo Edgeworth, "éclairer les Sciences morales et politiques par le flambeau de l'Algèbre". No caso presente, mesmo se formos capazes de arranjar os benefícios em ordem de magnitude e também suas probabilidades em ordem de magnitude, ainda assim não se segue que possamos arranjar os produtos compostos de cada benefício e sua probabilidade nessa ordem." (CWVIII:349) ("Esclarecer as Ciências morais e políticas com a tocha da Álgebra", em francês no original). Note-se também o uso em Keynes da expressão "ciências morais", sem maiúscula.

Num segundo momento enfrentamos o debate recente propriamente dito, iluminando os aspectos polêmicos e definindo com maior precisão nossa posição no interior desse debate sobre o TP, especialmente o que se define ao longo dos anos 80.

Num terceiro momento, questões filosóficas mais amplas (nas quais o TP é apenas um dos vetores) serão abordadas, levando em conta sobretudo os desdobramentos éticos que o debate sobre a lógica ensaja, na trilha da Cambridge de Wittgenstein.

* * *

Locke, Berkeley, Hume, Mill, Sidgwick, Johnson, Moore e Russell: essa a tradição inglesa de "preferência pelas questões de fato" citada por Keynes como fontes de seu trabalho sobre probabilidades no Prefácio ao Tratado sobre a Probabilidade escrito em 1920.¹¹⁷

Keynes dirige seu interesse aos argumentos que são racionais mas não conclusivos. Parte-se da distinção entre o conhecimento sintético (obtido "diretamente") e o analítico (obtido através de "argumentos"). A Probabilidade lida com esse conhecimento obtido através de argumentos, tratando dos graus diferenciados em que os resultados desse conhecimento podem ser tomados por conclusivos.

Os termos "certo" e "provável" descrevem os vários graus de crença racional sobre uma proposição que sustentamos com base em diferentes quantidades de conhecimento. Todas as proposições são verdadeiras ou falsas, mas nosso conhecimento delas depende das circunstâncias em que estamos colocados. Ou seja, se é verdade que as proposições são certas ou prováveis, essa verdade se estabelece em contraste com um corpo de conhecimento efetivo ou hipotético - as proposições não são em si mesmas certas ou prováveis. Não há sentido em falar-se de uma proposição que ela é provável a não ser especificando o conhecimento ao qual ela está relacionada.

Essa relatividade proporção/conhecimento não implica, entretanto, que a probabilidade seja meramente subjetiva (entenda-se: sujeita ao capricho humano). Dado o conhecimento, a relação de probabilidade é objetiva e independe de nossa opinião.

"A teoria da probabilidade é lógica, portanto, porque diz respeito ao grau de crença que é racional sustentar em dadas circunstâncias, e não mera-

117 O tema da lógica da probabilidade, entretanto, remonta a Leibniz como adverte Keynes no mesmo Prefácio e na primeira citação do TP: "J'ai dit plus d'une fois qu'il faudrait une nouvelle espèce de logique, qui traiterait des degrés de Probabilité" (Já disse mais de uma vez que seria necessária uma nova espécie de lógica que tratasse dos graus de Probabilidade). (CWVIII:3)

mente às crenças efetivas de indivíduos particulares, que podem ou não ser racionais." (CWVIII:4)

Há um corpo de conhecimento direto que constitui nossas premissas últimas, mas há um conjunto de proposições baseadas nesse corpo de conhecimento que só se sustenta através de uma articulação lógica, criando um corpo de conhecimento indireto nem sempre dotado de certeza absoluta.

Ou seja, há premissas objetivas, que se seleciona subjetivamente. Mas a partir dessas premissas, relações lógicas conduzem a um conhecimento indireto constituído de crenças prováveis objetivas e lógicas.

O conjunto de premissas Keynes denomina **h**. O conjunto de proposições que forma a conclusão é denominado **a**. Se o conhecimento de **h** justifica uma crença racional em **a** de grau alfa, dizemos que há uma **relação de probabilidade** de grau alfa entre **a** e **h**, o que se escreve $a/h = \text{alfa}$.

Em linguagem ordinária diz-se que a **conclusão** é duvidosa, incerta ou apenas provável. Esses termos aplicam-se entretanto não à conclusão, mas ao nosso grau de **crença racional** nessa conclusão, ou à relação ou argumento entre dois conjuntos de proposições, conhecimento que por sua vez daria base para um grau correspondente de crença racional.¹¹⁸

Proposições não demonstradas, nem por isso devem ser consideradas infundadas. Elas podem ter algum fundamento (**some ground**) sem que por isso venham a ser consideradas totalmente subjetivas. Keynes dá como primeiro exemplo a teoria darwiniana da seleção natural, em que se pode acreditar por força de argumentos que relacionam de modo objetivo e real evidências e conclusões.

Trata-se portanto de uma disciplina **relacional**. Se **a** torna **b** provável, isso não implica que **a** e **c** tornam **b** provável. Como nas proposições sobre distâncias, quando dizemos que um lugar fica a 3 milhas, implicitamente referimos essa distância a algum ponto em que estamos ou que foi explicita-

118 Keynes, seguindo uma tradição que remonta a Ancillon (1794) e Boole, descarta o uso do termo "eventos" e adota o enfoque da probabilidade relativo a proposições.

do, assim nas proposições sobre probabilidades nenhuma é em si mais ou menos provável, senão por referência à evidência apresentada.¹¹⁹

O passo seguinte de Keynes é descartar uma definição de probabilidade. Trata-se de algo que não se pode analisar em termos mais simples (como o Bem de Moore). É um conceito lógico fundamental e indefinível.

Entre as distinções necessárias, entretanto, está uma entre crença racional e crença, em oposição a crenças verdadeiras e falsas. A crença racional de grau máximo é a certeza, e corresponde ao conhecimento. A crença, racional ou não, pode existir em graus variados. O grau máximo de crença racional é a certeza racional da crença.

Proposições que envolvem enunciados de relações de probabilidade são denominadas **proposições secundárias** (ou **q**), enquanto proposições que não contêm relações de probabilidade são **primárias** (ou **p**). Podemos portanto saber (**q**) que uma proposição **p** relaciona-se com grau alfa a um conjunto de evidências **h**. A crença racional, em qualquer grau, só pode surgir a partir de algum conhecimento, embora esse conhecimento seja de uma proposição secundária frente à proposição que expressa um grau de crença racional.¹²⁰

A probabilidade lida, portanto, com um grau de crença racional inferior à certeza, ou com graus de certeza, mas não com graus de verdade. Keynes alerta para essa possível confusão entre certeza e verdade, notando que talvez a doutrina aristotélica de que eventos futuros não são verdadeiros nem falsos tenha surgido dessa forma.¹²¹ Invertendo-se o conceito, pode-se dizer também que a certeza é um caso particular de probabilidade máxima. O importante é que, se certeza e verdade não se confundem, posso alimentar uma crença racional parcialmente certa que seja verdadeira ou falsa (e não apenas falsa meramente por não ser completamente certa).

119 A evidência apresentada é para Keynes a "origem da referência" e não há sentido em se falar que "algo é provável", assim como não se diz que "algo é igual" ou "distante" sem as devidas referências. (CWVIII:7) Juízos de probabilidade incondicional (do tipo "b é provável") não passam de elipses da linguagem ordinária. A inexistência desses juízos de probabilidade incondicional (unconditional probability) é apontada por Cohen (1989:103) como chave da impossibilidade de Keynes resolver o problema da utilidade prática dos "pesos dos argumentos" (discutidos mais adiante) enquanto propriedades independentes das probabilidades.

120 Examinando o significado de expressões como conhecimento direto e indireto e argumentos, é interessante ressaltar que para Keynes é impossível dar uma resposta clara à questão de como diferenciar conhecimento de proposições sobre dados sensoriais de interpretações desses dados. (CWVIII:14)

121 CWVIII:16, nota 1.

Definida a base lógica sobre a qual Keynes pretende desenvolver sua teoria, passa então a uma revisão crítica das opiniões partidárias de uma quantificação exaustiva de qualquer probabilidade, posição associada à definição frequencial ou numérica da probabilidade. Keynes associa essa posição à própria rotina prática dos homens de negócios e seguradores, mas não vê nessa prática uma justificação suficiente para a defesa da visão quantitativa:

"(...) duvido se em casos extremos o processo de pensamento, sustentado por quem assevera um prêmio, é completamente racional e determinado, ou que dois corretores igualmente inteligentes julgando sobre a mesma evidência cheguem sempre ao mesmo resultado. (...) há neles um elemento de capricho, e o estado de espírito do corretor, quando cita uma estatística, é como a de um agenciador de apostas indicando azarões." (CWVIII:23)

É interessante notar que, no primeiro exemplo concreto oferecido por Keynes no TP depois de algumas páginas de definições que sublinhavam o caráter racional e não subjetivo (inclusive literalmente avesso a "caprichos") das probabilidades, ele passe ao ataque da quantificação justamente sobre a referência ao capricho e irracionalidade de decisões econômicas cruciais. O fato é que as taxas incidentes sobre seguros variam com o ânimo dos participantes no jogo, como numa roda de apostas. Ou seja, mais que avessa à medida, a própria medida da probabilidade pode ser arbitrária. Outro exemplo recuperado por Keynes (a partir de Leibniz) é a prática dos advogados como indício de que nem todas as probabilidades sejam mensuráveis. Nos vários exemplos apresentados, Keynes aproxima-se já de um conceito mais aparentado ao de **incerteza** que ao tradicional de probabilidade.

Outra qualificação diz respeito às bases ou ao campo (**ground**) sobre o qual se estabelece uma probabilidade, problema relacionado ao caráter de generalização que se pode desejar. Pode-se buscar uma generalização através de um experimento cujo conjunto de eventos é mais numeroso, num segundo o conjunto de condições irrelevantes é alterado de modo mais cuidadoso e, num terceiro a generalização em vista é de amplitude maior. Entre esses três casos não há igualdade nem desigualdade, não há resposta para a questão "qual é mais provável?":

"Se temos mais campos (grounds) que antes, a comparação é possível, se os campos nos dois casos são diferentes, mesmo uma comparação entre mais e menos, ou mesmo uma medida numérica, pode ser impossível." (CWVIII:31-2)122

Há casos, mesmo na observação da natureza, em que nenhuma base racional foi descoberta para a comparação numérica. Não se trata, insiste Keynes, de "probabilidades desconhecidas", mas de impossibilidade de aferir valores numéricos para certo tipo de probabilidade.

A decorrência dessa teoria de probabilidades sem medida é a possibilidade de probabilidades incomensuráveis. Ou seja, ainda que seja possível ordenar probabilidades em séries segundo critérios de mais ou menos provável, probabilidades pertencentes a duas séries distintas podem ser incompará-

veis, porque os caminhos de prova ou refutação, entre a certeza e a impossibilidade não são únicos.

A melhor analogia indicada por Keynes para esse conceito de séries de probabilidades é a similaridade. Julgar três objetos A, B e C mais ou menos similares (por exemplo, B em relação a A e C) pode ser uma operação que defina várias ordens diferentes de acordo com o critério de similaridade escolhido. Tudo depende do **padrão de comparação**, tanto no julgamento de similaridades quanto no de probabilidades.

A visão crítica da mensurabilidade das probabilidades permite também uma revisão do **princípio da razão suficiente** ou, nos termos de Keynes, **princípio da indiferença**. Segundo esse princípio, quando se está diante de uma proposição inteligível mas sem indicações externas de seu valor de verdade (se falsa ou verdadeira), infere-se que a probabilidade de cada alternativa (verdadeiro e falso) é 1/2, ou que são equiprováveis. Keynes critica Jevons, que defendia esse princípio, alinhando-se a Boole que dizia de um **estado de expectativas em contexto de completa ignorância** ser melhor representado pela **forma indefinida** 0/0 e não 1/2.¹²² O resultado é que a equiprobabilidade depende sempre de uma **convenção** arbitrária.¹²³

É na fronteira dessas regras e convenções que a teoria da probabilidade perde força, mas nem por isso torna-se desnecessária, como acreditou por exemplo Hume:

"Já esse ceticismo vai longe demais. Os juízos de probabilidade, dos quais dependemos para quase todas nossas crenças em questões de experiência, sem dúvida dependem de uma forte propensão psicológica a considerar as coisas sob uma determinada luz. Mas isso não fundamenta a suposição de que não seriam mais que "ficções vivazes". O mesmo é verdade de outros juízos em virtude dos quais consentimos com argumentos lógicos, embora nesses casos acreditemos na presença de algum elemento de validade objetiva, transcendendo o impulso psicológico, com o qual nos defrontamos de modo primário. Assim é que também no caso da probabilidade podemos acreditar que nossos juízos possam penetrar o mundo real, ainda que suas credenciais sejam subjetivas." (CWVIII:56)

No mundo da vida activa, portanto, a fragilidade humeana converte-se praticamente no mais forte dos procedimentos justamente em função de sua necessidade.

122 CWVIII:46, nota 1.

123 CWVIII:52. Mais adiante, Keynes afirma que "o enunciado de alguma regra suficiente é certamente essencial se é que vamos fazer algum progresso a esse respeito". (CWVIII:55)

Ao chamar a atenção para as condições sob as quais a probabilidade tem sentido e pode ou não ser medida (regras, convenções), Keynes aos poucos introduz entre a probabilidade e a evidência que a sustenta um território mais aberto, relativo à qualidade do conhecimento prévio à asserção de uma probabilidade, território que envolve o "observador" - e nesse sentido Keynes se vê levado a usar a qualificação "subjetivo" mas, na realidade, essa subjetividade só se define publicamente como vimos de considerar seguindo Wittgenstein e Johnston.

Esse conhecimento pode ser direto, intuitivo, e merece tanta atenção quanto a probabilidade em si que, aparentemente, tinha por irrelevante o grau e a qualidade do conhecimento existente.¹²⁴

Ou seja, entre a probabilidade e a evidência Keynes introduz a questão de se avaliar a qualidade do próprio conhecimento do mundo real no interior do qual, apenas, uma probabilidade pode ter significado mesmo sem ter medida quantitativa precisa.

É nesse contexto que vemos Keynes apresentar um conceito que terá importante repercussão no seu tratamento das expectativas econômicas, o "peso dos argumentos". Ao se acrescentar evidência a um argumento, sua probabilidade pode aumentar ou não, mas o seu "peso" sempre aumentará. O conceito de peso é "correlato" ao de relevância.

No capítulo 4 do TP Keynes apresenta uma distinção entre juízos de preferência e juízos de relevância. Há dois tipos principais de probabilidades cujas magnitudes desejamos comparar, alerta Keynes. De um lado, aquelas cuja evidência é a mesma e as conclusões diferentes e aquelas em que a evidência é diferente mas as conclusões são as mesmas. Quando a evidência é a mesma e as conclusões diferentes (avalia-se a igualdade entre x/h e y/h) trata-se de um **juízo de preferência**. Quando a evidência varia mas não as conclusões trata-se de **juízos de relevância** (avalia-se a igualdade de x/h e x/h_1h , ou ainda, se a adição da evidência h_1 à h é relevante para x).¹²⁵

124 Na revisão histórica das tentativas de fundamentação da probabilidade Keynes retoma as objeções ao princípio da indiferença, especialmente os da escola alemã que conduzem, a partir de Boole e principalmente com Von Kries, ao conceito de campo (Spielraum), um termo técnico novo que não parece claro o suficiente para Keynes. Ainda assim, Keynes reconhece a dívida com Von Kries na sua revisão do princípio da indiferença. (CWVIII:96) O uso do conceito teria como intuito apontar como referência certos "campos" para as hipóteses cujas probabilidades se deseja avaliar numericamente, sendo os campos "indiferentes" (ou seja, iguais frente ao princípio da razão insuficiente), "comparáveis" em magnitude (se têm a mesma extensão) e "originais" (se não são derivados de algum outro campo).

125 O princípio da indiferença envolve portanto, para poder ser usado como regra, o princípio da irrelevância.

Keynes considera ainda dois conceitos complementares de relevância, o segundo dos quais (o sentido estrito de relevância) exige a (ir)relevância não apenas de mais evidência como de outras proposições implicadas por uma dada evidência. Ou seja, h_1 é irrelevante para x/h se não há uma proposição h_2 que possa ser derivada de hh_1 (e não apenas de h) tal que x/h_2h seja diferente de x/h . Há portanto uma situação em que um tanto de evidência relevante não altera a probabilidade.

"Qualquer proposição que seja irrelevante no sentido estrito é, claro, também irrelevante também no sentido mais simples; mas se adotássemos a definição mais simples ocorreria por vezes que parte da evidência tida por relevante fosse, tomada como um todo, irrelevante." (CWVIII:59)126

Esse conceito é crucial porque fornece as bases lógicas para colocar termo à busca de mais evidência. Num dado momento, consideramos completa a evidência, ou seja, "a evidência tomada como um todo" o é como se se tratasse essa evidência como toda a que se pode ou deve tomar, estabelecendo assim o campo.

Ou seja, h_1 é irrelevante para x/h se não existe uma proposição h_1 tal que h_1 seja igual a h_1h , sendo h_1 diferente de h e x/h_1h seja diferente de x/h . Ou seja, para avaliar a relevância de h_1 para x/h não posso encontrar uma outra evidência h_1 derivada da evidência adicional h_1h que me conduza de volta ao mesmo montante de informação inicial, ou seja, qualquer evidência adicional que mantivesse o mesmo valor de probabilidade alcançado sem essa evidência. Uma evidência pode parecer relevante mas, se a partir dela deduz-se um argumento que em nada altera o inicial, é como se numa segunda "consulta" às evidências o observador patinasse, sentindo que prosseguir na busca de evidências é inútil.

Na definição estrita de relevância de uma evidência adicional (h_1) recorre-se portanto a uma terceira evidência (h_1) e constrói-se um novo argumento, relacionando h_1 com h_1h . Entretanto, se esse exercício concluir pela relevância, pode-se ainda buscar uma evidência h_1 a ser comparado com os anteriores. A multiplicação das evidências aumenta mais que proporcionalmente a quantidade de testes a realizar, o que pode significar em termos práticos a necessidade de interromper em algum momento a busca de evidência. Isso porque é possível considerar relevante uma evidência que tomada como um todo deixa a probabilidade inalterada.

Outra forma de expressar a mesma dificuldade é recorrendo a uma definição não trivial de peso. Keynes aceitaria que qualquer proposição aumenta o peso de qualquer argumento, mas deve-se dizer que o aumento do peso ocorre apenas se uma evidência E_2 leva a uma proposição E_3 que é relevante

para a probabilidade do argumento dada uma evidência E_1 se não ocorrer qualquer proposição E_4 em E_3 tal que E_2 implique E_4 e, sem afetar a relevância de E_3 para a probabilidade da hipótese dada E_1 , E_4 puder ser substituída em E_3 por alguma proposição que não tem qualquer relevância para a probabilidade do argumento dada E_1 . Ou seja, encadeamentos entre proposições evidenciais podem alterar o peso, um resultado não trivial que não chegou a ser percebido por Keynes.¹²⁷

Avaliar o volume de evidência é portanto um processo distinto da identificação de quais evidências favorecem ou desfavorecem um determinado argumento. Ou seja, pode-se aumentar a evidência sem com isso aumentar a probabilidade de um dado resultado, aumentando-se tão somente o peso da probabilidade disponível através da consideração dos efeitos da aquisição de mais conhecimento relevante. Isso significa que um argumento de maior peso não deve ser tomado como mais provável, trata-se de duas propriedades independentes cujo significado prático ainda não é claro para Keynes:

"Ao decidir por um curso de ação, parece plausível supor que devemos levar em conta o peso e a probabilidade de diferentes expectativas. Mas é difícil pensar em qualquer exemplo claro disso, e não me sinto seguro quanto à teoria do "peso evidencial" ter qualquer significado prático." (CWVIII:83)¹²⁸

Mais ainda, é a urgência da ação que impede tomar-se o aumento do peso como critério de salvaguarda da probabilidade de um argumento:

"Podemos argumentar que, quando nosso conhecimento é frágil mas passível de incremento, o curso de ação que relativamente ao nosso conhecimento vai provavelmente produzir o maior bem frequentemente consistirá na aquisição de mais conhecimento. Mas claramente chega-se a um ponto em que já não vale mais a pena incomodar-se, antes de agir, com a aquisição de informação adicional, e não há princípio evidente que determine até quando devemos sustentar nossa máxima de fortalecer o peso do nosso argumento." (CWVIII:83)

127 Cohen (1986:268). Cohen propõe uma série de extensões ao conceito de peso a partir de Keynes, mas não presentes no TP, que deixamos de lado (relação do peso com argumentos coordenados, limites máximos e mínimos para o peso) pois só nos interessam os comentários que ressaltam impasses presentes no próprio texto de Keynes.

128 Retomaremos adiante as referências a esse conceito na obra econômica de Keynes. Vale entretanto ressaltar, desde já, que em processos onde a incerteza pesa mais que o cálculo de probabilidades o aumento da evidência pode conduzir os "homens de negócios", erroneamente do ponto de vista lógico, a acreditarem na validade de probabilidades arbitrárias. A "aplicação prática" que ainda parece obscura para Keynes depende do reconhecimento da incerteza enquanto tal, ainda que os indivíduos decidam com base em evidências crescentes. É como se procurassem, irracionalmente, aumentar o peso de argumentos (probabilidades) inexistentes.

A refutação ou, pelo menos, limitação imposta ao princípio da indiferença desloca a atenção do filósofo da probabilidade em si para um conceito de probabilidade como relação entre proposições em que o dimensionamento quantitativo e qualitativo do conhecimento disponível no momento relevante é crucial, e isso o conceito de peso cumpre o papel de ressaltar. Colocando-nos numa dimensão que não é nem o das proposições ou fatos, nem o da medida da probabilidade.

Está também ainda aquém da delimitação crítica do padrão de conhecimento propriamente dita. O conceito de peso alerta não para a precariedade, mas para a relação entre conhecimento e urgência/ansiedade práticas (tema que, vimos acima, surge nos escritos "jornalísticos" de Keynes) - e isso mesmo quando as probabilidades são conhecidas.

Essa relatividade não existe simplesmente em termos de comparação com outros corpos de conhecimento, o que também é possível, mas sim diante do imperativo que, ao lado das apreensões diretas e intuições básicas constitui a principal propulsão do sistema keynesiano: a urgência do agir.

A existência de pesos para os argumentos reconduz o pensamento para o terreno do que se poderia denominar como intuições práticas e inescapáveis. Seja porque diferencia probabilidades idênticas, seja porque confere uma tensão a essas probabilidades que a urgência de agir acaba por recalcar.

Mais ainda, o aumento da evidência e do peso parecem de algum modo fortalecer um argumento, sem efetivamente alterarem seu valor de probabilidade. Ainda que mensurável, quantitativa, a probabilidade não depende mas compromete-se com uma tensa busca de evidência que parece patinar sobre um terreno ambíguo, quantitativo e qualitativo. Por isso o próprio Keynes, num primeiro momento, confessa que a teoria do peso evidencial não tenha qualquer significado prático (CWVIII:83).

Como avaliar esse conhecimento, que não é destinado a alterar o valor da probabilidade nem a propriamente alterar o campo e o padrão sobre os quais se afirma uma probabilidade? É a **urgência da ação** que impõe limites à busca de mais conhecimento, ao mesmo tempo iluminando o fato de que há **conhecimentos de vários tipos** no processo de tomada de decisões, ou seja, de construção de argumentos. Entretanto, a busca de mais conhecimento deve levar em consideração não apenas a relatividade dos "campos" e a incomensurabilidade das séries, mas uma curiosa auto-crítica do pensamento que ao mesmo tempo busca mais informação, sabe que essa informação altera o peso mas não a probabilidade e, finalmente, sabe na prática que a busca deverá ser interrompida a qualquer momento,¹³⁰

Uma outra forma de elucidar o significado dessa tensão é a partir da diferença entre grau de crença racional e grau de racionalidade numa crença. O grau de crença racional seria uma tentativa de separar as partes racionais das irracionais numa crença, enquanto o grau de racionalidade de uma crença é a avaliação já em termos de lógica probabilística de uma relação entre evidências e conclusão. O que a análise de Keynes parece sugerir é que a

fronteira entre os dois tipos de sentido associados à combinação das palavras "crença" e "racional" é estreita e rompida com muito mais frequência do que se está disposto a reconhecer, no sentido básico de que em última análise a racionalidade da probabilidade precisa ser ela mesma pressuposta.¹²⁹

Mesmo considerando apenas os casos de alteração na probabilidade quando ocorre aumento da evidência, Runde (1990) identifica três tipos diferentes de alusão à questão do peso no TP:

1. mais peso como mais evidência relevante, de modo que sendo V o peso, $V(x/hh_1)$ é maior que $V(x/h)$,
2. peso como a ponderação dos montantes absolutos de conhecimento relevante e ignorância relevante,
3. peso como grau de completude da informação em que se baseia a probabilidade.

O que varia nessas definições é como se incorpora o significado de relevância. Entretanto, ao abrir o exame sobre "peso" Keynes falava também numa "ignorância relevante":

"(...) parece haver um outro sentido em que algum tipo de comparação quantitativa entre argumentos é possível. Essa comparação volta-se à ponderação, não entre o que é evidência favorável e desfavorável, mas entre os montantes absolutos de conhecimento relevante e ignorância relevante respectivamente." (CWVIII:77)

A dificuldade está em como fazer referência a uma ignorância relevante que, aí sim, não teria mesmo como afetar o valor de probabilidade de um argumento. Isto porque não há como asseverar uma probabilidade com base na ignorância de evidências, embora a coleta de evidências pareça sempre envolver o contato com graus variados de relevância e, talvez, tipos diferentes de ignorância. Por sobre essa distinção, Keynes fala ainda de ignorância relevante (o que no sentido técnico de sua definição deveria implicar em efeitos sobre o peso da evidência).

129

Ou seja, Keynes parte da probabilidade e não da crença, como adverte Braithwaite no Prefácio Editorial à edição de 1973 do TP. "Consequentemente muitos dos que atualmente que refletem sobre a lógica da crença parcial não começariam com uma relação de probabilidade tomando um grau de crença como justificado pelo conhecimento de que se sustenta uma relação de probabilidade, mas começariam com o grau de crença examinando que condições o mesmo deve satisfazer de modo a ser considerado como sustentável por um homem racional sob certas circunstâncias. Começar dessa forma requer uma noção de graus de crença que é independente de considerações de racionalidade, o que foi providenciado por F.P. Ramsey num artigo de 1926 escrito deliberadamente como uma crítica construtiva da visão de Keynes." (CWVIII:ix-xx) A advertência contra a confusão entre as duas expressões, a meu ver baseada na crítica de Ramsey, aparece em Popper (1934:379).

Mas é possível **sabermos** algo sobre nossa ignorância? Trata-se de um paradoxo pois coloca-se no mesmo nível linguístico o conhecimento de uma proposição e as condições em que se dá esse conhecimento. É o **campo de possibilidades** que se altera nisso que se denomina variação no peso dos argumentos. Em suma, posso estar diante de evidência coletada em condições precárias e, mesmo sabendo disso, não dispor de nada melhor e ter de continuar com a probabilidade e o peso que se pode racionalmente identificar. Runde (1990) cita uma passagem de um artigo jornalístico de Keynes em que já aparece, em 1910, uma referência ao grau de ignorância com que se envolvem os investidores:

"Como o risco a considerar é subjetivo, o sentimento, digamos assim, na mente do investidor, sua magnitude depende bastante do montante de informação relevante relativa ao investimento que lhe fãr facilmente acessível. O que seria um investimento arriscado para o especulador ignorante pode ser excepcionalmente seguro para o especialista bem informado. O montante de risco para qualquer investidor depende principalmente, de fato, do seu grau de ignorância com respeito às circunstâncias e perspectivas do investimento que ele está contemplando". (CW XV:46)

Metaforicamente, Keynes diz que o peso de um argumento mede a soma das evidências favoráveis e desfavoráveis, enquanto a probabilidade mede a diferença. Uma dificuldade adicional, entretanto, é a possibilidade de se falar em peso de um argumento, da evidência ou da probabilidade.

A introdução do tema do peso evidencial e dos argumentos também se torna crucial para a defesa da indução contra Hume. Hume incluía dois elementos em sua definição de indução: a repetição do experimento e a analogia. Se uma proposição é uma generalização, cada instância deve assemelhar-se às outras para que possa justamente ser considerada como instância da proposição geral que se quer alcançar. Assim, a generalização tira sua força da repetição e da analogia entre as instâncias.

Keynes, entretanto, define **analogia negativa** como o princípio de variação das características das instâncias. Ou seja, e aí reside uma importante extensão da revisão crítica do princípio da indiferença e do exame do conceito de peso de um argumento, a força da generalização aumenta na medida em que variando as condições observadas para cada instância ainda assim o resultado (o argumento) tiver sustentação. Ou seja, um aumento no número de experimentos só tem valor se a cada novo experimento as condições são alteradas. O conhecimento surge a partir da diferença, da mudança ou variabilidade das condições e não da repetição mecânica das mesmas condições, como na definição humeana de indução.¹³² A analogia negativa está para a generalização indutiva assim como a busca de maior peso para um argumento está para uma relação de probabilidade. A probabilidade em si mesma pode ficar inalterada, assim como o clássico paradoxo da indução não pode ter solução definitiva e, ainda, assim como o princípio da indiferença só tem sentido se ao mesmo tempo é reconhecido como limitação arbitrária do campo em que se verifica uma relação de probabilidade.

É na definição desse terreno intermediário entre o realismo e a metafísica transcendental que consiste a originalidade de Keynes:

"A concepção de que temos alguma razão, ainda que não conclusiva, para algumas crenças, que surgem a partir da inspeção direta, pode mostrar-se importante para a teoria da epistemologia. A velha metafísica foi grandemente estorvada como fruto de se ter sempre exigido a certeza demonstrativa. Muito da força das críticas de Hume surge da hipótese de métodos de certeza pelos sistemas contra os quais ele se dirigia. Os antigos realistas atrapalhavam-se por não perceberem que menos pretensões no início poderia trazer-lhes o que pretendiam no final. E a filosofia transcendental prosperou em parte, creio, através da crença de que não há conhecimento sobre tais assuntos que não o conhecimento certo, combinada à crença de que tal conhecimento certo das questões metafísicas está além do poder dos métodos ordinários." (CWVIII:266)

Keynes acreditava que o "conhecimento provável" era real e propiciava um "novo método de argumentação" (a new method of argument, CWVIII:266) para as discussões metafísicas.

"(...) uma crença nas conclusões da ciência, enunciadas de modo razoável embora limitado, envolve uma preferência por algumas conclusões metafísicas sobre outras." (CWVIII:266-7)¹³⁰

Em suma, Keynes esforça-se por distinguir o racional do verdadeiro, um procedimento familiar à proposta do pragmatismo contemporâneo, como veremos logo mais. Que se possa acreditar em algo falso, ou que se prove falso no futuro, torna-se parte do horizonte na prática ilimitado (embora teoricamente limitado) da racionalidade humana.

A história humana está repleta de exemplos de crenças que era racional sustentar em determinadas condições, ainda que o desenvolvimento científico e institucional posterior tenha levado à superação daquelas crenças "primitivas". Citando o *Golden Bough* de Frazer, Keynes absolve esse passado "mítico" como preâmbulo a uma consideração cautelosa e crítica das crenças atuais.¹³¹

130 Nesse ponto Keynes aponta G.E. Moore como o autor a empregar pela primeira vez um método de algum modo semelhante ao que ele próprio descreve. (CWVIII:266, nota 1)

131 Com semelhante determinação Keynes reavalia os "erros" de mercantilistas e da teoria da usura na TG, como já tivemos chance de sublinhar. Quanto à citação de Frazer, é oportuno lembrar a descrição de Wittgenstein oferecida por Moore: "Sua discussão de Estética (e Ética), entretanto, misturava-se de modo curioso com a crítica de pressupostos que ele dizia serem constantes no *Golden Bough* de Frazer, e também com a crítica a Freud." Moore, G.E., "Wittgenstein's Lectures in 1930-3", in *Philosophical Papers*, 1959, Allen & Unwin, London (apud Johnston, 1989:26).

A irracionalidade não está na incerteza ou na subjetividade em sentido vulgar, mas na crença exagerada em certezas que são apenas prováveis, como acontecia com os "selvagens":

"Embora depreciemos a probabilidade passada de crenças que já não temos, tendemos, penso, a exagerar o grau de certeza presente daquilo em que ainda acreditamos. O parágrafo precedente não pretende negar que os selvagens amiúde superestimam muito o valor de suas induções cruas, e são nessa medida irracionais. Não é fácil distinguir entre uma crença ser a mais razoável entre as que se nos abrem aos olhos ou ser a mais provável. Da mesma forma nós, talvez, coloquemos uma confiança excessiva nessas conclusões - a existência de outras pessoas, por exemplo, a lei da gravidade ou o nascer do sol amanhã - que comparadas a muitas outras crenças temos por bem asseguradas. Podemos às vezes confundir a certeza prática, presa à classe de crenças em que é racional agir com a maior confiança, e a mais integralmente objetiva certeza da lógica." (CWVIII:275, ênfase minha)

Keynes tinha plena consciência de estar propondo um novo modo de conhecimento e não simplesmente uma redefinição técnica de probabilidade, ainda que reconhecesse autores precedentes. A aceitação de um conhecimento parcial e não necessariamente verdadeiro como atributo racional da espécie humana tem implicações abrangentes. A começar por uma tomada de posição cética (mas um ceticismo menos reducionista que o de Hume) frente a tudo o que se considera, por razões práticas ou filosóficas, como absolutamente certo, inclusive princípios como o da uniformidade da natureza e da causalidade.

A importância desses resultados epistemológicos de uma lógica probabilística, especialmente para a abordagem de Economia que viria a ser assumida por Keynes, justifica a transcrição por extenso de mais alguns trechos do TP:

"O tipo de hipótese fundamental sobre o caráter das leis naturais, sobre a qual os cientistas parecem em geral agir, parece-me muito menos simples que o mero princípio da uniformidade. Eles parecem assumir muito mais algo como o que os matemáticos chamam de princípio de superposição de pequenos efeitos, ou, como prefiro chamá-lo, nesse contexto, a natureza atômica da lei natural. O sistema do universo material deve consistir, se esse tipo de hipótese é assegurada, de corpos que podemos denominar (sem fazer por isso qualquer implicação quanto a tamanho) átomos legais, tais que cada um deles exerça seu efeito distinto, independente e invariável, sendo uma mudança do estado total composta de inúmeras mudanças distintas devidas cada qual a uma porção distinta do estado precedente. Não temos uma relação invariável entre corpos particulares, mas ainda assim cada um tem sobre os outros seu efeito distinto e invariável, que não muda com a mudança das circunstâncias embora, é claro, o efeito total possa mudar o quanto fãr se todas as outras causas intervenientes forem diferentes. Cada átomo, segundo essa teoria, pode ser tratado como causa separada e não entra em combinações orgânicas diferentes em cada uma das quais seja regulamentado por leis diferentes.

Talvez não se tenha sempre percebido que essa uniformidade atômica de forma alguma é implicada pelo princípio de uniformidade da natureza. Ocorre que bem poderiam existir leis bastante diferentes para totalidades (wholes) de diferentes graus de complexidade, e leis de conexão entre complexos que não poderiam ser enunciadas em termos de leis conectando partes individuais. Nesse caso a lei natural seria orgânica e não, como geralmente se supõe, atômica.¹³² Se toda configuração do universo fosse sujeita a uma lei distinta e independente, ou se diferenças bem pequenas entre os corpos - no seu tamanho ou forma, por exemplo - levassem-nos a obedecer leis diferentes, as previsões seriam impossíveis e o método indutivo inútil. Ainda assim a natureza seria uniforme, a causalidade soberana e as leis atemporais e absolutas." (CWVIII:277)

Se totalidades enquanto totalidades atendem a leis diferentes, o conhecimento de uma parte pode não levar sequer a um conhecimento probabilístico quanto à associação com outras partes. Entretanto, dada uma totalidade (ou seja, um número de unidades atômicas legais e as suas leis de conexão), seria possível deduzir efeitos sem um conhecimento exaustivo de todas as circunstâncias intervenientes. Essa percepção crítica do conhecimento, portanto, não conduz a uma justificação da indução, mas ajuda a elucidar o tipo de hipóteses com que geralmente nos comprometemos.

Em particular, Keynes considera necessário especificar sistemas em que o número de premissas é finito como passíveis de operar processos de indução.¹³³ Até aí vai a lógica. A questão epistemológica é mais difícil, senão insolúvel aprioristicamente: que sistemas de **variedade independente** são finitos?

"(...) a hipótese de serem todos os sistemas de fato finitos (...) não pode, parece perfeitamente claro, ser encarada como tendo validade absoluta e universal (...) Não está, portanto, na mesma posição de um axioma lógico auto-evidente e não apela à mente da mesma forma. O máximo que se pode sustentar é que essa hipótese é verdadeira para alguns sistemas de fato (...) Pode ser que algumas questões metafísicas tenham esse caráter e que os filósofos tenham estado corretos ao recusarem a aplicação de métodos empíricos às mesmas." (CWVIII:291-3)

132 Embora não se trata de um texto hegeliano, preferimos ainda assim traduzir *whole* algumas vezes por *totalidade* e não apenas por *todo*, justamente por *totalidade* sugerir um processo de definição dinâmica de um "todo" provisório ou, para usar um termo estatístico, amostral (assim como em Hegel a dialética percorre diferentes totalidades antes de repousar fossilizada numa unidade completa do Real e do Racional). O termo *todo* será usado apenas quando não houver ambiguidade na discussão do *Todo* absoluto ou quando não houver risco de se imaginar que se trata de apreensão ou definição de um *Todo* plenamente coincidente com a racionalidade.

133 O conjunto de premissas fundamentais e leis de conexão necessária entre os membros de um sistema (fatos ou proposições) é denominado *variedade independente* por Keynes. (CWVIII:279)

A mesma atenção à experiência cognitiva possível a cada momento serve em Keynes como recomendação de cautela no uso da causalidade:

"Sendo o nosso conhecimento parcial, há constantemente em nosso uso do termo causa alguma referência implícita ou expressa a um corpo limitado de conhecimento."(CWVIII:306)

Ou ainda, considerando conveniente falar de relações causais entre objetos que não estão em posição estrita de causa e efeito, como quando se faz referência a causas prováveis:

"(...) quando não há implicação de necessidade e onde os antecedentes poderão às vezes levar a consequências particulares, às vezes não. Fazendo esse uso do termo, segui uma prática pouco rara entre os autores sobre probabilidade, que constantemente usam o termo causa onde hipótese pareceria mais apropriado." (CWVIII:306)

E concluindo sobre a relevância da "teoria da causalidade", Keynes elabora uma noção de causa que articula hipoteticamente **experiência e expectativas**:

"A teoria da causalidade é importante somente porque se pensa que através de suas suposições pode-se jogar luz a partir da experiência de um fenômeno sobre a expectativa de um outro". (CWVIII:308)

O princípio de variedade independente limitada é aceito por Keynes por razões que a sua própria reflexão ajudaria a colocar sob suspeita, já que na sua opinião é justamente a repetitividade e uniformidade na nossa experiência que nos leva a colocar grande confiança naquele princípio, como a galinha de Russell.

Noutros termos, bastaria esse princípio ser dotado de alguma probabilidade para ser racional tomá-lo como hipótese - uma base cuja fragilidade o próprio Keynes não deixa de notar quando refere-se aos debates sobre organicismo versus atomismo.

Não é, entretanto, óbvio que a experiência humana efetivamente tenha sofrido a tendência a ver-se diante de um aumento da probabilidade do princípio da variedade independente limitada ser válido para a Natureza. Com o desenvolvimento das ciências naturais são alcançados novos níveis de entendimento das propriedades da matéria cuja descoberta é possível precisamente porque a variedade independente é **ilimitada**.¹³⁴

134 Essa e as próximas três observações críticas saem de Cohen (1989:134-35).

No TP, entretanto, Keynes acabava por assumir a hipótese "cientificista" de que ele mesmo ajudava a suspeitar:

"(...) na minha avaliação, a utilidade prática daqueles modos de inferência aqui denominados indução universal e estatística, de cuja validade depende o proclamado saber da ciência moderna, pode existir apenas - e agora não faço uma pausa para inquirir novamente sobre se um tal argumento deve ser circular - se o universo dos fenômenos apresentar de fato aquelas características peculiares do atomismo e da variedade limitada que aparecem mais e mais claramente como o resultado último a que está tendendo a ciência material (...)." (CWVIII:468)

Na mesma linha dessa suspeita, pode-se ainda argumentar que mesmo com o aumento da probabilidade do princípio, ele ainda seja mais provavelmente falso que verdadeiro, o que retiraria completamente a base racional de nossos procedimentos indutivos.

A conclusão é que Keynes não conseguiu encontrar razão suficiente para supor que nossos raciocínios indutivos tenham uma fundamentação racional - o que transparece no TP sob a forma das inúmeras condições de reavaliação crítica do argumento probabilístico a que Keynes se presta.

Uma terceira crítica levantada por Cohen refere-se à dificuldade do conceito de probabilidade de Keynes lidar com probabilidades antecedentes de hipóteses sobre características diádicas ou relacionais ao invés de monádicas, problema que se associa ao anterior já que implica a possibilidade de imaginar a existência de infinitos mecanismos geracionais.¹³⁵

Finalmente, Keynes supõe que dentro de um domínio de investigação indutiva todos os mecanismos geracionais mutuamente independentes têm a mesma importância indutiva em relação a qualquer hipótese.¹³⁶

135 Keynes acreditava no TP que todas as propriedades ou qualidades dos elementos individuais de um domínio sejam associadas através de um número limitado de grupos. Toda característica pertence a pelo menos um grupo dentro do qual as características se conectam invariavelmente entre si através da operação de um mecanismo geracional (*generative mechanism*) distinto. Cohen (1989:132)

136 Entretanto, o fato de dois pacientes comungarem interesses literários não tem a mesma importância para o diagnóstico médico convencional que a presença da mesma infecção viral na circulação sanguínea. Cohen (1989:135) O próprio Cohen, é importante ressaltar, elabora um Método das Variáveis Relevantes que incorpora várias contribuições originais de Keynes à definição de uma indução "ampliativa", ou seja, que pretenda fazer previsões que extrapolem os dados disponíveis. Nesse método, como em Keynes, é preciso explicitar com o maior rigor possível uma lista finita pressuposta de variáveis relevantes num dado momento, com o objetivo de "licenciar a construção de uma pluralidade de teorias empiricamente corrigíveis de níveis superiores que enunciem quais variáveis são relevantes, em que ordem de importância, para quais categorias de hipóteses de nível ordinário". Cohen (1989:154) Esse

A parte aplicada do TP volta-se à filosofia da conduta e aos fundamentos da inferência estatística. Interessa-nos em especial as "aplicações filosóficas da probabilidade" (título da Parte IV), que se inicia com o exame do conceito de acaso objetivo e conclui pelo exame da aplicação da probabilidade à conduta. É nesse território que se agudiza o dilema de se usar a probabilidade para lidar com sistemas infinitos (na medida em que na avaliação de decisões e conduta o futuro incerto equivale à infinitude irredutível a uma variedade independente).

O percurso até esse problema inicia-se com as distinções entre acaso (**chance**), aleatoriedade (**randomness**) e probabilidade subjetiva, no Capítulo 24 do TP. Essas distinções são ainda desdobradas nas seguintes antíteses:

- conhecimento X ingorância,
- probabilidade subjetiva X acaso subjetivo,
- seleção aleatória X seleção envezada,
- probabilidade objetiva X acaso objetivo,
- causalidade X casualidade (causa X acaso),
- acaso X desígnio.¹³⁷

A questão fundamental é: existe realmente o acaso ou atribuímos ao acaso simplesmente o que ignoramos? Nesse ponto, a epistemologia cede lugar à ontologia, já que se trata de saber se o universo é determinístico ou se existe um acaso objetivo, que não a mera expressão de uma ignorância subjetiva.

A pista para a elucidação dessas antíteses está na atenção ao tipo de objeto em estudo. O movimento das estrelas ou a quantidade de bolas pretas e brancas numa urna geram séries de eventos em que não se pode atribuir o acaso à mera ignorância:

"Método das Variáveis Relevantes" ilumina muito do que veio a ser a própria teoria econômica a partir de Keynes, se é que não descreve muito sugestivamente a démarche teórica do próprio Keynes.

137 Em oposição ao acaso surge um evento cuja causa é a "volição impulsionada pelo desejo consciente de um evento". (CWVIII:312)

"A ignorância do administrador da companhia de seguros de vida quanto às perspectivas de vida de seus beneficiários não o impede de habilitar-se a pagar dividendos aos seus acionistas." (CWVIII:315)

Ou seja, há eventos em que podemos identificar **objetivamente** a interve-niência do acaso. De um cone em equilíbrio sobre seu vértice sabemos que cairá, mas não para que lado, isso será decidido pelo acaso. Nas palavras de Poincaré, **uma causa muito pequena que escapa à nossa atenção será capaz de determinar um efeito que não temos como ignorar.** Diz-se então que o efeito é devido ao acaso. Pequenas diferenças nas condições iniciais produzem diferenças muito grandes no fenômeno final.¹³⁸

Outro exemplo desse tipo de fenômeno é a **coincidência de causas muito numerosas ou complexas** (movimento das moléculas de um gás, gotas da chuva, etc.). Um terceiro é a coincidência de eventos que pertencem a **séries causais distintas** (um homem caminha pela calçada e é atingido por um tijolo que cai de uma construção).

Considerar uma causa muito pequena que escapa à nossa atenção mas determina um efeito significativo, a coincidência de causas muito numerosas ou complexas ou ainda a ocorrência de séries causais distintas não significa dizer que não sabemos como surgiram os eventos assim determinados ou que **a priori** não tínhamos razão para antecipá-los. Pode-se fazer afirmações objetivas sobre esses fenômenos, embora

"seja extremamente difícil dizer o que exatamente queremos afirmar" (CWVIII:317).

Para Keynes, entretanto, mesmo esses casos de acaso objetivo repousam sobre a noção de acaso subjetivo, já que os fenômenos que Poincaré, Cournot e outros tomavam como acaso objetivo dependiam da possibilidade de termos um tipo particular de conhecimento ou de termos acesso a ele, procedimento cuja instabilidade epistêmica estávamos há pouco examinando. A expressão "por acaso" refere-se sempre também ao nosso estado de informação sobre a concorrência dos eventos.

"O lançamento de uma moeda é um evento casual se o nosso conhecimento das circunstâncias do lançamento é irrelevante para nossas expectativas de possíveis resultados alternativos. (...) Em geral diz-se de dois eventos terem uma conexão casual, no sentido subjetivo, quando o conhecimento

138

Esse tratamento do acaso objetivo está muito próximo do que mais recentemente passou a ser tratado como Teoria do Caos, em que pequenas alterações nos parâmetros de equações não-lineares geram trajetórias caóticas. Serve também como um alerta metodológico a mais contra a falácia da composição presente nos procedimentos de agregação econômica.

do primeiro é irrelevante para nossas expectativas quanto ao segundo, não produzindo suposições adicionais a favor ou contra ele (...)." (CWVIII:318)

A partir dessa definição Keynes concede, então, a definição mais rigorosa de acaso objetivo como um evento casual no sentido acima diante do qual "tem-se boas razões" para supor que **acréscimos de conhecimento não alterariam seu caráter casual**, assim como o nosso curso de ação.

Mais importante ainda, talvez, é que podemos chegar a essa conclusão sem efetivamente dispor da informação adicional em questão (ou seja, a identificação do acaso objetivo não se rende a uma verificação empírica e depende de uma espécie de intuição prática racional).

Há nesses passos de Keynes cada vez mais rigor e, ao mesmo tempo, cada vez mais "transferência de peso" para uma dimensão que denominamos mais genericamente de CAMPO, irreduzível à subjetividade vulgar, constituindo um momento lógico em que nos convencemos de "ter boas razões" ou "inferir da nossa evidência":

"Resta decidir quais tipos de informação devem ser irrelevantes para a conexão, a ponto de estabelecer-se a presença do acaso objetivo." (CWVIII:318)

Não há princípios últimos com base nos quais tomar-se posição diante desse dilema:

"Quando atribuímos uma coincidência ao acaso objetivo, dizemos não apenas que não conhecemos efetivamente uma lei de conexão mas, falando grosseiramente, que não há lei de conexão para ser conhecida. E quando dizemos que a ocorrência de uma alternativa ao invés de outra é devida ao acaso, dizemos não apenas que não conhecemos o princípio pelo qual escolher entre as alternativas, mas também que um tal princípio não é cognoscível." (CWVIII:318)

A mesma relatividade do acaso frente ao conhecimento disponível e aos efeitos de conhecimentos adicionais pode ser extendida ao exame da aleatoriedade. Uma seleção é aleatória (ou "randômica") se cada membro selecionado o é através de um método que não proporciona quaisquer informações sobre o membro a ser selecionado. Ou seja, o conhecimento que se obtém através da seleção de cada membro é irrelevante para a questão de saber se o membro tem ou não a característica sob exame (ser um número par ou ímpar, por exemplo).

Nesses vários exemplos o que está em jogo é o conceito de relevância. Definir a relevância de uma evidência significa saber se ela é capaz de alterar o valor da probabilidade. Assim, o argumento x/h é comparado com x/h_1h . Não havendo campo para preferir uma alternativa a outra, $x/h = x/h_1h$ e a avaliação é de **irrelevância**. O problema que continua em aberto é o de poder-se

inclusive identificar quando e por quanto tempo (ou por quantas vezes) a verificação da relevância é possível ou necessária

(dada a urgência da ação).¹³⁹

Embora pareça tentador, não se pode assimilar a noção de provável como aquilo em que se pode acreditar racionalmente com a tese de que é racional acreditar que o provável é verdadeiro. Já sublinhamos como para Keynes certeza e verdade não se confundem (e nisso há uma clara tomada de posição ao lado de Wittgenstein contra Moore).

O mesmo cuidado deve prevalecer na distinção entre a noção de que o mais provável é preferível e a disposição a agir com base na hipótese mais provável. Isso porque **pode ser racional agir com base na hipótese menos provável se ela conduz a um benefício maior.**¹⁴⁰

Nesse ponto a teoria da probabilidade faz fronteira com a ética e Keynes se vê frente a frente com os jogos de linguagem típicos da análise wittgensteiniana da certeza e do seguir regras.

Na doutrina jesuíta do probabilismo, lembra Keynes, estava em jogo uma ética jurídica, em que a segurança aparecia antes do dever, estando os seus autores mais interessados na atribuição de responsabilidades. Já com a emergência do utilitarismo (lógica de Port Royal, 1662, Locke, Leibniz) a questão vai aos poucos tornando-se a de identificar os meios para se alcançar o máximo de benefícios, de agir com a maior convicção possível de se obter como consequência o Bem.

Keynes cita o argumento de Moore em *Principia Ethica*, onde afirma que a primeira dificuldade para se estabelecer a probabilidade de um curso de ação ser preferível a **necessidade de levar em consideração os efeitos comparados das alternativas tendo como perspectiva um futuro infinito.** Mas a pretensão de calcular os efeitos das ações só pode estar assegurada no máximo para um "futuro imediato".

139 O problema continua em aberto também porque Keynes considera dois conceitos complementares de relevância, o segundo dos quais exige a (ir)relevância não apenas de mais evidência como de outras proposições implícitas por uma dada evidência. Esse ponto foi abordado acima, no exame do conceito de peso de um argumento. O ponto é ressaltado por Runde (1990:278-9) que, entretanto, continua a discussão "ignorando o caso especial em que o acréscimo de evidência relevante deixa a probabilidade inalterada". Ora, embora Keynes procure sempre construir uma teoria positiva, é esse estado de alerta para os impasses que merece a nosso ver maior atenção (pois é a constatação desses impasses que, a meu juízo, levam Keynes para o terreno da Economia).

140 Ou seja, quanto maior o risco, maior o retorno.

"Devemos, portanto, certamente ter alguma razão para acreditar que nenhuma das consequências de nossa ação num futuro mais longínquo virá a reverter o saldo de benefícios que é provável no futuro que podemos antecipar. Este grande postulado deve ser enunciado, se é que vamos asseverar que os resultados de uma ação serão ao menos melhores que os de outra. Nossa completa ignorância do futuro distante em nada justifica dizer que seja ao menos provavelmente correto escolher o maior bem dentro dos confins de uma previsão provável." (Moore, citado em CWVIII:341)

Keynes acusa Moore de apoiar-se numa interpretação errada da probabilidade.

Para Moore não há sequer a **probabilidade** como resultado de não se ter certeza. Keynes aqui critica essa tomada de posição, embora ela pareça muito mais próxima à que depois surgirá na TG. Isso porque no TP Keynes admite a possibilidade de uma probabilidade inicial mesmo que a evidência seja limitada, uma vez que rejeita a teoria frequencial da probabilidade. Presume-se então que fazer bem a uma parte terá efeitos favoráveis sobre o todo. Sem essa hipótese (o bem parcial conduz ao bem geral ou total) não haveria razão, sequer provável, para preferir uma ação a outra. E aí surge uma opção ética-epistemológica, já identificada anteriormente por Keynes, cuja justificação não é nada trivial:

"Se por suposição o bem é sempre orgânico, seja a totalidade constituída de partes simultâneas ou consecutivas, tal hipótese não é facilmente justificada. O ponto é paralelo à questão de saber se a lei física é orgânica ou atômica (...)." (CWVIII:343)

A opção entre natureza orgânica ou atômica permanece problemática, passível de diferentes soluções alternativas e mesmo de combinações entre domínios atômicos e orgânicos - Keynes deixa o problema ético em aberto, como se não fosse se pronunciar a respeito. Entretanto, o pensamento de Keynes mostra ao mundo a dimensão ética da representação do valor.

Brady (1987) interpreta especificamente essa referência a Moore como opção de Keynes por uma visão de curto prazo. Por tratar-se de uma séria alteração do significado original da análise de Keynes, com importantes implicações para a definição do método econômico em Keynes, é importante determo-nos um pouco nesse detalhe.

Para Brady (1987:40), Keynes teria designado os intervalos de tempo como curto e longo prazo, ou seja, a natureza do intervalo de tempo teria sido introduzida nesse contexto do TP em que os argumentos de Moore são examinados, com a conclusão de que "as consequências de longo prazo são desconhecidas". Portanto, conclui Brady, a probabilidade é "guia da vida" mesmo nos mais incertos cursos de ação.¹⁴¹

Entretanto, a refutação de Moore por Keynes nada tem a ver com a definição de períodos de tempo, mas remete ao difícil dilema entre organicismo e atomismo. Ou seja, Keynes não descarta o problema moral identificado por Moore (calcular resultados prováveis de condutas cujo horizonte de consequências é um tempo infinito), apenas remete-o a uma questão mais fundamental cuja solução depende de intuições filosóficas básicas, não da imposição arbitrária de uma medida de tempo que dá aparência de visibilidade ao processo histórico (nesse sentido espacial de tempo, portanto, McTaggart tinha razão, ele não existe).

O problema não é de opção entre curto e longo prazo, mas de como a consideração moral do tempo infinito faz do "futuro imediato" de Moore uma série de instantes em que a urgência da ação nos força a apostar com base numa intuição das relações relevantes entre as partes e o todo. Retomando a citação algumas frases antes:

"As dificuldades que existem não se devem primordialmente (are not chiefly due) à nossa ignorância do futuro remoto. A possibilidade de sabermos que uma coisa mais que outra é nosso dever depende da suposição de que um benefício maior em qualquer parte produz, na ausência de evidência em contrário, um benefício maior no todo mais provável que a produzida por um benefício menor da parte. Supomos que o benefício de uma parte é favoravelmente relevante ao benefício do todo. Sem essa suposição não temos qualquer razão, nem mesmo uma provável, para preferir uma ação à outra qualquer sobre o todo. Se por suposição o bem é sempre orgânico, seja a totalidade constituída de partes simultâneas ou consecutivas, tal hipótese não é facilmente justificada. O ponto é paralelo à questão de saber se a lei física é orgânica ou atômica (...)." (CWVIII:342-3)141

Há portanto a reter desse entrechoque com Moore (independente de possíveis associações entre o conceito de peso evidencial e a TG) que a questão do "futuro infinito" não conduz a uma posição de "curto prazo" ou a um modelo de reavaliação permanente da evidência (nesse último caso, um comportamento racional padrão que se espera dos indivíduos em qualquer

141 Keynes prossegue: "Ainda assim podemos admitir que o benefício é parcialmente orgânico e ainda assim extrair conclusões prováveis. Pois as alternativas, ou o benefício de todo o universo ao longo do tempo ser orgânico ou o benefício do universo ser a soma aritmética do benefício de partes divisíveis infinitamente e infinitamente numerosas, não são exaustivas. Podemos supor que o benefício de pessoas conscientes é orgânico para toda personalidade individual e distinta. Ou podemos supor que, quando unidades conscientes estão em relação consciente, então a totalidade que precisamos tratar como orgânica inclui ambas as unidades. Estes são apenas exemplos. Devemos supor, em geral, que as unidades cujo benefício precisamos encarar como orgânico e indivisível nem sempre sejam maiores que aquelas cujo benefício podemos perceber e avaliar diretamente." (CWVIII:343) A definição da posição filosófica de Keynes, se organicista ou atômica, é objeto de uma polémica plenamente justificada pela cuidadosa ambiguidade desse trecho do TP.

situação), mas à identificação de um impasse metafísico entre organicismo e atomismo.¹⁴²

Esse impasse deve inclusive reconduzir o observador/agente ao horizonte de tempo infinito (se interpretarmos essa infinitude como incerteza, não como série tendendo a algum limite convergente), o que significa ainda que a questão dos "prazos" permanece em aberto.¹⁴³

Uma segunda crítica dirige-se contra a teoria ética "normal" (ou contemporânea, se é que há algo do gênero, ironiza Keynes), que sustenta a existência de "expectativas matemáticas", "graus de bondade numericamente mensuráveis e aritmeticamente aditivas" e "graus de probabilidade numericamente mensuráveis". Keynes discorda tanto da mensuração e sujeição dos benefícios às leis da aritmética (tema cuja discussão pormenorizada ele afasta nesse momento) quanto da idéia de que toda probabilidade seja mensurável e sujeita às leis da aritmética.

Mais ainda, a doutrina das "expectativas matemáticas"¹⁴⁴ (em termos mais familiares, "esperança matemática" enquanto produto de probabilidades por benefícios) ignora o argumento desenvolvido para o conceito de "pesos" dos argumentos (o quanto de evidência se dispõe para cada probabilidade), além de ignorar o elemento de "risco".

Como já observamos no desenrolar dos argumentos, Keynes faz o edifício de sua filosofia sobre uma intuição inescapável, que se faz pronunciar ainda mais intensamente no caso da decisão por cursos de ação:

"Se, portanto, a questão da conduta correta é sob todas as circunstâncias um problema determinado, deve sê-lo em virtude de um juízo intuitivo dirigido à situação como um todo, e não em virtude de uma dedução aritmética derivada de uma série de juízos separados dirigidos às alternativas individuais tratadas cada qual em isolamento.

¹⁴² Detalhe importante pois parte da releitura filosófica mais recente de Keynes faz de sua obra uma opção pelo organicismo.

¹⁴³ O problema a ser discutido quando da releitura da TG é portanto o de saber como o conceito de peso conduz ao de incerteza. Para Brady (1987:43) "o conceito de incerteza foi definido por Keynes para significar 'ter pouco ou nenhum peso'". A frase da TG que remete ao capítulo 6 do TP sobre peso dos argumentos, que apenas parece ser citada literalmente por Brady, merece maiores esclarecimentos: "Seria ingênuo (foolish), ao formarmos nossas expectativas, atribuir grande peso a questões que são muito incertas". Não é imediato que nesse frase Keynes associe incerteza a peso evidencial reduzido, o que ele faz é colocar em questão a própria atitude de atribuir peso evidencial ao que é incerto. A ambiguidade resulta da expressão "atribuir grande peso", quando o problema é o de atribuir qualquer peso.

¹⁴⁴ Keynes cita a proposta de Leibniz de aplicar o conceito no Direito, de sorte que dois litigantes pleiteando uma indenização pecuniária tivessem a soma dividida entre si de acordo com a probabilidade maior ou menor de estarem toda um deles com a razão.

Devemos aceitar a conclusão de que, se um bem é maior que outro, mas a probabilidade de alcançar o primeiro menor que a de alcançar o segundo, a questão que é nosso dever responder pode ser indeterminada, a não ser que partamos da suposição de possuímos o poder de fazer juízos quantitativos diretos tanto da probabilidade quanto dos benefícios conjuntamente. Pode-se ressaltar, ainda, que a dificuldade existe, seja como indeterminação numérica da probabilidade intrínseca, seja como valor numérico indeterminado, de acordo com a teoria frequencial e a maioria das outras teorias." (CWVIII:345)

Quanto à questão dos pesos dos argumentos, Keynes traz à tona o dilema da escolha entre duas probabilidades do mesmo grau mas com diferenças no "corpo de conhecimento" associado a cada uma:

"A questão me parece de causar alta perplexidade, e é difícil dizer-se muita coisa útil a seu respeito. Mas o grau de completude da informação sobre a qual a probabilidade é baseada parece ser relevante, tanto quanto a magnitude efetiva da probabilidade, na tomada prática de decisões." (CWVIII:346)

Finalmente, ao definir risco como uma situação em que a indesejabilidade de uma ação cresce mais que proporcionalmente à incerteza dela atingir sua finalidade, Keynes problematiza a própria noção de maximização de benefícios:

"De fato o significado do juízo segundo o qual devemos agir de modo a produzir mais provavelmente o máximo de benefícios não está perfeitamente claro. Significa isso que deveríamos agir de modo a maximizar a soma dos benefícios de cada uma das possíveis consequências de nossa ação multiplicada pela sua probabilidade? Os que se apóiam na concepção de "expectativa matemática" devem sustentar que essa é uma proposição indiscutível. (...) É certo que um bem maior, que é extremamente improvável, seja precisamente equivalente do ponto de vista ético a um bem menor que é proporcionalmente mais provável? Poderemos duvidar se acaso o valor moral de ações especulativas e cautelosas podem ser pesadas respectivamente umas contra as outras de modo aritméticamente simples, assim como já duvidamos se acaso um bem cuja probabilidade pode ser determinada sobre uma base estreita de evidência pode ser comparada pela mera magnitude dessa probabilidade frente a um outro bem cuja possibilidade é baseada num conhecimento mais completo." (CWVIII:346-7)145

145

Em suma Keynes, nisso seguindo pistas de D'Alembert, aponta para uma espécie de "falácia da composição" das esperanças matemáticas. E mais, mostra antecipadamente (ao menos do ponto de vista do leitor atual) uma dúvida frente à consequência ética e social de atitudes especulativas. Finalmente, antecipando observações que retomamos adiante, o raciocínio pode ser traduzido também na máxima de que não se pode adotar facilmente na "conduta" teórica a opção pelo equilíbrio (bem maior porém com probabilidade remotíssima e evidência escassa) frente às decisões concernentes ao "futuro imediato" (no sentido ético de Moore e não de prazos econômicos arbitrários), que produzem um bem menor porém mais provável

Não significa essa comparação que Keynes opte a priori pela ação mais cautelosa, ele apenas explicita as bases precárias sobre as quais seria possível fazer a opção e ao mesmo tempo manter-se racional.¹⁴⁶ Seria possível talvez construir-se um índice composto de peso e risco,

"(...) mas se há dúvidas sobre a suficiência do conceito de "expectativa matemática" é possível que a solução não esteja (...) na descoberta de alguma função de probabilidade mais complicada com a qual compor o bem proposto. Os juízos de benefícios (goodness) e de probabilidade envolvem ambos em algum ponto um elemento de apreensão direta, e ambos são quantitativos. Levantamos uma dúvida quanto à magnitude da "imperiosidade" (oughtness) de uma ação poder ser em todos os casos diretamente determinada simplesmente multiplicando conjuntamente as magnitudes obtidas em dois juízos diretos; sendo que um novo juízo direto pode ser requerido, com respeito à magnitude dessa "imperiosidade" de uma ação sob certas circunstâncias, que não tenha nenhuma relação direta com os dois primeiros." (CWWIII:349)

Não se trata meramente de negar a validade da quantificação e sim de reconhecer que há um momento lógico nos mais legítimos juízos de quantificação probabilística em que se torna necessária uma nova apreensão direta, cuja natureza pode ser posta em dúvida tanto quanto no caso das finalidades cuja viabilidade, imperiosidade ou desejabilidade se está tentando justamente fundamentar.

"A esperança, que animou muitos investigadores ao longo do século 19, de gradualmente converter as ciências morais ao raciocínio matemático, retrocede firmemente - se entendemos por matemática, como eles o faziam, a introdução de métodos numéricos precisos. As velhas suposições, de que toda quantidade é numérica e de que todas as características quantitativas são aditivas, não pode mais ser sustentada. O raciocínio matemático agora aparece como auxiliar mais pelo seu caráter simbólico que pelo seu caráter numérico. Eu, pelo menos, não tenho a mesma esperança vivaz que Condorcet, ou mesmo Edgeworth, "éclairer les Sciences morales et politiques par le flambeau de l'Algèbre".¹⁴⁷ No caso presente, mesmo se formos capazes de arranjar os benefícios em ordem de magnitude e também suas probabilidades em ordem de magnitude, ainda

e de evidências verificáveis.

146 Keynes apresenta também uma definição de risco como a probabilidade de que um sacrifício seja feito em vão multiplicada pela esperança matemática, dizendo que a teoria comum admite apenas que o valor ético de uma expectativa é função apenas da esperança e não do risco.

147 "Esclarecer as Ciências morais e políticas com a tocha da Álgebra", em francês no original. Note-se também o uso de Keynes da expressão "ciências morais", sem maiúscula.

assim não se segue que possamos arranjar os produtos compostos de cada benefício e sua probabilidade nessa ordem." (CWVIII:349)

A probabilidade, adverte Keynes, começa e termina com a probabilidade, sem que se possa estar verdadeiramente seguro quanto à verdade do argumento ou da conduta que, a pretexto de sermos racionais, decidimos com base numa probabilidade. Essa incerteza teórica associa-se a um olhar ético (uma ótica).

Instala-se de modo recorrente, numa espécie de **moto perpetuo** de conexões probabilísticas que, em algum momento (o da ação), precisa ser interrompido através do que nesse momento Keynes aceita como uma intuição ou apreensão direta. O exame das situações de aposta e dos paradoxos associados à relação entre indivíduo e coletivo nessas situações são exemplares. Se numa loteria ou numa Bolsa alguém ganha, naturalmente ao mesmo tempo alguém deve estar perdendo.

Nesse confronto entre o individual e o coletivo (que é, no limite, apenas outra forma de expressão do paradoxo entre evidência, caso, evento ou instância, de um lado, e generalizações e induções, de outro), há duas situações-limite. No exemplo tomado a D'Alembert, Keynes retoma um de seus temas preferidos, a eugenia. Suponhamos que os membros de uma certa classe causem em média um prejuízo M à sociedade, e que os desmandos dos membros dessa classe desviem-se mais ou menos de M em montantes cuja média é D . Quanto menor D , argumentava Galton num tratado sobre a probabilidade como fundamentação da eugenia, mais forte a justificação para medidas drásticas contra a propagação dessa classe.

"O uso de tais argumentos parece envolver uma qualificação da doutrina ética simples de que a ação correta deveria maximizar a soma dos benefícios das várias consequências individuais, cada uma multiplicada pela sua probabilidade." (CWVIII:354)

O "risco moral" coloca portanto em evidência situações em que o cálculo de probabilidade merece importantes qualificações. Tão importante quanto a eugenia, é a responsabilidade social da especulação financeira que já aparece no TP como motivo de preocupação:

"A fórmula de Bernoulli cristaliza a verdade indubitável de que o valor de uma soma de dinheiro para um homem varia de acordo com o montante que ele já possui. Mas variará também o valor de um montante de benefício (goodness) dessa maneira? Poderá não ser verdadeiro que a adição de um dado bem a um homem que já usufrui de muito é pior que a sua concessão a um homem que possui pouco? Se este for o caso, segue-se que um bem menor mas relativamente certo é melhor que um bem maior mas proporcionalmente mais incerto.

Para asseverar isso, temos apenas que aceitar uma teoria particular da bondade orgânica, cujas aplicações são bastante comuns nas bocas dos filósofos políticos. É a raiz de todos os princípios de igualdade, que não

surgem a partir de uma suposta utilidade marginal decrescente do dinheiro." (CWVIII:353-4)148

Assim como no caso das apostas, em que um homem pobre está em desvantagem frente a um homem rico, ou em que o benefício de um pequeno ganho para o rico num jogo é menor que o dano causado ao pobre que perde no mesmo jogo (ou seja, de quem o rico toma), a soma de todas as partes de uma comunidade tomada em conjunto sendo fixa:

"(...) o bem orgânico da totalidade é maior quanto mais igualmente os benefícios sejam divididos entre os indivíduos. Se a doutrina for aceita, riscos morais, assim como riscos financeiros, não devem ser assumidos a não ser que prometam um lucro atuarial." (CWVIII:354)

Ou seja, o uso da probabilidade pode tornar-se limitado como guia da conduta quando surge um paradoxo entre o individual e o coletivo, pois o bem "infinito" ou "muito grande" não é facilmente derivado do cálculo de benefícios marginais individuais. Não é difícil enxergar aqui as sementes das preocupações "macroeconômicas" futuras de Keynes.

Vemos portanto vários casos em que o conceito de probabilidade chega a um impasse, não no sentido de se tornar inviável ou inalcançável, mas no sentido de forçar uma mudança de plano, um deslocamento linguístico em direção a algo que parece plausível descrever como um campo wittgensteiniano.

Assim, uma probabilidade remete a um peso de argumento, o peso associa-se à relevância ou irrelevância da evidência, o risco não é o mesmo para quem é pequeno ou grande, ou conforme varie o grau de distribuição de benefícios entre as partes de que parte um determinado sistema, ou da completude de um sistema de conhecimento, ou de hipóteses sobre a natureza ontológica do universo, e assim por diante, numa reposição prática de regras pressupostas.¹⁴⁹

148 Nota minha: Keynes cita alguns parágrafos antes a contribuição histórica de Daniel Bernoulli como primeira tentativa explícita de levar em consideração a "importante concepção conhecida dos economistas modernos como a utilidade marginal decrescente do dinheiro". (CWVIII:351)

149 Runde (1990:285) afirma que "na maioria das situações práticas (...) qualquer evidência que usemos como premissas nas estimativas de probabilidade irão envolver certas suposições", podendo-se portanto duvidar não "da relação de probabilidade em si mesma, mas da sua utilidade na aplicação", o que faria dessa probabilidade um guia desacreditado para a ação. O que Runde (1990) não afirma, como a maioria dos autores nesse debate, é que essa conclusão ao mesmo tempo decorrendo da opção de Keynes por uma teoria lógica da probabilidade torna seu projeto de certa forma inviável. De que me vale uma teoria da probabilidade que demonstra a inutilidade prática da mesma em situações relevantes? Há aqui uma ambiguidade do significado da obra de Keynes, talvez uma das explicações para a demora na sua publicação, suas dificuldades acadêmicas e até a desistência de Keynes frente à filosofia, mas ao mesmo tempo a melhor justificativa para o enfoque ético filosófico adotado

* * * *

Antes de passarmos a uma avaliação mais ampla do significado do TP e dos debates em torno da obra, é interessante resumir alguns dos posicionamentos mais marcantes que a leitura do original por si mesma deixa entrever:

- o modelo da "crença racional" é sua inquietação central,
- Keynes dirige seu interesse aos argumentos que são racionais mas não conclusivos,
- há um corpo de conhecimento direto que constitui nossas premissas últimas,
- faz parte desse conhecimento direto a identificação de relações de probabilidade intuitivas, cuja objetividade se comprova pela elaboração de uma lógica probabilística,
- a probabilidade lida com um grau de crença racional inferior à certeza, ou com graus de certeza, mas não com graus de verdade,
- são possíveis probabilidades incomensuráveis,
- nem toda probabilidade é mensurável e nem todas as probabilidades são comparáveis,
- quando as probabilidades são comensuráveis e comparáveis, essas operações dependem de um padrão de comparação prévio e arbitrário e não de um fundamento lógico totalmente universal,
- portanto a probabilidade é um conceito lógico fundamental e indefinível, mas que remete a impasses de ordem ética,
- um estado de expectativas em contexto de completa ignorância pode ser representado como uma forma indefinida,

por Keynes como economista.

- ao se acrescentar evidência a um argumento, sua probabilidade pode aumentar ou não, mas o seu "peso" sempre aumentará, o que significa que um argumento de maior peso não deve ser tomado como mais provável,

- é a urgência da ação que impede tomar-se o aumento do peso como critério indiscutível ou salvaguarda da probabilidade de um argumento,

- a força de uma generalização aumenta na medida em que variando as condições observadas para cada instância ainda assim o resultado (o argumento) tiver sustentação, de modo que um aumento no número de experimentos só tem valor se a cada novo experimento as condições são alteradas, surgindo o conhecimento a partir da diferença, da mudança ou variabilidade das condições e não da repetição mecânica das mesmas condições de observação,

- Keynes procura um terreno intermediário entre o realismo e a metafísica transcendental, assim como entre atomismo e organicismo, em que o "conhecimento provável" é real e propicia um "novo método de argumentação" para as discussões metafísicas,

- a certeza pode consistir numa forma de irracionalidade,

- ao sugerir que o conceito de causa também exige uma identificação dos limites ou padrões de conhecimento (na prática usa-se o termo **causa** onde **hipótese** seria mais apropriado), Keynes elabora uma noção de causa que articula hipoteticamente **experiência e expectativas** e não fatos atômicos a fatos atômicos,

- o acaso objetivo pode consistir em fenômenos aos quais se poderia associar uma causa muito pequena que escapa à nossa atenção mas determina um efeito significativo, uma coincidência de causas muito numerosas ou complexas ou ainda uma ocorrência de séries causais distintas,

- o casual define-se, portanto, como a irrelevância de qualquer nova informação para alterar o caráter casual da expectativa associada a um fenômeno,

- apenas defendendo uma intuição inicial da probabilidade Keynes afasta a tese de Moore de que uma conduta que tome o tempo infinito como referência exclui cálculos probabilísticos de qualquer espécie, o impasse revela entretanto mais uma instância onde o problema lógico depara-se com a dúvida ética,

- mesmo no terreno da conduta orientada pela probabilidade, pode-se refutar de várias formas o conceito de esperança matemática ("expectativa matemática" na linguagem de Keynes no original), especialmente se o conceito de "risco moral" é introduzido,

- os juízos que tentam a maximização de benefícios usando a probabilidade envolvem em algum momento o retorno a algum elemento de apreensão direta,

- critica-se a esperança típica do século 19 de gradualmente converter as ciências morais ao raciocínio matemático,

- o uso da probabilidade pode ainda tornar-se limitado como guia da conduta quando surge um paradoxo entre o individual e o coletivo, pois o bem "infinito" ou "muito grande" não é facilmente derivado do cálculo de benefícios marginais individuais.

Entretanto, esse conjunto de posições de Keynes não deve conduzir à idéia de que o TP é uma obra isenta de dilemas e tensões capazes de alimentar uma prolífica polêmica entre intérpretes. Entre essas tensões do **campo de debate** podemos salientar as seguintes:

- a probabilidade é uma relação lógica que envolve a busca de evidência, mas ao mesmo tempo é uma forma da intuição anterior logicamente à busca de evidência, ou seja, a probabilidade é uma relação entre uma conclusão e hipóteses e ao mesmo tempo uma intuição formal a que tem acesso a mente humana racional (ou ainda, num argumento probabilístico temos o conhecimento de uma proposição x e ao mesmo tempo o conhecimento de um argumento que envolve essa proposição ($x/h=p$), e usar um argumento dessa forma é uma crença racional,¹⁵⁰

- a probabilidade está envolvida com a obtenção de evidência, mas embora o aumento de peso de um argumento envolva reavaliação e aumento da evidência, pode não alterar um valor de probabilidade de um argumento, ou seja, pode ser ou não relevante, o que joga novamente a probabilidade sob a condição de racionalidade possível e limitada dada a urgência da ação,¹⁵¹

- entre o argumento de probabilidade e o peso do argumento estabelece-se ainda um terreno pragmático que é o da reavaliação qualitativa do conhecimento, reavaliação **indecidível** fora do terreno do que na filosofia tradicional ficava relegado à metafísica (Ética e Estética, por exemplo) ou à oposição entre uma concepção orgânica ou atomística do universo.

150 Há portanto simultaneamente um nível linguístico e um nível metalinguístico, embora esse nível metalinguístico corresponda também a uma intuição que temos do mundo real ou ainda, usando a linguagem de Lescourret, uma combinação do descritivo e do constitutivo no campo gramatical.

151 Ocorreria algo como um reforço metalinguístico do argumento, efeito que retoricamente tem efeitos persuasivos.

Críticas a Keynes

Como advertido na seção anterior, passamos agora a um exame mais aberto do TP e dos conflitos entre as interpretações dadas à obra.

Os principais temas de natureza mais geral em torno do TP são:

1. classificação da posição filosófica de Keynes, seja com relação ao tema mais específico, a probabilidade, seja em termos mais amplos,
2. relação entre o TP e o resto da obra econômica de Keynes (continuidade X ruptura), especialmente com a TG,
3. qualificação da herança filosófica carreada para a obra econômica.

Tanto a primeira quanto a terceira questão naturalmente dependem de uma avaliação não apenas do TP, mas também de outros escritos e principalmente das tomadas de posição políticas de Keynes. Portanto por ora trataremos de avançar apenas parcialmente nessas respostas, deixando para mais tarde uma qualificação mais completa, levando em conta outros escritos filosóficos e principalmente a obra econômica.

O primeiro tema mais amplo diz respeito à própria classificação da posição filosófica de Keynes (inicialmente, pelo menos como decorrência de suas análises no TP). O único consenso é tratar-se da busca de uma posição diferente da tradição, mas esse consenso nada mais faz que animar uma polêmica sobre o sentido exato dessa "busca".

Recorro inicialmente a uma caracterização mais ampla do debate sobre probabilidade em Cambridge, para a seguir apresentar algumas das importantes tomadas de posição mais recentes sobre o tema. Finalmente, identifico uma solução ou pista para o sentido desse debate consistente com uma interpretação nova da mensagem de Keynes.

O ponto de referência inicial para a avaliação do significado do TP no pensamento de Keynes é a discordância entre Keynes e Ramsey.¹⁵² Segundo Bateman (1987), trata-se inclusive de um primeiro importante ponto de inflexão na concepção de probabilidade defendida por Keynes.

Na resenha póstuma do artigo de Ramsey em 1931 Keynes dizia-se disposto a abandonar sua própria tese e concordar com Ramsey no caráter não objetivo das relações envolvidas nos argumentos de probabilidade, que teriam por referência "graus de crença".

Para Ramsey o cálculo de probabilidades resume-se a um conjunto de regras que assegurem a coerência de nossas crenças, mas não necessariamente a coerência ou convergência entre as crenças de vários indivíduos. Sustentar graus de crença distintos com base na mesma informação disponível, segundo Ramsey, não seria irracional e menos ainda incompatível com a formalização de um cálculo de probabilidades.

"Mas a base de nossos graus de crença - ou as probabilidades a priori, como se costumava chamá-las - é parte de nossos apetrechos humanos, recebida talvez meramente através da seleção natural, análoga às nossas percepções e memórias mais que à lógica formal. Até aí eu me rendo a Ramsey - penso que está correto." (CWX:338-9)

De outro lado, Keynes ainda se recusava, frente a Ramsey, a aceitar que graus de crença subjetivos consistentes fossem por isso **racionais**, renegando qualquer visão que reduzisse o princípio de indução apenas a um "útil hábito mental".¹⁵³

A racionalidade da probabilidade em Keynes está na **construção** necessária de uma inferência lógica a a partir de uma dada evidência ou informação, enquanto para Ramsey a racionalidade se reduz à aplicação da lógica formal ao cálculo usado por cada indivíduo disposto a fazer uma aposta, garantindo-lhe consistência interna.¹⁵⁴

Ou seja, em Keynes o recurso à evidência (a definição do campo) já é um passo integral da racionalidade, enquanto em Ramsey, dada a evidência ou

152 O ensaio em que Ramsey critica Keynes fora escrito em 1926, mas foi publicado apenas em 1931 e a resposta de Keynes assumiu o tom de uma homenagem póstuma. Keynes não respondeu por escrito a nenhum dos comentários críticos ao TP (Russell, Sanger, Nicod, Jeffreys). Ramsey era muito próximo a Keynes e morreu aos 26 anos em 1930. Foi Apóstolo, tradutor de Wittgenstein e filho de um veterano professor de Cambridge.

153 (CWX:339).

154 Bateman (1987:107-8).

uma disposição a apostar numa crença, restaria confinar a lógica e a racionalidade ao que se faz dada a aposta e a crença.

Keynes pretendia que a própria crença fosse racional e incluía no impasse da racionalidade o drama de se partir de uma evidência que a rigor nunca se sabe até que ponto é suficiente. O "grau" de racionalidade liga-se em Keynes ao que está no "fundo" do problema da indução, a necessidade de nos depararmos com um mundo que nos força à opção entre atomismo e holismo, independência e organicidade, teoria e prática.

Pode-se até mesmo chegar à constatação, como faz Keynes no TP, de que esse "grau" não é mensurável, mas que se fale em "grau" é indício de que, nos nossos termos, trata-se de uma totalização (incompleta), isto é, da armação de um jogo num campo.

Ou seja, e aqui é importante entender completamente a diferença entre Keynes e Ramsey, Keynes aceita que a probabilidade não seja objetiva no sentido de relações entre proposições, aceitando que "relações entre proposições" é coisa que se atina à lógica formal e à verificação de consistência dos cálculos. Mas isso não autoriza a queda na posição subjetiva, porque quando se fala em **indução** e não apenas em **probabilidade** entra-se no terreno movediço da epistemologia e da ontologia, no qual Keynes não estava disposto a abraçar as posições tradicionais da metafísica herdada (percebendo inclusive a contaminação dessa herança no logicismo de Cambridge, como de resto faria o próprio Wittgenstein).

Novamente, o teor dessa discordância remete a questões de natureza ética. Ramsey procurava distinguir entre avaliações subjetivas de utilidade da utilidade num sentido ético, mas Keynes encarava essas avaliações como irracionais (até pelo menos 1938).¹⁵⁵

Keynes vai ao ponto de aceitar algum pragmatismo na definição de probabilidade, mas sabe que não é possível dar a última palavra com relação à questão da racionalidade simplesmente reduzindo a questão da "aposta" a uma disposição subjetiva do agente. Bateman (1987) pode ter razão no que se refere a uma mudança de posição quanto à definição de probabilidade, mas falsifica e desvia o eixo do debate ao periodizar a evolução filosófica de Keynes com base apenas no conceito de probabilidade sem explicitar que o impasse da indução era o problema maior com o qual Keynes se debatia.¹⁵⁶

155 Ramsey sustentava ainda que tanto a probabilidade aleatória quanto a epistêmica seriam válidas, pois aplicadas a fenômenos distintos.

156 Uma forma recente de recolocar o problema que nos parece coincidente com o espírito de Keynes foi dada por Feyerabend (1981), para quem o enfraquecimento progressivo do problema da indução, de uma questão de verdade para uma de sensatez (modificação da hipótese de generalização) conduz ao bom resultado de democratização das pretensões de generalização, a um pluralismo metodológico que o próprio Feyerabend viria designar como anárquico. Do nosso ponto de vista essa tomada de posição coincide e reforça nossa

A admiração de Keynes por Ramsey não significava apenas essa disposição a requalificar o conceito de probabilidade. Keynes (CWX, cap.29) apresenta uma seleção de aforismos de Ramsey escolhidos a dedo como exemplos a admirar (e neles ouve-se com nitidez a melodia wittgensteiniana). ReproduzÍ-los aqui pode ser sugestivo da forma como outros temas inquietavam a mente de Keynes:

- tendo definido a filosofia como um sistema de definições ou de regras para o uso de definições (descrições de como dar definições), Ramsey afirma contra Moore que essas definições e regras não visam a explicar o significado até então atribuído às proposições, mas sim a mostrar "como pretendemos usá-las no futuro", ou seja, a reflexão filosófica sobre definições pode transformar o uso futuro já que "significado é principalmente potencial", suas mudanças sendo perceptíveis apenas em ocasiões raras e críticas, ou seja, a tarefa da filosofia está numa espécie de preparo para o futuro, ou preparo para o uso futuro de regras ou ainda o aprendizado de regras que nos preparem para mudanças futuras raras e críticas,

- toda a idéia de entender o significado de uma definição tem por referência uma variedade de performances que podem falhar e assim mesmo ser reiteradas,

- esse pragmatismo ou definição do significado por referência a uma performance indica que na explicação das regras de uso transferimos nossa atenção dos objetos sobre os quais falamos para os "estados mentais" em que estamos ao tentar falar sobre os objetos,

- ainda, com impacto direto sobre problemas que como vimos ocupavam os idealistas ingleses e os seus críticos, Ramsey afirma que "não podemos ganhar clareza sobre esses termos e definições sem ganhar clareza sobre significado, e parece que nos enredamos na situação em que não podemos entender, e.g. o que dizemos sobre o tempo e o mundo exterior sem primeiro entender significado, mas, ainda, não podemos entender significado sem primeiro entender o tempo e provavelmente o mundo exterior que estão envolvidos nisso. Portanto não podemos fazer nossa filosofia progredir ordenadamente rumo a uma meta, mas temos que atacar nossos problemas como um todo e saltar a uma solução simultânea, que terá como que a natureza de uma hipótese, pois deveremos aceitá-la não como consequência

insistência dos impasses éticos da lógica, pano de fundo em Keynes e Wittgenstein. O encaminhamento de Feyerabend é também consistente com o princípio da universalidade defendido por Habermas e que discutimos adiante.

de um argumento direto, mas como a única concebível capaz de satisfazer nossas várias exigências",157

- ao invés de "argumento", deve falar-se em filosofia de "inferência linear" como um processo de esclarecimento progressivo que entretanto nunca chega ao fim, de sorte que podemos esclarecer mas nada é inteiramente claro,

- "o principal perigo para nossa filosofia, aparte a preguiça e obscuridade, é o escolasticismo, cuja essência é tratar o que é vago como se fosse preciso tentando encaixá-lo numa categoria lógica exata",158

- dizer que a linguagem impede o uso ilógico de proposições ou que é impossível pensar illogicamente, como diria Wittgenstein, é o mesmo que dizer que é impossível quebrar as regras do bridge porque se se as quebrar não se estará jogando mais bridge mas não-bridge,

- raramente ou nunca se discute "questões psicológicas fundamentais" e ao invés de discutir apenas comparamos nossas experiências variadas, coisa que não é discutir,

- conclui Ramsey portanto que nada há realmente para discutir, "e essa conclusão corresponde a um sentimento que tenho sobre a própria conversação ordinária", afetada por um fenômeno novo surgido no século 19 que é de um lado o avanço da ciência e de outro a decadência da religião, de modo que as velhas questões tornaram-se ou técnicas ou ridículas,159

- numa visão do mundo (*Weltanschauung*) interessa "o que eu sinto" não "em que eu acredito",

- meu retrato do mundo é desenhado em perspectiva e não como um modelo em escala.

157 (CWX:342). Uma tomada de posição que não deixa de revelar ressonâncias da posição holista (mas não organicista) assumida por Bradley. Essa idéia ramseyana de um salto na simultaneidade como constitutivo da situação em que damos conta "de nossas exigências" parece-me fundamental. É a chave de minha própria interpretação da representação keynesiana da economia, onde a sincronia do assincrânico se resolve na sincronicidade do campo da política econômica.

158 (CWX:343).

159 Contraste-se o desdém progressivo pela conversação confessado por Ramsey com o gosto bloomsburyano pela conversação em torno da pergunta "o que você realmente quer dizer com X?".

O conceito de probabilidade

"A tese de Keynes, segundo a qual certas relações de probabilidade são mensuráveis e outras não conduz a dificuldades intoleráveis sem quaisquer vantagens compensatórias." (R.B. Braithwaite, Prefácio de 1972 ao TP)

"(...) um ponto essencial para o qual chamaria sua atenção é que, na minha teoria da probabilidade, as próprias probabilidades não são numéricas, independentemente de seu peso ou valor. De modo que, mesmo à parte a questão particular do peso, a substituição por um valor numérico exige discussão.

Mais ainda, o problema econômico é naturalmente apenas um departamento particular dos princípios gerais da conduta, embora particularmente notável porque parece incorporar estimativas numéricas. Presume-se chegar a estimativas numéricas por algum sistema de organização de decisões alternativas em ordem de preferência, algumas das quais fornecerão uma norma por serem numéricas. Mas isso ainda descuida de milhões de casos em que não se pode organizar uma ordem de preferência. Tomadas todas as providências, há um elemento de arbitrariedade na situação." (CWXXIX:289)160

O contraponto entre o teor da observação de Braithwaite e o conteúdo da carta de Keynes a Townshend ilustra bem como retomar o TP pode ser insuficiente mesmo para quem já se coloca na pista de sua influência sobre a obra econômica de Keynes.

A tese de Keynes sobre a mensurabilidade restrita do conceito de probabilidade, assim como da incomensurabilidade e mesmo incomparabilidade entre probabilidades é considerada por outros autores como uma pedra de toque da inovação do pensamento de Keynes no próprio domínio da teoria da probabilidade, o que dizer de suas possíveis ramificações no terreno da economia.¹⁶¹ Na realidade, as polêmicas situam-se no que se pode designar como propriedades "extra-matemáticas" da probabilidade e da interpretação que delas se faça.¹⁶²

160 Carta a H. Townshend na qual Keynes comenta observações sobre o lançamento de *Expectations, Investment and Income* (1938), de G.L.S. Shackle. A resenha do livro por Townshend seria publicada no *Economic Journal* de setembro de 1938.

161 Compensar peso e probabilidades ignorando as dificuldades apontadas por Keynes consiste num "sofisma ordinalista". Georgescu-Roegen (1966:241-75)

162 Arrous (1982:841).

Parte importante das objeções a Keynes dizem respeito às limitações formais e conceituais de sua definição, que é incapaz de romper definitivamente o cerco ceticista de Hume (embora, como vimos, provoque uma "inversão" preservando o "núcleo racional" de Hume).

Mas é verdade também que outras propostas mais rigorosas formalmente, como a de Carnap, enredaram-se em dificuldades também intransponíveis. Torna-se portanto relevante não apenas entender os limites da proposta de Keynes na evolução da filosofia moderna das probabilidades, mas também identificar como seus impasses e limites pela própria natureza revelam aspectos cruciais da obra econômica, senão a própria migração de Keynes para o campo da Economia.

Antes mesmo de ingressar no repertório dessas limitações, cabe resgatar uma definição muito simples do paradoxo posto pelo estudo das probabilidades, definição sublinhada por Shackle (1976:398):

"o paradoxo da probabilidade como meio de descrever a conduta de um sistema físico é que requer do sistema ao mesmo tempo ser imutável e variar".

Parece-me que essa definição da "conduta de um sistema físico" também informa a visão que se pretende construir da "conduta de um sistema social", o que nos coloca de frente para o projeto político de Keynes, que frequentemente foi descrito de modo simplório como a "preservação do capitalismo" apesar das mudanças e crises. Ou talvez através das crises, da variação. Essa atitude "conservadora", como se sabe, não significa necessariamente falsificação ideológica da realidade histórica, mas talvez uma agudeza de espírito para identificar o que é rígido, ao invés de permanente, assim como o que varia perigosamente, ao invés de adaptar-se com flexibilidade.¹⁶³ Tratare-

163 De outro lado, é o abandono da probabilidade como referência para o processo econômico relevante (e perigoso) que revela indiretamente uma compreensão ampliada desse processo, especialmente de sua natureza dinâmica, cumulativa e irreversível. Atente-se, por exemplo, para a extensão que o próprio Shackle (1976:399) indica: "Uma variação de um caso a outro, em algum detalhe particular, não deve conduzir a uma variação maior desse detalhe do segundo para o terceiro caso e ainda maior entre o terceiro e o quarto, e assim sucessivamente. Ou seja, não deve existir nenhuma tendência a um processo auto-reforçante ou cumulativo. (...) Em poucas palavras, o sistema não pode ter tendência inerente a explodir. Nem deve ser inerentemente evolutivo. Podemos conceber um sistema (como o de qualquer população de seres vivos) que tivesse como parte constituinte um mecanismo de mudança imprevisível em alguns traços de seu desenho que fosse pertinente aos resultados de suas execuções." O problema de fundo, mais uma vez, é a identificação da mudança relevante ou da novidade que efetivamente escape ao "desenho" do sistema. O tema é particularmente oportuno para os debates históricos em que se associa o surgimento de uma nova "etapa" à irrupção de uma novidade surpreendente (por exemplo, inovações financeiras e organizacionais). Resta saber, sempre, até que ponto no capitalismo essas "novidades" são novidades históricas autênticas (caso se aceite que elas existam) ou variações "pertinentes aos resultados" de execução do desenho sistêmico.

mos de várias dificuldades associadas ao TP, com o intuito de procurar iluminações como essa para a obra econômica de Keynes.

A empreitada de avaliar o TP tendo como referência crítica a literatura posterior, seja em filosofia da probabilidade, seja sobre as relações entre essa filosofia e uma teoria econômica, esbarra de imediato em previsíveis conflitos terminológicos, esquemas classificatórios incongruentes e definições divergentes para um mesmo termo ou corrente. Ao contrário do que transparece nos manuais de estatística básica, há uma autêntica indecisão no plano dos fundamentos.¹⁶⁴

Hacking (1975) afirma que existem apenas duas idéias básicas do que seja a probabilidade:

1. **aleatória**¹⁶⁵, em que a probabilidade de um evento é a frequência de sua ocorrência no longo prazo (long-run frequency of occurrence), concepção baseada na proporção, percentagem ou fração de vezes em que um evento ocorre ao longo de tentativas experimentais repetidas,

2. **epistêmica**, em que interessa o grau de crença numa hipótese dada certa evidência, concepção baseada no fato de que em muitos eventos não se coloca a repetição de tentativas mas sim uma estimativa que depende do conhecimento da relação entre hipótese e evidência.

A essa dicotomia adiciona-se a oposição entre concepções objetiva e subjetiva da probabilidade. Na primeira, as probabilidades são únicas e têm o mesmo valor para todos os indivíduos com a mesma informação. Na segunda é o indivíduo que as atribui, indivíduos com a mesma informação podendo atingir valores distintos de probabilidade para um mesmo argumento.¹⁶⁶

Examinemos a interpretação de Bateman (1987). Keynes teria sido, na sua opinião, um defensor da concepção **epistêmica objetiva**. A natureza objetiva estaria baseada na **existência efetiva de relações lógicas**, não em qualquer espécie de **concordância intersubjetiva**. Uma possível influência nesse sentido teria sido Moore, para quem o bem inerente numa coisa ou ação era uma quantidade objetivamente cognoscível. Moore teria sido partidário de

164 Bateman (1987:99) faz referência à "pletora de definições", citando a objetiva, subjetiva, lógica, racional, científica, intuitiva, tipo 1, tipo 2, axiomática, pessoal, física, psicológica e frequencial.

165 alea é a palavra latina para jogo de azar.

166 Bateman (1987:99-100) alerta que ter uma visão "epistêmica" não é sinônimo de "subjetiva", nem "aleatória" de "objetiva".

um utilitarismo normativo (*rule utilitarianism*), enquanto Keynes buscava um utilitarismo procedimental (*act utilitarianism*).¹⁶⁷

Aceita a definição objetiva da probabilidade epistêmica, Bateman salienta a importância desse resultado para uma apresentação formalizada do processo de **indução universal**, em que a informação condicionante é dada pela probabilidade inicial da generalização mais a probabilidade inicial de se observar *n* vezes algo que pode ser falso. A indução trata, portanto, de um processo de revisão de expectativas em que se parte da demonstração de que uma generalização ganha força apenas pela observação de uma instância imprevista da generalização (uma instância que não estivesse garantida pelos dados e observações anteriores), o que vimos acima como a discussão feita por Keynes do conceito de **analogia negativa**.¹⁶⁸ Tanto a indução universal quanto a indução correlativa (probabilidades de frequências relativas) dependem dessa noção de analogia negativa.¹⁶⁹

Entretanto, se houver uma significativa estabilidade nas frequências relativas das várias séries, torna-se cada vez mais difícil diferenciar entre as probabilidades e as frequências relativas. Para Bateman (1987:104-5), isso é sinal de que haveria uma disposição em Keynes para aceitar a definição aleatória de probabilidade, especialmente com o avanço das ciências naturais revelando aquela estabilidade nas suas proposições sobre a realidade (daí a referência a Quetelet na página final do TP).¹⁷⁰ Entretanto, a primeira mudança na visão de Keynes da probabilidade seria uma reação a Ramsey, e não uma tomada de posição favorável à concepção aleatória.

Mas se Keynes se dispunha a recuar para uma posição mais nitidamente subjetivista, ficava em suspenso a questão da racionalidade, já que por "objetivo" Keynes entendia exatamente o caráter de relação lógica da probabilidade. Como aceitar o subjetivismo sem cair na decorrência de que a probabilidade é aleatória e não epistêmica? Em outras palavras, como pode a probabilidade ser epistêmica sem ser objetiva (ou subjetiva sem ser aleatória)? Ou ainda, como encontrar **lógica na realidade** e não apenas na

167 Tratar-se-ia de uma discussão sobre o capítulo 5 do *Principia Ethica*, tentada pela primeira vez por Keynes num trabalho de graduação intitulado "A Ética com relação à Conduta", mesmo título do referido capítulo de Moore. Bateman (1987:101) remete ainda a Skidelski (1983:152-4). Mais adiante retomamos as implicações éticas do TP.

168 Ou seja, pode haver uma aproximação à certeza (probabilidade 1) quando ocorre a observação de uma instância que ocorra em circunstâncias não observadas anteriormente, com a emergência de instâncias novas e inesperadas. Esse foi o resultado elogiado por Russell (1922) em sua resenha do TP. Bateman (1987:102-3).

169 Uma série de tentativas define uma frequência relativa. Mas a probabilidade dessa frequência depende dela própria ser repetida, ou seja, da definição de uma série de séries de instâncias (CWVIII:407). A analogia negativa exige que entre essas séries haja alguma diferenciação em termos de condições de observação.

170 Bateman fala de estabilidade onde está em jogo o princípio da uniformidade da natureza.

organização das crenças em sistemas consistentes? Keynes pode ter recuado, dando razão a Ramsey, mas fica constatada a extrema dificuldade de uma posição conciliatória, constatação que ajuda a visualizar na análise econômica de Keynes e no uso que ali se faz da teoria da probabilidade um impasse entre a identificação de lógicas na realidade e a aceitação final de uma realidade aleatória.

A oportunidade para reafirmar a rejeição de uma visão aleatória surgiu em 1938 (nove anos depois da resenha do livro de Ramsey), em resenhas de obras de Haberler e Tinbergen sobre ciclos econômicos (publicadas em 1939 no *Economic Journal*). Nesse momento Keynes, embora considerando legítima a concepção aleatória no trato de certos fenômenos físicos, continuaria ressaltando a sua inviabilidade em outros casos em que a insuficiência da evidência impede a suposição de distribuições frequenciais estáveis. Especialmente na discussão com Tinbergen, Keynes duvidava da possibilidade de pleno sucesso no uso de regressões múltiplas para testar teorias de ciclos alternativas. Essa desconfiança derivava essencialmente da ausência de um argumento indutivo que justificasse o uso da técnica de regressão múltipla, ou seja, Keynes criticava a hipótese não refletida de que as variáveis econômicas fossem distribuídas estocasticamente de modo a permitirem inferências estatísticas.¹⁷¹

Ou seja, era a própria estabilidade da homogeneidade do material econômico ao longo do tempo que Keynes colocava em questão. Se a estatística não é uma "forma lúcida"¹⁷² de descrever o passado e se não há garantias de homogeneidade estável do material que assegurem a previsão do futuro, a descrição estatística torna-se inútil:

"De modo geral, a condição mais importante é que o ambiente em todos os aspectos relevantes, além das flutuações nos fatores de que nos ocupamos, deveria ser uniforme e homogêneo ao longo de um período de tempo. Não podemos estar seguros de que estas condições persistirão no futuro, mesmo se as encontramos no passado. Mas se as encontramos no passado, temos de qualquer modo alguma base para um argumento indutivo. O primeiro passo, portanto, é dividir o período sob exame numa série de sub-períodos, tendo em vista descobrir se os resultados da aplicação do nosso método aos vários subperíodos tomados separadamente são razoavelmente uniformes. Se o forem, teremos alguma base para projetar nossos resultados no futuro. (...) Pois a principal objeção prima facie à aplicação do método de correlação múltipla a problemas econômicos complexos reside na falta aparente de qualquer grau adequado de homogeneidade no ambiente." (CW XIV:315-16)

171 Bateman (1987:110).

172 (CW XIV:315).

De fato, já no TP a posição de Keynes sobre a "homogeneidade" da natureza está impregnada de suspeitas e cautelas que são ao mesmo tempo a força e a fraqueza de sua visão da probabilidade. Mas esses comentários sobre o uso da econometria já mostram não exatamente a descrença de Keynes quanto à estabilidade de longo prazo das distribuições das variáveis econômicas, como ressalta Bateman (1987:113), mas o seu ceticismo quanto à viabilidade prática de se ter a capacidade de testar essa hipótese em ambientes relevantes em que os agentes formam probabilidades epistêmicas. Ou seja, Bateman (1987) coloca a questão diretamente como uma tomada de posição de Keynes quanto ao percurso ou estado da economia no longo prazo, quando a meu ver o que se pode derivar das colocações originais é que não se colocava sequer a possibilidade de aferir a hipótese de estabilidade, porque ao longo do tempo muda o conhecimento dos agentes.¹⁷³

Trata-se de uma objeção de detalhe a Bateman, é certo, mas um detalhe crucial quando se lembra que muitas das interpretações da mensagem de Keynes colocam-no como um cético ou pessimista do longo prazo, quando se trata antes disso de uma aguda consciência das dificuldades de definição homogênea do longo prazo, numa tomada de posição que só ganha sentido por referência a um debate com a regressão ao tempo infinito da decisão consequente de Moore.

Na crítica a Tinbergen está em jogo a definição indutiva do longo prazo, não a tomada de posição sobre se o longo prazo apresenta trajetória cíclica, estabilidade, expansão ou crise. É uma crítica à inteligibilidade ou racionalidade da **pergunta**, não um posicionamento ou escolha entre respostas alternativas.¹⁷⁴

Cabe ainda uma segunda crítica a Bateman (1987), que conclui dizendo serem as probabilidades usadas pelos agentes econômicos epistêmicas e subjetivas no sentido de não tomarem por base nenhum fato objetivo nem relação lógica no mundo, ou seja, **de serem únicas para o indivíduo que as forma**.¹⁷⁵ Se de fato são oportunas as críticas de Bateman a Meltzer (que encontra no TP e na TG as bases para uma conversão de Keynes aos modelos de expectativas racionais) e a Shackle (que converte Keynes num "niilista

173 A sugestão de subdivisão em períodos menores, feita pelo próprio Keynes, obviamente não resolve o problema metodológico, já que o impasse refere-se à passagem do tempo e não à redefinição de fases de um tempo já passado.

174 Consequentemente, faz mais sentido ler a obra de Keynes como investigação das condições em que emerge um horizonte ininteligível na economia capitalista, e não como um diagnóstico específico e datado (por exemplo, "teórico da depressão", ainda que esse prognóstico, como outros, tenha sido avançado por Keynes em discursos de intervenção político-histórica).

175 Bateman (1987:118).

teórico", na linha de Coddington), ele acaba cometendo seu próprio exagero, ao converter Keynes num Ramsey tardio.

Como veremos adiante, e já citamos acima, continua o **impasse** colocado em Keynes, mesmo aceita a posição subjetivista de Ramsey, porque não se resolve a questão da **racionalidade**, cujas bases Keynes não entrega ao pragmatismo de Ramsey. Daí a importância dos exemplos da TG em que cada agente procura antecipar o comportamento dos outros, o que não pode ser outra coisa senão a busca de algum tipo de **concordância intersubjetiva**. Mesmo sendo "frequentemente" imaginária ou meramente antecipada, essa concordância expectacional, digamos assim, existe e opera como um mecanismo análogo ao imperativo ético utilitarista. A falta de homogeneidade temporal do material econômico perverte esse imperativo e conduz a **impasses coletivos**, o que não anula o **campo** de expectativas não individualistas definido por Keynes.

Bateman (1987), entretanto, caracteriza a posição de Keynes como **epistêmica objetiva**, em que a natureza objetiva estaria baseada na **existência efetiva de relações lógicas**, não em qualquer espécie de **concordância intersubjetiva**. Bateman descarta assim o que me parece uma frutífera interpretação da posição de Keynes frente ao argumento probabilístico enquanto relação lógica que seja um processo social de busca de consenso.

A classificação das teorias da probabilidade apresentada por Bateman (1987) a partir de Hacking tem o mérito da simplicidade, mas é interessante reproduzir a classificação oferecida por Shackle (1976:389), que oferece uma perspectiva ligeiramente diferente, tendo sido elaborada antes daquela proposta por Hacking (cf. Figura 1).

Chama a atenção na classificação de Shackle que a visão que toma a probabilidade como indefinível esteja completamente dissociada de todas as outras discussões. É interessante, porque para Keynes a probabilidade é também um indefinível, um termo primitivo no sentido dos sistemas axiomáticos, o que não o impede de adotar uma posição "epistêmica subjetiva", na terminologia de Bateman/Hacking.

Quando se acredita que a probabilidade é um meio de descrever pelo menos parte do mundo observável, Shackle usa o termo probabilidade objetiva, a partir da qual há ainda duas possibilidades, a estrutural e a experimental. A teoria estrutural depende de duas hipóteses: a insuficiência de razões para escolher entre respostas alternativas e, ao mesmo tempo, a equiprobabilidade ou **simetria** das respostas disponíveis. Nesse caso o termo probabilidade nomeia "uma consequência de um conjunto de circunstâncias ou de um conjunto de condições, uma consequência de um desenho particular de um estrutura, mecanismo ou aparato, uma consequência de uma configuração que tem proporções fixas e dadas entre suas partes". Shackle (1976:391)

É a simetria que impede o analista de encontrar razão suficiente para discriminar entre respostas alternativas para um problema de intervenção na estrutura (uma "classe específica de execução nesse aparato"). A simetria

impede a assignação de certeza maior a uma dentre inúmeras alternativas, ditas então equiprováveis. A contemplação da estrutura, entretanto, não basta, porque para que a simetria tenha algum sentido ela exige uma perturbação do sistema, um elemento de dinamismo através do qual a estrutura ganhe vida e a simetria se manifeste.

Para atender a essa exigência, alerta Shackle, passamos da noção estrutural para a experimental de probabilidade objetiva, em que importa mais ser constante a distribuição de massa. Mas ainda nesse caso a própria experiência exige um elemento de irregularidade, o "elemento busca" (por exemplo a maneira de lançar um dado).¹⁷⁶ Shackle define então o paradoxo da probabilidade como a tensão recorrente entre observar mudanças em sistemas que devem ser por princípio imutáveis.¹⁷⁷

Em sistemas explosivos, ou nos quais há uma dimensão epistêmica relevante (interação entre processos e expectativas de resultados dos agentes que participam nesses processos), ou ainda nos quais o evento relevante é único e não pode ser repetido, torna-se praticamente atribuir significado à probabilidade senão como um modo de pensamento, não necessariamente como uma característica do mundo natural.

Examinada a concepção axiomática e a objetiva de probabilidade, assim como os impasses associados a essas concepções, Shackle passa então a examinar a visão proposta por Keynes, que ele denomina de **racional**, mas o faz com o objetivo de introduzir ele mesmo uma nova abordagem **diferente** da proposta por Keynes.

176 Trata-se de um problema elementar: se todos os lançamentos de dados ocorressem de modos rigorosamente idênticos dificilmente o resultado de toda lançamento seria diferente do anterior. Algo muda.

177 Em alguns momentos, a plasticidade da retórica de Shackle é insubstituível, o que talvez justifique uma citação mais longa: "O método estrutural não esclarece a questão da relação entre a simetria ostensível e a execução real. Inclusive, pode-se dizer que que recorra a essa obscuridade como uma maneira de definir a equi-probabilidade. O método experimental elude esse hiato ao observar diretamente a execução mesma. A objeção que se faz a esse procedimento é a de sua incapacidade de proporcionar uma resposta precisa e única à pergunta: "quão provável é tal ou qual classe de resultados da execução?". Pois em qualquer série de observações a razão entre o número de observações caindo numa classe definida e o número total das observações efetuadas flutuará à medida em que avance a série. Outra série, realizada em outra parte com um sistema físico semelhante ou em outra ocasião com o mesmo sistema (ou seja, com o mesmo nome próprio) flutuará de maneira diferente. A propensão a flutuar é inevitavelmente concomitante da necessidade de agitar o sistema para que mostre "do que é capaz". Podemos considerar que o método experimental tem que dizer que a probabilidade de alguma classe de resposta à pergunta "o que ocorrerá quando atuemos nesse aparato?" é como o leito de um rio rápido, que não determina precisamente as crescentes e torvelinhos da corrente, mas influi neles de modo poderoso e consistente, de modo que suas variações têm pouca importância em comparação com suas semelhanças. Sugere ainda que a probabilidade de que nos chame a atenção sua consistência, e não sua variação, será maior quanto mais tempo passarmos observando a conduta da corrente. Mas essa nova sugestão, evidentemente, é uma recaída no círculo vicioso." Shackle (1976:397-8). No momento interessa-nos a posição de Shackle frente a Keynes, mais adiante retomamos ao menos parcialmente sua própria posição frente à relação entre probabilidade e economia.

Como vimos na crítica a Bateman, é crucial considerar o impasse em que se situa a questão da **racionalidade** mesmo quando se aceita uma definição subjetivista. Keynes queria fazer da probabilidade um campo **tão racional quanto** a lógica dedutiva. Mas o problema está justamente em se definir com clareza o significado dessa cláusula de racionalidade: "tanto quanto" significa da mesma natureza, ou seja, exigindo uma identidade, ou trata-se mais de uma analogia, ou seja, de uma identidade cujos limites é preciso indicar com o máximo de atenção?

A racionalidade argumentativa, diz Shackle, não pode ser outra que a definida pelos gregos, pela demonstração euclidiana, pela dedução certa em que se definem os silogismos. Shackle investiga o significado preciso do grau "**racional**" de crença, e essa racionalidade não pode ser outra que não a dedutiva. A **crença racional** numa conclusão, se o argumento é dedutivo, não consiste em nada mais que a observação das premissas por um outro ângulo, devendo-se atentar para o fato de que a conclusão já se encontra rigorosamente nas premissas. O silogismo dedutivo é uma identidade, as premissas já são uma totalidade que apenas passamos a observar de novas perspectivas.

A "inferência provável" de Keynes, entretanto, não consiste numa tal identidade, embora pleiteie um estatuto de racionalidade para a probabilidade em pé de igualdade com a racionalidade inquestionável dos argumentos dedutivos. Keynes fala amiúde na possibilidade de se ter alguma razão para acreditar numa conclusão, mas no argumento probabilístico de Keynes as premissas não compõem a conclusão **nem proporcionam a totalidade** da substância da mesma, apenas sugerem a conclusão.

A pretensão à racionalidade, segundo Shackle, só se completa se tivermos a capacidade de restituir o conceito de Keynes aos trilhos da racionalidade dedutiva, em que há uma validade do mesmo teor entre premissas e conclusões, ou seja, é inescapável aderir a uma conclusão quando se aceita uma premissa ou, no termos de Shackle, premissas e conclusão formam uma única totalidade que se observa de ângulos diferentes (Shackle retorna frequentemente a metáforas lógicas de sabor espacial, como nesse caso). Essa empresa, de identificação de uma racionalidade autêntica para a probabilidade, exige uma "ampliação de índole" do argumento de Keynes "que seria sem dúvida inaceitável para ele".¹⁷⁸

Essa alteração adiciona "um elemento considerável e essencial de subjetividade à sua concepção de inferência provável". Voltemos ao próprio Shackle (1976:405-6):

178 Shackle (1976:405).

"Quando fala do "grau de crença que é racional sustentar em determinadas condições", minha proposição é que esse grau dependerá muito mais da vontade judicativa, subjetiva e governada pelo gosto que tenha a mente para subministrar e tratar como verdadeiras àquelas premissas adicionais que validariam a conclusão completamente e as assimilariam logicamente ao conjunto, assim aumentado, de premissas ou axiomas. A parte racional do assunto é precisamente a mesma na inferência provável e na prova segura e demonstrativa. Trata-se simplesmente de apontar a uma estrutura de relações lógicas que, antes de se executar a prova, pode considerar-se como latente na construção conceitual total que abarca de uma vez as premissas e as conclusões, tanto os axiomas quanto o teorema. Mas, no caso da inferência provável, a construção conceitual total é criada parcialmente pelo próprio pensador como uma hipótese."

Ou seja, aquele que elabora um argumento dedutivo puro executa a mesma receita quando trabalha com a inferência provável, com a diferença de acrescentar à "ponte" entre premissas e conclusões proposições extra, testemunhos hipotéticos, elementos de prova extra que cumprem o papel de tapar os buracos entre premissas e conclusões. Ou ainda, é a imaginação do pensador que confere à inferência provável alguns elementos capazes de convertê-la num argumento não análogo, mas idêntico ao dedutivo. É o que Shackle denomina "resolução de jogar", um ato de decisão original e atrevido em que se encontra o elemento subjetivo. Esse ato corajoso transforma a inferência provável e empresta-lhe as forças da inferência demonstrativa. Ou seja, o pensador situa-se frente à mesma lógica e não, como queria Leibniz e nas suas pegadas Keynes, "*une nouvelle espèce de logique qui traiteroit des degrés de Probabilités*".

A inferência provável **fabrica** parte das provas de que necessita e que, uma vez reunidas ao material disponível, coloca em cena a velha lógica, fazendo dos graus de crença algo ao mesmo tempo racional e fundados na ficção.

A elaboração de Shackle é sugestiva e cativante, mas interessa-nos menos discuti-la de modo geral e mais usá-la como referência crítica para uma compreensão enriquecida da posição do próprio Keynes. Que elementos, na construção de Shackle, seriam segundo suas próprias palavras sem dúvida inaceitáveis para Keynes? Algo pode ser dito antes mesmo de avançarmos na apresentação das idéias de Keynes feita por Shackle.

Em primeiro lugar, nessas passagens em que Shackle elabora a definição de Keynes para "grau de crença racional", ele sublinha mais os termos **crença** e **racional**, deixando fora de foco a idéia de **grau**. Refere-se apenas ao fato do "grau" depender da posição judicativa do pensador que examina o argumento ou inferência provável.¹⁷⁹

¹⁷⁹ Considero sempre mais oportuno o uso do termo argumento, totalmente desconsiderado por Shackle, ao invés de inferência, em que o teor da resposta ao problema (redução da dedução e da indução a uma mesma lógica) já está prenunciado. A expressão argumento

Entretanto, o conceito de grau, de se ter **alguma** razão, é crucial para Keynes, que busca definições quantitativas e qualitativas para o impasse. Assim como Bateman (1987) abandona a preocupação com a racionalidade, Shackle (1976) sugere um conceito de racionalidade em que a questão do grau é substituída pela tarefa criativa do pensador individual - uma opção que tira de cena toda a tensão ética do problema.

Tanto em Bateman quanto em Shackle o exame da probabilidade desconsidera o problema como sendo o de definição de algum tipo de **concordância intersubjetiva** (o que, alerte-se novamente, não se reduz ao "social"). Em Shackle isso se torna ainda mais claro, quando ele considera o argumento provável como uma totalidade cuja completude depende apenas de um ato individual.

Volto a insistir, entretanto, que os impasses de Keynes na escolha entre uma concepção objetiva ou subjetiva da definição epistêmica de probabilidade não são resolvidos com esses artifícios que apenas ocultam uma parte do problema, forçando Keynes (ou reconhecendo a necessidade de "mudar sua índole") para fazer valer a tese subjetivista ou outro **parti pris** metafísico.

Uma concepção do **problema** da probabilidade como inerente ao campo epistêmico mas aliado a um jogo intersubjetivo pode ser uma pista interessante animada especialmente pela questão do grau de racionalidade. Se o argumento probabilístico é de fato, como pretendemos ao projetar esse debate para o terreno da economia, um argumento entre propostas alternativas de ação e decisão, o comportamento de massa e a formação de expectativas socializadas através da política econômica podem ser ingredientes cruciais de transformação da realidade na totalidade pretendida por Shackle.

A totalização que confere validade a enunciados probabilísticos seria portanto um processo público cujo grau de racionalidade depende do grau de confiança dos agentes **relevantes** envolvidos no jogo. Nesse sentido, a adesão de um indivíduo que fabrica ficções no sentido de Shackle só é relevante em casos extremos.

A inexistência dessa solução em Shackle revela menos o subjetivismo de sua concepção e mais o individualismo hayekiano ao qual é aparentado, e que

sugere, se tomada pela matemática, a definição de uma relação no interior de uma série, enquanto inferência presta-se mais, como nas mãos de Shackle, à imagem estática de um instante único em que tudo começa nas premissas e se esgota numa conclusão. Numa acepção retórica, o termo argumento sugere ainda o conceito de um momento dialógico em que a contraposição de evidências é crucial e sem fim determinado. A discussão sobre pesos de argumentos e a clara consciência dos exemplos jurídicos no TP sugerem que não escapava a Keynes essa ressonância retórica do termo argumento.

acaba por conduzir a uma visão solipsista da incerteza como negação da racionalidade total e como niilismo analítico.¹⁸⁰

O retorno a Keynes, face a esse problema, não pode descartar a dimensão ética de sua investigação sobre a probabilidade, dimensão em que a intersubjetividade e a temporalidade são os elementos decisivos.¹⁸¹

O exame que Shackle faz do Princípio da Indiferença acentua o caráter epistêmico da concepção de Keynes, mas aí já estamos em outro plano, pois o impasse surge na consideração da probabilidade como subjetiva ou objetiva, não com relação a ser epistêmica ou aleatória, usando ainda a terminologia de Bateman/Hacking. Entretanto, Shackle não explora as dificuldades lógicas desse princípio que, como veremos adiante, complica justamente a definição da fronteira entre objetividade e subjetividade nos fundamentos da probabilidade.

Finalmente, com relação à leitura de Keynes feita por Shackle é oportuno considerar como a sua classificação dos conceitos de probabilidade também ajuda a enviezar o resultado. Refiro-me à separação entre concepção da probabilidade como indefinível e todas as outras. Essa separação conduz à idéia de que a probabilidade indefinível, sendo ponto de partida de um sistema axiomático, nada mais é que a porta de entrada para uma "ferramenta da ciência". Ou seja, dada a consistência do sistema axiomático, pode-se adotar inúmeras definições substantivas de probabilidade. Trata-se de uma colocação com sabor de Ramsey, que trai as intenções de Keynes. Embora a posição de Keynes entranhe um sem número de dificuldades e impasses, não se deve esquecer que a probabilidade como indefinível é no TP um elo crucial do projeto de fundamentar a racionalidade da crença. Keynes, como se viu, pode até aceitar uma dose maior de subjetivismo, mas não entrega a Ramsey as bases da racionalidade, o que implica desconfiar da suficiência do critério que limita a racionalidade à consistência do sistema axiomático.

Cabe ainda observar que apesar desse viés da classificação proposta por Shackle coadunar-se com a sua sutil aproximação entre a definição de probabilidade racional e a subjetiva, a natureza do seu solipsismo epistêmico não coincide plenamente com a posição subjetivista tradicional em teoria da probabilidade, representada por exemplo por de Finetti. Essa falta de concordância apenas ilustra com força ainda maior a extensão das dificuldades em se alcançar um máximo de precisão para o significado da subjetividade probabilística.

180 A definição de economia kaléidica por Shackle aproxima-se muito de um relaxamento das condições de coordenação de um equilíbrio hayekiano. Cf. Shackle (1976:146-7).

181 Shackle acaba adotando uma concepção de incerteza que beira a de um fenômeno natural (como evidentemente o é até certo ponto), o que conduz a uma visão a-histórica do problema, como discutimos em Schwartz (1982).

de Finetti compreende essas dificuldades ao afirmar, ao mesmo tempo criticando e corrigindo as idéias de Keynes, mas talvez recuperando-as na perspectiva adequada, que:

"(...) ao dizer que uma probabilidade é subjetiva entendo precisamente que sua estimativa possa ser diferente de acordo com quem estima, dependendo das diferenças mentais entre os indivíduos. Inversamente, não vejo como, admitindo tal dependência, a probabilidade possa ser considerada objetiva. Seria pelo menos necessário especificar unicamente o indivíduo "infalível", mas isso não é especificado. A analogia com o campo da lógica e da matemática é uma imagem vazia na medida em que se afirma que apenas uma opinião é correta, mas sem que seja dado o critério para decidir qual opinião é correta. No campo da lógica esse critério existe: de fato, convenções são dispostas desde o início e quem quer que as siga estará correto." de Finetti (1985:353)

Uma lógica da probabilidade sem essas convenções não seria portanto objetiva (posto que esta não existe, na visão de de Finetti), nem autenticamente subjetiva, já que esse indivíduo infalível ou que decide simplesmente a partir da imaginação e de ficções é ele próprio uma ficção suspeita. Creio que esse caráter convencional não está alheio à formulação original de Keynes, ou ao menos aos claros impasses encontrados pelo próprio Keynes, se se interpreta sua visão de probabilidade como "grau de relação lógica entre proposições" ou como "pertinência" de dados a um problema de decisão.¹⁸²

As regras para o estabelecimento dessa pertinência são convenções lógicas no sentido de de Finetti, a princípio uma noção mais ampla que a racionalidade dedutiva idealizada por Shackle, já que nem sempre elas são discerníveis.¹⁸³

De outro lado, embora Keynes e de Finetti possam ser colocados em linha de concordância na aproximação subjetivista à probabilidade, o italiano desdenha a questão da racionalidade como preliminar à interpretação do conceito. Na linha de Ramsey, considera-se a probabilidade como graus de crença independentes de considerações de racionalidade.

182 Assim Arrous (1982:842-3) apresenta o problema.

183 Keynes adverte numa apresentação sumária de sua teoria que embora existam regras para julgar a relevância favorável da evidência (juízos de preferência e de indiferença combinados com a garantia do princípio da indiferença) há, entretanto, "casos em que essas regras não fornecem os meios da comparação", sendo esses os casos de probabilidades não comparáveis. A regra pode ser dada apenas quando a conclusão situa-se num campo de alternativas equiprováveis, exclusivas e exaustivas. (CWVIII:122) O problema probabilístico torna-se indecidível em boa medida justamente quando a definição desse "campo" não é trivial.

Entretanto, como vimos na resenha do debate entre Keynes e Ramsey, o próprio Keynes cede mas não se convence a relaxar essa atenção à racionalidade como pressuposto da definição lógica, uma atitude de consequências diretas sobre sua formulação da incerteza econômica. Seguindo a sugestão de de Finetti, seria o caso de deslindar as tensões entre racionalidade e estabelecimento de convenções.¹⁸⁴

Os dilemas de identificação da racionalidade das crenças em Keynes, entretanto, não se resumem à definição de probabilidade mas aparecem em vários outros temas relacionados. Pelo menos um desses é a questão do "campo experimental", ou do padrão de classificação. Um exemplo curioso é o da classificação dos recém-nascidos em fuchos e mêmeeas, ao invés de machos e fêmeas.¹⁸⁵

Por **fuchos** entenda-se os recém-nascidos do sexo feminino nascidos antes de 1984 ou do sexo masculino durante ou depois de 1984, **mêmeeas** seriam os nascidos do sexo masculino antes de 1984 ou do sexo feminino durante ou depois de 1984. Frente à classificação padrão (machos e fêmeas), obtém-se estimativas incompatíveis para estimativas de nascimento de machos, por exemplo, baseadas nos mesmos dados quantitativos.

Pode-se afirmar que a classificação não-padrão introduz no problema uma **componente temporal arbitrária**.¹⁸⁶ Trata-se entretanto de uma questão de pontos de vista e pode-se imaginar eventos históricos que alteram a tal ponto os padrões comportamentais que os dados coletados segundo uma mesma metodologia tornem-se desacreditados repentinamente.

O privilégio entre classificações, e mesmo a possibilidade de se identificar limitações variadas nas classificações, dependem da totalidade de nosso conhecimento teórico, um conceito difícil de precisar inclusive para as chamadas ciências exatas.¹⁸⁷

184 Savage (1972:59), um autor mais recente na linha subjetivista, afirma que a teoria da probabilidade subjetiva é um código de coerência para a pessoa que o aplica, não um sistema de previsões sobre o mundo que a rodeia.

185 O exemplo é adaptado de Goodman (1955:59), citado em Maffetone, Micale (1989).

186 Maffetone, Micale (1989:254). O paradoxo, entretanto, surge mesmo para casos em que a classificação desviante é traduzida em termos de características espaciais.

187 Deve-se sempre, portanto, partir da hipótese de um princípio como o da Uniformidade da Natureza de modo a permitir que a analogia negativa opere independentemente de posições no espaço e no tempo da evidência adicional.

Esse foi certamente um dos problemas com que Keynes se deparou, o paradoxo da confirmação de argumentos indutivos que envolvem referências temporais arbitrárias. Até que ponto no confronto com paradoxos desse tipo Keynes encontrou uma solução no mesmo nível epistêmico em que os problemas se colocavam?

A nossa tese é precisamente que esse confronto irresolvido seja uma pista relevante para a interpretação da trajetória keynesiana. O diálogo com Moore vai diretamente a esse ponto, assim como a reação (suposta por nós) ao idealismo temporal de McTaggart.¹⁸⁸

Qualquer descrição complexa do mundo das decisões humanas exige referências espaciais e temporais que são a fonte do paradoxo. A busca de critérios de relevância e do conceito de peso responde a esse impasse, a essa necessidade de uma terminologia adequada ao discurso das hipóteses confirmáveis. Mas o resultado, como já vimos, é sempre de algum modo o recurso às regras do modo de conhecimento que se pratica, no interior da qual inclui-se o recurso a alguma probabilidade (como diz Keynes, a probabilidade começa e termina com a probabilidade).¹⁸⁹

Desde seus primórdios o estudo da probabilidade associou-se a projetos de engenharia social. O mesmo Quételet, citado por Keynes (uma urna e a natureza como representações correlatas mas não coincidentes), sustentava uma metafísica do "homem médio", fazendo da "curva normal" o principal instrumento de modelização do comportamento humano e mesmo da introdução de formas modernas de terapia e clínica.

O interesse do próprio Keynes pela eugenia prende-se a essa tradição de estatísticos que se inicia no século 17.¹⁹⁰ Quételet precisava, entretanto, partir da hipótese de que "as leis que regem a evolução do homem médio permanecem aproximadamente iguais no decorrer dos séculos, variando apenas os valores máximos".¹⁹¹

188 Como notamos acima, McTaggart afirmava que o Tempo não é real.

189 (CWVIII:356) Veja-se também Cohen (1989:197-203).

190 Em 1662 John Graunt publica *Natural and Political Observations on the Bills of Mortality*, onde examina dados estatísticos, o que segundo Pearson faz de Graunt o "fundador do hábito de registrar sistematicamente os nascimentos, casamentos e causas de morte não por motivos eclesiásticos, mas para proveito do Estado". Lembre-se que a obra de William Petty (1623-87), considerado por Marx como fundador da Economia Política, buscava uma "aritmética política" e surgiu inclusive uma plêmica sobre a participação de Petty na obra de Graunt.

191 Citação de sua obra de 1835, *Sur l'homme et le développement de ses facultés; ou essai de physique sociale*.

Uma qualificação importante e que explica em parte a atualidade do TP é sua defesa de uma lógica comparativa como base da filosofia da probabilidade. Sabe-se que a construção de sistemas formais adequados a uma lógica indutiva probabilística acaba rendendo-se a imperativos restritivos, especialmente de redução do problema a formas mais simples, renunciando à identificação entre a probabilidade indutiva e a probabilidade matemática e limitando a extensão com que se pode falar sem ambiguidade em medida.¹⁹² Keynes ressaltou as bases intuitivas de uma lógica indutiva comparativa, passo importante na transição do conceito matemático para aplicações onde sequer seja possível o conceito numérico e onde preocupações éticas passem a primeiro plano.¹⁹³

Outro problema, já abordado na retomada do texto original de Keynes acima, é o da dificuldade em se estender os argumentos indutivos, uma dificuldade que transparece por exemplo na questão da definição dos pesos dos argumentos. Esse problema vincula-se ao "princípio da evidência total", ou seja, se temos um argumento de probabilidade que envolve uma evidência e uma hipótese, a verdade da evidência nunca assegura a verdade da hipótese a não ser que se possa assegurar de que essa evidência expressa, se não todas as proposições cuja verdade se conhece, ao menos dentre elas todas as que são relevantes para a estimação dessa probabilidade.

Essa dificuldade é, do ponto de vista lógico, o abismo que separa a indução da dedução, especialmente porque dificulta a construção de linguagens de ordens superiores a uma lógica de primeira ordem, como ocorre no cálculo de proposições na lógica dedutiva (a partir do qual, com novas regras de inferência, alcança-se um cálculo de predicados e assim por diante).¹⁹⁴ A probabilidade obriga à reiteração da mesma regra em vários momentos lógicos, sendo a sincronia desses momentos o que definimos como campo.

192 Cf. Boudot (1979:100).

193 Explicando as suas idéias fundamentais, Keynes afirma que dá-se atenção exagerada, como decorrência das possibilidades de manipulação matemática, à classe limitada das probabilidades numéricas, "o que parece ser parte da explicação para a crença, cuja destruição é o principal objetivo desse capítulo, em que todas as probabilidades aí pertencam." (CWXIII:40)

194 "A disparidade entre as regras de separação da lógica dedutiva - o modus ponens - e da lógica indutiva - o princípio da evidência total - mostram de imediato as dificuldades encontradas por uma construção progressiva da lógica indutiva. Antes de tudo, esse princípio supõe que saibamos discernir os fatores pertinentes na estimativa da probabilidade de uma hipótese. A distinção entre o que é relevante e o que não é deve preceder a construção de um instrumento formal adequado. Isso marca um limite do pensamento formal na análise da indução. Para suportar efetivamente essa distinção, será preciso que os sistemas formais tenham uma extensão suficiente para permitir, em certos casos, calcular a probabilidade de uma hipótese relativa a toda a evidência relevante nesse cálculo, sem a qual o sistema seria inútil. Assim, um sistema pobre demais, limitado demais, será com frequência de uso nulo. Imagina-se facilmente as dificuldades com as quais se corre o risco de topar. O imperativo que acabamos de assinalar torna difícil, e quiçá impossível, a construção progressiva de uma lógica indutiva." Boudot (1979:105). Boudot alerta ainda que Carnap, o célebre lógico, tentaria depois de Keynes definir a relevância posteriormente à determinação de uma probabilidade e dependente dela, o que é inadequado.

Na trilha dessas dificuldades os autores posteriores a Keynes pouco puderam elucidar. A multiplicidade e a natureza dos fatores que afetam uma estimativa indutiva de probabilidade indutiva é um desses casos. A variedade dos casos de confirmação, a simplicidade maior ou menor das hipóteses, sua aptidão a entranharem-se num sistema teórico¹⁹⁵, a natureza das hipóteses rivais são alguns outros fatores que complicam o cálculo.¹⁹⁶

Parte dessas dificuldades resultam da confusão entre dois conceitos de probabilidade, que em Keynes ainda aparecem muito próximos. Carnap, que publicou seu primeiro artigo sobre lógica indutiva em 1945, distinguia entre probabilidade metalógica e probabilidade na linguagem natural.

O conceito metalógico de probabilidade é o que se aproxima da visão de Keynes, o outro corresponde à probabilidade frequencial presente em enunciados do tipo "a probabilidade de sair cara num lance de dados é 1/2". O conceito metalógico recebe essa denominação não apenas porque a probabilidade é vista como relação lógica, mas porque corresponde a um instrumento do mesmo grupo a que pertencem palavras como verdade, implicação ou consequência, que aparece quando se fala da probabilidade de uma hipótese científica (seria o correspondente ao que Boudot denomina "probabilidade indutiva").

O uso bem sucedido de um critério metalógico pode ser uma boa regra para legitimá-lo, o que não ocorre com enunciados de probabilidade na linguagem ordinária.¹⁹⁷

Para Keynes a teoria da probabilidade tem por objeto os "graus de crença" que é racional admitir em dadas condições, não os graus de crença efetivos, de indivíduos particulares que podem ou não ser racionais.¹⁹⁸ A crítica de Carnap a Keynes, do ponto de vista da própria ambição lógica de seu sistema e com relação à qual deve ser avaliado, é que essa concepção vai em paralelo

195 Goodman recorre à noção de entrenchment para tentar identificar predicados adequados a hipóteses "projetáveis", sendo projetável a hipótese que, num dado momento, é adotada tendo-se naquele momento algumas de suas instâncias já examinadas e tidas por verdadeiras, antes do resto de suas instâncias vir a ser examinado. Cf. Cohen (1989:200-02).

196 "O conceito de variedade de casos, aparentemente inofensivo, é praticamente impossível de definir por vias estritamente formais". Boudot (1979:106). Autores como Carnap acabam abandonando a probabilidade em nome do conceito mais fraco de "grau de confirmação".

197 Ocorre que a discussão de regras torna-se o problema crucial quando se pretende definir o campo sobre o qual se joga com enunciados probabilísticos. Um resultado que lembra fortemente as formulações de Wittgenstein tanto sobre linguagens formais quanto sobre a probabilidade ou sobre o seguir regras. Ou seja, adotando-se a perspectiva metalógica, o problema da justificação da indução transforma-se no problema da justificação das regras de aplicação de um conceito de indução.

198 Keynes admite que indivíduos particulares "podem ser ou não racionais". (CWVIII:4).

com aquela visão que transforma as leis da lógica dedutiva em leis normativas do pensamento, constituindo uma solução espúria, psicologizante, que mascara a essência da lógica.¹⁹⁹

Identificar as leis de probabilidade com as leis que submetem os graus de crença racional é um passo insatisfatório se não há uma definição precisa do que seja a racionalidade de um sistema de crença, principalmente quando se a define como recurso ao cálculo probabilístico, gerando um inescapável círculo tautológico.

O ardil de Keynes para escapar a esse círculo é fazer da probabilidade uma noção primeira, indefinível, invocando uma intuição lógica e a própria evidência, falando inclusive de uma "faculdade de reconhecer imediatamente muitas relações de probabilidade". (CWVIII:53) Um ardil cuja fragilidade está, para os lógicos, em recolocar aquela circularidade ou mesmo em remeter para a "metafísica", mas que se torna um apoio vigoroso para o ponto de vista que nos interessa, que é o da compreensão de sua "passagem para a Economia" e mesmo do modo como elabora a teoria econômica.²⁰⁰

Outra frutífera fragilidade apontada em sua obra remete novamente à fundamentação de uma hipótese epistemológica que se aproxima muito da metafísica, o princípio da variedade limitada e, em paralelo, o princípio da uniformidade da natureza. Para Boudot o raciocínio de Keynes nesse particular aproxima-se da "confusão" e é "sibilino". (1979:210-16)

O recurso a esses princípios torna-se necessário na demonstração do teorema principal da confirmação. Há duas crenças difundidas e que cumpre aos teoremas da confirmação sustentar: a) que as verificações de uma consequência de uma lei incrementam sua probabilidade, b) a multiplicação indefinida das verificações faz com que essa probabilidade tenda à certeza. Deixá-las injustificadas seria um dos escândalos da teoria da indução e um dos êxitos propalados de Keynes seria justamente ter obtido essa justificação, especialmente do chamado teorema principal da confirmação, que tenta demonstrar que a probabilidade de uma lei (e não de uma de suas novas consequências) tende a 1.

Boudot aproxima os sistemas de proposições examinados por Keynes em conexão com o princípio da variedade limitada a sistemas dedutivos. São os vínculos de conexão necessária de que fala Keynes ao discutir os "sistemas de fatos ou de proposições" (CWVIII:251). Os sistemas de variedade finita

199 A visão que parte dos "graus de crença" é um "psicologismo qualificado", segundo Carnap. Boudot (1979:194).

200 O risco metafísico dessa posição talvez seja uma das razões pelas quais os positivistas lógicos acabaram por recusar a aposta até mesmo na formalização metalógica de Carnap. Boudot (1979:192).

são aqueles em que as proposições se deduzem de um conjunto finito.²⁰¹ Entretanto, Keynes não seguiu exatamente essa linha (de busca de uma formulação geral para o princípio de variedade limitada), senão que optou pelo caso de proposições que se expressam numa linguagem determinada, funcional de primeira ordem, com predicados apenas monádicos. Keynes aí se deixa dominar pela teoria tradicional da indução, onde a indução por confirmação se reduz à enumeração simples.

Mas, como vimos, a discussão do princípio da variedade limitada faz-se acompanhar do princípio da uniformidade da natureza, que afirma que características derivadas de localização espaço-temporal de um objeto não podem determinar a posse de uma propriedade por parte desse objeto. Ou seja, se há leis que conectam as propriedades de observação, devem ser válidas para todos os pontos do tempo e do espaço. Ou ainda, em outras palavras, a determinação espaço-temporal não pode ser causa.

A trinca no argumento surge quando se indaga qual o fundamento desse princípio. Keynes diz acreditar que "a mera posição no tempo e no espaço não poderá afetar, como causa determinante, quaisquer outras características, e essa crença parece tão forte e certa, embora seja difícil ver como esteja baseada na experiência, que o juízo através do qual chegamos a ela talvez pareça ser direto", comparando essa crença quase certa à que mantêm filósofos que afirmam não poder qualquer evento mental ser possivelmente uma condição necessária para a ocorrência de um evento material.

Para um lógico atento às pretensões do próprio sistema de Keynes essa posição é frágil e de algum modo nos remete para fora do sistema cujo formalismo se examina ou, o que é o mesmo, pode acarretar que dentro do sistema se confundam níveis de linguagem distintos. Tomar por hipótese que os objetos do campo de investigação não tenham um número infinito de qualidades independentes ou, o que é o mesmo, que por mais numerosas suas características ganham coerência em grupos de conexão invariável finitos, em suma, que o sistema seja finito, eis a forma encontrada por Keynes para desviar do dilema posto claramente por Moore, das consequências infinitas de uma decisão. Afastado o dilema, Keynes pode considerar a posição (espacial ou temporal) como até mesmo uma condição suficiente, mas não necessária para o resultado de uma generalização cuja verdade só pode ser afetada se mudanças de posição forem acompanhadas da mudança de alguma outra condição essencial.²⁰² —

201 Seriam o equivalente aos "sistemas axiomatizáveis" de Tarski. Usando essa linguagem, o sistema de Keynes estaria tomando como princípio de variedade limitada o mesmo que se dissesse que todo conjunto de proposições que pertence ao conhecimento experimental é axiomatizável. Boudot (1979:210)

202 Como em outros momentos em que se depara com dificuldades análogas, Keynes faz todo tipo de ressalva recomendando uma atitude de suspeita ao usar os "juízos de irrelevância". (CWVIII:284) Entretanto, forçando um pouco o argumento, e apesar da fragilidade da petição a uma espécie de intuição lógica e prática, poder-se-ia imaginar casos em que as mudanças de posição (especialmente as temporais), embora nunca causas necessárias, aparecem sempre (ou em número suficiente de vezes) acompanhadas de mudanças em

Afastar o dilema, ainda que com ressalvas, alertas de suspeição e sugestões atenuantes, ou mesmo com referências a uma intuição, nada elimina o deslize lógico de confundir níveis de linguagem (esses avisos, ao contrário, apenas reforçam o incômodo provocado pelo tal deslize).

O deslize ocorre no uso do princípio da uniformidade da natureza, que autoriza fazer abstração da localização (posição) na descrição da natureza. Keynes não assegura que o caráter finito dos mecanismos generacionais sejam propriedades de observação. A circularidade aparece com mais força no recurso ao princípio da variedade limitada, quando Keynes admite que aquém da certeza, precisa-se apenas atribuir-lhe alguma probabilidade finita. É um procedimento suspeito, pois compõe enunciados em que uns elementos pertencem à linguagem e outros à metalinguagem.²⁰³

Em suma, primeiro Keynes introduz um princípio, o da uniformidade da natureza, no qual é preciso recorrer a uma intuição lógica e prática, depois recorre a outro, o da variedade limitada, em que se confundem os níveis de linguagem e metalinguagem. Esses são deslizes lógicos identificados por Boudot e que, a nosso ver, iluminam muito da forma de pensamento de Keynes, tanto da maneira como enfrenta os problemas da probabilidade (e do tempo no interior deles), quanto da própria construção de sistemas de proposições (teorias).²⁰⁴

Boudot vai mais longe e aponta o fato de que o princípio de variedade limitada ocupa no pensamento de Keynes sobre a probabilidade a função de um sintético *a priori* "num sentido próximo" ao de Kant, já que o paralelismo entre o princípio da variedade limitada e o da uniformidade da natureza faz-se acompanhar de comentários que situam este último como um princípio sintético *a priori*. De fato, novamente é importante salientar o quão

outras condições genuinamente essenciais. Ou seja, embora não se afirme estritamente que a mudança temporal é uma causa que altere o significado das generalizações, pode-se investigar se em determinadas condições outras condições relevantes não variam "fazendo-se acompanhar", por assim dizer, de mudanças temporais que seriam "coontaminadas" de relevância. Esse é um dos códigos lógicos para a tradução do TP na obra econômica de Keynes.

203 O princípio da variedade limitada depende da metalinguagem ou, noutros termos, Keynes "multiplica uma probabilidade definida por uma certa métrica pela probabilidade dessa métrica" e "pretende que o êxito da indução por confirmação aumenta a probabilidade do princípio sobre o qual se apóia". Boudot (1979:213, nota 18).

204 O ponto merecerá mais detalhamento adiante, mas vale notar desde já que esse recurso a princípios é um dos traços a que vamos aludir. A importância desses princípios na "solução" de impasses é quiçá maior que a identificação de "axiomas" como estrutura vertebral do modo teorizante de Keynes, já que como vimos a associação entre sistema axiomatizável e indução em Keynes só é possível dentro das restrições sempre limitadas do princípio da variedade limitada. Uma apresentação do pensamento econômico de Keynes sob a forma de axiomas é encontrada, por exemplo, em Carvalho (1991), que ainda assim alerta para o fato de que "a rigor, os cinco postulados que se seguem não constituem um sistema de axiomas, já que não são realmente independentes" mas pertencem a um sistema orgânico.

ambígua e incompleta é a aproximação de Keynes ao esquematismo kantiano:

"Não acredito que qualquer resposta conclusiva ou perfeitamente satisfatória a essa questão possa ser dada, na medida em que nosso conhecimento do assunto epistemologia esteja em condição tão desordenada e subdesenvolvida como ocorre atualmente. Nenhuma resposta apropriada foi dada ainda à indagação: de que tipos de coisas somos capazes de conhecimento direto? O lógico, portanto, está numa posição frágil, quando abandona seu assunto próprio e tenta resolver uma instância particular desse problema geral. Ele necessita orientação quanto a que tipo de razão poderíamos ter para uma hipótese tal que o uso do argumento indutivo pareça exigir.

De um lado, a hipótese pode ser absolutamente a priori no sentido de que seria igualmente aplicável a todos os objetos possíveis. De outro lado, pode ser vista como aplicável apenas a algumas classes de objetos. Nesse caso ela só pode surgir a partir de algum grau de conhecimento particular quanto à natureza dos objetos em questão, e é nesse sentido dependente da experiência. Mas se é a experiência que nesse sentido nos permite conhecer a hipótese como válida para alguns entre os objetos da experiência, deve permitir-nos saber de algum modo que denominamos direto e não como resultado de uma inferência.

Ora, a hipótese de que todos os sistemas de fato são finitos (...) não pode, parece perfeitamente claro, ser encarada como tendo validade absoluta e universal no sentido de que uma tal hipótese é auto-evidentemente aplicável a todo tipo de objeto e a todas as experiências possíveis. Não está, portanto, bem na mesma posição de um axioma lógico auto-evidente, e não invoca a mente da mesma maneira. O máximo que se pode sustentar é que essa hipótese é verdadeira para alguns sistemas de fato e, mais, que há alguns objetos sobre os quais, uma vez entendida a sua natureza, a mente é capaz de apreender diretamente que a hipótese em questão é verdadeira." (CWVIII:291-2)

A uniformidade da natureza e a lei da causalidade são os dois exemplos colhidos por Keynes para justificar a existência dessa espécie de intuição lógico-prática que se aproxima ao sintético a priori kantiano. Mas a cautela permanece:

"Somos capazes, podemos dizer, de conhecimento sintético direto sobre a natureza dos objetos de nossa experiência. De outro lado, pode haver certos tipos de objetos sobre os quais não temos tal segurança e aos quais os métodos indutivos não são aplicáveis de modo razoável. Pode ser que algumas questões metafísicas tenham esse caráter e que tenham estado certos os filósofos que se recusaram a aplicar-lhes métodos empíricos." (CWVIII:293)

Talvez o problema não diga respeito à pertinência do princípio da uniformidade da natureza, mas sim à sua efetiva importância na hierarquia dos princípios necessários a um saber racional. Ou seja, talvez não seja preciso negar que o Princípio de Keynes (da uniformidade da natureza como pressuposto para o saber racional quase-certo) encontra respaldo na prática das

ciências naturais, mas apenas situá-lo melhor enquanto passo realmente requerido para a fundamentação do saber indutivo racional.

O lapso da solução tradicionalmente proposta para o problema da indução estaria na incompatibilidade de um conjunto infinito de particulares e um conjunto finito de propriedades atribuíveis a esses particulares. Assim, se nossas leis da natureza cobrem um domínio infinito de objetos e eventos, então deve haver um conjunto infinito de propriedades relativas a esses objetos e eventos.²⁰⁵

O problema da indução que se origina em Hume (e progride até Popper) aponta essa infinitude como a não-infinitude do tempo e do espaço, numa veia semelhante à de Moore. Se um objeto pode ter um número infinito de posições espaço-temporais, então não há um conjunto de premissas do qual deduzir um enunciado universal. O quantificador universal deveria cobrir infinitas instâncias (conjunto infinito de predicados descrevendo as possíveis posições).

Ora, as leis da natureza que se aplicam na porção do universo temporal e espacial em que estamos observando poderiam não ter aplicação alhures, ou seja, persiste a dúvida quanto à uniformidade da natureza ou, em termos mais atuais, à "homogeneidade" do espaço-tempo.

Uma possível defesa da posição de Keynes (não do método usado para justificá-la) é o próprio falseacionismo popperiano: a lei dos retornos decrescentes de testes repetidos descarta justamente que mudanças de localização espacial e temporal sejam fatores causais. O argumento de O'Neill aponta para outra dimensão em que se torna mais frutífera a legitimação da indução, em que o problema relevante é o da variedade da natureza. Ou seja, supor a uniformidade da natureza não contraria a prática científica se se adota a perspectiva popperiana, mas a verdadeira justificação para a indução está no reconhecimento do problema como sendo de variedade da natureza - a experimentação visa menos à confirmação de uma crença e mais à tentativa de limitar o número de propriedades não essenciais capazes de alterar o resultado de uma experiência.²⁰⁶

Novamente é às especificidades das "circunstâncias" em que se dá o conhecimento que a atenção de Keynes se volta. Esta é, afinal, a pedra fundamental da teoria subjetivista da probabilidade. A probabilidade não existe na realidade, a não ser como produto de um raciocínio humano, uma abstração ou projeção em que até mesmo o conhecimento dos antecedentes é problemático, como sugerem os debates sobre o peso do argumento, da ignorância

205 Essa caracterização está em O'Neill (1989).

206 O'Neill (1989:125).

relevante ou dos pressupostos necessários enquanto princípios da natureza.207

Isso significa que a definição de probabilidade exige um grau de incompletude do conhecimento sobre o próprio passado, já que o conhecimento completo do passado teria como decorrência o cálculo completo do futuro. Esse conhecimento completo, apanágio dos modos de pensar deterministas, significaria afinal que o conceito objetivo de probabilidade já não poderia ser uma probabilidade e sim os números 0 ou 1, exclusivamente, numa espécie de "profecia" segura.208

Em oposição ao impasse, surge um momento em que se aproxima perigosamente o caso de dizer que racional é aquilo que nos interessa.

Keynesianos pós-econômicos

No final dos anos 80 iniciou-se um movimento mais forte de publicação de trabalhos sobre a filosofia de Keynes. Autores que dominavam o discurso econômico mais ou menos convencional, mas que liam Keynes sem colocar a Economia em primeiro lugar, Carabelli, Fitzgibbons, O'Donnell e outros abriram um espaço público de discussão que, apesar da hegemonia "keynesiana" do pós-guerra, tinha sido ignorado.

O TP seria necessariamente um dos textos de referência para a comunicação entre esses autores de uma nova leitura de Keynes. Cumpre-nos portanto agora, lido o próprio Keynes no contexto de debates com filósofos contemporâneos ou não, colocá-lo frente a frente com os principais autores que de forma sistemática e abrangente procuraram fazer de suas idéias um "sistema" filosófico próprio. É chegada portanto a hora de acarear o defunto com seus ressuscitadores, num tribunal onde tudo é julgamento mas nenhum veredito é final.

Desdobraremos essa tarefa em dois momentos. Nesse que agora se inicia o TP é o alvo central.209

207 No sentido de "projetividade" e "entranhamento" de hipóteses elaborado por Goodman.

208 Esse é o ponto de vista de de Finetti (1985:352) a partir dos conceitos de Keynes.

209 Esperamos que o texto até aqui tenha sido suficientemente feliz para persuadir da legitimidade de se tomar o TP como "caroço lógico" da obra de Keynes.

Do ponto de vista do tratamento sistemático do TP a obra de Carabelli (1988) é a mais compreensiva. Interessa, em primeiro lugar, entender o porque de Carabelli adotar o TP como esquema de referência para descobrir o "método escondido" de Keynes.

Esse método é na realidade citado na primeira frase do livro como "largamente negligenciado", seja pelo sucesso da TG, seja pela absorção do pensamento de Keynes no aparato neoclássico, o fato é que o reconhecimento de uma "posição metodológica autônoma" subjacente às teorias de Keynes ficou prejudicado.

Que a dimensão por assim dizer metodológica de Keynes tenha sido largamente negligenciada, disso não há dúvida. É uma constatação óbvia para quem teve um mínimo de trânsito entre publicações acadêmicas até os anos oitenta. É um enunciado de fato sobre o mundo acadêmico, um fato da sociologia do conhecimento econômico.

Mas entre essa constatação sociológica sobre a produção institucional de um tipo de conhecimento e a tese de que há em Keynes uma "posição metodológica autônoma" vão léguas de distância, que Carabelli gasta um livro para reduzir. Carabelli vai mais longe ainda:

"De fato, a velocidade do processo de assimilação (de Keynes pelos neoclássicos) pode ter sido fruto da separação entre suas doutrinas e seu método." Carabelli (1988:1)

Causa espanto, saindo-se das leituras da filosofia de Cambridge e de Wittgenstein, que alguém imponha sobre um autor embebido naquela atmosfera essa distinção russelliana primária de dividir o discurso em dois, linguístico e metalinguístico, doutrina e método. Pois não foi precisamente a evolução em Cambridge de Russell a Wittgenstein justamente quando se percebeu a insuficiência dessa distinção para a inteligibilidade do mundo? E não foi precisamente essa insuficiência o epicentro da frustração filosófica de Keynes no TP?

Como vimos, no TP o problema da distinção entre um enunciado e sua justificação incorre em círculos viciosos cuja solução é ética. Carabelli propõe na primeira linha de seu livro interpretar metodologicamente Keynes através de uma distinção que ele mesmo abandonou no embate com a filosofia da probabilidade, optando pelo salto ranseyano na simultaneidade ética.

Não se trata de disputar uma guerrilha página a página, parágrafo a parágrafo com as exposições técnicas do TP apresentadas por Carabelli. Trata-se de estranhar o próprio fundamento de sua empreitada, o tipo de solução que ela oferece para a relação entre o TP e o resto da obra de Keynes. Uma solução nada terapêutica que sutilmente prolonga e sofisticada a esquizofrenia.

Fitzgibbons (também 1988) coloca-se num outro extremo, oferecendo **A Visão de Keynes**, sub-intitulada "uma nova economia política". Na apresentação do projeto, esclarece que:

"Por "visão" de Keynes refiro-me ao que se pode extrair de seus *Collected Writings* e escritos iniciais, a visão do homem público". Fitzgibbons (1988:v)

As luzes apontam para um palco, mais adequado. Fitzgibbons vê em Keynes uma nova espécie de idealismo associado a uma filosofia da ação prática,

"(...) um órgão do pensamento bem definido e lógico, inaudito, novo ao mundo até onde sei e compreendendo da idéia metafísica até regras imediatas de decisão." (Idem).

Não mais uma separação entre linguagem e justificação, doutrina e método, mas agora uma totalização sem fronteiras conhecidas em que a **verdade como fundamento da ação** fornece a chave da visão de Keynes. Fitzgibbons acrescenta ser esse um princípio pré-moderno:

"Nos capítulos que se seguem, ficará evidente que a filosofia econômica e política de Keynes só pode ser entendida como uma reversão à pré-modernidade, que Keynes analisava a economia moderna através de uma filosofia pré-moderna." (Idem:9)

Mas será possível? Novamente o mesmo paradoxo introduzido cirurgicamente no próprio Keynes, entre uma doutrina e uma filosofia que se estranham mas, ao mesmo tempo, integram. A diferença é que Carabelli diz ser o método do próprio Keynes, enquanto Fitzgibbons diz que o método não é dele mas remonta à era pré-moderna. Ou será que se trata antes do método que integra o quadro de referência filosófico do próprio Fitzgibbons?

Que um autor sofra influências do passado, dos defuntos aos quais Keynes ironizava com seriedade, até aí vai a razão de fato. Mas a imputação de uma filiação?

É certo também que, como mostramos, Keynes recoloca impasses sufocados na passagem da Filosofia Política para a Economia Política, mas a nosso ver para inaugurar uma economia mais política que a Economia Política.

Para Fitzgibbons o TP é apenas o enunciado mais formal da filosofia pré-moderna de Keynes, quando a nosso ver o TP é uma obra dilacerada, frustrada no trato da herança mas feliz na inauguração de uma nova atitude.

Isso tudo no que se refere apenas ao passo inicial, responder à pergunta "porque o TP?". Nos dois casos ocorre uma interpretação que viola o

conteúdo do debate filosófico em curso em Cambridge durante a vida de Keynes, não antes (Fitzgibbons e a filosofia pré-moderna) ou depois (Carabelli e os neoclássicos).

Fitzgibbons não cita Wittgenstein, Carabelli não cita Brady e tem referências discutíveis sobre McTaggart. Como entender o "ambiente intelectual" de Cambridge sem referência adequada aos dois? Fitzgibbons chega a reproduzir notas de correspondência filosófica entre Keynes e Sraffa, mas simplesmente ignora a existência real ou filosófica de Wittgenstein.

Carabelli escreve sobre Wittgenstein e McTaggart.

Ela reconhece a importância de abandonar a imagem da "Cambridge Russelliana" e atentar para a tradição idealista (1988:11). No caso de Wittgenstein, ressalta inclusive a similaridade entre sua concepção tardia de probabilidade e as idéias de Keynes. Wittgenstein é visto como um indício da Cambridge não-russelliana, uma prova documental de que é viável imaginar Keynes rompendo mais intensamente com Russell.

No que se refere à probabilidade, entretanto, Carabelli se atém a um detalhe relativamente técnico. Analisando a discussão de Keynes sobre o princípio da finitude ou da variedade independente limitada, Carabelli aproxima-o do Wittgenstein do *Tractatus*.²¹⁰

Já numa dimensão mais aberta, Carabelli aproxima a visão de Keynes da teoria econômica como "prática e orientada à ação" à atitude crítica de Wittgenstein sobre a filosofia que não dá conta das questões da vida cotidiana.²¹¹

Carabelli aproxima Keynes e Wittgenstein de modo mais fundamental quando lembra essa frase do último:

"a análise deve chegar ao fim".²¹²

210 "Aparte essa analogia entre as abordagens de Keynes e Wittgenstein, sou incapaz de traçar qualquer outra relação mais direta entre os dois quanto a esse ponto." Carabelli (1988:268, nota 2).

211 Carabelli (1988:284, nota 7). Além de bastante genérica, essa aproximação tem outro vício implícito. Quando Keynes critica a implausibilidade da filosofia frente à vida cotidiana, trata-se de uma refutação da filosofia formalista convencional, não a defesa de um "método" alternativo que consiga cumprir melhor o mesmo papel de que a filosofia tradicional não dá conta.

212 Frase extraída por Carabelli (1988:40) dos *Notebooks* (1914-1916) de Wittgenstein, obra portanto da primeira fase do filósofo, quando a demarcação do formalismo lógico tinha primazia.

Uma variação do tema do *Tractatus*, da necessidade de reconhecer os limites para o dizível, anterior ao que seria o Wittgenstein maduro, alerta de limites para o dizível (sem ousar pronunciar quais).

Fim pode ser término, mas também meta a ser alcançada, plano a ser realizado. O fim da análise não pode ser dissociado de sua finalidade, ao contrário do que apregoa a distinção entre positivo e normativo. Esses dois sentidos misturam-se nos fins concretos ou empíricos com que nos defrontamos na vida cotidiana - a não ser que se morra.

Nossa leitura encaminha portanto o dilema filosófico do TP para uma problemática ética. Carabelli valoriza na "inanalísibilidade" a própria análise, o fato intelectual de colocar um limite e provocar uma ruptura. Isso fica evidente no fato de que ela, apesar de distinguir entre ser "analisável" e "dizível", a favor da segunda opção no Wittgenstein maduro, acabar resolvendo mesmo o projeto maduro em termos de "dizível" X "indizível". Ora, nossa leitura procura mostrar que em Wittgenstein interessa muito mais esse campo onde se põe o debate sobre dizível e indizível que a posição teórica precisa do ponto onde deve incidir a navalha cirúrgica de Ockam.²¹³

Essa divergência é absolutamente crucial e vai ao âmago da política envolvida nesse debate acadêmico. Essa "definição de limites para a análise" diz respeito diretamente ao poder dos intelectuais numa sociedade. Não porque os intelectuais bloqueiem o caminho rumo à ação, o que também tem sua dose de razão. Mas nisso estão no seu papel: aconselhar, acautelar, pesar cenários distintos, imaginar outras realidades virtuais.

Mas se o intelectual esquece a advertência do velho Wittgenstein e assume a função de definir por si mesmo os limites ocorre uma imediata revivescência do platonismo político, da República dos Filósofos. Ou seja, não se trata de definir esse ou aquele limite para a ação prática, mas de desconfiar da atitude de quem indica e precisa, pronunciando, o limite do que quer que seja, aí sim bloqueando a criatividade histórica.

Keynes não quer ser mais um policial, apenas relevar essa ética essencial aos intelectuais numa sociedade democrática de massas.

Por que ou como interromper a análise? Mais ainda, por que imaginar essa separação reverencial entre análise e prática? A questão não é saber onde a análise começa e onde termina, mas de vivermos nela e com ela, sabedores dessa sincronicidade imperturbável. Uma *vita pratica* que não é a "inversão racional" da *vita contemplativa*, mas um campo onde essa distinção não faz sentido. 214

213 Noutras palavras, Carabelli interrompe seu caminho diante da questão da análise.

Em Keynes a cura (terapêutica) não tem começo nem fim pois a vida é por si mesma um processo terapêutico, um jogo de regras aparentemente estáveis porque a cura parece não ter fim.

Se não há distinção não-arbitrária entre enunciado e norma, linguagem e regras, doutrina e método, a questão de colocar um termo à análise perde sentido, pois é uma típica questão "metodológica".

Contrário sensu, Keynes não propõe uma nova metodologia (menos ainda uma teoria geral) pois percebe cedo, em vários planos existenciais, a fragilidade da norma (que é sempre ao mesmo tempo necessária e desejada, como no mundo dos negócios, onde os assuntos são liquidados (matters are settled)). Isso não significa a desapareição do "Keynes filosófico", apenas nos leva a participar com ele da redefinição do filosofar na sociedade democrática de massas, uma atitude necessária fora dos conventos onde a Verdade é lecionada.²¹⁵

Embora seja inegável o impacto do TP em várias passagens de obras econômicas, é ilusório imaginar o TP como a "metodologia escondida", o "caroço racional" de Keynes. Seria interpretar a obra filosófica de Keynes como uma gramática descritiva.

Keynes (CW:338) referiu-se à solução do primeiro Wittgenstein, pela qual o que não é redutível à ciência não faz sentido (nas palavras de Carabelli), sendo de grande valor para o indivíduo mas

"imprópria para ser exatamente discutida".

Pois o mais comum é apresentar-se esse primeiro Wittgenstein como defensor de um esquema lógico-proposicional, ou seja, de formalização da linguagem como conjunto de enunciados que são ou verdadeiros ou falsos e que, portanto, de certa forma têm interna à forma tábuas de verdade infensas à discussão (ou seja, a forma não pode ser discutida por outras proposições, sob o risco de um recurso ao infinito)²¹⁶.

214 Há quem veja em Keynes uma abordagem da irracionalidade humana que se alinha ao que o próprio Keynes denominava "a teoria freudiana do amor pelo dinheiro". Cf. Winslow (1986) e as referências ali citadas a outras obras que resgatam o Keynes psicanalítico.

215 Essa distinção entre Filosofia e filosofia, Verdade e verdade está na base do pragmatismo ressurgente. Cf. especialmente as obras de Richard Rorty. Quanto ao metodologismo de Carabelli, aponta para "filosofia da linguagem ordinária". O "misticismo" de Wittgenstein, entretanto, é no seu elemento essencial a impossibilidade de uma metalinguagem e, portanto, seja de uma "metodologia", seja de uma "metafísica" enunciáveis (Bouveresse, 1973:61).

216 Cf. Lopes dos Santos, L.H. (1993).

Em sua singela imagem concisa do sistema wittgensteiniano ainda em sua primeira forma, Keynes já entende o desafio como sendo situar as regras do jogo de linguagem num campo não exatamente linguístico (no espírito das gramáticas descritivas), mas que pressupõe a constituição de um campo de significação (a possibilidade de discussão).

A intimidade entre racionalidade (ou melhor dito, civilidade) e discussão é um dos néctares da ética de Bloomsbury que alimentou Keynes até bem tarde na vida. Carabelli prefere ver aí um ponto de discordância com Wittgenstein, evitando qualquer indagação mais ampla sobre a importância da palavra "discussão" usada na citação.²¹⁷

Na sua conclusão Carabelli abre o jogo e procura um lugar na tradição para o Keynes "metodologista" (1988:242), ou seja, um "lugar na história do método científico" (idem).

Keynes optou por uma lógica da inferência, contra a lógica da implicação de Russell. Keynes banhou-se no organicismo de Moore. Quanto a Wittgenstein, há razões para aproximar a visão de probabilidade de Keynes da noção de probabilidade do Wittgenstein tardio, ou seja, de

"(...)uma classe de proposições intencionais (tais como vontade, desejo, ordem, esperança) que são orgânicas e não atomistas, baseadas em formas sociais de vida e expressas em termos de linguagem ordinária". Carabelli (1988:243)

Esta última pista de Carabelli parece a mais promissora mas, curiosamente, não é aprofundada. Ocorre que tanto Keynes quanto Wittgenstein, mesmo ou especialmente o tardio, ocupam-se ainda de ciência e racionalidade, não apenas de estados mentais reduzidos a volições. Descartando essa conexão

217 A paixão de Keynes por Malthus, consagrada no Prefácio à Edição Japonesa da TG, ressalta a importância do tema. Malthus é um dos casos mais nobres de economista derrotado em discussão pública. O vencedor do duelo, Ricardo, conduziu a Economia Política inglesa a um esquematismo grosseiro e inútil que significou, já nas vésperas da "revolução marginalista", o desligamento da Economia Política da academia real britânica de ciências por falta de criações novas. (Cf. Schwartz, 1982:3). Depois, em 1895, seria criada a Royal Economic Society. Ou seja, o ritual feudal de duelar aplicado à discussão racional conduziu a uma situação em que ocorreu o fechamento do espaço de discussão pública entre Economia e outras Ciências. Até onde sei, esse aspecto marcante da evolução do pensamento econômico inglês nunca serviu de apoio a uma reinterpretação da obra de Keynes que, por sua vez, ajudou a jogar o debate econômico acadêmico da Royal Society para as páginas dos jornais.

mais ampla com Wittgenstein, Carabelli acaba por afirmar que, em suma, Keynes não foi filosoficamente original.²¹⁸

Em oposição a essa leitura, procuramos evidenciar que a nova postura teórica de Keynes coincide em muito com autores que não são membros apenas de um universo não-russelliano em Cambridge, mas de um universo não-cambridgeano em Cambridge, o que por si já indica o grau de divergência entre nossa leitura e essa autora expoente dos keynesianos pós-econômicos, ou seja, filósofos que resgatam a "metodologia de Keynes" como se a economia fosse um espólio apodrecido nesse pensamento.²¹⁹

Nesse sentido, a preocupação de Keynes não está na escolha desta ou daquela metodologia, mas na identificação das regras que permitem o estabelecimento de um campo, ou seja, momento de discussão pública em que já não é possível afirmar a suficiência científica ou metodológica da Economia Pura.

Isso fica cristalino já no TP, quando Keynes toma posição diante das possibilidades colocadas pelo projeto logicista de Cambridge:

"(...) não me privarei de expressões convenientes, ainda que menos rigorosas, que têm sido habitualmente empregadas por autores anteriores e que têm a vantagem de serem, ao menos de modo geral, imediatamente inteligíveis ao leitor."

Continuando em nota de rodapé:

"Esta questão, que se coloca para todos os autores contemporâneos de assuntos lógicos e filosóficos, é na minha opinião muito mais uma questão de estilo - e que portanto deve ser resolvida através do mesmo tipo de considerações que outras questões que tais - do que geralmente se supõe. Há ocasiões para métodos muito exatos de enunciação, tais como os

218 "Keynes nunca teve plena consciência de ir numa direção que teria exigido um total questionamento da epistemologia de seu tempo." Carabelli (1988:243) Evitando tratar a consciência de Keynes como um baú de velharias, entretanto, e sem buscar compará-lo com filósofos profissionais (passo seguinte de Carabelli ao dizer que Wittgenstein conseguiu "ir além" de Keynes), considero mais adequado reunir as provas teóricas que demonstram a comunhão de propósitos entre Keynes e Wittgenstein. Quanto à suposta falta de consciência crítica sobre o momento em que se encontrava em termos da história intelectual européia, valham ainda as palavras do próprio Keynes em nota de rodapé do TP: "A continuidade e unidade do moderno pensamento europeu pode ser ilustrada, se tais coisas agradam ao leitor, pela reflexão que Condorcet derivou de Bernoulli, que Godwin inspirou-se em Condorcet, que Malthus foi estimulado por Godwin (...) e que da leitura de Malthus (...) Darwin recebeu seu impulso inicial." (CWVIII:90, nota 3)

219 É claro que ambos se propõem a renovar o pensamento dos próprios economistas, examinam textos econômicos e Keynes para descobrir "ganchos" com o TP, etc. Mas preservam a separação entre economia e filosofia, discurso e método, linguagem e justificação que, a nosso ver, era exatamente o alvo da vida intelectual de Keynes.

empregados no Principia Mathematica do Sr. Russell. Mas há vantagens também no escrever no inglês de Hume. O Sr. Moore desenvolveu em Principia Ethica um estilo intermediário que nas suas mãos tem força e beleza. Mas aqueles autores, que esforçam-se por uma precisão exagerada sem ir às últimas como o Sr. Russell, são às vezes meramente pedantes. Perdem a atenção do leitor, e a complicação repetitiva de suas frases elide a sua compreensão sem realmente atingir, em compensação, uma precisão completa. A confusão do pensamento nem sempre é evitada com expressões técnicas e pouco usuais, às quais a mente não tenha reação imediata de entendimento; é possível, sob o disfarce de um formalismo cuidadoso, fazer enunciados que se expressos em linguagem comum seriam repudiados pela mente de imediato. Há muito em favor, portanto, de se entender a substância do que se diz o tempo todo, nunca reduzindo os pontos substantivos de seu argumento ao status mental de um x ou y." (CWVIII:20)

Keynes remete a lógica à ética e a ética à estética. Os jogos de linguagem são ações comunicativas às vezes enganosamente simples e cotidianas, são linguagens "primitivas e rudimentares" que, bem vistas as coisas, revelam-se na realidade como situações complexas, contextos onde ocorre insuspeito comércio simbólico.

Parte 3. O Campo da Política Econômica

"L'histoire des sciences n'est certes pas une histoire morte. Elle est toutefois, grosso modo, l'histoire des choses mortes. L'astronomie copernicienne ou newtonienne n'intéresse plus personne, elle n'a aucune valeur actuelle. C'est en cela qu'elle difère profondément de l'histoire de la philosophie. C'est que nous estimons, à tort ou à raison, que les pensées d'Aristote ou de Platon ont une valeur actuelle". (A.Koyré)²²⁰

"Toda verificação, confirmação ou infirmação de uma hipótese já toma lugar no interior de um sistema. E esse sistema não é um ponto de partida mais ou menos arbitrário ou duvidoso de todos nossos argumentos: não, ele pertence à essência disso que chamamos um argumento. O sistema não é tanto um ponto de partida quanto um elemento no qual os argumentos ganham vida." (Wittgenstein, apud von Wright, 1986:184).

"As mutações filosóficas interessantes (desejaríamos dizer o "progresso filosófico", mas isso seria supor a questão resolvida) sobrevêm não quando encontramos uma nova maneira de tratar um velho problema, mas quando um novo conjunto de problemas emerge sobre as ruínas do antigo. A tentação (lão forte atualmente quanto no tempo de Descartes) é pensar

que a nova problemática nada mais é que a antiga vista de um ângulo adequado." Rorty (1990:295)

"Mesmo concedendo que o passado pertence ao passado, devemos ser fatalistas com respeito ao futuro também? Se deixarmos que as coisas se curem por si, os resultados podem ser desastrosos." (Keynes, *Collected Works*, VI:345)

3.1 Rumo à Política Econômica

A experiência de Ludwig Wittgenstein em Cambridge envolveu de modo crucial um contato com outro economista responsável por importantes mudanças conceituais na teoria contemporânea: Piero Sraffa. Diz-se que o abandono do atomismo lógico por Wittgenstein teria sido precipitado por uma conversa com Sraffa quando este, teatralizando um gestual tipicamente italiano, cobrou de Wittgenstein a "forma lógica" correspondente a uma tal proposição.²²¹

Wittgenstein não obteve resposta no quadro oferecido pelo *Tractatus*, sua obra de juventude, reconhecendo que a correspondência entre fatos e enunciados não é simples nem transparente.

Um gesto pode significar coisas diferentes em diferentes contextos porque a originalidade de sentido de um enunciado resulta do uso não convencional de convencões. Ou seja, na produção de sentido não está em jogo apenas alguma "correspondência" entre linguagem e mundo, mas da linguagem consigo mesma em ato.

Se os fatos atômicos são carentes de sentido, que tipo de linguagem faz sentido?

Essa era a pergunta de Sraffa a Wittgenstein. Ocorre que dessa mesma pergunta surge a crítica de Sraffa ao conceito que resumia a essência da teoria econômica praticada em Cambridge: o equilíbrio parcial. Se nenhum fato atômico faz sentido, o equilíbrio parcial remete imediatamente à possibilidade lógica de se identificar um equilíbrio geral.²²²

²²¹ Malcolm (1958:69) descreve o gestual como um "passar os dedos rapidamente sob o queixo" indicando desgosto ou enfado.

Sraffa daria sua própria versão neo-ricardiana do equilíbrio geral, que não nos interessa examinar aqui. O que é demais relevante, entretanto, é a importância dessa crítica lógica ao equilíbrio parcial (artigos de Sraffa em 1925 e 1926) e seu parentesco com os desdobramentos do pensamento de Wittgenstein e do próprio Keynes.²²³

Keynes era um discípulo de Marshall, completamente avesso aos automatismos pressupostos pelo equilíbrio geral, mas também pensador atento aos debates lógicos de seu tempo que não poderia simplesmente reiterar a teoria econômica do equilíbrio parcial (como de fato recusou o approach marshalliano - nem o estatuto "geral" de sua teoria o é no sentido convencional das teorias do equilíbrio).

A teoria da política econômica como campo relevante da Economia foi a resposta de Keynes aos paradoxos de Sraffa-Wittgenstein, a sua identificação do que se coloca como geral na medida mesma em que se deveria colocar em evidência o parcial. Como fazer o parcial tornar-se geral senão supondo uma projeção universal de regras de decisão? E como esperar essa adesão não-privada à projeção senão através da expectativa que se faz confiança, de uma racionalidade que é ao mesmo tempo crença em ato?

Nenhuma expectativa se basta. Se assim fosse, a expectativa seria uma convenção, não uma expectativa.

Esse enunciado é simples ao ponto de converter-se num enigma lógico, numa ameaça de tautologia. É evidente que uma expectativa é sempre expectativa "de algo", mas ao se insistir no caráter mais ou menos provável desse "algo" esquece-se rapidamente do caráter expectacional do jogo que acabou de armar-se.

Claro que uma probabilidade e mesmo a frequência relativa a partir de "n" observações faz parte do jogo - mas nem por isso é definitivamente sua verdade. Supor essa ponte estreita e direta entre a expectativa e os "dados objetivos" é dar como vitorioso o positivismo, que não admite entidades descoladas de fatos. Ora, é justamente a inacessibilidade do fato que tira as bases do positivismo.

²²² Cf. Davis (1988), que entretanto considera esse ponto de interesse mais de filósofos que de economistas.

²²³ Há uma literatura mais ampla na investigação das relações entre Wittgenstein e Sraffa, envolvendo autores como Lunghini, Roncaglia e Pasinetti, ou seja, os italianos que continuarão a tradição Sraffiana de Cambridge. Cf. Santos (1993) para uma resenha inicial dessa vertente. De qualquer modo, Sraffa é importante na passagem do primeiro ao segundo Wittgenstein e não, simplesmente, por uma possibilidade de aplicação do primeiro Wittgenstein, por exemplo, a Keynes.

Os dogmatismos oscilam entre a subjetividade e a objetividade e nada atende mais a essas vontades de controle que a idéia de mecanismo. Com o que se espacializa um problema que na sua origem é temporal: "expectativa de algo" diz respeito não apenas à relação positivista entre enunciado e fato empírico, mas a uma modalidade entre muitas de construir enunciados, com o caráter muito significativo de incluir na enunciação (ou seja, na construção do enunciado) a referência ao futuro.

A expectativa portanto pede, como forma discursiva elementar, uma espécie de confirmação retroativa. Não basta enunciar uma probabilidade, é preciso apostar na própria capacidade de operar com uma faculdade que na realidade inexistente (prever), é preciso reforçar a importância desse tipo de enunciado que aponta para o futuro na trama produtivo-comunicativa que define o capitalismo.

Nenhuma expectativa, entretanto, é solipsista. O jogo entre enunciado de probabilidade e confiança (o chamado jogo do peso da evidência) é por sua vez uma aposta na estabilidade das outras expectativas.

Por isso Dennis Robertson, ironizando a teoria dos juros de Keynes, dizia que a taxa de juros é o que é em função da expectativa dos agentes de que ela seja algo diferente. Diferente e estável, ele se esqueceu de completar.²²⁴

De fato, na *Teoria Geral* há várias passagens em que o tema da **confiança** no estado de expectativas vem para o centro da cena - para ficar aí muito rápida ou timidamente, como numa nota de rodapé nos capítulos 12 e 17.

Nesses trechos, entretanto, Keynes remete diretamente para o cap. 6 do *Treatise on Probability*, sobre o Peso da Evidência.

Tecnicamente, Keynes é ainda mais explícito quando compara, no cap. 17, a distinção entre prêmio de risco e prêmio de liquidez àquela entre as nossas melhores estimativas de probabilidades e a confiança com que as fazemos.

Noutro trecho, falando das propriedades do dinheiro, Keynes salienta que seus custos de carregamento são imateriais ou, se fossem materiais seriam nulos.

224 Citado em Costa (1990).

A relação entre o prêmio de risco e o prêmio de liquidez está portanto nessa imaterialidade que escapa ao controle e ao mesmo tempo convida a enunciados expectacionais. É, digamos assim, o "tempo" - embora essa formulação seja ainda ampla demais.

Isso porque a confiança no TP não é simplesmente associada a uma evidência, mas a um peso da evidência que é uma espécie de sustentação de segundo grau para a própria evidência.

O paradoxo do TP é buscar a fundamentação lógica da probabilidade (e não meramente subjetivista, como às vezes se faz crer) num tipo de enunciado cuja referência nada mais é que ele mesmo. Aquela "carga adicional" de aderência que o enunciado de uma expectativa parece exigir é a reafirmação da mesma forma lógica.

Ora, essa forma lógica é "referência ao futuro". É a mesma forma lógica da taxa de juros. Assim, não existe taxa de juros "endógena" ou "exógena" porque se trata de uma forma lógica que se sobrepõe a todos os ativos-capital (ou seja, momento da dinâmica capitalista em que até a mercadoria se põe como ativo-capital).

A taxa de juros expressa essa dinâmica social em que o acesso ao futuro encontra um mecanismo de regulação. Mas já não se trata de um mecanismo no sentido da ciência tradicional e sim de um "mecanismo expectacional" cuja referência a si próprio dispensa e subordina todos os conteúdos.

Nesse sentido Keynes aproximou-se, simetricamente digamos, da colocação mais polêmica de Marx, a que associa a dinâmica do dinheiro à "possibilidade formal de crises". Cada escola marxista preencheu essa forma com um conteúdo político, ideológico e conjuntural específico. Geralmente brandindo argumentos sobre a inevitabilidade deste ou daquele mecanismo darwiniano. Fica entretanto o alerta de Marx quanto à forma da possibilidade - exatamente o mesmo fenômeno ao qual se prende Keynes, ao examinar a forma da probabilidade.

Keynes elaborou uma teoria da política econômica mais política que a economia política criticada por Marx - e também por isso se justifica que toda essa tradição mecanicista seja denominada "clássica" por Keynes.

O prêmio de liquidez é a manifestação mais objetiva de uma indeterminação coletiva que só se resolve coletivamente. É ao mesmo tempo o sintoma de que a forma da possibilidade, essa racionalidade meio capenga que é ao mesmo tempo uma crença, predomina na dinâmica capitalista "financeirizada".²²⁵

O paralelo entre o TP e a TG através do capítulo 17, ou seja, das propriedades dos juros e do dinheiro, é assim bastante revelador. A revelação entretanto só ocorre para os que se dispõem a suportar o custo de carregamento de um certo arsenal epistemológico.

Em primeiro lugar está a necessidade de incorporar ao máximo a visão do capitalismo como uma dinâmica produtivo-comunicativa, em débito direto com as reflexões de Habermas sobre a legitimidade.

Em segundo está o desafio de enveredar pelas reflexões sobre enunciados significativos sem se perder num projeto logicista - desafio assumido pela obra de Wittgenstein.

O mecanismo da taxa de juros (e analogamente a forma da probabilidade enquanto possibilidade lógica) é um jogo cuja medida é exatamente a capacidade de pressupor alguma medida, uma projeção de regras, de uma norma cuja prova racional estampa cotidianamente a necessidade da entrega muitas vezes assustada a alguma crença.

Daí a necessidade de evitar, como resultado prático dessa releitura das relações entre TP e a teoria econômica de Keynes toda forma de "inercialismo" - como se o jogo das expectativas fosse apenas um preâmbulo à definição de parâmetros num modelo (caso das expectativas adaptativas, racionais, caóticas, etc.).

A política econômica surge dessa releitura de Keynes como a posição de possibilidades, não como um mecanismo que funciona ou não (sob certas expectativas, convenções, etc.).

A lógica da política econômica em Keynes está inscrita na forma lógica que assumem os processos capitalistas, nessa distinção aparentemente simples entre o prêmio de risco e o prêmio de liquidez, a expectativa e a nossa confiança no estado expectacional, a relação com o mundo e a garantia mínima de que se trata de uma relação racional.

O problema central não é o valor das coisas no futuro, mas a expectativa de valor das coisas no futuro. Assim, a dinâmica capitalista - especialmente quando a regra desaparece - é sempre regulada por um futuro que, a rigor, existe apenas como expectativa de manutenção da regra, um entre muitos possíveis estados de confiança. Isso não autoriza de imediato o passo adicio-

225 Essa dimensão financeirizada é portanto a mesma examinada por Marx ao tratar do capital a juros e do fetiche do dinheiro e não simplesmente mais uma "etapa" do desenvolvimento capitalista.

nal, a saber, que toda expectativa corresponde a uma convenção, à mera repetição do cenário vivenciado em (t-1).

Esse aspecto é certamente o principal nexó lógico a partir do qual a idéia de inércia perde sentido nas economias monetárias.

Os vários autores (Carabelli, Shidelsky em parte) que sublinham o aspecto convencional apenas arranham o óbvio. O que não é óbvio, apesar de toda a insistência de Keynes, é que a "convenção" - ou melhor, a regra central é tentar adivinhar o futuro e ...agir como se uma adivinhação fosse possível antes mesmo de ser correta, o seu cenário confirmado.

A presença de autoridades que "controlam" a liquidez é na realidade o principal (e necessário) jogo de cena sem o qual os cenários dominantes não se afirmam como hegemônicos - nesse sentido, a sua estabilidade é de fato o paradoxo sublinhado por Robertson.

A política econômica constitui-se assim num "espaço" ou campo no qual faz sentido postular a universalidade do "interesse nacional" ou do "bem-estar social" - mas essa universalidade está sempre sob a forma da possibilidade, constitui-se o próprio enunciado em parte estruturante do peso da evidência.

A taxa de juros cumpre a função de "standard", palavra que normalmente se traduz por padrão mas cujos contornos ficam mais claros se traduzida como regra.

A taxa de juros do dinheiro (rate of interest on money) é algo que "sets a standard", define uma regra. Keynes logo a seguir mostra a regra: um investidor tem em mente a comparação entre a eficiência marginal de um ativo-capital e a taxa de juros do dinheiro. Nesse passo o leitor logo mergulha na regra, sem perceber que a regra é comparar, buscar uma referência. O investidor vai buscar essa referência na taxa de juros quando e somente quando a taxa de juros do dinheiro souber cumprir as funções que a regra lhe destina. Há portanto três momentos lógicos distintos: a regra e a possibilidade da regra. É a regra que abre possibilidades (ou seja que a "emergência" de novas possibilidades seja uma regra).

A taxa de juros do dinheiro joga um jogo de abstração velada e duvidosa, mas é com esse ar de conceito que essa taxa se põe para os ativos (que assim se tornam "capital") como regra de valorização, uma espécie de cartaz luminoso a rebrilhar piscando a idéia "acumulação, acumulação, acumulação".

O caráter da regra é convidar à multiplicação das relações, de sorte que para todo tipo de ativo-capital deva existir algo análogo a uma taxa de juros (CW, VII,p 222) como por exemplo a taxa de juros do dinheiro.

Mas porque a regra se deposita imantada na taxa de juros? Por que essa taxa é uma ponte que traça explicitamente um salto rumo a um futuro relativamente seguro (pois abstrato e virtual) já que:

- a) seus custos de carregamento são nulos ou negligenciáveis,
- b) seus custos de carregamento não são materiais (CW, VII, p 233)

Logicamente, b antecedendo a, embora Keynes apresente a em primeiro plano e b nas entrelinhas. De fato, Keynes não insiste na imaterialidade, talvez para mostrar-se mais "científico" ou "prático", mas é essa imaterialidade o que afinal define liquidez.

A percepção tem entretanto implicações práticas quase imediatas: os rendimentos marginais por exemplo podem variar crucialmente com o nível de estoques e não com o nível de produção corrente (como numa função de produção). E o valor do estoque depende da capacidade e viabilidade de se liquidá-lo, imaterializá-lo, convertê-lo em dinheiro.

Dinheiro portanto não é a coisa dinheiro, assim como capital não é a coisa equipamento, mas o caráter monetário da regra que regula a percepção capitalista do tempo.

A liquidez é um ideal, não um agregado que se controla, pois depende da interação entre angústia coletiva e confiança.²²⁶

Esse tratamento do dinheiro e da questão dos juros coloca provocantes questões no terreno da reflexão política, a partir do momento em que o núcleo de governabilidade, a confiança numa regra que aponta para o futuro, ocupa o centro da cena.

É a partir daí, desse núcleo realmente lógico da política econômica que as várias questões instrumentais devem ser analisadas.

A estimativa de um rendimento prospectivo é uma regra que segue a lógica circular e self-defeating do enunciado probabilístico, entretanto mais que o acerto maior ou menor de previsão exercita-se aí a forma da prospecção, tão necessária para o comportamento racional quanto a formulação consistente de sistemas de enunciados dedutivos (ou seja, pertinentes a uma cadeia dedutiva).

226 "O prêmio de liquidez é parcialmente similar ao prêmio de risco, mas parcialmente diferente; - a diferença corresponde a diferença entre as melhores estimativas de probabilidades que podemos fazer e a confiança com que as fazemos". (CWVII, p. 240)

Keynes insiste no paradoxo da decisão expectacional:

"Não há, é claro, qualquer critério absoluto de "liquidez"²²⁷ mas apenas uma escala de liquidez - um prêmio variável que deve ser levado em conta (...) na estimativa da diferente atratividade de diferentes formas de possuir riqueza. O conceito do que contribui para a "liquidez" é um tanto vago, mudando de tempos em tempos na dependência de instituições e práticas sociais." (CW.VII, p.240)

A característica do dinheiro, ser regra de valor, desaparece no momento mesmo que se "realiza" plenamente o caráter de liquidez que o consagra como conteúdo suposto da regra. Keynes aí encontra a realização concreta mais fenomenal da sua probabilidade não numérica ordinal.

Essa concepção que destaca o caráter reflexivo da economia monetária é totalmente crítica da obsessão com a quantidade de dinheiro em circulação. A quantidade é um dado subordinado, um aspecto do jogo mas não sua regra pois a medida desaparece justamente quando é mais necessária.

Entretanto a teoria econômica convencional, inclusive a pós-keynesiana, transforma justamente a quantidade em regra, ao mesmo tempo instaurando a questão derivada do controle sobre essa quantidade, se exógeno ou endógeno.

O debate sobre a "endogenia da moeda" é portanto apenas aparentemente qualitativo, ou pelo menos um qualitativo ainda muito pobremente ancorado no quantitativo, pois "dentro" e "fora" são uma opção tão simples quanto vazia de sentido - por razões que eram familiares à filosofia "inglesa" de Cambridge.

É impossível admirar um quadro estando-se "fora" dele - a mera nomeação do "fora" já constitui uma unidade tão extrema do "dentro" consigo mesmo que chega-se a duvidar do "fora" estar realmente fora de uma conciliação meramente desejada do que está dentro consigo mesmo. "Fora" e "dentro" são pólos de uma antinomia sem solução analítica e, portanto, sem sentido.

O risco não é cair na exogenia monetarista, pois a endogenia aparentemente mais fiel ao objeto é tão ilusória e formal quanto a exogenia.

O "fora", entretanto, é rapidamente associado ao Estado. Os adeptos dessa distinção levam a sério o próprio critério: trabalho, tecnologia e finanças

²²⁷ Traduzo novamente "Standard" como "critério".

também estão fora do sistema. O sistema fica então reduzido à dinâmica dos preços.

Mas o economista neoclássico trata os preços fora do tempo, apenas como reatores a fatores quantitativos. Ocorre que é precisamente contra a materialidade dos fatores quantitativos que Keynes dirige suas baterias.

O preço capitalista é uma cápsula de tempo, e a teoria dos juros do dinheiro de Keynes mostra que o prêmio de liquidez é algo imaterial que evita ou ameniza a ansiedade com relação ao futuro. Custo de carregamento quase nulo, zero de produção, uma âncora a mais aparentemente segura de todas.

Mas o dinheiro que ancora é também apenas um lembrete lido às avessas, de que o tempo passa sem destino certo.

Quando digo que há um prêmio de liquidez, dou nome positivo para um fenômeno negativo: há medo, insegurança, "motivos" para "demandar liquidez" (sendo variável o deus-tempo sobre o qual se projeta e investe essa demanda).

Dinheiro é "líquido" menos por estar em oposição a tudo que é sólido (e que realmente não desmancha no ar), mais porque dinheiro permite liquidar contratos, transformar operações "forward" em operações "spot".

Alguém tem que garantir macroeconomicamente esta liquidação. Microeconomicamente houve apenas troca de titularidades - como saber se a nova alocação permite de fato, macroeconomicamente, o fechamento do balanço?

As coisas se compram e vendem, mas geram nisso mais que um equilíbrio contábil: há cálculos de lucros que afetam o investimento e portanto o ritmo com que passado e futuro se contrapõem, o ritmo com que riquezas levam à criação de mais ou menos riquezas.

A visão contábil desse circuito percebe dinâmica apenas onde há "choques exógenos", pois não há como tirar de compras e vendas que apenas alteram o perfil alocativo da economia esse salto através do qual alocação converte-se em acumulação²²⁸.

Há na taxa de juros esse papel de colocar-se como regra. Como salienta Keynes, é uma regra e um propiciador de cálculo. Legitimando e afetando

228 O salto para fora do fluxo circular schumpeteriano.

os cálculos privados, a regulação financeira altera os cenários desenhados por tomadores de decisão²²⁹.

Há portanto política de juros, não política de controle de agregados e de liquidez, há política financeira não política monetária: política em suma, enquanto estabelecimento de critérios e regras que variam segundo critérios que devem estar subjacentes aos vários instrumentos de política, impondo diferentes seletividades²³⁰.

Contraposição portanto aos vícios de imaginar uma política exógena de controle da quantidade de dinheiro ou de explicar essa mesma quantidade de dinheiro pela demanda dos agentes que, assim, definiriam limites objetivos para a própria expansão do crédito bancário.

A dificuldade é que a visão quantitativista não é a única que se debate em paradoxos, o qualitativismo marxista pós-keynesiano perde-se também. No afã de escapar ao exogenismo, o marxista deveria seguir Brunhoff na crítica ao endogenismo que remete, então, a visao qualitativa. A "sugestao":

"É mais apropriado, numa visão marxista, postular que a substância da forma-dinheiro não é a mercadoria em que ela é representada, mas a quantidade de riqueza à disposição da sociedade (inclusive a força de trabalho potencial) em que o dinheiro pode ser convertido".²³¹

Esse qualitativismo meio marxista, meio pós-keynesiano, meio aristotélico é portanto ainda uma visão espacial, de casamento ou descasamento entre duas estruturas cuja medida aparece como tranquilamente resolvida.

Aparentemente a questão da quantidade foi exorcizada (embora "a proporção em que o dinheiro pode ser convertido em outras mercadorias" seja uma longa metonímia).

A "proporção" então depende dessa outra estrutura que é a "quantidade de riqueza à disposição da sociedade (inclusive força de trabalho potencial)". A essa altura já não é possível saber do que o autor está falando, pois até o potencial já entra como ingrediente de uma medida que até aqui não se esclarece.

229 A dinâmica entre ordem monetária e conjuntura apontada por Aglietta.

230 Essa definição de política financeira está em Schwartz (1990) e Ferreira, C.K.L., Ferreira, C.P., Schwartz, G., (1992)

231 Carvalho (19986) in Costa (1990)

Quantidades de coisas cuja medida está justamente em questão são contrapostas como se oriundas de estruturas cuja realidade estável deveria ser absolutamente óbvia.

Finalmente, irrompem os preços para explicar mas na verdade sendo explicados pelo descasamento entre a "riqueza à disposição" e a "quantidade de dinheiro". Parece que falar "excesso de dinheiro com relação à riqueza" é muito diferente de falar "excesso de dinheiro com relação às mercadorias" ou "à renda".

É como se a existência de dinheiro contábil fosse compatibilizada não com a idéia de lastro material (metal), mas social (a riqueza que, entretanto, ainda se vai sancionar). Esse "critério de proporcionalidade" é inútil pois são os juros que definem a racionalidade do cálculo prospectivo envolvido. É impossível encontrar a medida nos objetos, a medida é um jogo que precisa ser jogado - e a "política de juros" é o pressuposto básico do jogo: que haja uma medida comum e aceita, contra a qual imediatamente começam todos a lutar - como na imagem de Dennis Robertson.

O Estado oferece a linguagem comum onde o jogo é jogado, o Estado é a realização da lógica reflexiva que instaura a sociabilidade, mas nem por isso essa lógica deixa de operar em todos os níveis. A visão do Estado como um "topo" da sociedade é tão deseducativa como a de um "fora" da economia.

O problema da política econômica (e da política monetária) é o de abrir um campo onde se cruzem lógica e tempo, emprestando com seu peso institucional a ilusão de uma regra de valorização infalível porque legítima.

A política "monetária" ou "de juros", como quer que se chame, não é endógena nem exógena, quantitativa ou qualitativa porque o jogo não é controlar de fato alguma coisa mas:

1. simular o controle,
2. possibilitar a continuação do jogo,
3. jogá-lo como possibilidade.

A política monetária é, como toda política econômica, antes de tudo política.

Simular controle e participar do jogo significa na prática tomar decisões estratégicas que afetam o campo e não a moldura mínima que os atores se dispõem a pactuar, colocando em primeiro plano a própria necessidade de uma pactuação, de uma medida comum.

Exogenistas, endogenistas e qualitativistas perdem de vista essa lógica reflexiva no mecanismo da política econômica. Isso significa que o estabelecimen-

to de uma regra é sempre a proposição de uma medida que se supõe exista, quando aparentemente caberia à regra causar/reiterar essa medida.

A política é uma representação da contradição de sentidos. Seria no mínimo suspeito que a política econômica detenha esse privilégio de sobreviver numa esfera celeste onde a contradição é eliminada. Na realidade, a formulação e execução de políticas econômicas é uma forma, talvez a mais democrática possível, de representar a negociabilidade dos interesses contraditórios²³².

O caráter da contradição é portanto de ser um jogo de linguagem e o dinheiro não está em lugar nenhum do interior desse pensamento que se pensa como medida, nem nos juros, senão que enquanto regra monetária é pressuposto como regra imaterial - regra que nada mais é que o pulsar de "animal spirits", temores e angústias de toda sorte.

Evidentemente essa regra monetária que é vista como "âncora" que depende da sociabilidade não se reduz a uma geléia semi-vertebrada, de um pensamento que afinal se resumisse à perplexidade diante da limitada natureza humana. Keynes tangencia e cultiva o tema da natureza humana, mas o logos da política econômica não está numa objetividade psico-sociológica ou em alguma estrutura fora da história.

A percepção de um sentido comum e legítimo (o não- percebido não podendo converger-se imediatamente na aniquilação a que se refere William James), numa dinâmica produtivo-comunicativa habermasiana, remete no limite à suspeita, posta logicamente, de que a cadeia de enunciados nada tenha como referência senão a própria forma.

A taxa de juros pode ser logicamente exposta como a representação cuja referência é a própria forma - e assim todos os ativos têm "taxas próprias" de juros. O efeito prático dessa reflexão, entretanto, é que altera-se completamente o sentido do tempo. A acumulação é estimulada por essa abstração exatamente na medida em que cada coisa ao mesmo tempo se coloca como medida de si e dependente de uma medida ancorada em tempos alheios.

Assim, acumular e "prover para o futuro", a velha idéia do senso comum e da teoria econômica, sofre uma inversão total.

Marshall:

232 Essa colocação do problema da contradição numa atmosfera wittgensteiniana de análise do cálculo como jogo de linguagem, ou movimento do pensamento que "metamorfoseia os fatos e os objetos em momentos de uma linguagem" cuja inteligibilidade depende de um movimento do pensamento de "sair de si mesmo" ampara-se em Giannotti(1992)

consumo

presente ----- baixa acumulação ----- juros elevados

Keynes:

terra,

dinheiro ----- prêmio de liquidez ---- entesouramento

Marshall segue a velha linha do "poupar" e permitir investimento. Keynes mostra como a poupança imobiliza o processo de acumulação e situa a propensão a investir no campo da defesa patrimonial.

Para os clássicos é preciso esperar para que haja progresso. Keynes mostra que a impaciência é o traço distintivo da racionalidade econômica. A acumulação é na visão de Keynes ainda baixa, apesar de milênios de "poupança individual persistente" (CW, VII, p. 242), porque a humanidade não tem como se livrar dessa ansiedade que leva não a comer mais, mas a defender patrimônio estocado e... sob forma o mais líquida possível!

Assim, todo ativo-capital possui uma taxa própria de juros, mas a forma juros (prêmio de liquidez) remete não ao dinheiro em si mas a uma imaterial "capacidade de liquidação" que é uma ilusão macro-contábil sobre o campo onde a forma juros faz sentido.

Não é portanto por "confusão" que Keynes insiste nessa "referência a si mesmos" de todos os ativos-capital, pois essa é a realidade da forma juros.

A instituição monetária cria uma liquidez microeconômica que só pode corresponder a um risco sistêmico (representa-se individualmente a racionalidade mas o futuro coletivo é um ato de fé - a síntese, afinal, do que desde o TP vem sendo burilado por Keynes).

Mas se a taxa de juros não se refere a nada material, a nenhuma âncora senão a própria representação do papel de âncora, cria um campo de decisão discricionária em que os juros impactam o "lado real" e o "lado monetário-financeiro" de uma economia.

A política econômica é a realização prática de uma lógica aberta à política, um artefato de imbricação entre ação instrumental e razão comunicativa²³³.

É um tipo de racionalidade que exige fé nas instituições. Ou melhor, uma fé em instituições que sejam capazes de materializar um mínimo de racionalidade.

O campo keynesiano

Há uma nítida concentração do pensamento pós-keynesiano ou keynesiano autêntico na tarefa de resgatar o verdadeiro Keynes, sua teoria monetária original, sua visão de dinâmica econômica e instabilidade, e mais recentemente seus pressupostos filosóficos mais fundamentais.

O mais impressionante, entretanto, é que em nenhum momento se consolida uma Ciência Econômica pós-keynesiana com a mesma força e formalismo de teorias concorrentes que se arvoram competentes cientificamente, como ocorre com os sucessivos resgates dos modelos de equilíbrio geral ou mesmo das teorias clássicas (neo-ricardianos, sraffianos e outros). Mesmo no caso das expectativas racionais ou do desequilíbrio, onde a inspiração/provocação de Keynes é submetida a interesses metodológicos identificados com o pré-keynesianismo, os autores dedicam-se principalmente a um desenvolvimento de temas, investigações monográficas, exercícios de modelagem e crítica conceitual que (pelo menos ainda) não alcançaram o estatuto de novas Teorias gerais no sentido positivista da verificação da verdade. Especialmente nos últimos dez anos a ofensiva da escola das expectativas racionais foi notável, mas estamos longe de uma nova hegemonia ou consenso.

Mesmo em alguns casos de recuperação do pensamento filosófico de Keynes, procura-se a sua "filosofia da ciência" ou, o que é o mesmo, a fundamentação metodológica de uma leitura particular do que seria a "verdadeira" teoria keynesiana e, para todos os efeitos, da verdadeira teoria econômica. Mas e se Keynes, inclusive sua filosofia, apontarem para uma atitude diferente, menos cientificista (mas nem por isso irracionalista)? Parece cada vez mais necessário compreender a teoria e a filosofia de Keynes de modo integrado, para não introduzir secreta ou maliciosamente uma metodologia alheia na representação da mensagem de Keynes.

O confronto com as teorias neoclássicas, com todo seu rigor e formalismo, certamente acaba por moldar muitas das "leituras" da obra de Keynes, mesmo entre os que se opõem ao neoclassicismo. É que afinal de contas

233

A construção de "modelos" de política monetária significa portanto incorporar inúmeras hipóteses sobre a eficácia e a inteligibilidade dos instrumentos, hipóteses que remetem à institucionalidade do sistema monetário-creditício existente. Veja Ferreira, Freitas, Schwartz (op.cit.).

muito poucos estão dispostos a abandonar um ideal de Ciência Econômica que não é exclusivo aos neoclássicos. Mas talvez Keynes estivesse rebelando-se não apenas contra os seus "clássicos" (que a crítica mais recente assimila diretamente aos que seriam na realidade neoclássicos ou marginalistas), mas também contra uma tradição de pensamento sobre o significado de Ciência e sobre as reais possibilidades da Economia tornar-se uma disciplina científica quando é forçoso reconhecer as imbricações éticas da necessidade lógica, que converte a pretensão científica em arte de conjecturar possibilidades no máximo refutáveis.

Se isso for verdade, e essa tese de doutoramento tem por objetivo básico buscar as evidências dessa mensagem em Keynes, então labutam em erro tanto os pós-keynesianos, fundamentalistas ou não, que procuram reconstituir uma Teoria de Keynes autêntica quanto outros, não estritamente keynesianos, que usufruem de seus conceitos para alimentar projetos de novas sínteses teóricas. Keynes não estava elaborando uma Teoria, nem filiava-se aos cultuadores da Ciência. Entender o alcance dessa atitude não é comum entre os intérpretes contemporâneos, mas talvez seja crucial para extrair de Keynes mais do que fragmentos de análise que se julgue mais ou menos oportunos.

Fala-se muito, especialmente a partir dos anos 70, numa crise da Ciência Econômica, na ausência de paradigmas, no fracasso dos modelos. Muitos, feita a lamúria, passam então à atitude por muitos aspectos louvável de buscarem a nova síntese, a nova visão totalizadora da economia capitalista. Mesmo a apresentação e a organização dos cursos de economia já passaram a incorporar esse viés, especialmente no Brasil onde a reforma dos programas de cursos de economia deu-se muito em cima da noção de "paradigmas". Apresentados os principais paradigmas, o aluno e o professor parecem naturalmente inclinados a esperar e aceitarem a emergência, mais cedo ou mais tarde, do novo paradigma, do paradigma-síntese ou, na ausência destes, a "fecharem" politicamente com um dos paradigmas (em crise) disponíveis.

Perecebe-se portanto que a questão aparentemente etérea das relações entre teoria e método impacta diretamente sobre o ensino e, por consequência, sobre a mídia, sobre a política, sobre os governos. É um fenômeno universal, mas no Brasil quase nada no debate econômico ficou mais forte, nos últimos anos, que a distinção entre ortodoxos e heterodoxos. Conservadores e progressistas? A coleção de fracassos de lado a lado terminou por revelar a insuficiência, inclusive teórica, dessa distinção popular.

Voltando ao estopim desse trabalho: dificilmente se consegue falar de um paradigma keynesiano, apesar do muito que se debateu a partir do horizonte keynesiano. E uma reavaliação da história do pensamento keynesiano, atenta às instâncias teórica, metodológica e histórica, pode sugerir que a partir de Keynes, na verdade, a noção de Ciência Econômica (que apadrinha a noção de paradigma) merece reparos cruciais.

Nessa perspectiva, é necessário situar Keynes não apenas frente aos desenvolvimentos da filosofia contemporânea à sua obra, mas também frente ao que derivou daqueles debates. A consistência histórica pode estar não (talvez não apenas) entre sua obra, sua filosofia e a evolução filosófica que lhe era contemporânea, mas também entre sua obra e temas filosóficos mais atuais, herdeiros daquelas. Em suma, Keynes pode ser muito mais atual do que frequentemente se aceita.

Uma fonte provável da força do pensamento de Keynes está nessa capacidade de sobreviver a todas as tentativas de "bastardização", impondo-lhes uma segunda natureza que nega até mesmo as mais extremadas pretensões de síntese definitiva de pré e pós-keynesianismo. Parece que a interação sempre tensa entre as várias "tradições" keynesianas ocorre sempre sobre um subsolo do qual é impossível escapar.

Essa forma tensa de desenvolvimento do pensamento pós-keynesiano é muito reveladora, se observarmos o debate sem a pretensão de encontrar os paradigmas vencedores, e sim para constatar que o debate em si mesmo é portador de uma verdade.

A verdade está no processo de debate e não na definição de opiniões vencedoras e verificadamente verdadeiras. Essa afirmação ganha tanto mais sentido quanto mais democráticas as sociedades. E Keynes certamente falava para uma variante de sociedade democrática. O objetivo dessa tese é resgatar não o Keynes original, ou o definitivo, mas extrair do debate entre as várias interpretações o sub-solo comum ao qual elas involuntariamente devem a existência. Aí sim, na valorização do debate, pode-se encontrar novas pistas para o sentido da mensagem de Keynes. Ou seja, extrai-se do debate esse campo que explicita ainda mais a natureza polêmica da definição que Keynes atribuía à Ciência. Busca-se então em Keynes, nos vários tipos de escritos que nos legou, a comprovação arqueológica de que a sua verdade está no debate permanente.

A ordem de apresentação, por razões de ordem pedagógica, permanece entretanto cronológica e atenta à distinção entre teoria, história e método. Ou seja, na apresentação dos resultados dessa pesquisa procura-se sublinhar a dimensão histórica, o debate metodológico e o caráter da nova teoria resultante (o lugar que nela pode ocupar o tema da política econômica, em contraposição aos paradigmas de estruturas e mesmo de receitas de políticas econômicas).

Trata-se portanto de um ensaio de história do pensamento econômico. Mas queremos evitar algumas modalidades conhecidas de elaboração de HPEs:

- reconstrução de uma evolução analítica, a partir dos preceitos schumpeterianos de distinção entre "visão" e "análise"²³⁴, rejeitando tanto a opção de (a) depuração analítica (histórias do pensamento que buscam no presente o resultado aperfeiçoado de erros sucessivos no passado), quanto a opção da (b) crítica ideológica, que simetricamente coloca na volta às origens, à visão, o segredo para o desvendamento de qualquer teoria,

- reconstrução de uma (c) tradição legitimadora, em que para defender a relevância de um problema atual recorre-se à história do pensamento e inventa-se uma lógica histórica que conduziria inevitavelmente à definição desse problema como a verdadeira missão do pensamento econômico.

Ao invés de procurar critérios externos que organizem uma história do pensamento econômico, ou distinções discutíveis (como entre visão e análise) o objetivo que nossa abordagem persegue é o de tratar a HPE como debates (nunca conclusivos) que revelam aspectos decisivos de temas relevantes para uma época. No caso de Keynes, pretendemos mostrar como ele inaugura formalmente uma época cujo debate central refere-se ao conceito de política econômica. Em outras palavras, usamos os debates de HPE como indícios de problemas não-econômicos não tratados por outras disciplinas ou tratados de forma inadequada.

O debate econômico (visto como confronto de políticas econômicas) é uma via de acesso a problemas extra-econômicos, assim como em Wittgenstein a análise da linguagem exige uma reflexão cúmplice sobre o que está além dos limites da linguagem.

O tema da política econômica resume de modo admirável as possibilidades de trânsito entre a economia e a não-economia. Descobrir esses temas não econômicos, ou redescobri-los na trama dos argumentos dos economistas, ajuda a explicitá-los e a compreender a natureza das dificuldades encontradas por outras disciplinas, especialmente as que se referem ao que um dia designou-se como "filosofia moral".

Essa abordagem se afasta das convencionais porque abre mão de considerar a Ciência Econômica como um corpo de conhecimentos autônomo, cuja história própria tivesse como objeto temas unidisciplinares. Os economistas e historiadores do pensamento econômico sempre se debruçaram sobre distinções entre normativo e positivo, análise e visão, ciência e ideologia, porque nunca abrem mão de imaginarem que tratam de um campo especial do pensamento humano.

Talvez essas distinções sirvam mais para delimitar arbitrariamente o que é a economia e não para definir critérios universalmente aceitos de racionalidade científica. Abandonar esses preconceitos na avaliação dos debates econômicos é um exercício difícil mas crucial para que possamos finalmente ingressar numa era de desenvolvimento de formas interdisciplinares de conhecimento - e a relevância da dimensão ética na interdisciplinaridade é enorme, pois se trata de colocar em comunicação mundos igualmente possí-

veis mas não coincidentes, embora aparentados (por exemplo, teoria social e filosofia).

Uma das manifestações mais preocupantes de economicismo metodológico é o ecletismo com que muitos autores combinam os mais variados autores para comporem uma tradição e uma Teoria definitiva. Os economistas que assim procedem não se abrem para a natureza do pensamento econômico contemporâneo (pós-keynesiano), que é a abordagem de temas e a elaboração de agendas através de enfoques multidisciplinares.

Por mais críticos e radicais que sejam os retalhos de pensamento que costuramos em nossa colcha teórica, o resultado final nunca é convincente se contrastado aos modelos pré-clássicos de elaboração científica, menos por inabilidade e mais porque o objeto de estudo contemporâneo não é mais adequado ao método de elaboração de Teoria e Ciência Econômica cujo apogeu ocorreu no século 19. O que é pior, frequentemente os costureiros dessas colchas recorrem ao puro dogmatismo como substituto violento à inviabilidade de se oferecer justificativas metodológicas convincentes para suas "Teorias" totalizadoras. Ou seja, em nome da Ciência e do universalismo muitas vezes acaba-se exercendo o mais obscurantista dos dogmatismos.

Na apresentação das idéias-chave de Keynes é possível revelar um pensamento que organiza impasses e ilumina paradoxos lógicos relevantes para o exame da ação econômica, mais que um modelo específico da estrutura econômica. Como pensamento moderno, a obra de Keynes coloca em dúvida a estabilidade do objeto, não para negá-lo de forma niilista, mas para forçar o reconhecimento racional de que a reconstrução permanente desse objeto social (a "economia") deve ser fruto de uma interação comunicativa, de um debate teórico-prático, de um processo de legitimação.

A consistência de sua mensagem com essas pistas da modernidade é menos surpreendente se revelada a sua afinidade com os debates filosóficos contemporâneos, especialmente com a tradição de filosofia da lógica e da linguagem que passa por Cambridge. Muito do que se desdobrou a partir das colocações iniciais de um Russell, Moore ou Wittgenstein no campo da filosofia da linguagem é fortemente compatível com o estilo e o conteúdo da mensagem de Keynes.

É na definição do "campo" associado a essa mensagem original de Keynes que seu pensamento parece mais profético. Ele dizia que outras teorias tornavam-se, a partir dele, meros casos particulares. Mas essa pretensão de Keynes a uma Teoria Geral foi, como é frequente com sua linguagem ambígua, interpretada de modo discutível. Keynes talvez não se dissesse dono de uma Teoria Geral no sentido convencional, a que se refere à elaboração de um conjunto de enunciados cuja universalidade marca um compromisso com a identificação de invariantes estruturais, acrânicos.

A teoria de Keynes situa-se a nosso ver numa instância em que o pensamento econômico aspira ao que é mais geral num outro sentido, a saber, o da formulação de uma agenda de política econômica. É portanto num sentido

mais amplo que depois de Keynes toda teoria torna-se um caso particular, um tema, um problema (assim como depois de Wittgenstein não existe mais Filosofia, mas temas e problemas). A Ciência Econômica converte-se em Problemática da Política Econômica, ou ainda, a Política Econômica revela-se como o campo adequado à problematização econômica.

Claro que teorias pré-keynesianas poderiam sempre, de uma ou de outra forma, ser associadas a agendas de política econômica. Mas não era essa a sua vocação. Já Keynes inaugura uma época de pensamento em que a busca dessa formulação é central, trata-se de armar um campo de jogo, não de iluminar legalidades estruturais. Nenhuma novidade nisso, afinal todos sabem que Keynes é o autor que justificou a "intervenção estatal" na economia capitalista. O objetivo dessa tese é refinar esse lugar comum sobre a mensagem de Keynes, mostrando que não se trata apenas de "falhas do mercado" ou "falhas de mecanismos econômicos" mas, o que é ainda mais fundamental, trata-se de uma mudança epistemológica típica das sociedades industrializadas e democráticas modernas, em que o "fato social" torna-se ininteligível sem uma desconstrução conceitual (pelo desarme ideológico) acompanhada de reconstrução comunicativa (pela identificação de impasses decisoriais).

De outro lado, era ao demonstrar o caráter inevitavelmente problemático dos mecanismos de mercado que Keynes alertava para o caráter inútil de qualquer teoria definitiva. Cada agenda de política econômica é um fato teórico-prático que eleva um dado modelo à condição de generalidade mais efetiva, pois se trata de uma decisão que é de alguma forma socialmente reconhecida e, nos regimes democráticos, recorrentemente posta em tela de legitimação. Mesmo porque trata-se então ao mesmo tempo da imposição pelo Estado de uma ordem de coisas. Não existe teoria mais geral, no sentido "hegeliano" de universal concreto, que aquela capaz de transformar-se em agenda estatal, pois o caso que interessa mais é o que se refere a um processo concreto de tomada de decisões (sempre de relevância coletiva).

Keynes propunha portanto um deslocamento metodológico significativo, mais que a pecha de Keynes como o mero defensor "ad hoc" de políticas públicas anti-recessivas. De fato, há torsões no pensamento de Keynes que tornam suspeitas as tentativas de qualificá-lo como um autor com uma mensagem teórica fechada ou definitiva. Mas é no campo da metodologia que podemos buscar uma disposição e um entendimento inovadores sobre o significado da política econômica no século 20. E essa centralidade da política econômica, firmemente ancorada numa visão própria do Tempo, pode passar em plano secundário mesmo entre os intérpretes que privilegiam os fatores de instabilidade e a temporalidade caleidoscópica do Keynes original, se continuarem procurando uma Teoria Geral, quando a generalidade sugerida por Keynes exigia a subordinação da discussão teórica à busca de critérios para a tomada prática de decisões, ou seja, à política econômica.

Nosso objetivo é colocar em destaque as circunstâncias históricas, os pressupostos filosóficos e os andamentos conceituais que fizeram da política econômica a verdadeira instância organizadora do discurso econômico de Keynes e pós-keynesiano nas suas diferentes vertentes. Com isso, estamos usando o debate sobre Keynes como exemplo e prova da inexistência de uma

Teoria Geral no sentido convencional. Aliás, o entronamento da "Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda" como momento máximo e referência interpretativa para toda a obra econômica de Keynes já é um desvio interessado, tanto entre os neoclássicos quanto entre os radicais, e muito salutarmente o movimento mais recente tem sido de resgatar escritos inéditos, textos filosóficos, anotações de aula e textos jornalísticos como indícios indispensáveis para a compreensão da mensagem de Keynes.

Esse abandono de uma pretensão metafísica à Verdade da estrutura econômica que se protege sob um discurso cientificista no pensamento econômico contemporâneo não autoriza qualquer abandono niilista ou irracionalista. Pois o que caracteriza o fundamento filosófico keynesiano é justamente a possibilidade de um pensamento racional, porém não determinista nem absolutista, apesar da incerteza econômica. É ao insistir nessa incerteza econômica que Keynes combina desafio e convite à racionalização, mas sob a condição de que se abandone o economicismo, não o racionalismo. Racionalizar as condições de execução de uma política econômica pode ser muito diferente de fazer da lógica econômica um critério de racionalização da realidade social. É a definição dessa nova modalidade de racionalização que se lançou Keynes ao longo de sua obra desigual.

A constatação de uma grande mudança histórico-ideológica na Humanidade, como a que se verifica nesse final de século, corresponde em muitos aspectos ao ambiente de decadência imperial em que o próprio Keynes viveu. Essa é a maior justificativa para a atualidade da inquietação keynesiana, mais que de suas teorias vistas como preceitos estritamente instrumentais. Que aliás foram muitas ao longo da vida - o erro de muitos historiadores é buscarem na "agregação final" de todos os modelos apresentados pelo próprio Keynes uma Teoria, ao invés de um "método"²³⁵.

Curiosamente, portanto, parodiando Hegel e Marx, é preciso hoje resgatar o "núcleo racional" da metafísica modelística que se espraiou como busca da mensagem de Keynes. O problema é que, depois de Wittgenstein, sabe-se que a nenhum modelo, projeção ou "Bild" está dada a possibilidade lógica de enunciar-se como "metodologia". O projeto de fazer a lógica "cuidar de si mesma" revela-se como alerta às avessas de uma problematização essencialmente ética.

A obra de Keynes é o posicionamento da lógica econômica como ética. Uma economia portanto mais política que a economia política clássica.

Probabilisticamente, o Campo keynesiano corresponde à indecidibilidade de sistemas em que variações relevantes são ignoradas. Na bela expressão de Shackle (1976:393), as paisagens revelam-se apenas aos que se deslocam pelo

235 Com o devido cuidado para não cair por exemplo no metodologismo de Carabelli.

campo, ou seja, deve existir alguma fonte persistente de mudança de ponto de vista para que o cálculo probabilístico ganhe sentido, ao mesmo tempo essas mudanças devem trazer consigo alguma limitação epistêmica sem a qual a própria experiência torna-se absurda e sem sentido.²³⁶

O Campo Keynesiano está ao mesmo tempo na sua obra, enquanto forma de redefinir a relação entre conhecimento e objeto, e na sua herança, entendida como exercício relativamente bem-sucedido de criação de uma linguagem corrente para a negociação da dominação capitalista.

Keynes oferece uma solução não-niilista: o cultivo, principalmente através da ação comunicativa (a persuasão sobre receitas de política econômica), da **solidariedade consciente do todo** que fundamenta qualquer Utopia.

A linha de compromisso que afasta tanto o niilismo quanto o racionalismo, que aposta na Teoria como forma de problematizar e não apenas como justificativa para decidir, que compreende o uso dialógico da linguagem como uma das condições sempre expansivas da razão, essa linha que prolonga a herança iluminista sem se perder na apologia de leis sociais supostamente naturais tem em Keynes um representante cuja atualidade sendo quase óbvia talvez exija, por isso mesmo, demonstração mais cuidadosa.

Keynes foi por excelência um economista dedicado a fazer soar alarmes, como comprova sua vida pública. As "religiões" que ele flagrou iam do Padrão Ouro à teoria da Poupança como Sacrifício, passando pela condenação ao Comunismo e à crença no Mercado.

Sua obra, entendida como exercício de linguagem capaz de mediar intenções conflitivas num espaço público e, portanto, também estatal, é uma busca permanente de uma sincronicidade política frente à assincronia estrutural dos agentes econômicos. O Tempo dessa sincronicidade política é sempre o Presente, ainda que os monstros a domar estejam no passado e no futuro. Mas é ao apontar para o Presente (esse "Presente estreito" em que procuramos jogos de reconhecimento mútuo mínimo, consciente da possibilidade de unilateralidades), ao sublinhar essa temporalidade como instante de decisão inadiável e irreversível Keynes a uma só vez exorciza os monstros e obriga ao diálogo. Tira-se de terreno tanto as reações intuitivas e animais quanto a espera irracional pelo momento em que as consequências, sejam quais forem os atos, venham a se revelar como boas.

236 Shackle usa como metáfora as paisagens do campo, literalmente, ou seja, paisagens naturais que se pode retratar de muitos modos dependendo da posição do observador. O campo natural da metáfora, entretanto, corresponde muito vigorosamente à idéia mais ampla de campo de probabilidades, já que na visão estrutural da probabilidade também está em jogo o "desenho" de um sistema ou aparato, supostamente partes do mundo, em que um número finito de alternativas equiprováveis disponham-se ao observador/tomador de decisões.

Não se trata de "curto prazo", mas de urgência, seja qual for o prazo disponível - que aliás, para pessoas concretas, é sempre finito. Keynes não era um pensador das Leis da História, daquelas em que o sacrifício de um ou mais heróis é pouco em nome da marcha gloriosa de uma força supra-humana rumo ao Futuro. Mais que desacreditar do "equilíbrio de longo prazo", Keynes abria mão da condição de profeta para colocar em primeiro plano a atitude do juiz, do indivíduo que decide com base numa evidência cuja confiabilidade está sempre suspensa por um fio.

Toda decisão é no fundo uma aposta, especialmente no campo econômico onde os números disponíveis são e sempre serão apenas simuladores de uma homogeneidade que não existe no mundo real. As dimensões dos valores, da avaliação auto-crítica e da polêmica entre diferentes cursos de política econômica revelam uma insuficiência da realidade, a ser substituída pela comunicação. Há portanto uma importante associação entre o tema do Tempo e a avaliação de centralidade da política econômica no pensamento de Keynes.

A Economia Política de Keynes revela as artimanhas da privatização do tempo social²³⁷, mas isso é verdade apenas sob o juízo contraposto de que sua Política Econômica simula a socialização dos tempos privados, conseguida através do diálogo ou, de modo mais geral, através da "ação comunicativa" (a política econômica como sinalização de projetos).

"Agir em tempo" no capitalismo exige sempre uma avaliação, um cálculo: há tempo disponível? É preciso identificar as formas de dissimulação do tempo histórico (formas práticas, teóricas ou quantitativas), assim como aqueles que produzem e reproduzem essas formas e que através de suas expectativas criam ou destróem as perspectivas sociais da reprodução social.

A Economia Política é sempre um diagnóstico histórico, a Política Econômica é uma ação racional que pressupões sempre alguma crença histórica. A incerteza definida por Keynes não é a incerteza geral da vida, mas a incerteza típica do capitalismo financeiro em estado de crise potencial e, portanto, historicamente situada. Entretanto, da escuridão dessa incerteza histórica pressuposta pela Política Econômica rebrotam imagens de mundo, projetos de dominação, interesses de classe e preconceitos ideológicos cuja conciliação a ninguém em sã consciência é dado confiar. A Política Econômica é o ao que de mais próximo pode-se chegar em termos de uma diplomacia do contrato social.

Pior que um conflito é a ausência de um tempo comum que simule um espaço de resolução possível, mais visível que o mercado imperfeito. A ênfase na dimensão especulativa das avaliações empresariais é portanto a contrapar-

237 Schwartz (1985:215).

tida de uma inquietação política: o jogo entre "ursos" e "touro" não obedece a nenhum mecanismo objetivo auto-regulável, apesar da tendência a se produzirem recorrentemente, nos mercados financeiros, séries reais de oscilações que muitas vezes encaixam na arquitetura de modelos estocásticos.

A instabilidade do processo de formação de avaliações, além de seu caráter conflituoso, especialmente entre os que detêm massas verdadeiramente decisivas de riqueza e poder de gasto, indica que a crise, a resolução violenta e destrutiva dos conflitos pela posse de formas sempre mais oportunas de riqueza é uma possibilidade permanente e inesperada da economia capitalista. Não há, como nunca houve, resposta racional ou real estável ao problema do contrato social. A Economia Política apenas adia o retorno da angústia inerente à Filosofia Política, e o reencontro se dá sob a sombra dos debates de política econômica.

Keynes apresenta a racionalização da transição de uma época de capitalismo competitivo (imperialista) e instável (vide história concreta do Padrão Ouro) a uma época em que a economia assumisse o caráter político de seus conflitos. Digo assumisse, pois a superação da crise significa sempre a criação de novos fetiches de estabilidade.

No sistema walrasiano a posição temporal do analista é sempre o dos momentos de equilíbrio. Reter dinheiro entre dois períodos de mercado ou mesmo "durante" o leilão é irracional.²³⁸ Mas é justamente a esse tempo que se define digamos assim como "entre períodos", sejam eles quaisquer, que se dedica o enfoque de Keynes já a partir dos trabalhos que ainda se prendem mais fortemente à visão monetária convencional quantitativa. Face à perspectiva neoclássica, Keynes procura deter-se justamente sobre o período de maior irracionalidade potencial, "entre equilíbrios".

É que o dinheiro pode servir, nesses momentos críticos, como proteção contra um futuro que se torna cada vez mais incerto em função da conflituosidade, precariedade e subjetividade das avaliações dos "reagentes econômicos". Como a liquidez não existe para todos, essa corrida contra o tempo em busca de situações patrimoniais mais seguras do ponto de vista privado por aprofundar inconsequentemente a instabilidade da sociedade como um todo. Não interessa a "duração" possível de um percurso se ele se encaminha para o sentido errado. O que não significa que o Estado saiba o caminho, apenas que está em jogo a **solidariedade consciente do todo**.

A crise representa a emergência de uma situação onde atores econômicos cruciais procuram desvincular o dinheiro da existência de contratos, incoscientes de que romper esse simulacro de sincronicidade é violar as condições sob as quais tem curso qualquer razão social (inclusive na aceção

238 Davidson (1972:141).

contábil da expressão). É como se o sangue por si mesmo fosse energia, independente do oxigênio.²³⁹

A teoria econômica anterior a Keynes (especialmente os clássicos que ambicionavam uma ciência da realidade objetiva) fazia do dinheiro apenas um instrumento cuja **introdução** no sistema econômico tornaria sempre mais nítida e eficaz a operação de infinitas trocas em um ou mais mercados. Paologias seriam então fruto de má administração desse instrumento de trocas, como se houvesse uma estrutura de trocas essencialmente humana intrinsecamente racional e inteligível. A falta de uma autêntica **integração** do dinheiro tem raízes antigas, vindo do tempo em que na transição do feudalismo ao capitalismo a burguesia procurava uma explicação laica para o que antes era uma dádiva divina, o direito de viver.

O pensamento escolástico, mesmo quando racionalizou a atividade econômica abrindo caminho para o próprio pensamento laico, não abriu mão de marcar a usura e o dinheiro como fontes ilegítimas de direitos econômicos. Esse preconceito religioso contaminou a economia moderna, que sempre buscou numa estrutura autoregulável o princípio de **intelecção** dos fatos econômicos. A escolástica abria caminho para a razão, mas sob a condição de que se apagasse da cultura o ideal de que o ser humano tem poder decisório e julga seu próprio destino.

A ciência moderna, especialmente a evolução da Economia Política Clássica, aspirou sempre à produção de diagnósticos históricos que paradoxalmente afastavam da humanidade exatamente o poder de decidir e alterar os rumos da história. A Economia Política burguesa era anti-teológica, mas não a ponto de violar um sentimento moral que o saber religioso tinha acalentado por séculos.

Marx e Keynes cobraram exatamente o contrário, ainda que de formas antípodas - em Marx o sujeito histórico não seria outro senão a classe operária consciente de si, em Keynes a constituição de um sujeito histórico é um problema que continua em aberto. Ou seja, a angústia religiosa frente à "petulância humana" de tentar mudar o destino é preservada em Keynes, mas não como inspiração para a condenação de projetos políticos e sim como alerta permanente contra a ilusão de qualquer solidariedade natural ou automática.

239

Schmitt (1975) é a fonte da metáfora original. "Conhecemos a posição moderna, sanção de toda uma evolução. O fundo era um capital, depois um rendimento, hoje sabemos que é ainda menos: um simples objeto circulatório. (...) O fundo circulatório, titularidade subjetiva dos bancos, transforma-se em salários, titularidade real sobre bens físicos e serviços produzidos no período. Daí a conclusão que nos interessa particularmente: a repartição do fundo circulatório opera a integração da moeda, ainda que os salários se estendam ao conjunto da produção, da qual são a expressão nominal completa." Schmitt (1975:341).

A análise tradicional, mesmo quando obcecada com a **dinâmica** econômica, pressupõe um calendário formal que representa abstratamente qualquer sucessão de eventos, sejam as variações contínuas ou descontínuas. É o familiar "eixo do tempo" (t) em qualquer diagrama cartesiano, fiel à representação espacial do movimento consagrada pela mecânica newtoniana.

O processo de geração da renda ilustra como pode ser falaciosa essa transposição do esquema newtoniano para a teoria econômica.²⁴⁰ O movimento newtoniano aparece como uma relação do corpo agente com o tempo, mas o que ocorre é apenas o preenchimento de um espaço **dado**. A cada ritmo de preenchimento ou tipo de percurso corresponde um tipo de movimento. Nessa exposição das leis da natureza o espaço e os corpos são indestrutíveis, sendo o jogo entre espaços e agentes definido como uma estrutura cuja existência de modo algum e em nenhum momento pode ser negada.

A realidade econômica do processo de determinação da renda, entretanto, é em Keynes praticamente assimilada ao momento decisivo de mobilização de investimentos, atividade que é por definição o processo de alteração dos **dados** econômicos fundamentais, como capacidade produtiva, incorporação de tecnologia, grau de alavancagem financeira, etc. O movimento keynesiano é o da constituição (e potencial destruição) de espaços econômicos, não o da dinâmica sobre um dado espaço (e agentes sobre esse espaço). O desafio portanto é formular um conceito de tempo que seja capaz de prescindir de metáforas espaciais.

A temporalidade capitalista, que a análise monetária (em sentido amplo e fundamental) de Keynes revela (numa abordagem que aproxima a lógica à história e não a história à lógica), é uma via irreversível, cujo destino recorrentemente insondável é um desafio tanto à inteligência quanto à solidariedade humana.

Keynes trabalhava com as duas dimensões simultaneamente, a intencional e a persuasiva, a estratégica e a consensual. Onde há sentido há projeto, mas onde há diferenças a persuasão entra no jogo.

Esse campo onde a economia converte-se em jogo de persuasão, diálogo e comunicação dá nova materialidade econômica ao fenômeno do poder:

"Max Weber definiu o poder como a possibilidade de impor a própria vontade ao comportamento alheio. Hannah Arendt, ao contrário, concebe o poder como a faculdade de alcançar um acordo quanto à ação comum, no contexto de comunicação livre de violência. Ambos vêem no poder um

240 Para o que segue, cf. Cencini (1984:III).

potencial que se atualiza em ações, mas cada um se baseia num modelo de ação distinto." Habermas, 1976(1980:100)

O poder é uma reiteração da práxis de onde se origina que se consolida em poder político apenas

"através das instituições que asseguram formas de vida baseadas na fala recíproca" (Habermas, Idem:103).

Keynes não estava defendendo o liberalismo ou o socialismo, o fiscalismo ou o monetarismo, mas o jogo no interior do qual essas falas possam se contrapor e sem violência dar sentido à luta pela sobrevivência numa sociedade democrática de massas.

O campo da política econômica é esse campo de possibilidades pacíficas onde não está em jogo a autoafirmação da Verdade Histórica, seja sob a forma de um Sujeito Revolucionário, seja sob a forma do Mercado.

O esforço de Keynes é portanto o de extrair da dinâmica econômica essas "distinções e articulações no interior da própria vida ativa" sobre as quais incide também o foco de Hannah Arendt. Identificamos no campo da política econômica essa racionalidade prática típica da preocupação de Keynes com a probabilidade.

Mas que lógica prática é essa que, afinal, se insinua nos escritos jornalísticos, filosóficos e teóricos de Keynes? Que campo prático e convencional é esse que se presta, ao mesmo tempo, à reflexão?

Keynes não discutiu explicitamente o estatuto lógico da política econômica, apenas mostrou que a suposição de regras e normas, de instituições enfim (como o dinheiro) é a essência prática e, portanto, ética e política da dinâmica econômica. A explicitação de uma lógica nessas condições seria a missão da obra de Wittgenstein. Em seus textos percorre-se o calvário da redescoberta dessa lógica que, afinal, não é capaz de "cuidar de si mesma", dessa lógica que parece emergir do fracasso do próprio projeto logicista de Cambridge.

3.2 Wittgenstein: lógica, linguagem e ética

Não há nada sequer próximo do consenso sobre a obra de Wittgenstein. Tida ao mesmo tempo como epicentro e ponto de fuga da filosofia analítica, a obra de Wittgenstein é aforística, incompleta, descontínua e póstuma.

Assim, querer resumir uma obra tão polêmica é tarefa absurda de saída, embora não falem tentativas de delimitar ou sistematizar sua contribuição que vai da filosofia da matemática à psicologia, passando pela estética e pela lógica. O principal impacto da obra de Wittgenstein sobre a atmosfera intelectual britânica talvez seja exatamente a refutação da sistematização

filosófica, resultado da tese wittgensteiniana fundamental de que a filosofia não é uma ciência (sendo ainda mais arriscado pensar-se, portanto, numa filosofia da ciência ou "metodologia"). 241

Uma forma de definir a influência de Wittgenstein é associá-la à progressiva imbricação entre lógica e filosofia da linguagem. Nesse cruzamento, uma questão crucial é a possibilidade de uma teoria geral, ou seja, uma lógica geral no uso humano da linguagem.

Na selva de acessos a esse debate contemporâneo, entretanto, uma picada parece bastante interessante do ponto de vista de rediscutir o projeto keynesiano de uma teoria geral sobre a economia. Para Wittgenstein, o significado resolve-se no uso ("Meaning is use" é o slogan do segundo Wittgenstein).

Curiosamente, ao exemplificar o significado desse uso significativo Wittgenstein recorre à analogia com o Dinheiro.

"Entender o significado, isto é, o significado convencional de uma moeda envolve entender a instituição do dinheiro, o que seria necessário para traduzir aquele significado para alguém que viesse de uma sociedade em que o dinheiro fosse desconhecido seria uma descrição da prática completa em que está imersa a transferência de moedas, tal descrição é portanto necessária também se quisermos explicitar o que é que, apreendendo o significado de uma moeda, apreendemos implicitamente. Uma descrição da instituição do dinheiro que servisse a tal propósito não suporia qualquer conceito econômico: daria um relato do que efetivamente ocorre em termos do que está aberto à observação de alguém inocente de tais conceitos." 242

Ocorre que a obra de Keynes, além de lidar com conceitos econômicos, explicita justamente o caráter institucional dos mecanismos e variáveis, mormente quando se trata de uma economia monetária em que a regra de valorização impõe a revolução permanente dos usos. Ou seja, e talvez não seja casual que se recorra à analogia com o dinheiro, o significado implícito provoca um deslocamento do interesse científico, a filosofia da linguagem irrompe na lógica da economia da mesma forma que, em Wittgenstein, a investigação do significado redefine o papel da filosofia frente à ciência.

Através do conceito de "jogos de linguagem" o "segundo Wittgenstein" esclarece essa solução do significado no uso. Para chegar a entender o que é

241 Cf. Dummett, op.cit., p.438.

242 Dummett, op.cit., p.446.

um jogo de linguagem em Wittgenstein temos que resumir de algum modo traços básicos de seu pensamento.

A dificuldade da reflexão sobre o significado de Wittgenstein está no fato de que nela o significado depende não apenas de fatores linguísticos, mas das relações entre atividades linguísticas e não-linguísticas. O exemplo célebre que ilustra essa concepção (e que marcaria a diferença entre o primeiro e o segundo Wittgenstein) foi a conversa do filósofo com o economista Piero Sraffa. O italiano rebateu idéias de Wittgenstein mostrando como na Itália certas expressões tem sentido adequado apenas quando acompanhadas de um gesticular vigoroso.²⁴³

Seguindo ainda Dummett, a importância de Wittgenstein parece assim residir na rejeição da concepção de que os significados de nossas sentenças são dados pelas suas condições de verdade e falsidade, em favor de um juízo sobre o que **justifica** um enunciado.

Essa é a idéia subjacente às suas observações sobre "seguir regras" e à sua crítica do argumento da linguagem privada. Trata-se de um enfoque que faz do uso linguístico um critério cuja medida é supra-individual, mas a posição dessa medida carece de qualquer fundamento último.

"O papel da linguagem como veículo do pensamento 'e subordinado ao seu papel como instrumento de comunicação (...) e, servindo ao segundo propósito, é de sua essência estar imersa na prática social ou complexo de práticas sociais, sendo posse compartilhada de uma comunidade, como a instituição do dinheiro". (Dummett, op.cit., p.452-3)

O filósofo Ludwig Wittgenstein é considerado "pai espiritual" de pelo menos três vertentes do pensamento contemporâneo. Junto com Ernest Mach e Bertarnd Russell deu impulso ao que se conhece por Positivismo Lógico ou Empirismo Lógico, origem da maior parte dos trabalhos atuais sobre teoria da ciência, filosofia da lógica e fundamentos da matemática. O seu **Tractatus Logico-Philosophicus** e outros textos que compõem o "primeiro Wittgenstein" colocou sob novos parâmetros o debate lógico sobre as relações entre linguagem e fatos do mundo.

Uma segunda vertente, inspirada mais nos trabalhos de Wittgenstein posteriores ao **Tractatus**, é conhecida como filosofia da linguagem ordinária, tendo origem principalmente em Oxford e outros centros do mundo anglófono nos anos 50 e 60.

243 Analogamente, em Keynes a lógica econômica depende de relações com atividades não-econômicas e, portanto, o significado numa economia é o "uso" que se associa a certas relações entre variáveis economicamente relevantes, uso que se poderia denominar de política econômica.

Mais recentemente, seus textos passaram a influenciar uma terceira vertente menos "lógico-analítica" propriamente dita e mais ligada à tradição hermenêutica, fenomenológica e mesmo em alguns casos hegeliana.²⁴⁴

A passagem de Wittgenstein pela Inglaterra já foi vista como um dos azares históricos que impediram a compreensão mais aguda de sua obra.²⁴⁵ Wittgenstein procurou Russell por sugestão de Frege e aproximou-se mais do círculo intelectual de Cambridge em dois períodos, antes de 1914 e depois de 1929. A conversão posterior de Wittgenstein a uma abordagem mais discursiva e menos lógico-matemática chegou a ser vista por Russell como uma traição ao projeto analítico que em boa medida os dois haviam compartilhado em Cambridge. Wittgenstein assumiu a cadeira de filosofia com a aposentadoria de Moore, renunciando ao cargo em 1947.²⁴⁶

Para a audiência austríaca, mesmo a obra mais diretamente lógica de Wittgenstein (o *Tractatus Logico-Philosophicus*) era uma discussão sobre a natureza da Ética, e não uma análise apenas técnica da lógica e da linguagem.²⁴⁷ Wittgenstein, entretanto, chegou até mesmo a considerar a não publicação do livro por conta de discordar da Introdução escrita por Russell.

²⁴⁴ von Wright (1986:218).

²⁴⁵ "(...) uma dos mais graves infortúnios que podem ocorrer a um autor de grande seriedade intelectual e fortes paixões éticas é ter suas idéias "naturalizadas" pelos ingleses. (...) E algo dessa sorte conformou a reputação de Ludwig Wittgenstein - ao menos como vista pela maioria dos filósofos profissionais de fala inglesa na Inglaterra e na América". Janik, Toulmin (1973:19) Invertendo o raciocínio, talvez valesse a pena "desbritanizar" um pouco o próprio Keynes, puxando os fios de sua obra que nos conduzem a pensadores contemporâneos que, como Wittgenstein, viviam um drama mais amplo que o inglês. Aliás, a intimidade de Keynes com desenvolvimentos culturais europeus não deve ser subestimada, assim como a de outros intelectuais ingleses. Um dos mais ácidos e famosos críticos pró-Wagner foi George Bernard Shaw. Janik, Toulmin (1973:103). Outros autores, como Dummett, alertam para a necessidade de ir além de Wittgenstein, recuperando outros filões não-britânicos que o filtro wittgensteiniano desvirtuou, como no caso de Frege.

²⁴⁶ Há debate quanto à influência de Moore sobre a filosofia tardia de Wittgenstein. Embora seja oportuna a ênfase de Janik, Toulmin nas origens continentais da obra de Wittgenstein, seria um óbvio exagero desdenhar completamente menos o seu impacto e mais o universo de questões que uma tríade como Moore-Russell-Wittgenstein configura na cena acadêmica inglesa do início do século. Essa perspectiva menos "anglófoba" é assumida por exemplo por White (1985:464), que introduz a curiosa sugestão de considerar o Wittgenstein do *Tractatus* como russeliano e o das *Investigações* como mooreano.

²⁴⁷ Bertrand Russell parece ter sido o principal promotor dessa visão do *Tractatus* como obra técnica sobre filosofia da linguagem a partir da Introdução que escreveu para o livro. Para Russell, a Ética (assim como outros temas, como os Princípios da Física, a Teoria do Conhecimento e mesmo o Místico) era discutida por Wittgenstein a partir do exame da estrutura lógica das proposições e da natureza da inferência lógica. "(...) que relação deve ter um fato (tal como uma sentença) com outro de modo a ser capaz de ser um símbolo deste? Esta última é uma questão lógica, e é a que concerne o sr. Wittgenstein." Wittgenstein (1974:ix) Outros aspectos de Wittgenstein sublinhados por Russell são a impossibilidade de dizer algo sobre o mundo como um todo e a definição dos limites do mundo através dos limites da linguagem, ainda que se possa discutir a eventualidade de existirem várias linguagens (em diferentes níveis, ou seja, linguagens sobre linguagens). É importante observar, adicionalmente, que o manuscrito do *Tractatus*, quando Wittgenstein ainda estava prisioneiro de guerra, chegou às mãos de Russell em 1919 através de um amigo dos primeiros

Mesmo assim, autores posteriores como Carnap e Ayer converteram a obra de Wittgenstein numa "bíblia" da tradição positivista-lógica (enquanto a tradição filosófica de Oxford se apropriou de um Wittgenstein anti-carnapiano).

A leitura ética da discussão lógica remete a temas colocados em circulação por Schopenhauer e Kierkegaard e, na Viena do fim do século, por artistas e cientistas. Entre os cientistas, Hertz falava da física como "representação" do mundo (*Darstellung*) ou como "retratos" (*Bilder*) e, na música, Schönberg elaborara um ensaio sobre o pensamento musical e a lógica da composição remetendo também ao tema da "representação" (*Darstellung*). Para Schönberg na música não há forma sem lógica e não há lógica sem unidade. Como soa uma música é secundário diante do imperativo disciplinar de seguir-se uma articulação, uma regra que oriente a idéia musical. Trata-se de uma renúncia a qualquer idéia de "som natural" (agir naturalmente na rua pode ser imoral, ele dizia), em defesa de um ouvido musical educado. A música de Schönberg era portanto também uma crítica da falsa autenticidade estética e moral vigente na sociedade burguesa vienense. Era portanto uma forma inovadora de colocar no mesmo plano as questões relativas à comunicação, autenticidade e expressão simbólica.²⁴⁸

Pode-se atribuir a força dessa preocupação filosófica com a linguagem, no final do século 19, ao impacto da filosofia kantiana que sublinhava as formas do juízo como instrumentos capazes de estruturar o conhecimento do mundo de modo verdadeiro. A própria experiência, a partir de Kant, existe como instância de uma representação da consciência. Hegel, depois de Kant, insistiria numa superação da representação voltando o sujeito a uma integração espiritual com o objeto. Nessa superação dialética da representação, o conhecimento não tem limites sendo a própria idéia de limite tratada como contra-senso.²⁴⁹ Mas entre os pensadores que mantiveram-se fiéis ao enfoque kantiano o problema de definir o escopo e os limites da razão continuou sendo fundamental. Ocorre apenas que entre 1800 e 1920 essa problemática assumiu as cores de uma investigação sobre os limites da representação e, depois, da própria linguagem e da lógica.

Wittgenstein compartilhou de um certo ceticismo linguístico, mas apostava inicialmente na capacidade da representação do mundo num modelo matemático. O termo representação era usado, de um lado, como índice de uma percepção (*Vorstellung*), de um fato sensorial na tradição do empirismo de

anos em Cambridge, Keynes.

248 Janik, Toulmin (1973:119).

249 Se o sujeito estabelece limites, então ele os conhece e, por isso mesmo, pode ir além. Marx retomaria essa vocação para a totalização, por exemplo, na sua célebre expressão de que o Homem não se coloca problemas que não possa resolver. Wittgenstein examinou uma proposição análoga.

Locke e Hume. De outro, usava-se "representação" num sentido mais público ou linguístico, como na mecânica de Hertz ou na expressão "representação gráfica" na física atual (*Darstellung*, tradução do termo "idéia" de Locke para o alemão).

Outra influência sobre a formação de Wittgenstein foi a teoria física de Hertz, em que o conceito de *Bild* (imagem ou retrato) é central. Mach interpretava o uso desse conceito como associado à tradição empirista inglesa (no sentido inglês de "idéia", ou sistema de idéias e conceitos como sensações na mente), mas Hertz referia-se a *Darstellungen*, representação no sentido de modelos matemáticos. A diferença entre as duas abordagens é crucial: se a imagem do mundo é entendida na tradição empirista, trata-se de uma impressão ou sensação que se imprime à mente, enquanto na linhagem kantiana a representação é uma construção, um esquema cognitivo ou modelo.

Na construção de um modelo busca-se a consistência lógica, mas também a simplicidade, a economia e a apreensão de relações essenciais que correspondam ao objeto.²⁵⁰

A inspiração kantiana aparece também nos trabalhos de Ludwig Boltzmann, o fundador da mecânica estatística, a base da termodinâmica moderna. Boltzmann partiu da definição dada por Hertz à mecânica como **sequência possível de eventos observados**, aplicando-a à física como um todo e definindo um espaço multidimensional como conjunto de estados físicos possíveis (com eixos para temperatura, pressão, espaço, etc.) A mecânica estatística deveria então descobrir relações matemáticas capazes de governar a frequência com que, em dadas condições e sob determinadas hipóteses, os estados efetivos de um sistema físico distribuem-se em torno de estados possíveis, com as respectivas probabilidades.

Inaugurava-se assim uma nova era na física moderna, em que a ênfase recai sobre explicações estatísticas (que se tornariam uma das chaves da mecânica quântica). Uma das consequências importantes dessa mudança é uma redefinição do espaço que, na abordagem lógica de Wittgenstein passa a ser um espaço de **possibilidades**. Nessa abordagem os **modelos** são preferíveis às **descrições** (o que representa um golpe contra o empirismo radical presente em correntes positivistas).

Entre as implicações éticas da crítica kantiana está a refutação de conceitos metafísicos como a "natureza humana" ou a "lei natural". Apenas a razão humana pode ser fonte da necessidade que nos impele à realização de atos morais. As ilusões da razão especulativa - Deus, mundo, espírito - são ficções

²⁵⁰ Hertz comparava sua mecânica a uma gramática introdutória cujo objetivo é qualificar alguém o mais rapidamente possível a usar a língua no cotidiano.

necessárias, criadas pela razão para organizar a conduta. A ética kantiana aparece portanto como organização de seres humanos racionais, que se organizam artificialmente justamente por serem racionais, mas cuja racionalidade tem como imperativo justamente identificar e criticar as próprias ilusões criadas por necessidade.

A filosofia posterior a Kant e que de algum modo pleiteava sua herança, como Schopenhauer e Kierkegaard, aprofundou essa tensão entre fatos e valores presente na crítica kantiana. Com Schopenhauer, a identificação da Vontade como essência de um mundo de representações, em Kierkegaard como uma crítica inconformista à crescente superação da individualidade na conformação moderna da opinião pública. Ou seja, de formas diferentes, a crítica kantiana da metafísica passa a assumir nesses filósofos posteriores o tom de uma ética crítica do sistema de representações em que se mergulhou o indivíduo moderno.

O modelo de linguagem construído pelo Wittgenstein do *Tractatus* é uma representação nesse sentido, de ser uma teoria que em si mesma apresenta os limites da linguagem, ou seja, mostra esses limites. A representação por nós construída (*Bild*) do mundo é um modelo ativamente escolhido, ou seja, é um produto ou artefato.²⁵¹

O ponto curioso da leitura "ética" do *Tractatus* é que ao delimitar as possibilidades lógicas da linguagem, Wittgenstein descartava a possibilidade de proposições éticas, colocando esse tipo de considerações fora da esfera do discurso racional. O mérito do *Tractatus* seria portanto não apenas o de ter mostrado que a lógica e a ética não se confundem, mas de ter ao mesmo tempo exemplificado como tanto a ética quanto a lógica podem ser apenas mostrados e, nisso, comungam de uma equivalência de fundo, já que a nunciação da relação entre linguagem e mundo também estava fora do alcance lógico do *Tractatus*.²⁵²

251 Janik, Toulmin (1973:183) insistem nesse caráter ativo da representação em contraponto à tradução inglesa de *Bild* como um "retrato" (picture, snapshot) da realidade em si mesma. Plantas de arquitetos, brinquedos infantis, pinturas (mas não fotografias) e modelos matemáticos são exemplos de representações no sentido de modelos ativos. Partituras musicais no sentido de "lógica composicional" definido por Schönberg, acrescenta-se, cabem nessa idéia de modelo. É importante também ressaltar que essa concepção de modelo prende-se a uma superação da noção tradicional de espaço. "Todo modelo é ao mesmo tempo um modelo lógico. (De outro lado, nem todo modelo é, por exemplo, espacial)." *Tractatus*, 2.182. A tradução de J.A. Giannotti dá "Toda figuração também é lógica. (No entanto, nem toda figuração é, por exemplo, espacial)." Wittgenstein (1968:60). Naturalmente não nos cabe avaliar aqui a propriedade ou o alcance das diferenças de tradução de *Bild*, reconhecendo apenas que "modelo", por suas ressonâncias matemáticas, parece particularmente apropriado para o debate sobre modelos econômicos ou sobre seu significado em Keynes. Giannotti também chama a atenção, em nota, ao caráter ativo de "figuração", inexistente no termo neutro "imagem". A noção de modelo é também interessante na distinção entre lógica como linguagem e lógica como cálculo (e, por extensão, da linguagem como meio universal e da linguagem como cálculo). Feita a opção pela linguagem como meio universal a teoria dos modelos (toda a semântica lógica) torna-se impossível. Cf. Hintikka (1979).

252 Essa é uma das diferenças cruciais entre Wittgenstein e Russel (e mesmo Frege). Russell buscava na lógica uma âncora para a relação entre linguagem e mundo, enquanto Wittgenstein ao mostrar os limites da linguagem incluía entre os mesmos a impossibilidade

O tratamento crítico das bases racionais para a ética aparece portanto como um dos frutos mais importantes dessa primeira discussão de Wittgenstein sobre a lógica e a linguagem. Esse resultado opõe-se diretamente à empreitada de G.E. Moore. Para Wittgenstein, a ética já mostra a própria compulsão humana a superar os limites da linguagem, tentando-se expressar o indizível. Ou seja, ele propõe uma distinção entre o que se pode descrever e aquilo sobre o qual se pretende dizer algo, valorativamente.²⁵³

Um aspecto importante da mensagem de Wittgenstein é que ele visava ao abandono de todo o sistema e doutrina filosófico em nome de um exercício crítico permanente, enquanto o positivismo lógico converteu o *Tractatus* em semente de uma nova doutrina ou sistema filosófico.

O "segundo Wittgenstein" é considerado por alguns como um filósofo original a ponto de seu programa não contar com predecessores definidos.²⁵⁴ Na Gramática Filosófica, por exemplo, Wittgenstein está já distante do logicismo do *Tractatus* e comenta o ser da proposição como indicação de um modo de verificação, em especial uma verificação pelo modo como devem certas expressões ser usadas²⁵⁵.

de uma linguagem capaz de falar sobre a sua própria relação com o mundo (pois isso colocaria novamente a questão do caráter da relação entre lógica e mundo no plano da discussão sobre a relação lógica-mundo e, assim, ao infinito). Ou seja, pode-se usar lógica para falar de um mundo, assim como música, poesia, etc. Wittgenstein procurava diferenciar essas formas, sem entretanto provar que apenas a forma lógica existe nem atribuir qualquer supremacia da relação lógica sobre as outras, porque não há lógica que explique ou justifique a própria relação da lógica com o mundo. O trabalho de Wittgenstein assume portanto desde a primeira fase uma vocação negativa, crítica. A relação pode apenas ser mostrada através de um modelo ou figuração.

253 O positivismo consiste na radicalização dessa oposição entre saber racional e juízos de valor. O curioso entre muitos metodólogos da Economia, como veremos a seguir, é que pretendam no campo de uma ciência (a Economia) instituir uma distinção positivista que foi pensada originalmente para se opor ciência a não-ciência. Ou seja, haveria uma lógica econômica pura que corresponde a uma pura factualidade. Nos termos de Wittgenstein, é como se procurassem construir um modelo que, ao mesmo tempo, deve ser usado como linguagem para descrever estados de mundo desejados por uma mente ética. Nos termos de Wittgenstein isso seria uma total impossibilidade. As teorias neoclássicas invertem esse procedimento, fazendo do equilíbrio um noumenon. Ou seja, a intencionalidade e a política são fenômenos que se dissolvem numa síntese noumenal. Cf. Granger (1955). Wittgenstein estaria em relação ao positivismo lógico como Kant em relação a Hume, defendendo que toda percepção envolve a formação de um juízo. Janik, Toulmin (1973:215).

254 "O jovem Wittgenstein teve por mestres Frege e Russell. Seus problemas eram em parte os deles. O Wittgenstein da maturidade não tem, a meu ver, nenhum antecessor na história do pensamento. Sua obra assinala uma ruptura radical frente aos caminhos anteriores da filosofia." von Wright (1986:37)

255 Essa verificação pelo uso ou pragmática, que caracteriza os "jogos de linguagem" em Wittgenstein, é um dos aspectos centrais de sua obra e, também, uma imagem crucial em nossa "aplicação" de Wittgenstein a Keynes. A reflexão de Keynes culmina tanto na formulação de proposições a serem verificadas empiricamente (passíveis de serem verdadeiras ou falsas) quanto, à la Wittgenstein, na definição de um campo prático onde a economia faz sentido, ou seja, um campo prático onde proposições sobre o futuro econômico da sociedade podem ser significativas, independentemente de serem verdadeiras ou falsas de uma perspectiva verificacionista mais ingênua. Em suma, Keynes não foi apenas mais um

A verdade da proposição não está mais numa correspondência atomista com o que é fato, a verdade inclui a própria proposição enquanto enunciadora de um modo de aferição - é como se o dinheiro ao ser usado exigisse uma tomada de consciência implícita dos pressupostos valorativos dessa utilização, sendo essa tomada de consciência parte integrante do significado de dinheiro.²⁵⁶

A novidade ou originalidade do terreno wittgensteiniano está quiçá nessa gramática ao mesmo tempo descritiva (fenomenologia da linguagem) e constitutiva (enquanto método de projeção, sistema de representação ou articulação de modelos).²⁵⁷

É precisamente nesse tipo de gramática que se pode insinuar a "ciência" da política econômica, enunciados que ao mesmo tempo descrevem e instauram uma medida sem a qual a descrição não faz sentido.²⁵⁸

Interessa esclarecer como essa concepção do que seja uma "gramática" impacta sobre o universo ético. Intuitivamente, o efeito parece ser o de colocar sob nova luz o que na gramática convencional aparece como regras. As regras em Wittgenstein são inconcebíveis como conjunto estático e é nesse campo dinâmico que se inscreve a dimensão do *dever* (por exemplo, quando indico como certas expressões devem ser usadas).

Não se trata de projetar mecanicamente a ética no sistema de relações sociais. O risco desse procedimento é a recaída no determinismo e a conversão dos padrões em fenômenos enraizados no "comportamento humano paradigmático".²⁵⁹

autor de "teses" sobre a economia, além disso colocou a Economia, numa perspectiva fenomenológica, lado a lado com a Ética e a Estética de modo análogo à posição da Lógica nas obras de Wittgenstein. Sobre essa vista fenomenológica, cf. citação de Wittgenstein à nota 265.

256 Wittgenstein cita Einstein: "isso que é uma grandeza é o modo pelo qual ela é medida". Wittgenstein (1980:464).

257 Lescourret, M-A., *Présentation*, in Wittgenstein (1980:11).

258 "Ciência", entretanto, radicalmente distinta da física, pois aqui a lógica assume, na trilha da evolução do pensamento de Wittgenstein, um caráter fenomenológico. Nas suas palavras: "A física quer determinar regularidades, ela não fixa a vista sobre o que é possível. Por essa razão ela não produz descrições de estados de coisas fenomenológicas. A fenomenologia é sempre por si uma questão de possibilidade, isto é de sentido, e não de verdade ou falsidade". (Ludwig Wittgenstein and the Vienna Circle, apud Hintikka, Hintikka, 1986)

259 A expressão é de R. Norman em *Reasons for Action*, leitura ética de Wittgenstein para cuja refutação seguimos Johnston (1989: Appendix).

Norman (segundo Anscombe) investiga os conceitos especiais que numa sociedade particular oferecem as razões para a ação. Tais conceitos constituem, na reconstituição do pensamento de Norman empreendida por Johnston,

"normas socialmente endossadas e oferecem aos membros da sociedade uma variedade de significados possíveis para essas ações." (Johnston, 1989:211-120)

O ponto: esse procedimento reduz conceitos morais a convenções sociais.260

Vamos direto às críticas desse convencionalismo:

1. limita-se o tema da moralidade, conduzindo ao relativismo,
2. pressupõe que numa dada sociedade é possível arguir conclusivamente certas posições morais.

Ou seja, o convencionalismo é ao mesmo tempo relativista e absolutista, parece relaxar as condições de inteligibilidade para ao mesmo tempo colocar a questão moral na camisa de força das "condições dadas", ou seja, do passado. Sob aparência liberal revela-se portanto uma armadilha totalitária, como a experiência histórica tantas vezes revela e como se denuncia desde, pelo menos, a Escola de Frankfurt.261

Johnston ressalta que a limitação da leitura de Norman deve-se à sua interpretação de duas posições de Wittgenstein:

- argumento sobre a conformação a regras ("rule-following"),
- argumento sobre a possibilidade de uma linguagem privada.

260 Esse ponto concentra toda a objeção que, inspirada na leitura de Keynes, ofereço às chamadas "teorias inerciais" da inflação (mais propriamente seria teorias da inflação inercial, mas valha o trocadilho). A propósito veja-se Schwartz (1989), (1991) e (1992).

261 Cf. especialmente Horkheimer, M.-Adorno, T. (1975), Conceito de iluminismo. Ali se afirma, por exemplo, que "(...) o iluminismo, mesmo durante o período liberal, sempre simpatizou com a coação social." Seguindo uma pista de Hegel, esses autores alertavam ainda para o efeito iluminista dos liberados converterem-se numa "tropa" (Horkheimer-Adorno, 1975:104). Para o liberalismo iluminista a convenção fundamental viria a ser o Contrato, traduzida em Mercado. Nesse sentido o liberalismo é um convencionalismo, apesar das aparências.

Segundo Norman, Wittgenstein considera a linguagem e a conformação a regras necessariamente sociais.

Segundo Johnston, amparado em Baker e Hacker²⁶², há nessa leitura uma imprecisão que confunde o ser social com o ser público²⁶³.

Uma decorrência da imprecisão é, pelo reducionismo da regra/comunicação à existência de um acordo ("communal agreement"), considerar logicamente impossíveis práticas com um único participante ou, o que é o mesmo, considerar que práticas que envolvem apenas um participante são eticamente insignificantes. Mas, segundo Johnston

"(...) o ponto de Wittgenstein é que a conexão entre uma regra e sua aplicação põe-se na prática de seguir a tal regra. Assim o significado de uma regra é dado pela prática que determina o que conta como aplicação correta."²⁶⁴ (Johnston, 1989:212)

Como não há prática interna ou privada, a conclusão é que toda conformação a regras ("rule following") é pública.²⁶⁵

Em termos gramaticais, isso implica que para alguma coisa servir como razão para a ação ela deve cumprir o papel de razão, isto é,

"posicionar inteligivelmente uma ação particular num contexto mais amplo." (Johnston, 1989:213)

O fato desse posicionamento ser irredutível ao "social" (noutros termos, dir-se-ia à "totalidade") implica ainda que nenhuma sociedade coloca limites conceituais às possibilidades de conduta de seus membros. Em oposição ao

262 Baker, Hacker (1985) e também (1984).

263 A imprecisão de detalhe tem consequências enormes. Assim, no nosso caso, discutir política econômica significa imergir não apenas num tempo público mas também num espaço igualmente inconclusivo, um mapa que ao contrário do imaginado por Borges, onde havia uma sobreposição ponto a ponto entre mapa e real, desenha apenas uma realidade virtual, ainda que detalhadamente e em muitos aspectos empiricamente experimentáveis. Quando o público coincide com o social a ética desaparece tão surpreendentemente quanto nos momentos em que o público se confunde com o privado.

264 Sugiro, a título de exercício, que se retome as páginas onde discutíamos o "mecanismo" do padrão ouro tendo em vista essa interpretação da relação entre regras e linguagem em Wittgenstein.

265 "O erro aqui é partir de regras não determinarem sua própria aplicação para a petição de que a correta conformação a regras é portanto determinada pela comunidade." Johnston (1989:213)

convencionalismo, essa perspectiva coloca a ação humana no terreno da originalidade, senão da ousadia criativa, por exemplo assumindo a forma de pretensão de generalidade apesar de todas as evidências de indeterminação - dando um salto indutivo no escuro.

A probabilidade e a certeza

Além da problemática mais diretamente ligada à análise da linguagem e da lógica em Wittgenstein, ganha interesse para uma "atualização" da mensagem de Keynes os seus comentários sobre a probabilidade e a certeza. Os estudos sobre probabilidade foram realizados entre 1929 e 1934, ou seja, exatamente numa fase de transição entre o "primeiro" e o "segundo" Wittgenstein.²⁶⁶

Sua definição de probabilidade aparece explicitamente no *Tractatus* (5.15):

- consideremos um conjunto S de n proposições logicamente independentes²⁶⁷ e ainda duas proposições $f_1(S)$ e $f_2(S)$ que são funções de verdade das n proposições do conjunto (também chamadas **argumentos de verdade**),

- por distribuições de verdade²⁶⁸ das funções de verdade designamos aquelas de suas possibilidades de verdade (combinações de valores de verdade nos argumentos de verdade) para as quais as funções assumem o valor "verdadeiro",

- seja m o número de distribuições de verdade de $f_1(S)$ e $k_m:m$ o número de distribuições de verdade de $f_2(S)$ que são também distribuições de verdade de $f_1(S)$, sendo $k_m \leq m$ e $0 \leq m \leq 2^n$,

-a relação $k_m:m$ mede então a probabilidade que a proposição $f_1(S)$ confere à proposição $f_2(S)$ ou, mais brevemente, a probabilidade de $f_2(S)$ quando $f_1(S)$.

266 von Wright (1986:149-194).

267 n proposições são logicamente independentes se e somente se é logicamente possível que sejam verdadeiras ou falsas em cada uma das 2^n diferentes combinações. von Wright (1986:152)

268 Fundamentos de verdade, truth-grounds, raisons de vérité são algumas traduções alternativas para o termo original Wahrheitsgründe. "Distribuição" é a escolha de von Wright (1986:151).

O conceito de probabilidade do *Tractatus* é relativo a um conjunto de proposições que são argumentos de verdade de funções de verdade. Mais ainda, sua concepção de probabilidade é **diádica** ou **condicional**, pois diz respeito à probabilidade que uma proposição confere a outra proposição. A probabilidade pode também ser definida então como igual ao número das distribuições de verdade dividido pelo número total de possibilidades de verdade. A partir daí pode-se definir a noção de probabilidade condicional (a probabilidade de p quando q) como a probabilidade de $p \& q$ dividida pela probabilidade de q .

A definição de probabilidade de Wittgenstein é considerada por von Wright como um prolongamento tardio da definição clássica de Laplace (dada em 1814): a probabilidade como uma relação entre o número de possibilidades que são favoráveis à ocorrência de um evento e o número de possibilidades que são favoráveis ou desfavoráveis à ocorrência do mesmo evento, todas as possibilidades sendo consideradas iguais. Não se confunde portanto possibilidade com probabilidade, sendo a probabilidade uma relação particular entre possibilidades.

A análise de Wittgenstein é a de um estado de coisas possível que determina a ocasião em que um evento se produz no interior de um conjunto de possibilidades alternativas, análise que é um caso particular de escolha de um conjunto de argumentos de verdade independentes visando à expressão das possibilidades de verdade.

Em Laplace, as possibilidades devem ser iguais, mas em Wittgenstein vai-se mais longe pois no lugar da equipossibilidade surge em primeiro plano a analisibilidade em termos de proposições elementares possíveis.

A definição de Wittgenstein é também aproximada por von Wright à oferecida por Bolzano em 1837, em que a probabilidade é a validade relativa de uma proposição com relação a outra, considerando as proposições como funções de elementos variáveis que ele denomina idéias ou pensamentos (algo próximo da noção de função de verdade).

Nessa altura von Wright coloca em cena a noção de **campo** ou **espaço de jogo**.²⁶⁹ No *Tractatus* Wittgenstein introduz essa noção dizendo que as condições de verdade determinam o espaço de jogo aberto aos fatos por uma proposição. O espaço de jogo estaria, portanto, ao nível dos fatos e não da proposição.

As condições de verdade de uma proposição formam por sua vez uma partição do conjunto de possibilidades de verdade entre as que concordam

269 Spielraum em alemão, range em inglês, traduzido em francês por espace de jeu, étendue ou marge mas que, para nosso propósito, estaria bem traduzida como campo.

e as que discordam da proposição. Aplicada às proposições, o espaço de jogo torna-se um atributo que define a extensão delas como o conjunto de suas distribuições de verdade (possibilidades de verdade que verificam a proposição). A definição de probabilidade pode então ser apreendida como a medida dessa extensão.

Uma vez apresentada a probabilidade como relações entre proposições, uma série de questões adicionais tornam-se tratáveis. Em primeiro lugar, na medida em que a definição de uma probabilidade depende da suposição de validade de um conjunto de leis naturais, surge o problema de saber se uma discrepância entre uma probabilidade teórica e uma frequência estatística deve ser atribuída ao acaso ou a uma mudança/operação de leis naturais fora de consideração no momento em causa.

Ou seja, coloca-se a questão de traçar a fronteira entre o acaso e a lei. Sem entrarmos na technicalidade do argumento usado por von Wright para elucidar essa questão, cabe indicar que mesmo reconhecendo a tendência humana a aproximar o cálculo teórico da frequência observada ("nossos espíritos não encontram repouso até que a frequência relativa coincida com a probabilidade a priori", na interpretação que Waismann oferece do tema em Wittgenstein), nessas condições de saber imperfeito, somos afinal conduzidos à distinção entre probabilidade de uma hipótese e probabilidade de um evento. Ou seja, dada a teoria lógica da probabilidade, coloca-se uma problemática epistemológica (saber imperfeito e descrição incompleta). Essa temática apareceria nos escritos posteriores ao *Tractatus*.

Wittgenstein afirma que a probabilidade de uma hipótese não é mensurável numericamente ou que pelo menos não o é no mesmo sentido em que o são as probabilidades estabelecidas por um cálculo. von Wright (1986:174) conclui deixando em aberto o teor da relação entre esses dois tipos de probabilidade (com e sem cálculo correspondente). Esse encaminhamento aproxima muito Keynes e Wittgenstein no que se refere à filosofia da probabilidade, pois abre-se para um tratamento ordinal e coloca em evidência a questão do campo ou da confiança subjacente ao espaço de jogo definido numa probabilidade.

Com relação ao tema da Certeza, Wittgenstein deixa também uma série de pistas importantes para a compreensão dos temas sugeridos pela abordagem lógica da relação linguagem-mundo que se praticava em Cambridge no início do século e, nesse particular, entra em confronto direto com G.E. Moore que, a partir da filosofia da linguagem ordinária, afirmava conhecer com certeza uma série de proposições.

Moore, nessa refutação do ceticismo, apontava para evidências sensíveis (o exemplo célebre é a prova de que tenho duas mãos erguendo-se-as diante da vista).

Wittgenstein atacava essa crítica ao ceticismo baseada na linguagem ordinária. Pois responder à questão "como sabes isso?" não é a mesma coisa que oferecer uma evidência.

A evidência que se produz como fonte de apoio à verdade de uma proposição que supomos conhecer consiste também em proposições que aceitamos como verdadeiras. Nota-se nessa crítica de Wittgenstein o retorno da posição kantiana, mas dessa vez sem um sujeito transcendental e sim uma situação prática-cultural que de certa forma delimita os usos possíveis da linguagem.270

Nas palavras de Wittgenstein,

"toda verificação, confirmação ou infirmação de uma hipótese já toma lugar no interior de um sistema. E esse sistema não é um ponto de partida mais ou menos arbitrário ou duvidoso de todos nossos argumentos: não, ele pertence à essência disso que chamamos um argumento. O sistema não é tanto um ponto de partida quanto um elemento no qual os argumentos ganham vida." (apud von Wright, 1986:184).

Esses comentários trazem algum sentido adicional à idéia de que a probabilidade de uma hipótese não pode ser medida numericamente como as probabilidades de enunciados. Assim como as probabilidades medidas pressupõem uma lei e assim podem ser situadas além do acaso, as verificações, confirmações, etc. pressupõem uma espécie de solo "linguístico" (mais propriamente ético) cuja prática confere sentido às pretensões de verificação, comprovação, etc. Assim como a probabilidade de uma hipótese e sua relação com a probabilidade de um enunciado permitem uma brecha para o acaso, há uma incerteza radical presente, ainda que silenciosa, sob a mais ostensiva das certezas (por exemplo, na demonstração de que tenho duas mãos).271

O conceito de saber não se aplica ele próprio àquilo que é pressuposto no seu uso. A mais vigorosa certeza, portanto, reduz-se muito mais a uma certeza relativa à nossa prática de construir juízos do que a uma certeza na nossa intelecção do conteúdo de nossos juízos. Posso investigar se tal ou qual objeto está no mundo exterior, ou se não se trata eventualmente de uma ilusão. Mas, que o resultado de minha investigação seja, nesse ou naquele caso particular, positivo ou negativo, a base da decisão terá que ver com certos fatos que se dão e que implicam a existência de um mundo exterior. Eis o que explica igualmente porque não existe nenhum procedimento que permita investigar se o próprio mundo exterior existe ou não. Sua existência

270 *Em cada situação onde aparece uma pretensão ao saber, onde surge uma dúvida, onde está compreendido um elemento de comunicação linguística (informação, ordem, questão), uma massa de proposições está já pressuposta, tida por adquirida. Essas proposições formam uma espécie de "sistema". von Wright (1986:184).

271 A política econômica é um jogo de linguagem que propicia essa sistematicidade prática.

é, por assim dizer, "o receptáculo lógico" no interior do qual múltiplos objetos são situados."272

As proposições de senso comum de Moore têm a forma de proposições sobre a experiência, mas enquanto proposições são antes de tudo regras lógicas cuja verdade está cimentada nos fundamentos de nosso jogo de linguagem. O resultado é que não podemos saber nem ter certeza de algo de que não se possa ao mesmo tempo duvidar.

Cada jogo de linguagem, incluindo o da probabilidade, tem regras que nos permitem constituir uma Imagem de mundo, conceito que não se reduz ao de visão do mundo.273

Para Wittgenstein essa imagem de mundo (na prática um suporte de visões, como as molduras ou uma perspectiva na pintura) pode consistir num conglomerado de sub-sistemas com seus jogos de linguagem, cada qual fundando-se sobre um fragmento de pré-saber dos jogadores.

Já no *Tractatus* estava presente a idéia de que um modelo do mundo (ou figuração, imagem) deve ter algo em comum com o mundo, seja lá o que for, mesmo para oferecer uma representação incorreta do mesmo. Esse algo comum é configuração de uma publicidade e admite possibilidades de legitimação diferenciadas.

Em algum momento na vida de uma comunidade linguística deve existir acordo quanto ao campo onde se projetam os significados de palavras, fatos ou regras a ponto dos interlocutores compartilharem um mesmo jogo de linguagem e até mesmo desafiarem as regras tidas por aceitas. É nesse contexto que a persuasão tem lugar.274

Ampliam-se as decorrências do sentido ético que afinal assume o exame por Wittgenstein da probabilidade e da certeza. É possível falar por exemplo em termos de uma filosofia política, da questão da legitimidade e do papel do

272 von Wright (1986:184-5).

273 Schumpeter distinguia entre uma "visão do mundo" e um processo de depuração analítica. Wittgenstein sugere que a depuração analítica já é uma das regras de uma imagem de mundo. A imagem de mundo é o solo comum que devemos compartilhar com os outros para podermos compreender o que fazem e dizem, ou seja, é a luz que permite a "visão com olhos alheios", para retomar a definição de espaço público enunciada por Rousseau em sua análise da Economia Política.

274 von Wright (1986:192). Abre-se portanto a possibilidade de uma nova visão da imbricação entre Economia (lógica) e economia (prática) em que, como aliás desde o *Tractatus*, a forma do objeto é a sua possibilidade de ocorrência num estado de coisas, cada coisa sendo um "espaço de estados de coisas possíveis". Esse espaço, "posso concebê-lo vazio, mas não a coisa sem o espaço". (2.013).

consenso/consentimento. Tratando das questões atinentes à Certeza, Wittgenstein abre uma comunicação entre a lógica e o tema da racionalidade prática, assim como no seu exame da lógica o mesmo Wittgenstein ressalta a "contingência radical do necessário", ou seja, a contradição entre enunciar uma certeza e criar, ao mesmo tempo, a possibilidade de interrogá-la.²⁷⁵

3.3 Keynes e os impasses da Ética em Wittgenstein

"Eu continuo, e permanecerei sempre, um imoralista." (CWX:447)

Mais acima, quando discutíamos a oposição entre Russell e Moore, fizemos referência aos impasses da Ética numa época de transição histórica. Em Keynes, especialmente em seus artigos jornalísticos, o tema da transição histórica é tema igualmente importante.

Wittgenstein foi, nas suas próprias palavras, um habitante de um "tempo de trevas" (imagem que seria usada também por Hannah Arendt). Reverberando leituras de Spengler, Wittgenstein considerava-se uma testemunha do fim dos tempos, do fim de uma cultura. Considerava a sua própria obra como algo para poucos, para leitores de outros tempos, já que os seus parceiros no jogo de uma cultura desapareciam no bojo da ruína europeia. E os europeus, por sua vez, tinham motivos para achar o pensamento de Wittgenstein excessivamente anti-ocidental:

"Dá no mesmo para mim se o típico cientista ocidental entende e aprecia minha obra ou não, pois ele não vai mesmo entender o espírito em que eu a escrevo."²⁷⁶

Entendido em linhas gerais o contexto histórico do debate filosófico que conduz ao logicismo em Cambridge no início do século, feita a leitura do TP, a resenha dos debates sobre o conceito de probabilidade e suas implicações "metafísicas", podemos agora retomar o rumo sugerido pela originalidade

275 Cf. Winch (1991) e, quanto à experiência da contradição em Wittgenstein, Bouveresse (1973:72). O interessante em Winch, nesse texto em que reconstrói a perspectiva de Wittgenstein sobre certeza e autoridade, é sua enorme proximidade com o programa de pesquisa do próprio Keynes. Winch afirma de saída, por exemplo, que de acordo com uma concepção comum à tradição da ciência política, de Hobbes a Rawls, a racionalidade da ação depende da racionalidade de uma crença anterior. (1991:224) É justamente o caráter vicioso dessa racionalidade permanentemente pressuposta e reposta que torna explícito o caráter prático da possível racionalidade associada a seguir uma regra ou ter uma certeza.

276 Culture and Value (CV,7), citado no Prefácio de Griffiths (1991).

wittgensteiniana, que é uma rediscussão das questões éticas numa época de transição histórica.

São claras algumas ressonâncias de temas hegelianos em Wittgenstein: a dialética do limite e da possibilidade inscrita na negação, por exemplo. Assim, muitos intérpretes atribuem a Wittgenstein um papel puramente negativo, de crítica filosófica mas não de fundamentação de uma Escola ou método. 277

Diante desse quadro de heranças intelectuais, o mínimo que se pode dizer é que opor Keynes a Wittgenstein é contrapor dois não-sistemas, dois pensamentos críticos que não aceitam as responsabilidades metafísicas consagradas pela Ciência normal.

Wittgenstein esforçou-se por mostrar que a filosofia não é uma Ciência, Filosofia, mas apenas filosofia, na descrição de Rorty, transformando-se num filósofo da filosofia e não num filósofo do homem comum, um filósofo profissional, na expressão de Anscombe.

O projeto logicista redundara também na impressão de que a Lógica não poderia ser o fundamento da matemática e, nas mãos de Wittgenstein, fundamento de nada. Assim como a Filosofia tornava-se filosofia, a Lógica perdia o privilégio de ser a garantia da Certeza, pois já a partir do *Tractatus* Wittgenstein insiste na descoberta de que proposições com sentido são logicamente contingentes. Ou seja, a lógica nada tem a dizer sobre o mundo, o exame da lógica proposicional nos condena à oposição entre tautologias e proposições com sentido.

Marxistas e neoliberais concordam num ponto: a Economia oferece uma espécie de Lógica da Sociedade, assim como a Lógica é o suporte da razão e a Filosofia, Metafísica. Do ponto de vista de Wittgenstein, tanto marxistas quanto liberais operam no plano ético. Imaginar ou crer que fazem Ciência é abusar da lógica, como se dela se pudesse extrair um diagnóstico do que é contingente.

Keynes cumpre na Ciência Econômica um papel análogo ao de Wittgenstein na "desconstrução" da Metafísica, rejeitando justamente seja o marxismo seja o utilitarismo que fundamenta a atitude liberal, percebendo que a lógica

277 Essa é a posição, por exemplo, de Dummet que cria para si um outro programa de pesquisa "inspirado" em Wittgenstein. Outra semelhança curiosa, mas não desprezível, entre Hegel e Wittgenstein é que este também tinha o seu Napoleão: Bismarck. (Bouveresse, 1991, p.17) A decadência do Império Austro-Húngaro joga assim o seu papel nas tintas de "pessimismo cultural" de Wittgenstein e ilumina outra semelhança com Keynes: o papel de intelectual no epicentro de uma crise imperial. Fugindo para a Inglaterra, Wittgenstein encontrou o mesmo clima de decadência imperial e a mesma dificuldade lógica, a fundamentação de sistemas supostamente consistentes logicamente.

fundamental do argumento econômico (o salto indutivo) aponta irremediavelmente para considerações éticas.

Para Keynes não existe uma Ciência da Economia, assim como para Wittgenstein não pode existir uma Ciência do Pensamento (no sentido de uma teoria que apontasse os limites do pensamento) - todo pensamento é consciência de, consciência pública, uma instituição como o dinheiro.

Se o logicismo conduziu à refutação do idealismo, até que ponto essa refutação eliminou completamente as ressonâncias anti-utilitaristas oriundas daquele idealismo? A negação da negação (crítica do logicismo crítico do idealismo) recupera algo de positivo daquele pensamento que parecia derrotado, defunto.

Vimos que um dos aspectos centrais do idealismo inglês é a tentativa de superação do solipsismo metodológico, uma ousadia anti-empirista (e portanto bastante Continental) de refletir sobre o Todo, de aceitar algum holismo, como em Brady e McTaggart. 278

Mas é justamente essa remissão a um Todo, que cai muitas vezes na petição de universalidade (a busca de leis, princípios e mecanismos) a questão lógica que, como vimos em Keynes e Wittgenstein, põe no horizonte o tema da ética pois não há proposição lógica significativa sobre o todo, a generalização não elimina a indeterminação, ainda que possa fazê-lo do ponto de vista lógico.

* * * *

O principal texto de referência para uma avaliação mais geral da posição filosófica de Keynes e do papel da ética (e de Moore) nessa posição é *My Early Beliefs*, lido na sessão de 9 de setembro de 1938 do *Bloomsbury's Memoir Club* e publicado postumamente em 1949.279

O primeiro ponto ressaltado por Keynes é que a sua juventude em Cambridge fora uma época em que **crenças** determinavam atitudes e comportamen-

278 Mas Também em Giddens, que propõe uma teoria da "estruturação" e o uso da reflexividade como categoria central na análise social, reclamando uma herança em Heidegger e Wittgenstein. Cf. Giddens (1984). Para Giddens, por exemplo, a busca de generalizações (refuta o termo "lei") é apenas uma entre muitas possibilidades da teoria social. Vale a pena também explicitar o que Giddens entende por "teoria social": "envolve a análise de questões que transbordam rumo à filosofia, mas não é antes de tudo uma empreitada filosófica" (op.cit., xvii).

279 Republicado em (CWX:433-50). David Garnett esclarece na apresentação que *My Early Beliefs* e *Dr.Melchior: A Defeated Enemy* foram publicados por determinação do testamento do próprio Keynes.

tos, apesar das diferenças de credo, ideologia e personalidade entre os integrantes do seu círculo emocional/intelectual. Skidelsky (1983:133) ressalta de saída essa **credulidade**, contrastando-a com a época atual em que sequer se tem crenças, quanto mais crenças que se supõe verdadeiras e capazes de guiar o curso de toda uma vida.

A base da atitude crédula, de certa forma ingênua ou cândida (**unwordly** é o termo geralmente aplicado aos **dons** de Cambridge) era o exemplo filosófico e comportamental de G.E. Moore. Keynes reconhece essa dívida, mas de modo limitado, já que Moore tinha ainda um pé em Sidgwick, no cálculo benthamita e nas **regras gerais do bom comportamento**.

Aceitava-se a "religião", mas não a "moral" de Moore:

"De fato, em nossa opinião, uma das maiores vantagens de sua religião era tornar desnecessária a moral - entendendo-se por "religião" a atitude alguém para consigo mesmo e o supremo e por "moral" a atitude diante do mundo exterior e o intermediário.

(...) Nada interessava senão estados mentais, nossos próprios e os alheios naturalmente, mas principalmente os nossos. Esses estados mentais não estavam associados à ação ou à realização ou com consequências. Eles consistiam em estados de contemplação e comunhão atemporais e apaixonados, bastante desligados de "antes" e "depois". Seu valor dependia, de acordo com o princípio da unidade orgânica, do estado de coisas como um todo que não poderia ser expedientemente analisado em partes. Por exemplo, o valor do estado mental de estar enamorado não dependia meramente da natureza das emoções de alguém, mas também do valor de seu objeto, da reciprocidade e natureza das emoções do objeto; mas não dependia, se recordo corretamente, ou não dependia muito, de como se sentia a respeito disso um ano depois, embora eu mesmo sempre tenha sido um advogado de um princípio de unidade orgânica através do tempo, que ainda me parece apenas sensato." (CWX:436).

Uma "religião que torna desnecessária a moral", esse o desafio. Criar regras quando as regras velhas mostram-se caducas e, mesmo tendo a percepção da falência de um sistema de regras, encontrar confiança na possibilidade de um novo jogo de regras.

Os "objetivos" da vida eram o amor, a criação e fruição da experiência estética, a busca do conhecimento, estando o amor de longe em primeiro lugar. A identificação dos estados mentais nada tinha a ver com as "pseudo-religiões modernas de serviço social", nem a preocupação era mundana (desdenhava-se o poder, a riqueza, a popularidade ou o sucesso), interessando antes de tudo separar o "ser bom" do "fazer o bem" (**being good X doing good**). Ser bom, vivenciar o que é bom, era algo sujeito à "intuição inanalizável" sobre a qual seria "inútil e impossível argumentar".

Como lidar com diferenças de opinião nesse universo "religioso"? Keynes apontava duas alternativas. Primeiro, talvez os interlocutores simplesmente não estivessem falando da mesma coisa, não tivessem sucesso em explicitar suas intuições e fazê-las focalizar um mesmo objeto, sendo que

"em virtude do princípio da unidade orgânica, uma diferença muito pequena no objeto pode produzir uma diferença muito grande no resultado." (CWX:437)

A outra alternativa era remeter a diferença a diferenças irreduzíveis de subjetividade, da mesma forma como se reconhece que alguns podem e outros não conseguem apreciar um bom vinho. Como Ramsey, o debate de estados mentais é finalmente condenado por Keynes à disjunção comunhão - incomunicabilidade.

Mas o reconhecimento da incomunicabilidade não significava o fim da linguagem:

"Na prática, a vitória ia para os que pudessem falar com o máximo de aparente clareza e indubitável convicção e usar melhor os tons da infalibilidade." (CWX:438)

Keynes refere-se afinal a uma arte retórica e teatral em que se simulava a mais civilizada das conversações. Cada um tinha seu estilo, Moore era o mestre da intimidação oratória, Strachey explorava um silêncio embaraçador, Woolf se fazia de tonto para evidenciar o ridículo do interlocutor. Não havia debate, insiste Keynes, mas comunhão, e menos a comunhão de um mesmo estado mental, e sim a comunhão de almas que se reconhecem como contempladoras de estados mentais.

É a forma (contemplar), não o conteúdo (aquilo que se contempla) que interessava naquela comunhão de caráter indiscutivelmente **terapêutico**. Nesse formalismo podia-se abrigar o "material" liberado pelas idéias de Moore no "espírito" científico do logicismo russelliano.

As "crenças" tornam-se portanto objetivas e, por mais incomunicáveis que pareçam ser em última análise, de um ponto de vista prático cria-se um momento de exposição pública (ainda que mais ou menos protegida da sociedade) ou, em outras palavras, racionaliza-se num campo coletivo o que a princípio parecem ser forças incomensuráveis e incomunicáveis.²⁸⁰ Que a

280 Sobre Moore, Keynes afirma que "seu modo de traduzir suas próprias emoções pessoais do momento na linguagem da abstração generalizada é uma comédia bela e encantadora." (CWX:443).

sociedade capitalista dispusesse de um "momento lógico" aparentado a esse, eis uma forma adicional de se estimar a herança da aposta de Keynes.

Comunhão nesse contexto é quase sinônimo de não se ter vergonha e medo ou, pelo menos, de impedir que esses sentimentos trágicos bloqueiem a fruição do mundo. A falta de vergonha, por sua vez, é decorrência da refutação racional do medo do pecado. Keynes afirma então que seu grupo

"(...) repudiava todas as versões da doutrina do pecado original (...)"
(CWX:447)

Nada de "queda", de antes ou depois, dentro ou fora do Paraíso. Nenhum código transcendente nem imposto, mas a atividade lúdica de **criar códigos**, ou seja, criar regras e linguagem²⁸¹ no interior dos quais o que se consegue não é a apreensão de significados últimos, verdades imanentes ou revelações de fé, mas sim uma coincidência de sentidos que no máximo se aproxima ou sugere uma convergência de sentimentos. Daí toda a ironia de Keynes ao batizar a prática de contraponto de estados mentais como uma "Religião"²⁸².

O Novo Testamento, diz Keynes, é um manual de politiqueiros comparado à candura do projeto mooreano de contemplação e comunhão. O salto era possível porque esse projeto prosperava sem as preocupações com **regras** de conduta típicas da moral utilitarista nem com o **cálculo** benthamita. A filosofia adotada por Keynes permitia a busca de uma racionalização da conduta sem o apego (impregnado de culpa) a regras arbitrárias travestidas de falsa pureza e amor ao próximo. Essa filosofia permitia uma

"**justificação da experiência totalmente independente de eventos exteriores** (...)." (CWX:444, *itálico meu*)²⁸³

Particularmente relevante para nossos propósitos é a distinção entre essa filosofia e a filosofia moral indutiva ou que recorria à probabilidade, cultivada por Moore. Keynes afirma que as considerações probabilísticas de Moore foram um dos fatores que lhe custaram muito tempo de lazer ao optar

281 Skidelsky (1983:85) insiste no gosto do jovem Keynes e seu pai por jogos verbais e trocadilhos, além de fazer referência em várias passagens ao empenho oratório de Keynes nos tempos de estudante e à importância dos maneirismos retóricos de Bloomsbury.

282 Mais uma vez análogo, em atitude, a Wittgenstein, para quem tudo o que se refere às questões de fundo situa-se no campo da ética, da estética e, no limite, do misticismo.

283 Em Wittgenstein opera uma distinção semelhante, onde a possibilidade do pensamento é independente de como as coisas sejam, mas não é independente de que as coisas sejam. Cf. Lopes dos Santos (1993,92).

por estudar o assunto (o outro foi o *Principia* de Russell), mas alerta também que em geral davam pouca atenção a essa parte do livro de Moore. (CWX:444).

"Estávamos vivendo no presente especioso, nem tínhamos começado a jogar o jogo das consequências. Existíamos no mundo dos Diálogos de Platão, não tínhamos alcançado a República, que dizer das Leis." (CWX:445)

Na verdade, dentro os membros de Bloomsbury Keynes seria o mais atirado às questões da "República". Ainda assim, a interpretação da mensagem propriamente econômica de Keynes ganha densidade também através dessa sua experiência de uma "experiência presente" (lembrando o salto na simultaneidade de Ramsey), da separação entre experiência e jogo das consequências que ainda assim não sacrifica inteiramente a racionalidade, preservando ao menos uma racionalidade terapêutica.

Nessa experiência a "ação pública" torna-se legítima apesar, através e reforçada pelo interesse privado (poder, política, sucesso, riqueza, ambição, o motivo econômico e o critério econômico), mas não porque a "divisão do trabalho", o "contrato", o "mercado" ou quaisquer pulsões hedonistas configurem ou assegurem de antemão a publicidade ou a universalidade e sim porque a pressuposição de racionalidade exige a participação numa linguagem cujas regras, mesmo sendo dadas, não esgotam a vitalidade do mundo ao mesmo tempo em que legitimam o momento de publicidade em ato.²⁸⁴

Keynes vivencia as condições wittgensteinianas de limitação da lógica, que tornam a consciência da inconsequência do cálculo sobre "estados mentais" ainda mais angustiada, urgente e fatal. Permite-lhe constatar que

"a tradição de cálculo benthamita foi ao longo do tempo na verdade um verme corroendo as entranhas da civilização moderna e é responsável pela sua atual decadência moral. Costumávamos encarar os cristãos como o inimigo, porque apareciam como representantes da tradição, da convenção e magia. Na verdade era o cálculo benthamita, baseado numa superestimação do critério econômico, que estava destruindo a qualidade do popular Ideal." (CWX:445)

O individualismo associado à rejeição do benthamismo servia ainda, adverte Keynes, como vacina contra

284 Keynes é bastante contundente nesse particular, afirmando estar entre os poucos ou talvez únicos de sua geração que abandonaram a tradição benthamita.

"a *reductio ad absurdum* do benthamismo conhecida como marxismo."
(CWX:446) 285

Os comentários de Keynes sobre o impasse entre temporalidade e ética completam o quadro de rejeição do benthamismo mooreano:

"(...) pusemos de lado, não apenas aquela parte do capítulo 5 de Moore sobre "Ética com relação à Conduta" que lidava com a obrigação de agir de modo a causar por conexão causal o mais provável máximo de bem eventual através de toda a procissão de eras futuras (uma discussão de fato intrincada de falácias), mas também a parte que discutia a obrigação individual de obedecer regras gerais." (CWX:446)

Até aí vai a confissão de Keynes, a caracterização tensa e paradoxal de um "estado mental" ao mesmo tempo inovador e típico de uma situação histórica da elite inglesa. Mas a tarefa de ler esse código a contrapelo, ou seja, tomando-o ao mesmo tempo como relato e como alerta, foi delineada por Keynes mesmo em *My Early Beliefs*:

"(...) O que importa muito mais é o fato de que (nosso código) tinha como base frágil, agora percebo, uma visão a priori do que parece ser a natureza humana, tanto a de outras pessoas como a nossa, que era desastrosamente equivocada.

Eu disse que estivemos entre os primeiros a escapar do benthamismo. Mas de outra heresia oitocentista éramos os herdeiros convictos e últimos defensores. Estávamos entre os últimos dos Utópicos, ou progressistas (*mellorists*) como são às vezes chamados, que acreditam num progresso moral contínuo em virtude do qual a raça humana já consiste de pessoas confiáveis, racionais e decentes, influenciadas pela verdade e por padrões objetivos, que podem ser seguramente liberadas das restrições exteriores da convenção e dos padrões tradicionais e regras inflexíveis de conduta, deixados, doravante, aos próprios e sensatos recursos, motivações puras e intuições confiáveis do bem. A visão de que a natureza humana é razoável (*reasonable*) tinha em 1903 uma longa tradição atrás de si." (CWX:447)

Em suma, escapava aos cultores daquela "imoralidade" racional que houvessem

285 É também curioso o paralelo feito por Bouveresse (1991) entre a atividade de Wittgenstein e o mundo dos negócios, mas aí o mundo dos negócios tem o sentido não de mundo regido por cálculos hedonistas ou benthamitas, e sim ao mundo discutido por Musil em *O Homem Sem Qualidades*, onde impera o "espírito dos fatos", em que todo mundo é positivista, donde as palavras de Wittgenstein: "Sim, encontrei um lugar de repouso real. Eu sei que meu método está certo. Meu pai era um homem de negócios, e eu sou um homem de negócios: quero que minha filosofia seja empresarial (*business-like*), que faça algo, resolva algo". Entretanto, o próprio Wittgenstein dizia que a filosofia, não sendo ciência, nada pode fazer senão descrever e criticar.

"Irrupções insanas e irracionais de perversidade na maioria dos homens. Não estávamos alertas de que a civilização era uma crosta fina e precária sustentada pela personalidade e vontade de uns poucos, e mantida apenas por regras e convenções artificialmente articuladas e astutamente preservadas."(CWX:447)

Ao fazer a autocrítica de suas crenças juvenís (ao mesmo tempo confessando-se ainda preso a elas, pois elas acertam errando, ou seja, erram no campo adequado que é o da experiência da publicidade racional), Keynes sugere uma reversão da religião imoral e racional em crítica moral atenta à irracionalidade, de uma atitude intelectual pré-freudiana num esquadramento das perversões irracionais entranhadas na moralidade vigente. Mas, na juventude como na maturidade, persevera a mesma atitude de projetar sobre o que se apresenta como princípios logicamente fundamentados uma luz que revela esses princípios como inspirações éticas, estéticas, religiosas e metafísicas:

"A racionalidade que lhe atribuíamos (aos estados mentais) levava a uma superficialidade, não apenas de julgamento, mas também de sentimento. Era não apenas intelectualmente pré-freudiano, mas havíamos perdido algo que nossos antecessores tinham sem nada pelo que substituir. Eu ainda sofro incuravelmente por atribuir uma racionalidade irreal aos sentimentos e comportamentos de outras pessoas (e sem dúvida aos meus próprios também)." (CWX:448)

O conceito de "racional", entretanto, faz sentido apenas se não apenas entre os comungantes, mas no próprio objeto de contemplação (a humanidade), está pressuposta a racionalidade (um "salto" análogo ao necessário para acreditar na probabilidade). Protestar, assinar um abaixo-assinado, mandar uma carta a um jornal, essas eram reações de uma juventude que acreditava na validade de acreditar, como se a contemplação "honestá" da crença fosse sua própria justificação, dada a racionalidade pressuposta. Nessa armação bem aventurada, protestar talvez fosse

"(...) um vestígio hereditário da crença na eficácia de rezar." (CWX:448)

Principalmente quando a conclusão nos anos de maturidade, adequada aos acontecimentos do final dos anos 30, revela que:

"A atribuição de racionalidade à natureza humana, ao invés de enriquecê-la, agora me parece tê-la empobrecido. Ignorou-se certos mananciais de sentimento valiosos e poderosos. Algumas das explosões irracionais e espontâneas da natureza humana podem ter um tipo de valor irrelevado pelo nosso esquematismo. Até mesmo alguns dos sentimentos associados à perversidade podem ter valor." (CWX:448-9)

Note-se que não é a racionalidade como tal que se condena vivida a vida adulta, mas a atribuição infantilmente ingênua de racionalidade ao mundo,

quando a atribuição de racionalidade é uma atitude que nunca encontrará ancoragem filosófica suficiente - uma alternativa autêntica surgiria talvez apenas quando pactuada pelos participantes do jogo.

Além dos valores gerados pela espontaneidade vulcânica de certos impulsos, Keynes critica também o excesso de individualismo da religião juvenil, incapaz de aquilatar outros objetos de contemplação e comunhão,

"(...) aqueles concernentes à ordem e ao padrão de vida no seio de comunidades assim como as emoções que eles inspiram." (CWX:449).

Em suma, Keynes confessa a ausência de um "diagnóstico sólido da natureza humana" subjacente às suas crenças originárias, menos para expiar a culpa por não ter contemplado a essência ou o em si da humanidade e mais porque essa forma de diagnosticar estava ao mesmo tempo próxima e negava o comportamento da galinha de Russell.

Não seria exagero aplicar à religião precoce de Keynes uma expressão tirada dos manuais de economia: tratava-se de uma estática comparativa, em que a suposição de uma continuidade orgânica do tempo e de candura racionalizante permite a justaposição de estados mentais não explosivos, quando se trata de perceber os estados mentais como momentos de um jogo sem o qual nem mesmo as irrupções vulcânicas fazem sentido.

Qual era então, afinal, o obstáculo ou desvio que na prática discursiva de Bloomsbury situava o grupo sobre um fio de navalha entre a galinha de Russell e uma crença racional como autêntico campo terapêutico?

O tropeção crucial era o apego a um tempo linear compatível com comportamentos convergentes, que exigia

"(...) abrir mão de considerá-lo como uma série de flashes instantâneos e independentes (...)" (CWX:449)

correndo-se o risco de ignorar a variedade latente no mundo real ou, para usar um conceito caro a Shackle, correndo-se o risco de ignorar a surpresa e a sincronicidade que a política instaura num universo de assincronias.

Reconhecê-la não seria antecipá-la (por definição, caso contrário não existiria nunca surpresa alguma), mas abrir os olhos para a possibilidade de se acumular nova evidência relevante, para usar os termos do TP, o que equivale a definir novos campos de possibilidade para jogos onde a crença legítima seja sinônimo de racionalidade e não de "esterilização da experiência humana". (CWX:450)

Para Wittgenstein, "antes de mudar o mundo é preciso meditar o sentido da vida"²⁸⁶, antes de revolucionar o mundo devemos nos revolucionar internamente. Mas não há verdadeiramente um "interior" em cada homem, senão uma reflexão armada em teia, uma trama pública onde se inscrevem tanto a criatividade artística quanto a repetição behaviourista.

Na economia, a impossibilidade da mera reiteração de um padrão (conjunto de regras em que se acredita) assegurar a reprodução do mundo organizado por esse padrão coloca na ordem do dia a necessidade permanente de reorganizar distinguindo a conformação de um padrão da mera imposição de uma regra, persuadindo os agentes relevantes de que muda a cena apresentada no palco, mas não se destrói o palco.

Em Wittgenstein o problema aparece muitas vezes simplesmente como o problema do enunciado "reproduzir" o real honestamente. Ao longo de seu percurso filosófico, entretanto, a reprodução fiel cede diante da produção significativa, além do limite da lógica, no terreno da criação contingente que caracteriza a experiência ética e estética.²⁸⁷

Em Wittgenstein reverbera essa mesma tentativa de alcançar uma "religião" sem "moral", confessada por Keynes em suas memórias.²⁸⁸

Alcançamos aqui a sugestão central desse trabalho: as dificuldades enfrentadas por Keynes na análise lógica são análogas às de Wittgenstein e merecem, portanto, a mesma solução: a explicitação ética e mística mas, com a mesma legitimidade, prática que é inseparável da análise lógica.

286 Giannotti (1993).

287 "Após desqualificar o projeto metafísico no plano da razão teórica, o iluminista Kant recupera-o no plano de uma outra razão, a razão prática. Após desqualificar esse projeto no plano da razão, o romântico Wittgenstein recupera-o no plano do sentimento e da revelação. No entanto, razão e sentimento não se apresentam, no *Tractatus*, como pólos de uma alternativa exclusiva. O que se mostra no sentimento místico é a face ética do que se mostra na lógica da linguagem. Schopenhauer definira a experiência estética como a contemplação da forma inteligível da contingência. Wittgenstein adota a definição e estende-a: a experiência ética do valor é a contemplação da forma inteligível comum ao pensamento e ao mundo (...) ética e estética são uma coisa só. Lógica, arte e religião são as figuras da metafísica regenerada. O Wittgenstein do *Tractatus* inclui-se, assim, na antiga linhagem de Plotino, Spinoza e Schopenhauer: a do misticismo racional." Lopes dos Santos (1993,111).

288 "É claro que o que Wittgenstein detestava era na realidade muito menos a ética em si mas os esforços despendidos para fundá-la num discurso teórico do tipo filosófico ou religioso." Bouveresse (op.cit., p.17), que sublinha também o comentário de Russel, para quem Wittgenstein abominava ética e moral em geral, "ele é deliberadamente uma criatura de impulsos e pensa que se deveria sê-lo". Falar de "impulso deliberado" é uma contradição em termos que designa muito bem tanto Wittgenstein quanto o "homo oeconomicus" keynesiano que se debate com pulsões animais - "animal spirits". O "impulso deliberado" é uma atitude híbrida análoga à "crença racional", ambas secretam modalidades de misticismo racional. Veja, a respeito, Winslow (1986).

Menos romântico, a solução de Keynes talvez aponte ainda com mais força para a dimensão da racionalidade prática em que se projeta a busca infrutífera da filosofia política pelas bases racionais da contratualidade.²⁸⁹

Racionalidade prática ou elemento místico?

Wittgenstein faz do Tractatus uma reexposição do místico, o elemento no qual se desdobra a oposição entre o dizível e o mostrável.

Até que ponto essa inefabilidade permanece nos escritos posteriores de Wittgenstein é tema de polêmica. Wittgenstein retoma no Tractatus o tema idealista da aniquilação do tempo, da visada no "presente estreito" como perspectiva da vida.

Essa perspectiva é efetivamente mística? Em que sentido deve-se entender o misticismo -eventualmente como a metafísica hegeliana contra a qual rebelou-se o Russell do atomismo lógico?

O problema radica na viabilidade de pensar com totalizações uma alternativa tanto ao monismo quanto ao atomismo, é reconhecer auto-criticamente a impossibilidade de dizer o Todo mas ao mesmo tempo participar integralmente da totalização que se pratica no presente, sem negar o Tempo. A atitude mística é a percepção (o "sentimento") do mundo como "totalidade limitada". Misticismo é impor limites.²⁹⁰

A limitação, ou simplificação (o objeto é simples), abre o campo da significatividade. Assim, o tempo não é discutido metafisicamente nem é negado, como o atomismo poderia levar a crer. O tempo é produzido por configurações particulares de objetos. Os objetos contêm o "espaço" da temporalidade

289 Assim como Keynes, tentando fundamentar uma "crença racional" acaba explicitando o fenômeno da confiança e das expectativas, Wittgenstein aproxima a questão da certeza, especialmente da certeza indissociável do cálculo, ao problema de uma confiabilidade primitiva, análogo à das crianças no processo de aprendizado. Cf. Winch (1991:230).

290 Bouveresse (1973:42). Daí resulta outra proximidade entre a posição de Wittgenstein e a de Keynes. Wittgenstein afirma que podemos falar das coisas do mundo, uma proposição pode apenas dizer como uma coisa é, não o que ela seja, não há portanto como produzir enunciados senão descrevendo configurações contingentes e mutáveis nas quais se inscrevem as coisas, nada pode ser dito acerca da "forma estável", da substância que estrutura o mundo, que as configurações contingentes sejam acidentes de uma substância ou que estejam organizadas ou constituídas enquanto mundo, sobre isso só podemos calar. A atitude keynesiana, dessa perspectiva, pode ser compreendida não como organicismo ou qualquer outro rótulo metafísico mas sim como totalização limitada, configuração contingente que não se coloca a questão da estrutura do mundo.

ou o tempo como espaço de possibilidades, sob a forma de possibilidades combinatórias intrínsecas que elas possuem.²⁹¹ A irrealidade do tempo volta a se colocar em primeiro plano, como ética e misticismo ou, revertendo a questão, a tentativa de espacializar ou temporalizar o que não pode ser dito produz moralizações da moral que não resistem à análise.

Nesse sentido Wittgenstein também, em parte, reforça a conhecida idéia de Marx segundo a qual os homens não criam problemas que não possam resolver. Ocorre em Wittgenstein que a solução do problema exige a desaparição do problema.²⁹²

A imposição de limites tem como contrapartida, portanto, o reconhecimento de que esses limites não podem ser ditos, o mundo não pode ser fundamentado ou destruído em nome de um limite que se enuncia fora dele.

Economia e Jogos de Linguagem

Percebidos os limites da lógica (ou seja, sua impossibilidade sem misticismo e ética dada a impertinência de um enunciado sobre o mundo desde fora dele), radicalizados os compromissos éticos do pensamento, o que é estabelecer o trânsito entre lógica e mundo através dos "jogos de linguagem"? Que tipo de enunciado é esse que transcende limites sintáticos e semânticos mas, mesmo assim, revela-se como parte de um mundo, de uma totalidade limitada?

Como, aplicando esses resultados de Wittgenstein a Keynes, entender também a economia como jogo de linguagem e, nessa perspectiva, passar a compreender a economia como política econômica? Mais ainda, reconhecendo que "seguir regras" é um dos jogos de linguagem cruciais no pensamento de Wittgenstein, como projetar seus resultados sobre outro pensador cuja questão formativa central foi, justamente, encontrar alguma lógica na atitude coletiva de seguir as "rules of the game" do Padrão Ouro?

O conceito de jogo de linguagem vem depois do Tractatus, como uma nova forma de examinar as mesmas questões.²⁹³

291 Bouveresse (1973,29).

292 "Se uma questão se pode em geral formular, a ela também se pode responder." Wittgenstein (Tractatus, 6.5) Não há enigma.

293 Um jogo de linguagem é "algo que não se arma pela justaposição de sistemas simbólicos restritos, como se todos eles estivessem num mesmo plano". O fazer linguístico wittgensteiniano é um "processo de circunscrever tais sistemas e ampliá-los, mudar seu aspecto para que se possa dizer o novo." Giannotti (1993).

A política econômica é uma ação discursiva que cria possibilidades de "impulsos deliberados" por parte dos empreendedores que vão "dizer o novo", é esse horizonte prático-místico contra o qual se fabrica a confiança que ampara o investimento. É o espaço terapêutico onde se forja um momento de comunicabilidade, decisão coordenada e, portanto, legitimada mas, ao mesmo tempo, criativa.

A "lógica" da política econômica é, assim como a lógica examinada por Wittgenstein, uma explicitação radical da dimensão prática, ética e mística das relações entre lógica e mundo, relações que da perspectiva dos jogos de linguagem pode ser enunciada como "seguir regras". O jogo econômico, de reprodução da Sociedade resolve-se na realidade em "lógicas" que se inscrevem a cada momento como possibilidades históricas (configuração de regras). É o processo recorrente de estruturação de sociabilidades capazes de projetar possibilidades de resistir à crise de reprodução do capital.

Wittgenstein tratou diretamente da questão "seguir uma regra", mas seus pensamentos nessa matéria "são difíceis de apreender".²⁹⁴

O problema "seguir uma regra" remete-nos a problemas lógicos análogos aos verificados no debate sobre as "rules of the game" do Padrão-Ouro. Que regras são essas cuja compreensão/justificação envolve o seu cumprimento? É possível entender a regra sem entender ao mesmo tempo o desvio que ela pretenderia interceptar? Como "aplicar" a percepção das regras do jogo como um jogo de linguagem à redefinição das possibilidades cognitivas da teoria econômica?

* * *

A lógica econômica opera com registros análogos aos da oposição entre dizer e mostrar, que surge no Tractatus mas que se desdobra ao longo da vida filosófica de Wittgenstein. As teorias econômicas, como qualquer enunciado sobre o mundo, abrem-se a possibilidades de verificação, infirmação, etc. Mas há na economia algo que não se diz, pode ser apenas mostrado, é a forma da possibilidade pressuposta. A política econômica é esse campo onde os limites entre dizer e mostrar afirmam-se como eticidade.

A possibilidade mesma de uma coisa qualquer como explicação ou como razão pressupõe certas formas comuns de agir e reagir. O jogo de linguagem é uma forma de vida. Dizer de algo se é correto ou incorreto, a demonstração

cabal disso exige a sua execução, como numa execução musical onde tempo e lógica criam mundos perfeitamente saturados.

A inteligibilidade tem algo em comum com o prazer estético, o que não é o mesmo que dizer serem as coisas "justificadas" esteticamente. Esse "algo em comum" tem a ver tanto com a regulamentação das expectativas quanto com sua infirmação acidental. O mesmo vale para qualquer tentativa de precisão de uma identidade estética ou ética.

Wittgenstein queria dizer que nossas razões têm um estatuto civil (como transparece com mais nitidez no discurso habermasiano) e não de "validade natural". Ressaltar essa civilidade não equivale a furtar-se ao debate, como se fosse possível negar a possibilidade de validade intersubjetiva.²⁹⁵

Mas a própria civilidade como instituição de uma intersubjetividade criativa é uma forma de vida, que corresponde à "linguagem da ação"²⁹⁶, um modo de representação.

Ao resgatarmos temas de Wittgenstein como jogos de linguagem e formas de vida, estamos chamando a atenção para a possibilidade da economia como um jogo de linguagem, um campo como a psicanálise (aliás, com inúmeras sobreposições de explicação e sugestão, como terapia) e, como na ética e na estética, comportando as mesmas indecidibilidades.²⁹⁷

Essa indecidibilidade foi um tema caro à tradição da filosofia moral moderna inglesa, desde Sidgwick.²⁹⁸ Há uma tendência à contextualização (as decisões são tomadas e avaliadas segundo uma "gerência" eficaz das ações). Wittgenstein participou dessas inquietações e, se não traz propriamente "soluções", configura um campo onde a linguagem como meio universal torna esses problemas "visíveis".

Essa visibilidade é trazida no jogo de linguagem, é uma lógica viva, uma gramática onde se é capaz de ensaiar os limites da inteligibilidade e assim reafirmar uma produtividade como forma de vida, como o "mito plausível" da psicanálise.²⁹⁹

295 Bouveresse (1973:188).

296 No sentido de Hudson (1970).

297 Wittgenstein alertava, por exemplo, para o fato de que a psicanálise não descobre uma lógica, mas a inventa. Cf. Bouveresse (1973:190 e ss).

298 Cf. Anscombe (1969).

O momento lógico central é o seguinte:

- é frequentemente mais importante dispor de uma explicação que nos satisfaça efetivamente que de uma explicação que satisfaça a outras exigências (as de certos critérios científicos, por exemplo),
- é mais importante dispor de uma explicação única e bastante geral que de uma explicação correta,
- é frequentemente o caso de em razão do próprio caráter universal, do grande número de fatos que coordena, organiza e unifica, que uma explicação seja aceita como "correta".³⁰⁰

Nesse prisma pode-se entender adequadamente o campo identificado por Keynes como o da "Teoria Geral" e não na presunção positivista de uma Ciência que unifica todas as formas de conhecimento empírico numa Lógica universal. Essa generalidade que se alcança pela via keynesiana é uma aposta "consciente" do indeterminado, pois está face a face com o cálculo puro. Nesse momento, de calculabilidade do risco, a incerteza é "gerenciada" por um jogo de linguagem e a teoria revela-se como mito³⁰¹.

Seguir regras

Assim como Wittgenstein alertava para a "mitologia depositada na linguagem", Keynes alertava contra "economistas defuntos" e contra a força de sedução da "bárbara relíquia", epicentros de mitologias e superstições racionalistas. Se a filosofia pode desempenhar o papel de uma anti-mitologia, a economia pode ser também um exercício de anti-mitologia, de elaboração "herética" ou "heterodoxa".

Tanto no plano do pensamento (a sua própria "teoria geral") quanto no da atuação institucional (a denúncia do padrão-ouro, por exemplo) está em jogo a mesma possibilidade de descumprir regras e convenções. O exame por Wittgenstein do jogo de linguagem "seguir regras" é um dos mais apaixonan-

299 Bouveresse (1973:195), que tematiza a distinção entre psicanálise e ciências da natureza.

300 Idem (1973:206-7).

301 "Wittgenstein inclina visivelmente a considerar que em toda explicação que pretende exibir A origem, A justificação, A razão, etc. há um elemento que a aparenta ao mito." Bouveresse (1973:212). Resultado análogo à crítica ao iluminismo (ou esclarecimento) pela Escola de Frankfurt, a partir de Horkheimer e Adorno, por assim dizer combinando Marx e Weber.

temente próximos do campo em que se move o próprio Keynes diante do padrão-ouro.

O recurso à discussão feita por Wittgenstein serve portanto como "farol" na configuração do campo da política econômica, como se houvesse "algo em comum", uma gramática do seguir regras da qual a "economia" não escapa ou, melhor, talvez seja um dos mais interessantes exemplos.

Alguns consideram Wittgenstein o mais radical e original cético da história da filosofia justamente em virtude de seu exame do "seguir regras".³⁰²

O trecho de Wittgenstein que serve de estopim para a leitura híper-ceticista é:

"Esse foi nosso paradoxo: nenhum curso de ação poderia ser determinado por uma regra, porque qualquer curso de ação pode ser adequado a uma regra."³⁰³

O problema: a regra inclui a interpretação da regra?

Conforme o caso, indica Wittgenstein, através de uma combinação entre capacidade de generalização e atenção aos casos. Ou seja, a regra não é auto-suficiente mas há um comportamento que é seguir a regra o qual, na prática, percebe-se como diferente do "fugir à regra".

Cria-se assim uma medida comum, chega-se a um acordo, liquida-se o assunto como quando se fecha um negócio.³⁰⁴ É sempre interessante para entender a dificuldade lógica desse processo lembrar que Wittgenstein foi professor de alfabetização, lidou com crianças em tenra idade (a idade de aprender regras).

"Seguir uma regra" implica sempre imaginar também possibilidades de não segui-la, e nesse processo relacional oscila como jogo de linguagem, como

302 Kripke (1982).

303 "This was our paradox: no course of action could be determined by a rule, because every course of action can be made out to accord with the rule", apud Malcolm (op.cit., p. 154).

304 Talvez se superasse portanto essa intolerância que se associa comumente à existência de vários sistemas de valores, intolerância que não costuma irromper quando se trata da percepção análoga de diferentes sistemas de medida.

estratégias que circunscrevem sistemas ao mesmo tempo ampliando-os para o novo.³⁰⁵

A mesma dificuldade parece ser a de impôr rédeas aos espíritos animais, sem amortecer o potencial criativo da atividade econômica.

Qual o limite entre "impôr" uma moral e obter de meus semelhantes que sigam uma regra, civilizadamente, uma religião talvez - principalmente quando o próprio conceito da civilização ocidental sofre rachaduras e infiltrações?³⁰⁶

A definição desse limite, como a definição do limite da psicanálise, requer a posição de uma abordagem ética ou estética, pois "seguir uma regra" de modo racional é associá-la a algum modo de necessidade lógica.³⁰⁷

O problema ético está na responsabilidade de quem se considera apto a dizer alguma coisa, a atirar a primeira pedra. Seguir regras é como seguir escolas, filósofos, religiões: só se pode seguir se houver participação efetiva no jogo armado, de algum modo. Wittgenstein entretanto tinha horror exatamente ao apego acadêmico às regras estabelecidas. Praticar filosofia era para ele uma questão de gênio, quem nada tivesse a dizer que ficasse calado:

"De fato, o essencial do esforço filosófico que se deve admitir em alguns assuntos, como por exemplo a ética, deveria consistir precisamente em nos livrarmos da tentação de **dizer** qualquer coisa."³⁰⁸

Seria assim um programa de "fazer o bem e ficar calado", uma confissão de passividade se a perspectiva cética predominasse. Wittgenstein, e Keynes no mesmo espírito, parece orientar seu pensamento mais pela frequência do "impulso deliberado", no dizer chistoso de Russell (ao qual corresponde outra imagem forte de Keynes, a "crença racional").

Desde a época do *Tractatus* Wittgenstein se debatia em dramas morais sobre a sua capacidade de ser decente. Ao colocar-se diante de uma auto-imagem

305 Há debate entre Malcolm e Kripke sobre a adequação do rótulo hiper-ceticista. Cf. tb. Canfield (1986).

306 Como Keynes, que rejeitava a moral para ficar com a religião de Moore.

307 O debate arma-se entre os que sublinham as "condições de verdade" (primeiro Wittgenstein) e os que alertam para as "condições de asserção" (segundo Wittgenstein). Cf. Baker, Hacker (1984).

308 Bouveresse (1973:75).

deficiente frente a um ideal, reitero a ordem de vir a ser decente, por exemplo. Coloca-se portanto o problema da ética em termos de identificação de um ideal, algo que se "aplique" a vários casos, dando sentido a uma seqüência de eventos, algo que disponha portanto de uma qualidade semelhante à necessidade lógica, ainda que o limite até o qual se acumulam casos seja indefinível e aberto a possibilidades não quantificadas.

Essa dimensão de jogo que oscila entre a crença e a racionalidade e que só se resolve praticamente está presente na ética de Wittgenstein e no pensamento de Keynes, nas agruras metafísicas da construção do conceito de "crença racional", mas também nas agruras econômicas e políticas da infirmação das regras do jogo do Padrão Ouro.

Mas Wittgenstein ao falar de ética fala de sua impossibilidade, ou melhor, da impossibilidade de "falar a respeito" da ética pois ninguém, de Shakespeare a Balzac, Tolstói ou Dostoievsky é melhor que qualquer outro a dizer o que é a virtude, quais os valores ou se há mesmo uma consciência moral. Quando se começa a discutir esses assuntos, já se está falando de outras coisas. Imaginar um ponto de vista externo a partir do qual as ações possam ser julgadas é um contra-senso, é contraditório querer fundamentar a ética.

Assim como Wittgenstein desautoriza a filosofia a delimitar (moralizando) a ética, Keynes alerta para a inutilidade de se seguir a regra consagrada (o economista defunto, a ortodoxia, as "regras do jogo" ou as "leis de mercado"), como se nada de novo pudesse surgir e como se a posição de regras e portanto a admissão de possibilidades não fosse tudo o que se pode enunciar. Como se, num contexto de crise de reprodução, fosse possível dizer algo sobre o sistema desde fora dele, transformando a abertura ao novo às vezes em esperança solitária de salvação.

A política econômica é portanto ação comunicativa, resta saber (o que não se faz teoricamente) sua capacidade de armar consensos, tecer solidariedades, costurar redes de legitimação através das quais as medidas lógicas e consistentes propostas por alguma teoria econômica "funcione" e não se torne um jogo de linguagem "obsoleto".

No lugar do Estado como realização espiritual da sociedade civil, abre-se o espaço público, campo de possibilidades a serem jogadas segundo regras democraticamente transparentes, mas arbitradas pelo Estado como se fosse possível alguém mostrar completamente a trama implícita na existência da instituição dinheiro.

Teóricos da linguística que seguiram a trilha de Wittgenstein, como John Searle, afirmam que nosso conhecimento do modo de falar uma linguagem equivale ao domínio de um sistema de regras que guiam-nos a um uso regular e sistemático. Para Wittgenstein, o sujeito que examina o próprio discurso generaliza apenas sobre o campo da própria experiência, ou seja, "explícita

certos aspectos de seu domínio de uma atividade qualificada governada por regras".³⁰⁹

O problema é a instituição ser vivida, na maioria dos momentos, como natureza³¹⁰ - exatamente o problema denunciado por Keynes ao analisar o ouro como "reliquia bárbara", pulsão quase-freudiana.

As regras constitutivas são subjacentes aos comportamentos institucionalizados - ainda que seja difícil reconhecê-las.³¹¹ Sob o discurso da filosofia ou da economia está o discurso silenciado da teologia, da filosofia política e da filosofia moral, completamente irresolvidos. Nenhum sistema é ideal, mas sobreposição/acumulação de sistemas restritos, de diferentes camadas geológicas.

A política econômica desempenha esse papel de reposição da instituição subjacente, como se a cada dia fosse necessário enxergar na taxa de juros o indício de que todos se entendem quanto ao significado de dinheiro e ao valor de uma moeda.

Se a linguagem e a moeda têm um paralelo importante na reflexão sobre o jogo de seguir regras, então pode-se aproximar Keynes de Wittgenstein: a política econômica é essa modelação do mundo (instituição de um campo) no qual a reflexão social do valor é **representada**. Simula-se a formulação de uma resposta para uma pergunta que não pode ser respondida "a priori" ou "ex ante": a quais entidades deve-se reconhecer existência e, portanto, significado no jogo da sociabilidade, na definição de "agendas" de política econômica, por exemplo³¹². Na falta de fundamento para o valor, simula-se a representação do valor e, na prática, testa-se o consenso pressuposto. ³¹³

O ponto de vista do jogo de linguagem coloca a instituição sob suspeita no ato mesmo de seu uso: há perspectivas diferentes atuando num mesmo jogo, planos sobrepostos, sistemas simbólicos competitivos. Surge a obrigação

309 Bouveresse (1971:363).

310 Idem.

311 Bouveresse (1971:367).

312 O reconhecimento da existência das coisas é, em Wittgenstein, ou pura tautologia ou expressão sem sentido. Diz-se como as coisas são, não que elas sejam.

313 Essa perquirição da necessidade lógica no terreno de uma ética exige uma nova atitude frente à contradição e às provas de não-contradição, sendo esse um dos pontos importantes no exame da consistência do ponto de vista dos jogos de linguagem. Cf. Bouveresse (1971:164).

ética de explicitar a instituição subjacente, de mostrá-la como parte do jogo infrutífero de provar sua existência.

O núcleo da posição ética de Wittgenstein é, desde o *Tractatus*, a impossibilidade da ética no mundo, uma espécie de transcendentalidade da ética ("o sentido do mundo está fora dele", TLP, 6.41).

Esta é uma das dimensões da crítica wittgensteiniana às pretensões científicas da filosofia. A recusa aparentemente positivista de fazer o mundo (o que ocorre) abrigar valores apenas dificulta ainda mais a busca de uma solução para a questão dos valores. Indica que a base desses valores não está no mundo, mas transparece na trama dos jogos de linguagem, quando o valor como cumprimento de uma regra é **mostrado**.³¹⁴

3.4 Habermas e a lógica do discurso prático

O mesmo campo problemático (o das relações entre lógica e ética) se apresenta na obra de Habermas quando este discute a "lógica do discurso prático".³¹⁵ Habermas retoma as doutrinas de Moore que procura provar "como pode demonstrar-se, ao menos indiretamente, a verdade de postulados de conteúdo normativo que realizam sua função explicativa por via intuitiva", uma outra forma de investigar a possibilidade de crenças racionais.

Abre-se o que Habermas denomina ética cognitiva, em que as questões de causa e razão, de enunciados de descrição e enunciados normativos se tangenciam.³¹⁶

Moore buscava um objetivismo ético, ainda segundo Habermas, equívoco análogo ao dos subjetivistas pois postulados normativos "não podem verificar-se nem refutar-se, ou seja, não podem ser comprovados pelas mesmas regras que os postulados descritivos".

314 "A proximidade dessa questão ética com a necessidade lógica é relevante na medida em que "à necessidade que se exprime nas proposições da lógica pode-se ser tentado a fazer corresponder a "necessidade" moral que se manifesta, ao que parece, nos enunciados da forma "Tu deves...".* Bouveresse (1973:85).

315 Habermas, J. (1985).

316 Habermas (op.cit., p.70).

A solução habermasiana para o problema que fica sem solução em Wittgenstein (porque ele romanticamente propõe a dissolução do problema como reconhecimento deste não ter sentido) é reafirmar o princípio da universalidade e ancorar o intento de fundamentar a ética na forma de uma lógica da argumentação moral, uma pretensão diferenciada de validade que se cumpre no campo das interações comunicativas.

"Chamo comunicativas as interações nas quais os participantes coordenam de comum acordo seus planos de ação, o consenso que se consegue em cada caso é medido pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade. No campo de processos de entendimento linguisticamente explícitos, os atores colocam pretensões de validade com seus atos de fala, na medida em que se põem reciprocamente de acordo e se trata, ademais, de pretensões de verdade, retitude, veracidade (...). Enquanto na ação estratégica um ator **influi** sobre outro empiricamente mediante a ameaça de sanções ou a promessa de gratificações a fim de **conseguir** a desejada prosecução de uma interação, na ação comunicativa cada ator aparece **racionalmente impelido** a uma ação complementar (...)." (Habermas, 1985, p.77-78, sublinhado negrito meu).

Note-se a emergência da noção de **campo** e a semelhança entre o conceito de ação comunicativa como impulsão racional e a caracterização russelliana de Wittgenstein como adepto do "impulso deliberado" como forma de vida.

A realidade social encontra-se "desde o início", adverte Habermas, imersa em jogos de linguagem ou ações comunicativas ("ações de fala regulativas") que se alimentam internamente de pretensões normativas de validade.

Habermas preserva assim a pretensão de validade do enunciado normativo (o princípio da universalidade) mas adverte, aprendida a lição da catástrofe europeia, para a "mescla complicada de percepção e poder" (op.cit., p.81), mescla que a nosso ver fica explícita no jogo de linguagem armado pela política econômica, campo onde a norma e o fato, a instituição e a ação estratégica se contrapõem recorrentemente.

É nessa campo de inspiração pragmática-wittgensteiniana que vislumbramos a problemática da política econômica, como tensão entre fato e valor, lógica e ética, tensão que não pode ser resolvida num plano teoricamente privilegiado, por mais que se pretenda "geral". Novamente, Habermas parece focar com precisão uma instituição cuja reflexividade é análoga à da política econômica, definindo horizontes adequados à petição de **generalidade** com que se apresenta o pensamento de Keynes:

"Posto que quando a forma de ação carente de fundamentação é de caráter coletivo, os elementos componentes dessa coletividade têm de tomar uma decisão **coletiva**. (...) Precisamente, esse tipo de processo é o que chamamos discurso prático. Uma regra que entra em vigor dessa forma pode chamar-se "justificada" já que, mediante a decisão, que se alcançou de modo argumen-

tativo, comprovou-se que merece o predicado "igualmente boa para todos".³¹⁷

A regra, a ordem, é coordenação e o planejamento é uma síntese de ação estratégica e ação comunicativa.³¹⁸

Há portanto uma familiaridade entre Keynes e Wittgenstein na visada que projetam sobre uma civilização em crise, ainda que a atitude prática de Keynes seja mais habermasiana e positiva que a passividade spengleriana de Wittgenstein. Mas se essa passividade é um fato (diante da existência de Hitler, por exemplo), sublinha-se também a oposição ao fatalismo da decadência de Spengler, pois Wittgenstein continuava acreditando no caráter de incerteza, imprevisibilidade e impossibilidade de controle do curso da história.³¹⁹

Refletindo em 1929 sobre sua própria época, Wittgenstein adota uma posição que lembra a consideração keynesiana da Transição:

"Quando pensamos sobre o futuro do mundo, sempre nos referimos ao seu destino se continuar indo na direção que hoje testemunhamos, não nos ocorre que sua trajetória não seja uma linha reta mas uma curva que muda constantemente de direção."³²⁰

A ótica wittgensteiniana pode ser também descrita como afirmando a impossibilidade do entendimento de uma prática sem participação (uma verdade cara aos adeptos do método compreensivo, do *Verstehen*).³²¹

317 Habermas (op.cit., p.92).

318 Ou seja, a racionalidade está na identificação efetiva de um interesse comum (princípio da universalidade), não na negociação de acordos que pretendam compensar interesses particulares e contrapostos. A legitimidade só pode ter justificativa racional se houver uma distinção entre "validade" e "vigência social de regras", assim como em Wittgenstein a eticidade abre um campo que não se confunde com o "social" mas sim com a publicidade. Keynes, ao formular a teoria econômica no campo da política econômica identifica um novo objeto (ou um momento na reflexão do objeto) que corresponde à instituição (e compreensão) de regras num espaço público. A discussão do tema da ética e da lógica em Wittgenstein enseja uma série enorme de outras dificuldades que não cabe explorar aqui. Vale entretanto sugerir um paralelo entre Wittgenstein e as teses de McTaggart discutidas acima, a partir de um trecho do *Tractatus* lembrado por Bouveresse (1991, p.89) em que Wittgenstein afirma que "A solução do enigma da vida no espaço e no tempo encontra-se fora do espaço e do tempo" (T, 6.4312), no mesmo sentido sublinhado por Dummet de que o conhecimento só pode considerar-se completo (e assim um campo esgotado) se ocorrer a negação do tempo (ou seja, resolve o enigma quem consegue viver o momento presente, sem nada lamentar ou esperar).

319 Bouveresse (1991, p.23).

320 (CV, p.3), apud Bouveresse (1991, p.23).

A participação ou aproximação prática à realidade é contraposta por Feyerabend a uma atitude mais distante de quem quer formular hipóteses gerais. Como há inúmeras formas de generalizar, o relativismo aumenta seu espaço.

Enfrentando o mesmo problema, Habermas insiste na pactuação de universalidades, não como hipóteses mas através de ações comunicativas que fazem o cheque cibernético das regras. Habermas parece desenhar um campo coletivo que corresponde ao que para Wittgenstein como para Keynes, mesmo na crise civilizatória, resume-se à instituição de regras cuja dimensão ética resolve-se apenas numa *vita activa*.

3.5 Política em Keynes

Por que a ética voltou a ser um dos temas mais trabalhados do pensamento filosófico contemporâneo, meio que em substituição à política que predominara nos anos 60? A questão é colocada por Giannotti (1992, p.239), que responde:

"Minha geração, toda ela, esteve voltada para a idéia de desenvolvimento, projeto foi a palavra mágica do existencialismo que consumimos e a constituição de um novo homem marcou nossas opções políticas. Como é possível hoje se falar num salto para o futuro, depois da desintegração dos países do Leste europeu, quando não parece haver para o modo de produção da riqueza outra forma que não o capitalismo e quando o futuro se torna incerto e miserável, quando o presente deixa de ser o sintoma desse mesmo futuro? Cabe agora antes de tudo saber como nos relacionamos uns com os outros dentro desse estreito presente que nos restou."

Keynes colocou a teoria econômica no horizonte desse campo que é um "presente estreito" no interior do qual um jogo de solidariedade cognitiva mínima é justificado, o que não significa abrir mão da "fome de transcendência", de um princípio de universalidade como aponta Habermas.

Historicamente, o drama moral de Wittgenstein e Keynes era semelhante, o da percepção do fim de uma época, do fim de uma cultura, de uma forma de civilização, deixando como rastro a impressão de que é possível apenas "o capitalismo", essa forma "business-like" de viver.

321 Assim resume Feyerabend sua apreciação das *Philosophical Investigations* de Wittgenstein, escrito em 1952 em alemão e traduzido por G.E.M. Anscombe. Cf. Feyerabend (1981).

Wittgenstein e, à sua forma, Keynes alargam o horizonte de mundos possíveis, sem cair no irracionalismo nem no relativismo, sem cair no utilitarismo nem no socialismo.³²²

Não há portanto uma ciência da ética, assim como não pode haver uma ciência da economia e, de modo geral, uma ciência social, mas apenas teoria social, no sentido de reflexão sobre o que parece subjacente à instituição social e que, de certa forma, está sempre sujeito aos azares da medida efetiva, dos testes nesse presente estreito da solidariedade mínima possível.

Ao lado da questão sobre "seguir regras", outro tema wittgensteiniano relevante para a releitura de Keynes é o da certeza. **Como ter certeza de que o mundo que ocorre é o mundo que deve ocorrer? Como eliminar as ilusões de ó/ética?**

Novamente, a questão da certeza remete à armação de um jogo de linguagem em que a lógica aproxima-se da ética, num campo bastante próximo das verdades de senso comum, como a prova mooreana da existência das próprias mãos.

Mas Wittgenstein é preciso nesse ponto, ao declarar que a diferença entre um enunciado sobre a existência de um planeta distante e outro sobre minha mão envolve uma gradação - que parece colocar a observação da mão em mais dificuldades que a afirmação sobre a existência de outros planetas, da mesma forma que a disjunção aparentemente radical entre fatos e valores acaba sendo problematizada no plano da justificação.

A teoria remete para essa "amplidão" indizível que parece estar além da necessidade lógica - mas deve-se saber de antemão que a operação dessa universalidade é ao mesmo tempo um jogo que extrapola a forma lógica, que sugere uma contingência radical, talvez compensável pela justificação no espaço público que aceita o risco insuperável de comparar a justificação com a verificação, a lógica sobreposta à sua aplicação. Nesse terreno amplo a filosofia não é ciência e a ciência não é só lógica, mas lógica e ética.

Nesse sentido, a reflexão de Wittgenstein parece apontar para um cruzamento análogo ao examinado por Keynes, entre conhecimento e crença. As impossibilidades lógicas encontradas no estudo da probabilidade e no jogo

322

Essa modelagem de mundos possíveis é tarefa cotidiana entre os que fazem o "acompanhamento de conjuntura" e constroem "cenários", confirmando a efetividade desse campo ético e sancionando a idéia de que "a ética é uma ótica", essa intimidade que é produto de duas consciências recusarem "suas respectivas unilateralidades para saberem que só podem agir efetivamente de modo unilateral". Cf. Giannotti (1992, p.241)

da crença racional são assemelhadas ao jogo wittgensteiniano entre conhecimento e crença, certeza e interrogação.

O tema remete ao exame da relação entre conhecimento e percepção que, de uma ótica wittgensteiniana, sugere que acreditar é uma condição necessária para o saber.³²³ Isolar o "conhecimento fraco" (digamos, provável) do conhecimento, sublinhando a separação entre crença e conhecimento, é um erro segundo Malcolm, pois a própria reflexão sobre o conhecimento implica um juízo sobre ser este forte ou fraco.³²⁴

A reflexão exhibe portanto a falta de certezas, mas ao mesmo tempo arma o campo onde se ousam dar saltos rumo à universalidade, para matar a "fome de transcendência". É a teoria "geral" de Keynes, que ao mesmo tempo reafirma a incerteza e a necessidade de representação da medida.

O salto rumo a alguma forma de transcendência, a percepção mesmo que limitada de uma totalidade, de aposta numa universalidade, depende de se abrir mão da visão mooreana da certeza, aceitando "desde o princípio" que há um conjunto não enumerável de mundos possíveis, mesmo quando uma asserção se apresenta como absolutamente certa do ponto de vista do senso comum (daí a importância da rejeição da teoria pictórica do *Tractatus* em favor de uma consideração pragmática dos usos da linguagem e das circunstâncias em que as asserções ocorrem).³²⁵

A reflexão wittgensteiniana, portanto, abre-se ao discurso prático, às possibilidades inscritas na mais elementar e aparentemente estável regra.

"'Eu sei...' pode significar 'Eu não duvido...' , mas não significa que as palavras 'Eu duvido...' são insensatas, que a dúvida esteja logicamente excluída".³²⁶

Que a dúvida e a certeza apesar de tudo convivam de alguma forma no jogo da própria enunciação de uma certeza, eis um resultado que justifica considerar a confiança uma condição necessária do conhecimento, como em

323 Cf. Malcolm (1986, p.4) fazendo a análise de "Knowledge and Perception" de Pritchard, publicado em Oxford em 1950.

324 Assim, a reflexão permite perceber que "a distinção entre conhecimento forte e fraco não corre em paralelo à distinção entre conhecimento a priori e conhecimento empírico mas corta-a longitudinalmente, i.e., esses dois tipos de conhecimento podem ser distinguidos dentro do conhecimento a priori e dentro do conhecimento empírico."

325 Malcolm (1986b, p.137).

326 Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, citado em Malcolm (1986b, p.143).

Keynes as expectativas estratégicas depende de uma confiança comunicativa, explicitada pela política econômica. A incerteza em Keynes, portanto, não é exógena ao modelo, seja qual for o modelo.

As leituras de Keynes feitas por Fitzgibbons (1988) e O'Donnell (1989) compartilham uma inclinação pela amplidão: os temas envolvem a Filosofia, a Economia, a Política e a Economia Política. Fitzgibbons fala em "visão", O'Donnell opta por "fundamentos filosóficos" para designarem esse Keynes filosófico que é preciso voltar a ouvir.

Essa leitura certamente se aproxima bastante da nossa, embora também nesse caso algumas advertências críticas são oportunas. Porque assim como acompanhamos Johnston na crítica à redução sociológica da ética wittgensteiniana, consideramos adequado não confundir a posição ética (como imagem ou quadro de inteligibilidade da teoria da economia como política econômica, como reflexão que dá consistência à prática social) com as "visões de mundo" defendidas nesse ou naquele momento pelo Keynes concreto que guerrilhava no espaço público.

Adicionalmente, essa confusão entre a visão e aquilo que é pré-teórico (à la "fundamentos filosóficos") com a guinada teórica de Keynes é uma das raízes do comentário que classifica Keynes como "o pensador da grande depressão" ou o "defensor da Alemanha", não como discurso inaugural de um campo essencial à vida democrática numa sociedade de massas.

Fitzgibbons, como já alertamos, não cita Wittgenstein nem McTaggart. Essa lacuna leva o autor a tomadas de posição como a seguinte:

"Eu vejo a busca e a evolução intelectual de Keynes, começando no TP e culminando na TG como uma tentativa de reconciliar as esferas da constância e da mudança. O problema de Keynes era como tornar mais chás a verdade, a beleza e o amor." Fitzgibbons (1988:49)

Fitzgibbons vai atrás portanto das "virtudes políticas" cultivadas por Keynes, pista interessante mas que incide mais sobre a trajetória do homem que sobre o significado interno da obra.³²⁷

Alinhando-se a reflexão de Keynes sobre o Padrão Ouro e seu tratamento teórico da confiança às ponderações de Wittgenstein "sobre seguir regras" e "sobre a certeza" percebe-se que, independentemente de aderir a esse ou aquele diagnóstico econômico conjuntural ou mesmo a alguma moda de

327

Num escrito posterior Fitzgibbons é ainda mais insistente na sua tese de associar Keynes ao neo-platonismo, o que novamente coloca o problema no terreno biográfico (Fitzgibbons, 1991).

filosofia existencial, a obra de Keynes institui essa percepção análoga à explicitada pelos jogos de linguagem de Wittgenstein, um campo prático em que ocorre uma mescla de "crença racional" e "impulso deliberado", de lógica (colocação de limites) e ética (incursão não científica no que está além dos limites da linguagem).

A obra econômica de Keynes opera uma inversão análoga na Ciência Econômica, trazendo a política econômica para o foco central da teoria como pretensão de generalidade.

Conclusão: Keynes e Wittgenstein

Há pelo menos uma interpretação da obra de Keynes através de uma interferência explicitamente wittgensteiniana que merece análise cuidadosa, até mesmo pela possibilidade de precisar um pouco mais nosso próprio projeto.³²⁸ Segundo Favereau, há na Teoria Geral dois projetos de pesquisa distintos, um revolucionário e outro pragmático na sua relação com o "jogo de linguagem" da ortodoxia dos economistas.

A abordagem de Favereau dirige nossa atenção principalmente para o campo da retórica e, quanto a Keynes, focaliza apenas a Teoria Geral. Nesse sentido, apesar de recorrer ostensivamente a Wittgenstein, essa abordagem difere da nossa. Para uma compreensão mais adequada de nossa "aplicação" de Keynes a Wittgenstein é interessante seguir com algum detalhe a exposição de Favereau. Cumpre ter em mente, também, que há proximidades importantes entre as duas abordagens. De fato, Favereau participa do círculo de economistas que atualmente procura, na França, expandir os limites da teoria econômica sobre convenções, regulação e instituições - o campo, afinal, da teoria econômica como política econômica.³²⁹

Favereau contrapõe, na Teoria Geral, um Keynes pragmático ao radical. O critério de separação entre um e outro é o grau com que reconhecem a incerteza. O Keynes pragmático reconhece-a minimamente, o radical, maximamente.³³⁰

328 Olivier Favereau (1985).

329 Seria inoportuno incluir aqui um exame mais detido das escolas da regulação, da convenção, etc. para as quais remete em última análise a nossa leitura wittgensteiniana de Keynes. O programa de trabalho a partir dessa tese, entretanto, exige esse exame. Para uma coletânea atualizada de textos básicos desse novo institucionalismo, cf. Boyer et alii (1993).

330 Favereau (1985:30), para quem a própria hesitação metodológica de Keynes deve ser avaliada

O projeto pragmático prolonga a tradição neoclássica. O projeto radical "espera sempre o nascimento do formalismo que transformará uma idéia justa mas estéril numa idéia bastarda mas fecunda". Para Favereau, os estudos em lógica modal seriam uma dessas possíveis apostas numa radicalização fértil da problemática de Keynes.

A originalidade de Keynes foi abandonar a velha problemática do erro e da verdade em si pela problemática nova - e muito mais fecunda - dos limites de validade de um sistema formal associado a um "paradigma" (Kuhn), "programa de pesquisa" (Lakatos) ou "tradição de pesquisa" (Laudan), mudança de problemática associada à emergência da lógica formal e, notadamente, à contribuição de Wittgenstein nesse domínio.³³¹

A guinada teórica de Keynes foi, simulando o jogo de linguagem da economia clássica, identificar qual a regra a partir da qual se explica o desemprego involuntário, preservando portanto na Teoria Geral o máximo de hipóteses da tradição clássica. A resposta, segundo Favereau, é a teoria keynesiana da taxa de juros. O efeito da incerteza nos mercados financeiros bloqueia o investimento reprodutivo. A própria aceitação do modelo IS-LM por Keynes seria fruto dessa vantagem mínima - a suspensão de um elo causal entre desemprego e comportamentos no mercado de trabalho.

Favereau, entretanto, identifica nessa mudança uma "técnica de argumentação" de Keynes.³³² A referência à instabilidade financeira, nesse sentido, não passaria de uma forma particular de aprofundar a análise de equilíbrio parcial ou mesmo de estender esse tipo de abordagem para descobrir "interdependências negligenciadas".³³³

O projeto radical de Keynes, dessa perspectiva, exige que se vá ao fundo das hipóteses sobre o caráter da informação disponível nos mercados, inclusive da informação sobre trocas intertemporais. Favereau aponta o célebre "artigo de 1937", no qual Keynes defendera a "Teoria Geral" contra críticos norte-americanos. Para Keynes, a realidade dos fatos exclui a hipótese de pleno conhecimento pressuposta pelos partidários do classicismo. Nada se sabe sobre o futuro e, quanto ao futuro imediato, trata-se apenas de uma

usando-se "os instrumentos de análise forjados por Wittgenstein" a ponto de se poder então desembaraçar "as partes respectivas do que é datado, do que permanece e do que aguarda". Favereau insiste também na proximidade biográfica de Keynes e Wittgenstein.

331 Favereau (1985:39).

332 Idem (42).

333 Idem.

aposta na continuidade das instituições dada a hipótese de que a maioria dos agentes vai continuar convencida de que essa durabilidade das instituições é indiscutível.

Qual é, entretanto, o tempo da instituição, o tempo da regra? É um tempo cuja lógica aproxima-se da probabilidade, de um lado, e do jogo de linguagem "seguir regras", de outro.

Favereau sublinha que pelo menos no artigo de 37 há um convite explícito de Keynes à constituição de um "novo paradigma da economia política, digno desta segunda metade do século 20" que então se aproximava do horizonte. Joan Robinson seria uma das frequentadoras íntimas do círculo de Cambridge a tentar levar adiante essa busca de um novo paradigma, herdeiro da "radicalidade" de Keynes em oposição aos outros, herdeiros do "pragmatismo" (a mesma Robinson tornaria célebre a denominação "keynesianos bastardos").

Favereau elabora então uma tabela da herança interpretativa da Teoria Geral, segundo os critérios de 1. importância da incerteza, e 2. importância da ruptura entre o Tratado da Moeda e a Teoria Geral.³³⁴

Feita essa exegese de Keynes, Favereau volta-se então para Wittgenstein, rastreando a importância do "jogo de linguagem" como conceito articulador da ótica wittgensteiniana.

Favereau ressalta um aspecto de Wittgenstein: ter sido capaz de engendrar simultaneamente escolas filosóficas opostas no século 20, o positivismo lógico e a sua negação sob a forma de filosofia da linguagem ordinária. É curioso observar, portanto, mais essa analogia entre Keynes e Wittgenstein, pois o furor da caricatura joanrobinsoniana é sintoma igualmente evidente do grau de polarização a que podem chegar filhos em disputa por um espólio intelectual.³³⁵

Favereau insiste ainda numa das possíveis linhagens que persegue o mesmo espírito dos jogos de linguagem de Wittgenstein: Durkheim, Mauss e, mais recentemente, Rorty, Habermas e Bourdieu, sem esquecer de Kuhn, cuja noção de "paradigma" tem parentesco explícito com os "jogos de linguagem". São autores que operam com uma "teoria social do conhecimento".

334 Ibidem (45).

335 Favereau esclarece também que a correspondência entre Keynes e Wittgenstein publicada nada esclarece a propósito de influências intelectuais mútuas.

Nossa proposta de tradução da economia em termos de política econômica é uma forma dentro dessa possibilidade, de teoria econômica filtrada por uma teoria social do conhecimento. O que não significa que estejamos prontos a adotar a noção "kuhniana" de paradigma, por exemplo.

Ao contrário, e não por acaso. Pois esse é o ponto onde nos distanciamos de Favereau -não nos parece correto atrelar a evolução do pensamento à transição entre paradigmas e, menos ainda, a do pensamento econômico. A teoria social do conhecimento, tomando a economia como objeto, deve sobretudo perceber a emergência desse campo da razão prática onde a instituição capitalista é racionalmente posta em cheque (ou, segundo a linguagem operacional, o campo onde se experimenta a consistência dos agregados macroeconômicos).³³⁶

Favereau insiste na distinção entre o "primeiro" e o "segundo" Wittgenstein, tirando daí a centralidade da noção tardia de "jogos de linguagem".³³⁷

Apresenta então Favereau sua tese: Keynes opta na Teoria Geral pelo projeto pragmático por três razões:

1. retórica: praticar o jogo de linguagem preservando o máximo de regras clássicas era uma condição de inteligibilidade,
2. teórica: as regras do jogo de linguagem clássico "bloqueiam" a solução de problemas pois eles não são sequer reconhecidos como problemas (exemplo maior: o desemprego involuntário),

336 Examinar a noção de paradigma ou mesmo abrir mais o exame da noção de campo são possibilidades que ultrapassam o espaço desse texto. Esclareço entretanto que estou, quanto a Kuhn, mais sensível à advertência de Feyerabend: "Entretanto, enquanto pensava, eu reconhecia os problemas de Kuhn; e enquanto tentava explicar certos aspectos da ciência para os quais ele me chamara a atenção (a onipresença das anomalias é um exemplo) senti-me totalmente incapaz de concordar com a teoria da ciência que ele mesmo propôs; e estava ainda menos preparado para aceitar a ideologia geral que supus constituir a base do seu pensamento. Parecia-me que essa ideologia só poderia proporcionar conforto ao mais tacanho e presunçoso tipo de especialismo, pois tenderia a inibir o progresso do conhecimento e aumentaria fatalmente as tendências anti-humanistas que são uma característica tão inquietante de grande parte da ciência pós-newtoniana." Esse é um ponto central da crítica de Feyerabend ao empirismo. Cf. Feyerabend (1979:245). Quanto à noção de campo, que talvez não escape de limites análogos aos de paradigma, uma referência interessante é Bourdieu: "Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou postos) cujas propriedades dependem de suas posições nesses espaços e que podem ser analisados independentemente de seus ocupantes (em parte determinados por elas)." (1984:113). Ou ainda: "A participação nos interesses constitutivos à pertinência num campo (que os pressupõe e os produz pelo seu próprio funcionamento) implica a aceitação de um conjunto de pressupostos e postulados que, sendo a condição indiscutível das discussões são, por definição, mantidas ao abrigo da discussão". (1992:237) Bourdieu dá como exemplo de invasão de campo um filósofo atuando como geógrafo).

337 Segue as pistas de Malherbe (1981).

3. política: esse bloqueio teórico repercute na crise como bloqueio do discurso dos empresários e financistas sobre o futuro econômico e social.³³⁸

Essa "hipótese Wittgenstein" de Favereau é em grande medida aceitável como uma "aplicação" de um conceito de "jogo de linguagem" à obra de Keynes. Entretanto, há uma ênfase desnecessária no aspecto retórico ou linguístico da inovação de Keynes que, como resultado nefasto, coloca em evidência a polaridade entre "heranças" keynesianas e reconhece, na opção pragmática, uma espécie de truque (o que é apenas parcialmente verdadeiro).

O resultado dessa leitura é uma valorização do passado pré-keynesiano e, portanto, uma visão mitigada do impacto de Keynes como criador de um campo efetivamente novo no interior do qual o próprio discurso clássico ganha sentido (e, assim, Keynes pode aspirar de fato a alguma generalidade).

No limite, o jogo de linguagem fica de fato muito próximo da noção de "paradigma". Nosso objetivo ao longo dessa tese foi, justamente, o de ampliar a conexão entre os problemas de Keynes e os problemas de Wittgenstein. Essa problemática tem como aspecto relevante, junto com o da discussão dos limites lógicos dos sistemas formais, justamente a reemergência da ética e da estética como temas obrigatórios. Ou seja, a lógica da economia, como a lógica formal, defronta-se com o problema da "indizibilidade" da mesma forma como a ética e a estética - além do fato sincrônico de que a lógica da economia envolve impasses éticos análogos aos vigentes na lógica da probabilidade.

Assim, o problema central é menos o de qual a hipótese sobre informação e temporalidade de que dispõem os agentes mas o campo mesmo em que se coloca a possibilidade dessa hipótese. Favereau amplia a discussão, mas se coloca ainda no limite da primeira fronteira.

Assim, não é apenas o pensamento de Keynes que opera, confrontando-se, com outros pensamentos que são jogos de linguagem. A própria economia é um campo cuja inteligibilidade passa pela interpretação de regras (as "rules of the game"), um jogo sem fim determinado e que, portanto, constrói praticamente sua fronteira.

Essa "fronteira prática" é um "presente estreito" em que se desenrola o impasse ético entre desejos, interesses e regras, limites, entre liberdade e necessidade. Definir campos é, portanto, cada vez mais enfrentar o desafio de instituir jogos éticos, sistemas de reconhecimento de novas posições.³³⁹

338 Op. cit., p. 48.

339 Essa instituição do campo prático onde se estabelece o reconhecimento como condição de

Nesse sentido, o paralelismo entre Keynes e Wittgenstein é muito mais amplo e substantivo do que uma simples bricolagem. Favereau parece entretanto apostar mais no paralelismo geométrico "tout court", sublinhando ainda que:

- há uma analogia inquietante entre o Wittgenstein do "Tractatus" e o Keynes que trabalha no interior da teoria quantitativa nos anos 20, assim como há uma analogia entre o segundo Wittgenstein e o Keynes que trabalha nos anos 30 fazendo a crítica da tradição e da ortodoxia,

- Keynes e Wittgenstein compartilham do mesmo conservadorismo "anglo-saxão",

- a similitude entre o observador e o observado, ressaltada pela ótica de Wittgenstein, é análogo à aproximação entre teoria e prática decorrente da ênfase de Keynes nas expectativas dos agentes econômicos.

A hipótese de um paralelismo cronológico é inverossímil, pois mesmo que as circunstâncias biográficas sejam inconclusivas quanto a influências mútuas, parece exagerado imaginar que Keynes e Wittgenstein percorressem a mesma trilha conceitual, na mesma ordem, ao mesmo tempo, com os mesmos resultados. Ou seja, assim como Feyerabend desconfia de Kuhn, parece aqui o caso de acompanhar Favereau principalmente no reconhecimento de **problemas** comuns a Keynes e Wittgenstein, sem concordar integralmente com a teoria da ciência (bastante kuhniana, aliás) com que Favereau reconstrói o pensamento de Keynes, a pretexto de aproximá-lo a Wittgenstein.

Mas o nosso contraponto com Favereau pode ser situado no interior de uma mesma familiaridade, o problema familiar de superação do estruturalismo. Essa tarefa, de um lado tão aparentemente "francesa", é ao mesmo tempo um dilema particularmente relevante para a teoria econômica obrigada a lidar com a Mudança. É o problema da temporalidade que, na linguagem de Marx, corresponde ao momento da concorrência, âmbito que requer "prima facie" uma "teoria dinâmica".³⁴⁰

A França, em particular, parece ter assumido a condição de campo de batalha particularmente fértil do confronto entre tendências racionalistas e român-

"superação" de antinomias é um tema tipicamente hegeliano que reaparece na ética contemporânea - em Habermas, por exemplo. Uma definição precisa desse "grande problema ético", "campo que implica todos os campos", está em Kremer-Marietti (1987).

340 Esse foi o programa de pesquisa do Instituto de Economia da Unicamp a partir dos anos 80. Na trilha, principalmente, dos ensaios teóricos das teses de Maria da Conceição Tavares, Mário Possas e José Carlos de Souza Braga.

ticas, influências continentais e anglo-saxãs. A recepção de Hegel na França, em especial, teve um impacto que não nos cabe avaliar, mas que fez da interrogação sobre a "temporalidade" um de seus aspectos centrais.

Um resultado interessante de Wittgenstein, que o pós-estruturalismo francês parece assimilar, é o de que essa interrogação sobre a temporalidade é um processo no âmbito de uma ética.

Favereau parece preocupado, ainda, com a caracterização "formal" de cada uma das leituras contrapostas de Keynes que ele desenhou. Parece querer aplicar o "truque" linguístico Keynesiano a sua própria época, aceitando a idéia de que uma teoria econômica opera sempre dentro dos limites de sua definição inicial.

Mas a própria auto-delimitação de fronteira é, já, um exercício ritual que antecede a caracterização do campo científico, seja qual for o conteúdo da teoria em questão. Ocupar essa posição é, portanto, uma atitude ética num jogo ético.

O campo que assim se estabelece na economia capitalista é uma tela onde se projetam apreensões sincrônicas, produzindo uma sincronia do assíncrono que, no longo prazo, afigura-se como uma estática comparativa.

A posição do Estado nesse campo pode mudar. É precisamente nessa mudança que Hegel antevia a condição ética de racionalidade do Estado.³⁴¹ Keynes via, nesse campo, uma condição de operação cotidiana da economia capitalista.

O que leva um indivíduo a admirar um quadro?

Talvez o encontro artesanal de referências que a vida cotidiana não consegue amansar. As regras, relações e imprevistos de toda uma vida parecem nas

341 Em Hegel o Estado é o momento último da eticidade enquanto garantia da organização política. Cf. Labarrière (1993:102). Em Hegel a temporalidade fenomenológica foi modelizada por Kojève sublinhando a relação entre senhor e escravo - dialética do reconhecimento que afetou amplamente a intelectualidade francesa no pós-guerra mas também, mais recentemente, Francis Fukuyama no depto. de Estado dos Estados Unidos. A mudança do "papel do Estado", para usar a expressão corrente, é o momento em que mais fica exposta a sua condição ética.

mãos do artista suspensas na eternidade do quadro esteticamente resolvido. No passeio do nosso olhar, nada do que foi está morto, mas ressucita na busca instintiva de referências que institui a condição humana.

Assim talvez se resumisse, caricata e tentativamente, o dito por Wittgenstein. O jogo de linguagem é sempre ao mesmo tempo "Bild", quadro aparentemente estático de regras e procedimentos comunicativos que, por um súbito e novo olhar, é recolocado em movimento. Há na teoria wittgensteiniana uma forte dose contemplativa, tentativa de conversão do estático em extático.

Keynes partilhou dessa mesma atmosfera contemplativa herdada e combatida por Wittgenstein ou, se se preferir, olhou o mesmo quadro: mas com outros olhos. Olhos de um profundo conhecedor de arte (tendo escrito apresentações para galerias de arte) ao mesmo tempo atento às cotações da Bolsa de Valores e ao estudo de biografias intelectuais célebres, como a de Newton.

Keynes exigia que de um quadro se extraísse mais que a figuração supostamente realista de uma paisagem dada. Contemporâneo da paisagem stravinskyana (casou-se com Lídia Lupochva), Keynes sentia as velhas harmonias se esborroando.

Era a mudança, a revolução segundo alguns, o mergulho no nada para a maioria. Tempestade em alto mar. Salve-se quem puder. A paisagem econômica era alterada por boatos, a iminência de guerras era permanente ali onde há pouco florescera a mais iluminada das civilizações iluministas. Visualizar um quadro capaz de ser visto da mesma forma pela grande maioria, ou mesmo indicá-lo de algum modo, implorando por um mínimo de solidariedade cognitiva tornara-se impossível. Supondo-se que o quadro era mesmo apenas UM quadro, o conflito de visões tornava essa suposição estéril.

Todas as indicações publicadas até agora sobre os anos de formação de John Maynard Keynes apontam para essa figura múltipla que abraçava os mesmos ideais de um Moore ou de um Wittgenstein, filósofos cuja inquietação básica prendia-se à reflexão sobre o "significado" (meaning). É típica a conhecida expressão do grupo de Bloomsbury "What do you really mean?...", disparada com ironia e olhares cortantes.

Essa busca de uma solidariedade cognitiva mínima é tão fadada ao fracasso que a sua proposta mesma já vem carregada de ironia e sarcasmo auto-crítico. Mas é uma busca inevitável, ao menos para indivíduos com a sensibilidade de um Wittgenstein, de um Moore, de uma Virginia Woolf e outros contemporâneos próximos de Keynes.

Há um forte elemento de solidariedade na "forma de vida" do círculo de Bloomsbury, como de resto em outras Sociedades criadas nos fundos da vida universitária em Cambridge. Uma solidariedade forjada à base de inclina-

ções íntimas e incomunicáveis, mas talvez por isso mesmo necessária e inevitável.

Essa solidariedade que está acima do nível animal mas ainda não é propriamente "social" remete ao domínio da Ética. Keynes viu na Ética o epicentro da reflexão econômica, ainda nisso seguindo os passos do seu mestre Marshall.

Nos últimos anos tem ocorrido uma renovação do debate ético em vários cantos do mundo e do pensamento, daí não se excluindo a economia e o pensamento econômico. Entretanto, os autores que mais se destacam nesse debate ético oferecem, como sempre, a sopa requentada dos pressupostos de racionalidade e equilíbrio. Aplicam o velho olhar a mais um quadro, quando é justamente - e mais uma vez - um quadro que impede o velho e provoca um novo olhar, às vezes a cada dia e a cada hora de um dia de negócios.

Popularizou-se a construção de "cenários". Há, como havia na Inglaterra empolgada com o espoucar das finanças, uma proliferação de "newsletters", "boletins" e "informes", num processo de inflação informacional.

Se a situação é complexa, quadros alternativos. Ou enquetes com "lideranças" para palatar o sentido dos novos tempos. Ou sondagens de massa. As técnicas se multiplicam com a ampliação do mercado para a informação.

Mas o que, afinal, leva um indivíduo a admirar um quadro e como que desejar entrar nele? Muitas vezes a identidade é tão grande que já se sente vivo apenas naquele quadro.

Essa identidade contemplativa parece entranhada nalguma forma transcendente, como o Belo, da mesma forma que na Ética o "algo em comum" parece apontar para o Bem. Até mesmo na mais rigorosa demonstração matemática existe um trânsito entre explicar e seduzir. Keynes conscientemente operou nessa via de mão dupla, iluminada pelas suas investigações em busca da "crença racional".

Wittgenstein, que afinal dedicou-se mais diretamente à vida filosófica profissional, explicitou exatamente a mesma interveniência da Lógica, da Ética e da Estética.³⁴²

342 Cf. Bouveresse (1973:182 e ss.).

O tema da "sedução racional" estava fortemente presente também na tradição de filosofia moral que antecedeu o batizado da Economia Política por Adam Smith, em particular nas investigações sobre a natureza do contrato. Mas se Adam Smith havia cunhado a teoria da Simpatia, J.M. Keynes focalizou a Confiança. Mas não ficou como Smith apegado à dimensão positiva do conceito, a solidariedade inquebrantável que ele sugere. Filho de Hobbes, Keynes tinha a memória do medo pânico. Pânico, sempre coletivamente referenciado, como a confiança e a simpatia.

Ricardo "mecanizara" a Economia Política, Walras e outros tinham emoldurado esse mecanicismo numa linguagem racionalista. Estavam já suficientemente distantes da Filosofia Política em guarda contra a Teologia Dogmática.

Smith, como Keynes, presenciou um quadro de modificação mais radical do mundo, mais "estrutural". Entre os dois o capitalismo parecia naturalmente sincronizado com a política, no sentido de conduzir e reforçar a constituição de cidadania, ampliar direitos e co-responsabilizar os indivíduos através de "relações contratuais". Enquanto isso, a Ciência Econômica ensinava que tudo operava por razões naturais (no sentido de serem mecanismos de uma sociedade natural), ignorando qualquer eco da inquietação original da filosofia política quanto à fundação da sociabilidade.

Por caminhos diferentes Smith, como Keynes, atentou para as implicâncias entre atividade econômica e fundamentos da contratualidade.

A instância da contratualidade não é a descrição de instrumentos jurídicos ou instituições reguladoras, embora remeta a esses elementos concretos. Teoricamente, a contratualidade é a possibilidade de entendimento comum, ou seja, algum consenso.

O consenso é a eleição de um cenário em que, por todos acreditarem na sua viabilidade, torna-se realidade. É um "wishfull thinking" de proporções leviatânicas.

A construção de cenários se dá numa sociedade de massas, onde a formação da opinião pública é decisiva no rumo dos acontecimentos. Essa opinião é crucial em qualquer tipo de sociedade, o problema na sociedade de massas é a brutal multiplicação de referências que rompem uma a uma os códigos que até há pouco tornavam inteligível o cenário.

A existência de uma política econômica é ao mesmo tempo instauração de um campo onde ocorre em público o jogo de linguagem através do qual se vai simulando esse "wishfull thinking". A dificuldade de inteligibilidade ganha assim uma dimensão visível e a teoria econômica se converte em retórica. Extravaza-se um jogo de sedução, ao mesmo tempo em que se promove a intermediação dos desejos. Entre o conflito cego e os ideais de harmonia universal surge assim um momento aberto à lógica da representação, da busca de uma medida comum.

A existência da política econômica surge portanto como a âncora ética do pensamento de Keynes. Não há como esconder a decepção com o vigor dessa conclusão. Qualquer um sabe que mexer nas regras é "keynesiano", a começar por Richard Nixon (que declarou sermos "todos keynesianos" uma vez decretado o fim do regime de Bretton Woods).

Mas quem sabe se a quase banalidade desse resultado (Keynes investiga os fundamentos econômicos da política) não ganha ares de novidade oportuna quando se alastra a retórica da necessidade de dissolução do Estado e de privatização da vida pública - em suma, brados que exigem a destruição mesma do campo inovador onde Keynes se situava?

Hoje, no mundo civilizado, consente-se a democracia, mas não a discussão das razões de Estado. Uma democracia de mercado de votos e pontos de equilíbrio no comportamento do eleitor, mas não de averiguação efetiva da consistência do "cenário". Ocorre que raras vezes como hoje estiveram em tela de juízo de forma inevitavelmente pública as razões de Estado.

O refúgio privatista na racionalidade dos mercados é o risco maior para o Bem Público dessa era. Esse é um risco ético, na medida em que sentimos a ameaça de rupturas num padrão civilizado de confecção de solidariedades. O golpe, a guerra ou o "pacote" irrompem como bombas informacionais que abalam os fundamentos da comunicabilidade e, portanto, da contratualidade.

* * *

Procuramos uma correspondência entre economia e o debate ético a partir da filosofia da linguagem. O engate promissor surge na analogia entre política econômica e jogos de linguagem, sendo a tarefa econômica de construir cenários uma modalidade relevante de problema análogo ao apontado por Wittgenstein na enunciação do que é verdadeiro (especialmente o "segundo" Wittgenstein, embora no primeiro já esteja forte o desafio de compatibilizar a enunciação com a "mostração" do que o mundo é).

As peripécias de uma vida acadêmica multi-disciplinar, à que se mistura o jornalismo analítico e o ensaísmo, tornam extremamente difícil a delimitação doutrinária dessa abordagem para o pensamento de Keynes.

Keynes oferece um enquadramento não estruturalista para o debate econômico. Marshall rejeitara o equilíbrio geral em nome do parcial, mas qualquer leitor minimamente atento de Wittgenstein tem consciência da impossibilidade quase zombeteira dessa separação. É o tipo de "corte" tentador ao senso comum, porque é uma metáfora extremamente espacial, tão espacial quanto "infra e superestrutura" ou "curto e longo prazo".

A atenção ao "tempo" é um aspecto central da preocupação econômica de Keynes. Mas antes mesmo dessa conversão ao papel de economista, Keynes escrevera o Tratado sobre a Probabilidade, cuja dificuldade central é o paradoxo da indução, o salto pretensamente racional que se dá do passado em direção ao futuro.

Mas se a política econômica é um "fato social" do capitalismo, como sublinhar seu caráter de "orientador da ação"? Desde Weber, mas também desde antes dele e depois na torsão anglo-saxã, a orientação racional da ação prende-se ao problema da interpretação do significado.

A obra científica de Keynes surge portanto em meio a uma torsão na história do pensamento que pode ser vista como uma aproximação entre as tradições anglo-saxã e européias. Há portanto interesse em testar a utilização de conceitos mais maduros surgidos de debates havidos naquela época (como o de "jogo de linguagem" de Wittgenstein) como orientadores da interpretação do próprio Keynes. É uma via de duas mãos: interpretar Keynes usando um "instrumental filosófico" cuja fecundação ocorreu afinal de contas à sua volta.

O jogo da enunciação/mostração exige uma "medida" que se suspende no ato mesmo de medir as escalas que serviriam de referência para o jogo da medida. A reposição do pressuposto ilumina o momento mesmo em que a sociabilidade surge à vista, como se pensar exigisse sempre a busca de um fundamento não impositivo (não dogmático) para a verdade.

* * *

A noção mais ampla de linguagem sugerida por Rorty é a de algo que as pessoas fazem, não de algo que serve de "véu" entre um sujeito e um objeto. Nessa perspectiva a política econômica como atividade reguladora remete à teoria do significado, à capacidade de se constituírem consensos ou solidariedades mínimas que permitam uma ação confiante e, portanto, racional (não posso agir contra minha melhor aposta ou contra o cenário que mais me agrada e continuar me considerando racional).

Esse "fazer" é tão crucial quanto o processo de trabalho e pode-se dizer que talvez seja mais determinante numa época de "flexibilização" dos mercados de trabalho, em que o capitalismo dinamiza-se através de inovações institucionais-contratuais a léguas de distância do capital industrial examinado por Marx.

A novidade não é uma protuberância qualquer da "dimensão financeira" ou o percurso ciclotímico de "clusters" tecnológicos, fenômenos de resto presentes desde sempre na dinâmica capitalista - mas uma revolução institucional que parece permanente. É uma teoria do capitalismo como ruptura de

regras (em níveis variados de politização), processo que exige capacidades crescentes de recodificação e decodificação da contratualidade.

A política econômica ao mesmo tempo guia, induz e representa as ações racionais dos "agentes". É o caráter convencional da representação que remete aos domínios da filosofia da linguagem contemporânea, especialmente Wittgenstein. O significado é um "modus operandi", as coisas rigorosamente fazem ou não sentido.

A economia política e a economia pura sempre procuraram responder a perguntas sobre o funcionamento da economia, sobre seus mecanismos e leis, mas não sobre se a economia (e o ponto de vista econômico) faz sentido. Essa entretanto era a pergunta de Keynes, para quem a resposta estava na formulação e execução de políticas econômicas.

* * *

É comum dizer-se que a obra de Keynes associa-se à assunção de novas formas pelo Estado. Para alguns foi o caso até de falar em "capitalismo monopolista de Estado" como uma nova estrutura, degrau adicional entre a teoria da utopia e a realidade da mutação capitalista.

Há nessa focalização do Estado como "fato novo" a gerar nova teoria alguma verdade, mas uma verdade limitada e frequentemente enganosa. Limitada, a começar, porque o capitalismo monopolista "anterior" também tinha um Estado que fazia política econômica - a não ser que se queira dar algum nome mais bonito para o que o Banco da Inglaterra fazia.

Mais que um Estado, a época de Keynes foi aquela em que se tornou pública e aceita (ainda que sempre debatida) a possibilidade da TERAPIA.

Como orquestrar o extravasamento desses espíritos animais, transformando impulsos primários em acordos civilizados? Em que medida o surgimento das sociedades de massa e o desenvolvimento dos meios de comunicação e processamento de informação não contribuem e tornam irreversível a vivência cotidiana "pública"?

A orquestração, essa conversão coletiva do estado de natureza para o estado civil, continua um problema tão atual quanto na época da emergência dos Estados burgueses. É a Política, mas também a Economia, cuja operação se alimenta dessas pulsões tanto quanto das "horas de trabalho" cristalizadas numa mercadoria.

A política econômica é uma terapêutica (não um remédio), é um processo de auto-instituição imaginária da sociedade. O socialismo revolucionário

degenerou no stalinismo por desatenção a essa "informatização" da sociedade industrial que acompanha a emergência das massas urbanas a partir do final do século 19, "informatização" de que a teoria da ação revolucionária não é senão uma das manifestações, com sua ênfase na "propaganda", na "formação de quadros" ou na "centralização democrática".

Keynes foi mais autocrítico e, talvez pela mesma razão, condescendente demais com as possibilidades da democracia parlamentar capitalista. Suas "previsões" confirmaram-se sob roupagens mais sangrentas: nazi-fascismo, populismo, guerra fria. Mas a aposta de Keynes na possibilidade de "crenças racionais" deixa aberto o caminho da "esperança num mundo melhor". É um quadro que se deve fazer um esforço ético para admirar, mesmo que às nossas vistas estejam os exemplos mais cotidianos de bestialidade e opressão humanas.

O crucial da reflexão ética é que o objeto sob consideração só existe como decisão, e decisão que envolve vidas alheias.

Assim, antes mesmo da análise ideológica de um roteiro de política econômica, ou a que fins atende, que classes beneficia, surge um enigma que é o da legitimidade possível, objetiva e subjetiva, para as decisões que se quer tomar. Objetivamente, enquanto consistência instrumental. Subjetivamente, enquanto solidariedade cognitiva mínima.

A realidade da política econômica é tecida portanto nas dimensões da propaganda, da opinião pública, da persuasão, da negociação parlamentar, do conflito ideológico na academia, assim como na viabilidade de contenção monetária em contextos de aumento do superávit comercial ou de controle de preços em setores localizados.

"Crédito nos negócios é como lealdade para com um Governo. Deve-se contar com o que se pode encontrar dele, e trabalhar com isso se possível. (...) Argumentos de efeito para convencer são dispensáveis justamente para pessoas que precisem se convencer. Da mesma forma, um sistema imenso de crédito, fundado sobre o Banco da Inglaterra como pivô e base, existe atualmente. O povo inglês, e os estrangeiros também, confiam nele implicitamente. Todo banqueiro sabe que se tiver de provar ser digno de crédito, por melhores que sejam seus argumentos, terá de fato perdido seu crédito: mas o que temos não exige quaisquer provas. O todo repousa sobre uma confiança instintiva gerada pelo uso e pelo tempo."

Bagehot, 1873

Mas ele mostrou o que a economia pode ser nas mãos de um homem que combinou em algum grau a introspecção, a felicidade e as audácias inspiradas do matemático, do historiador e quase do poeta.

G. L. S. Shackle

When I came home I expected a surprise and there was no surprise for me, so, of course, I was surprised.

L. Wittgenstein, Culture and Value

Bibliografia

Adorno, T., Horkheimer, M. (1985), *Dialética do Esclarecimento*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro

Aglietta, M., (1990), *Intégration financière et régime monétaire sous l'éta-lon-or*, *Revue d'Économie Financière*, n.14, Automne.

Anscombe, G.E.M. (1969), *Modern moral philosophy*, in Hudson (1969).

Argy, V. (1988), "A post-war history of the rules vs discretion debate", *Quarterly Review*, Banca Nazionale del Lavoro, 165, June, 147-177, Roma.

Ariés, P., (1989) *O homem diante da morte*, Ed. Francisco Alves, .

Arrous, J. (1982), *Keynes et les Probailités: un aspect du "fondamentalisme" keynésien*, *Revue économique*, n.5, septembre.

Austin, J.L. (1980), *How to do things with words*, Oxford.

Bagehot, W. (1931), *Lombard Street, a Description of the Money Market*, John Albemarle Street, W, London.

Baker, G.P., Hacker, P.M.S., (1984), *Critical Study: On Misunderstanding Wittgenstein: Kripke's Private Language Argument*, *Synthese* 58, in Canfield (1986, vol. 10).

Barrère et alii (1983), Barrère, A., Kebabdjian, G., Weinstein, O., *Lire la crise*, Presses Universitaires de France, Paris.

Barro, R.J. (1986) - "Recent developments in the theory of rules versus discretion", *The Economic Journal*, Volume 96, Supplement, "Conference Papers", 23-37.

Bateman, B.W. (1987), *Keynes's changing conception of probability*, *Economics and Philosophy*, 3.

Bateman, B.W., Davis, J.B. (1991), *Keynes and Philosophy*, Edward Elgar, Aldershot.

Block, F.L. (1989) - *Los Orígenes del Desorden Económico Internacional*, Fondo de Cultura Económica, México (edição original em inglês de 1977)

Bloomfield, A.I. (1959), *Monetary Policy under the International Gold Standard: 1880-1914*, Nova Iorque, Federal Reserve Bank, citado por Triffin (1972:28).

Bordo, M.D., Schwartz, A.J. (1984), *A retrospective on the classical gold standard, 1821-1931*, The University of Chicago Press, Chicago

Boudot, M. (1979), *Logica Inductiva y Probabilidad*, Paraninfo, Madrid.

Bourdieu, P.

(1992), *Les règles de l'art - genèse et structure du champ littéraire*, Seuil, Paris.

(1984), *Questions de Sociologie*, Les Éditions de Minuit, Paris.

Bouveresse, J.,

(1971), *La Parole Malheureuse - de l'alchimie linguistique a la grammaire philosophique*, Les Éditions de Minuit, Paris.

(1973), *Wittgenstein: La Rime et la Raison - Science, Éthique et Esthétique*, Les Éditions de Minuit, Paris.

(1991), 'The Darkness of this Time': Wittgenstein and the Modern World, in Griffiths (1991).

Boyer, R. et alii (1993), "Economie des Institutions", *Changement des Organisations, Conventions, Regulations, Bibliographie et textes selectionnés*, Ecole d'ete 1993, I.N.R.A., Département d'Economie et Sociologie Rurales, mimeo.

Brady, M.E. (1987), J. M. Keynes' "Theory of Evidential Weight": its relation to information processing theory and application in the General Theory, *Synthese*, 71.

Canfield, J.V. (ed.), 1986, *Logical Necessity and Rules*, Garland, New York/London, vol. 10.

Cencini, A. (1984) - *Time and the Macroeconomic Analysis of Income*, Pinter, London.

Chandavarkar, A., (1987), *Keynes and the International Monetary System Revisited (A Contextual and Conjectural Essay)*, *World Development*, vol.15,n.12.

- Cohen, L.J. (1986), Twelve Questions about Keynes's Concept of Weight, *British Journal for the Philosophy of Science*, vol.37, n.3, September.
- Cohen, L.J. (1989), *An Introduction to the Philosophy of Induction and Probability*, Clarendon Press, Oxford.
- Davis, J.B., (1988), Sraffa, Wittgenstein and neoclassical economics, *Cambridge Journal of Economics*, 12, Cambridge University Press
- Day, J.P. (1985), John Stuart Mill, in O'Connor (1985).
- de Finetti, B. (1985), Cambridge Probability Theorists, *Manchester School*, 4, December.
- Dornbusch, R., Frenkel, J.A. (1984), The gold standard and the Bank of England in the crisis of 1847.
- Dummett, M., 1978, *Truth and other enigmas*, Harvard University Press, Cambridge, Mass.
- Eichengreen, B., Conducting the International Orchestra: Bank of England Leadership under the Classical Gold Standard, *Journal of International Money and Finance*, 6, 1987, 5-29.
- Favereau, O. (1985), L'incertain dans la "révolution keynésienne": l'hypothèse Wittgenstein, *Économies et Sociétés*, tome XIX, n.3, mars, 1985, *Oeconomia*, Cahiers de l'I.S.M.E.A..
- Feyerabend, P.K.
- (1981), A note on the problem of induction (publ.or. 1964), cap. 12 em *Realism, rationalism and scientific method - Philosophical papers*, Vol.1, Cambridge University Press, Cambridge.
- (1979), Consolando o especialista, in *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*, Lakatos, I., Musgrave, A. (org.), Cultrix/Edusp (quarto volume de atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência realizado em Londres em 1965).
- Fitzgibbons, A. (1988), *Keynes's Vision, a New Political Economy*, Clarendon Press, Oxford
- Fitzgibbons, A. (1991), The Significance of Keynes's Idealism, in *Bateman, B.W., Davis, J.B. (1991)*

Flanders, M.J. (1989), *International Monetary Economics, 1870-1960, Between the classical and the new classical*, Cambridge University Press, New York.

Georgescu-Roegen, N. (1966), *Analytical Economics, Issues and Problems*, Harvard University Press, Cambridge/London.

Georgescu-Roegen, N. (1976), *The Entropy Law and the Economic Process*, Harvard University Press, Cambridge/London (edição original de 1971).

Giannotti, J.A., (1983), *Trabalho e Reflexão- Ensaio para uma dialética da sociabilidade*, ed. Brasiliense, S.Paulo.

(1992), *Moralidade pública e moralidade privada*, in Novaes (1992).

(1993), *Máquina de pasteurizar engole seu último rebelde*, publicado na *Folha Ilustrada*, 10.5.93, primeira página.

Giddens, A., 1984, *The Constitution of Society - Outline of the Theory of Structuration*, University of California Press, Berkeley/Los Angeles.

Goodman, N. (1955), *Fact, Fiction and Forecast*, Bobbs-Merrill, Indianapolis.

Granger, G.G. (1955), *Métodologie Économique*, Presses Universitaires de France, Paris.

Grice, P. (1975), *Logic and Conversation, in syntax and semantics*, v.III.

Griffiths, A.P. (ed.), 1991, *Wittgenstein Centenary Essays*, Cambridge University Press, New York.

Habermas, J., (1972) *Knowledge and Human Interests*, Beacon Press, Boston.

(1976 orig.), (1980), *O conceito de poder de Hannah Arendt*, in Habermas, Rouanet, S.P., Freitag, B. (org.), ed. Atica.

(1985, original de 1983), *Ética del discurso. Notas sobre un programa de fundamentación*, in *Conciencia moral y acción comunicativa*, ediciones península, Barcelona.

Hintikka, J. (1979), *Frege's hidden semantics*, *Revue Internationale de Philosophie*, vol.33.

Hudson, W.D.

(1969), *The Is-Ought Question*, MacMillan, London.

(1970), *Modern Moral Philosophy*, MacMillan, London.

Imlah, A.H. (1958), *Economic Elements in the Pax Britannica*, Harvard University Press.

Janik, A., Toulmin, S. (1973), *Wittgenstein's Vienna*, Simon and Scguster, New York.

Kant, I. (1980), Volume II, *Textos Seleccionados*, Abril Cultural, Coleção Os Pensadores

Keynes, J.M. (1978) - John Maynard Keynes, tradução de Miriam Moreira Leite, coletânea organizada por Tamás Szmrecsányi, ed. Atica, S.Paulo.

Kneale, W., Kneale, M. (1980), *O Desenvolvimento da Lógica*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Kremer-Marietti, A. (1987), *L'Éthique*, coll. Que sais-je?, PUF, Paris.

Kripke, S., 1982, *Wittgenstein on Rules and Private Language*, Basil Blackwell, Oxford.

Kujawski, G.M. (1988), *A Crise do Século XX*, Editora Atica, São Paulo

Kyburg, H.E. (1970), *Probability and Inductive Logic*, MacMillan, London.

Labarrère, P.-J. (1993), *Anamnèse de l'éthicité*, Rue Descartes, 7, Logiques de l'éthique, Albin Michel, Paris, Juin.

Lawson, T. Pesaran, H. (1985) (eds), *Keynes' Economics, Methodological Issues*, Croom Helm.

Lessa (1972), *O Conceito de Política Econômica*, tese de doutoramento, mimeo.

Levy, P. (1981), *Moore, G.E. Moore and the Cambridge Apostles*, Oxford University Press, Oxford.

Lopes dos Santos, L.H. (1993), *A Essência da Proposição e a Essência do Mundo*, ensaio introdutório ao *Tractatus Logico-Philosophicus*, Edusp, São Paulo.

Maffetone, S., Micale, B. (1989), *Representação Estatística*, in *Enciclopédia Einaudi*, vol.15, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Porto.

Malherbe, J.F. (1981), *Épistemologies anglo-saxonnes*, PUF/Presses Universitaires de Namur, Paris.

Malcolm, N., (1986), *Wittgenstein: Nothing is Hidden*, Basil Blackwell, Oxford.

(1986a), *Knowledge and Belief*, in Canfield (1986, vol.8).

(1986b), *Moore and Wittgenstein on the sense of 'I Know'*, in Canfield (1986, vol.8).

Marramao, G., (1990), *O político e as transformações*, *Crítica do Capitalismo e Ideologias da Crise entre os anos 20 e 30*, Ed. Oficina de Livros, Belo Horizonte.

Moore (1989), *Vida e Obra*, Consultoria de Luíz Henrique dos Santos, Os Pensadores, Ed. Nova Cultural, São Paulo.

Moura, C.A.R., *História stultitiae e história sapientiae*, *Discurso*, vol.17, IFLCH-USP.

Northrop, F.S.C. (1962), *Introduction*, in Heisenberg, W. (1962)

Novaes, A. (org.), 1992, *Ética*, Companhia das Letras, São Paulo.

O'Connor, D.J. (1985), *A Critical History of Western Philosophy*, The Free Press, N. York (o cap.26 sobre Russell é de autoria de O'Connor).

O'Neill, J. (1989), *Two Problems of Induction*, *British Journal for the Philosophy of Science*, 40, 1, March.

Parsons, W., (1990), *The Power of the Financial Press*, Rutgers University Press.

Peat, F.D. (1987) - *Synchronicity, the Bridge Between Matter and Mind*, Bantam Books, New York.

Popper, K. R. (1934), *Logik der Forschung*, usamos a tradução espanhola de Victor Sanchez de Zavala, *La Lógica de la Investigación Científica*, Ed. Tecnos, Madrid, 1973.

Prior, A.N. (1957), *Time and Modality*, Oxford.

Ramsey, F.P. (1922), resenha do TP, republicada em *British Journal for the Philosophy of Science*, 40,2, June, 1989.

Reeves, H. et alii (1984), *La Synchronicité, l'Ame et La Science - Existe-t-il un ordre a-causal?*, Poiesis, Paris.

Rouanet, S.P. (1993), *Mal-estar na Modernidade*, Companhia das Letras, São Paulo.

Runde, J. (1990), *Keynesian Uncertainty and the Weight of Arguments*, *Economics and Philosophy*, 6, Cambridge University Press

Russell, B. (1912), *The Problems of Philosophy*, London.

(1948), *Human Knowledge*, London.

Santos, A.C.A., *Sraffa e Wittgenstein: Notas sobre Teoria Econômica e Jogos de Linguagem*, Texto para Discussão n.30, abril, Depto. de Economia, EAESP-FGV.

Savage, L.J. (1972), *The Foundations of Statistics*, Dover Publications, Inc., (edição original de 1954)

Schmitt, B. (1975) - *Monnaie, Salaires et Profits*, Castella, Suisse.

Schumpeter, J.A. (1982), *Historia del Análisis Económico*, ed. Ariel, Barcelona.

Schwartz, G. (1982), *Da Economia Política à Economia Pura: questões críticas e metodológicas*, Depto. de Economia, FEA-USP, mimeo.

(1983), *A Propósito da Realidade da Ideologia na Teoria Econômica*, *Revista de Economia Política*, vol.3, n.2, abril-junho, ed. Brasiliense.

(1985), *J.M. Keynes, o Tempo da Economia Política*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, mimeo.

(1986), *O Sr. Hicks e os Klássicos*, mimeo.

(1991), *Somos todos de direita agora?*, Revista São Paulo em Conjuntura, Fundação SEADE.

(1991), *Inversões temporais na organização econômica japonesa*, in *Estudos Afro-Asiáticos* (20):43-50, junho.

(1993), *The Fate of Being Late - Asian and Latin American Structures Compared* (mimeo, IE-Unicamp).

Shackle, G.L.S. (1976), *Epistemica y Economia, Crítica de las Doctrinas Económicas*, Fondo de Cultura Económica, Mexico, D.F.

Simpson, T.M. (1976), *Linguagem, Realidade e Significado*, Livraria Francisco Alves e Editora da Universidade de São Paulo.

Triffin, R. (1972) - *O Sistema Monetário Internacional*, Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, edição original de 1968.

Vernant, J.P., (1973), *Mito e Pensamento entre os Gregos*, Difel/Edusp,

von Wright, G.H. (1986), *Wittgenstein*, Trans-Europ-Repress, Mauvezin.

Watt, D.E. (1989), *Not Very Likely: A Reply to Ramsey*, *British Journal for the Philosophy of Science*, 40, 2, June.

White, A.R. (1985), G.E. Moore, capítulo 25 de O'Connor (1985).

Winch, P., (1991), *Certainty and Authority*, in Griffiths (1991).

Winslow, E.G., 1986, *Keynes and Freud: Psychoanalysis and Keynes's Account of the "Animal Spirits" of Capitalism*, *Social Research*, vol. 53, no.4, Winter, pp. 549-578.

Wittgenstein, L. (1968), *Tractatus Logico-Philosophicus*, tradução e apresentação de José Arthur Giannotti, Companhia Editora Nacional-Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.

(1974), *Tractatus Logico-Philosophicus*, Routledge & Kegan Paul, London (primeira edição em alemão de 1921, em inglês, 1922).